



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

JULIANA REIS MOTA

**O SOFRIMENTO EMOCIONAL NO PROCESSO DE
FORMAÇÃO DOS PESQUISADORES: UM ESTUDO DE CASO
ENTRE OS PÓS-GRADUANDOS EM CIÊNCIAS HUMANAS DA UFBA**

Salvador

2023

JULIANA REIS MOTA

**O SOFRIMENTO EMOCIONAL NO PROCESSO DE
FORMAÇÃO DOS PESQUISADORES: UM ESTUDO DE CASO
ENTRE OS PÓS-GRADUANDOS EM CIÊNCIAS HUMANAS DA UFBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Alan Delazeri Mocellim

Salvador

2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M917 Mota, Juliana Reis,
O sofrimento emocional no processo de formação dos pesquisadores: um estudo de caso entre os pós-graduandos em Ciências Humanas da UFBA / Juliana Reis Mota, 2023. 163 f.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Alan Delazeri Mocellim
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2023.

1. Ciências Humanas. 2. Estudantes de Pós-Graduação. 3. Sofrimento –Aspectos psicológico. I. Mocellim, Alan Delazeri. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 378.4

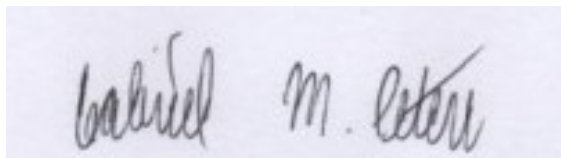
JULIANA REIS MOTA

**“O SOFRIMENTO EMOCIONAL NO PROCESSO DE
FORMAÇÃO DOS PESQUISADORES: UM ESTUDO DE CASO
ENTRE OS PÓS-GRADUANDOS EM CIÊNCIAS HUMANAS
DA UFBA”**

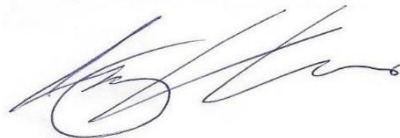
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais e, aprovada em vinte e três de janeiro de dois mil e vinte e três, pela Comissão formada pelos professores:



Prof. Dr. Alan Delazeri Mocellim (FFCH - UFBA)
Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)



Prof. Dr. Gabriel Moura Peters (UFPE)
Doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ)



Prof. Dr. Luiz Claudio Lourenço(FFCH - UFBA)
Doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por me permitir chegar até aqui e pelo encerramento de mais um ciclo.

Aos meus pais por todo apoio, paciência, compreensão e cuidado comigo em todo tempo, principalmente durante o percurso acadêmico.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alan Delazeri Mocellim, pelo apoio, incentivo, suporte, compreensão, contribuições e sugestões, desde a graduação e durante todo período do mestrado, auxiliando nas dificuldades que surgiram nesse processo.

Ao Prof. Dr. Gabriel Moura Peters, por ter aceitado o convite para compor a banca.

Ao Prof. Dr. Luiz Lourenço por ter aceitado o convite para compor a banca.

À Geíse, Mari e Jacke, amigas construídas desde a graduação por todo o apoio, troca, incentivo, companhia e escuta, sendo rede de apoio e suporte emocionais fundamentais durante toda a trajetória acadêmica. Enfrentar esse percurso sem vocês, com certeza seria muito mais doloroso e difícil, muito obrigada!

À Laurinha, minha irmã de alma, por todo o apoio e escuta das dificuldades acadêmicas, sempre ouvindo minhas reclamações, muitas vezes acreditando mais em mim do que eu mesma e me incentivando sempre, em tudo. Sua amizade é fundamental para minha vida, obrigada por tudo sempre!

Aos familiares pela compreensão, em especial a minha prima Eliete que é um exemplo de dedicação em tudo que faz, pelo incentivo, apoio e inspiração a sempre seguir estudando.

Aos mestres com os quais tive oportunidade de conviver, pelo conhecimento proporcionado.

Aos colegas de pós-graduação pela contribuição para a minha pesquisa e pelas trocas de aprendizados durante os últimos anos.

À UFBA, por contribuir para minha formação e ampliar as minhas possibilidades de crescer academicamente e profissionalmente e ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

RESUMO

O presente trabalho visa analisar as relações existentes entre o sofrimento emocional dos pós-graduandos em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia e o contexto de formação desses pesquisadores, buscando investigar o contexto social e político de formação dos estudantes de pós-graduação, identificar o sofrimento emocional existente entre os pós-graduandos em Ciências Humanas e compreender se existem relações entre o contexto vivenciado na pós-graduação e o sofrimento emocional desencadeado. O contexto em que o indivíduo está inserido tem relação direta com as formas de sofrimento emocional que manifesta, por isso o estudo social das emoções contribui para desconstruir o pensamento exclusivamente psicológico acerca do tema, considerando-o por uma perspectiva sociológica em que os fatores sociais, culturais, econômicos e políticos, tem influência nas formas de expressão e construção das suas emoções, destacando os impactos das transformações sociais nas emoções dos sujeitos e como isso desencadeia diversas formas de sofrimento emocional nos períodos moderno e neoliberal. Considerando os efeitos neoliberais na sociedade contemporânea, a pós-graduação, como parte integrante do âmbito social, sofre com as consequências que esse sistema atual acarreta, principalmente em termos de produtividade e competitividade, ocasionando impactos emocionais que tem afetado diversos pesquisadores. Por isso, levando em consideração o que tem sido debatido sobre o sofrimento emocional no contexto acadêmico, as dificuldades vivenciadas pelos estudantes, bem como os impactos do cenário político e econômico dos pós-graduandos, é que o presente trabalho, por meio de uma abordagem qualitativa, se volta a analisar o sofrimento emocional dos estudantes de pós-graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, buscando compreender as motivações e expectativas de ingresso, bem como fatores estressores que acarretam sofrimento emocional a estes pesquisadores em formação, discute-se como tais aspectos repercutem também em somatizações, em seus relacionamentos pessoais e em suas preocupações e expectativas sobre o futuro profissional.

Palavras-chave: Sofrimento Emocional; Pós-Graduação; Ciências Humanas;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CFE	Conselho Federal de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONFAP	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
CONSUNI	Conselho Universitário
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
EAD	Educação a distância
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IES	Instituição de Educação Superior
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
INFOCAPES	Boletim Informativo da CAPES
IGC	Índice Geral de Cursos

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
SB	Síndrome de Burnout
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
TDAH	Transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade,
TPL	Transtorno de personalidade limítrofe
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais.
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília

UNESP Universidade Estadual Paulista

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 AS EMOÇÕES COMO OBJETO DE ESTUDO NAS CIÊNCIAS.....	21
2.1 AS EMOÇÕES NA SOCIOLOGIA.....	24
2.2 O SOFRIMENTO EMOCIONAL NA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA.....	32
2.3 O SOFRIMENTO EMOCIONAL NA MODERNIDADE.....	33
2.4 O SOFRIMENTO EMOCIONAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL	36
3 PÓS-GRADUAÇÃO: BREVE HISTÓRICO	44
3.1 PÓS-GRADUAÇÃO: GESTÃO E AVALIAÇÃO.....	47
3.2 A PÓS-GRADUAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL.....	51
3.3 OS EFEITOS NEOLIBERAIS PARA O PESQUISADOR.....	57
4 O SOFRIMENTO EMOCIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO.....	67
4.1 A DESVALORIZAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA.....	75
4.2 A DESVALORIZAÇÃO E DESMONTE DAS UNIVERSIDADES NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO.....	79
4.3 OS IMPACTOS DA PANDEMIA PARA A PESQUISA CIENTÍFICA.....	85
4.4 A DESVALORIZAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA EM CIÊNCIAS HUMANAS....	91
5 O SOFRIMENTO EMOCIONAL ENTRE OS PÓS-GRADUANDOS EM CIÊNCIAS HUMANAS DA UFBA.....	96
5.1 MOTIVAÇÕES E EXPECTATIVAS DE INGRESSO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS.....	96
5.2 A PERMANÊNCIA MATERIAL.....	97
5.3 O CULTO DA PERFORMANCE.....	105
5.4 AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA PÓS-GRADUAÇÃO.....	116
5.4.1 A relação com a instituição.....	116
5.4.2 A relação com os docentes.....	118
5.4.3 A convivência com os colegas.....	123
5.4.4 A relação orientador-orientando.....	126
5.5 O PROCESSO DE ESCRITA DA TESE OU DISSERTAÇÃO.....	131
5.6 OS IMPACTOS DO SOFRIMENTO EMOCIONAL DOS PÓS-GRADUANDOS NA VIDA SOCIAL.....	136
5.7 PREOCUPAÇÕES E EXPECTATIVAS SOBRE O FUTURO PROFISSIONAL.....	140

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS.....	149
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	160
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	162

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar as relações existentes entre o sofrimento emocional dos pós-graduandos em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia e o contexto de formação desses pesquisadores. Mais especificamente, buscando investigar o contexto social e político de formação dos estudantes de pós-graduação, identificar o sofrimento emocional existente entre os pós-graduandos em Ciências Humanas e compreender se existem relações entre o contexto vivenciado na pós-graduação e o sofrimento emocional desencadeado.

A saúde mental é um campo extenso e complexo, muitas áreas de conhecimento fizeram estudos e buscaram explicações sobre as emoções, como afirma Machado (2003), cada uma possuía suas perspectivas e pressupostos diferentes para se pensar a temática. A sociedade atual tende a considerar as emoções como um fenômeno pertencente apenas à esfera do indivíduo e a sua psique, sem situá-la à esfera do social ou ao campo das ciências Sociais, entretanto, não obstante o sofrimento ser sentido de forma diferenciada por cada sujeito, é inviável pensá-lo enquanto destituído do social, sendo um fenômeno importante a ser estudado também no âmbito sociológico e não somente à luz das ciências psicológicas. Essa perspectiva aparece entre os clássicos da sociologia como Émile Durkheim, precursor da sociologia como campo de conhecimento científico, embora de modo secundário, no entanto a sua centralidade na sociologia como objeto de estudo ocorre somente a partir das contribuições de Norbert Elias e a consolidação enquanto campo de conhecimento só ocorre a partir de 1970 e no Brasil, particularmente, somente a partir dos anos 90.

Entretanto, como indaga Eva Illouz (2011), por que devemos fazer isso? Será que se concentrar numa experiência tão sumamente subjetiva, invisível e pessoal quanto o “afeto” não solaparia a vocação da sociologia, que, afinal de contas, tem se interessado sobretudo por regularidades objetivas, atos padronizados e instituições de larga escala? Em outras palavras, por que haveríamos de nos alvoroçar e mexer com uma categoria sem a qual, até hoje, a sociologia saiu-se muito bem? Ela aponta que o afeto é uma entidade psicológica, sem dúvidas, mas é também, e talvez até mais, uma entidade cultural e social: através dos afetos, colocamos em prática as definições culturais da individualidade, tal como se expressam em relações concretas e imediatas, mas sempre definidas em termos culturais e sociais.

Segundo Menezes (2002), estudos etnológicos sobre a variedade de expressões emocionais comprovam que os fatores socioculturais são importantes, pois geralmente as situações têm um papel determinante que ocasionam uma ou outra emoção; condicionam o nível de comportamento emocional a ser produzido na situação; e influenciam na manifestação

das emoções. Construir as emoções como um objeto das ciências sociais é inseri-las no rol daquelas dimensões da experiência humana as quais, apesar de concebidas pelo senso comum como “naturais” e “individuais” — a exemplo da sexualidade, do corpo, da saúde e da doença etc. —, estão muito longe de serem refratárias à ação da sociedade e da cultura (REZENDE; COELHO, 2010).

Sendo assim, a sociologia das emoções, possibilita discussões e reflexões que não se restringem somente ao indivíduo e sua psique, mas resgatam as emoções como atreladas ao ambiente social, expandindo as possibilidades e perspectivas sobre a temática. Desse modo, temas relacionados começam a ser discutidos, entre eles o sofrimento emocional que passa a ser objeto de reflexões produzidas pelas Ciências Sociais.

O sofrimento emocional tem ganhado destaque na atualidade como um problema de saúde pública que tem atingido grande parte da população. Esse contexto de visibilidade ao campo da saúde mental ocorre devido à grande quantidade de sofrimentos de cunho emocional identificados mundialmente. Segundo Byung-Chul Han (2015), filósofo sul-coreano, em sua obra “Sociedade do cansaço”, o século XXI é caracterizado como um século de doenças neuronais como: depressão, transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH), transtorno de personalidade limítrofe (TPL), a Síndrome de Burnout (SB), entre outros.

A primeira Cúpula Global de Saúde Mental, realizada em Atenas, na Grécia (2009), revelou que mais de 450 milhões de pessoas estão sendo afetadas diretamente por transtornos mentais. Segundo o médico do Departamento de Saúde Mental da Organização Mundial de Saúde (OMS), Saxena (2009), a depressão deve tornar-se a doença mais comum no mundo nos próximos 20 anos, afetando mais pessoas do que qualquer outro problema de saúde, incluindo câncer e doenças cardíacas, e já é chamada de epidemia silenciosa. Os diversos profissionais dedicados a esse campo apontam para os enormes desafios na compreensão e tratamento dessas enfermidades (CUNHA, 2015). Han (2015) afirma que esse contexto de adoecimento emocional característico do século XXI se deve a um exagero da positividade que faz surgir uma nova forma de violência: a neuronal e nomeia a sociedade atual como sociedade do desempenho, formada por pessoas de desempenho e produção, incentivadas pela iniciativa pessoal e motivação, que suscita novas coerções e provoca o esgotamento, a exaustão, a depressão e outras formas de adoecimento.

Perante esses dados, as questões de saúde mental no âmbito social despertam a atenção e preocupação em diversas instituições que buscam discutir essa temática, dentre elas as universidades, principalmente porque vem apresentando casos preocupantes de sofrimento

emocional entre os seus estudantes (graduandos e pós-graduandos), docentes e técnico-administrativos. No âmbito dessa problemática, apresenta-se como objetivo de investigação dessa pesquisa as relações existentes entre o sofrimento emocional dos pós-graduandos em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia e o processo de formação destes.

Entretanto, cabe alguns esclarecimentos no que tange ao termo “sofrimento emocional”. Como aponta Cunha (2015), adotar a categoria sofrimento emocional como eixo da pesquisa é entender que se trata de algo tanto biológico quanto cultural, é assumir o pressuposto de que natureza e cultura não são duas esferas independentes a serem estudadas separadamente; são dimensões indissociáveis. Desse modo, o uso do termo “sofrimento emocional” não são apenas descrições de significados sobre a enfermidade; elas revelam um modo de engajamento no mundo que desafia a própria dicotomia mencionada. Ela ressalta que o sofrimento não é dado naturalmente, mas depende do espaço onde está situado, sendo uma perspectiva que subverte as habituais formas de investigação e exige que se abdique do desejo de encontrar sínteses definitivas, de modo que a realidade passa a ser concebida como modos de ser que vão sendo feitos e refeitos permanentemente, de maneira sempre provisória e por essa razão, nunca resultam em totalidades acabadas e passíveis de serem elucidadas de modo pleno.

Portanto, em concordância com a autora, é nessa perspectiva que o presente trabalho pretende se desenvolver, entendendo o sofrimento emocional como sentimentos desconfortáveis ao indivíduo que refletem as inquietações da sociedade ou contexto específico, por meio do que é expresso, por isso, não remete a manuais diagnósticos de transtornos mentais como assim se baseia as ciências “psi”, mas somente através das narrativas apresentadas é que serão elucidadas as experiências emocionais e sentimentos resultantes advindos, neste caso, do âmbito acadêmico, mais especificamente da pós-graduação.

As novas dinâmicas sociais impostas, consciente ou inconscientemente ao indivíduo, acarretam mudanças mais profundas na sociedade, impactam o indivíduo em diversos aspectos da vida social e o tornam mais competitivo e isolado do coletivo. Ela impõe ao sujeito uma produtividade sem limites, ocasionando diversas formas de adoecimentos na medida em que precisam estar sempre se reinventado, devido aos riscos e incertezas que estão a todo tempo vivenciando e isso se manifesta nas mais diversas esferas da sociedade, como no contexto acadêmico, no qual como reflexo da sociedade, essas dinâmicas também se impõem e resultam em impactos a essa comunidade.

Considerando os efeitos neoliberais na sociedade contemporânea, a pós-graduação, como parte integrante do âmbito social, também sofre com as consequências que esse sistema atual acarreta entre os que compõem esse grupo social, dentre estes se destaca os impactos

emocionais que tem afetado diversos pesquisadores. Considerando a estrutura do campo acadêmico e com o crescimento de dados relacionados ao adoecimento emocional, instituições como as universidades passam a se preocupar com a saúde mental dos seus integrantes. Elas se constituem como um desses âmbitos de preocupação na medida em que no ambiente acadêmico se vivencia uma série de mudanças com momentos de fortes pressões e cobranças por desempenhos. As atividades científicas no Brasil se desenvolvem a partir de grande desgaste emocional por parte das pessoas envolvidas. (RADONS; CUNHA; LUCCA, 2017, p. 1-2).

Tal objeto reflete o aprofundamento das questões de pesquisa que a autora tem desenvolvido ao longo de uma trajetória acadêmica que se inicia ainda na graduação. Mantendo como foco de preocupação a análise do sofrimento emocional na universidade, inicialmente através da elaboração de um trabalho sobre os discursos sobre o sofrimento emocional no contexto acadêmico, tendo como recorte empírico o Programa “Psiu, isso te interessa!”, que diz respeito a uma ação integrada em que participam diversos profissionais da Universidade Federal da Bahia para tratar do acolhimento e cuidados com a saúde mental na UFBA, discutindo a percepção dos responsáveis pelo programa e dos discentes atendidos por ele sobre o sofrimento emocional. Assim, observando como há fatores na universidade que contribuem para o desenvolvimento e/ou agravamento de adoecimentos entre os estudantes de graduação que procuravam um apoio e acolhimento no Programa Psiu, e como tal realidade não se restringe apenas aos graduandos, a autora passou a desenvolver no mestrado uma pesquisa que permitisse ampliar o estudo sobre o sofrimento emocional também para os estudantes de pós-graduação em ciências humanas dessa mesma instituição.

Para chegar a tais objetivos, serão apresentados os métodos e procedimentos de pesquisa desenvolvidos na dissertação. A presente pesquisa se configura como uma abordagem qualitativa na qual segundo Minayo (1993), trabalha com o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que não podem se reduzir à operacionalização de variáveis porque diz respeito a um estudo de maior profundidade das relações, processos e fenômenos. Segunda ela, a pesquisa qualitativa adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o processo de formação dos pesquisadores sobre questões que permeiam o contexto atual em que estes estão inseridos, caracterizado pelo imperativo da autorrealização, produtividade, dentre outras questões que levam ao desgaste físico e emocional. Quanto a essa etapa de revisão de literatura, Creswell (2007) afirma que na pesquisa qualitativa, ela ajuda a substanciar o problema de pesquisa, mas

não reprime as visões dos participantes, a literatura não apenas ajuda a substanciar o problema, mas também sugere possíveis questões ou hipóteses que precisam ser abordadas.

Quivy e Champenhoudt (1998) ressaltam que um investigador deve tomar conhecimento dos trabalhos anteriores que se debruçam sobre objetos comparáveis ou um mínimo de referências sobre o mesmo tema ou de problemáticas que estão ligadas, que tratem do fenômeno estudado por abordagens diferentes e explicita o que aproxima ou distingue o trabalho dessas correntes de pensamento. Eles apontam que deve ser selecionado de forma cuidadosa um pequeno número de leituras e organizá-las para delas tirar o máximo proveito, pois o investigador dispõe de um tempo de leitura limitado.

Sendo assim, com a seleção cuidadosa das leituras a serem realizadas que se aproximam do tema ou problemática a ser estudada na pesquisa, a revisão de literatura contribuirá não somente para o embasamento teórico, como proporcionará informações que ajudarão na coleta e interpretação de dados empíricos e otimizará o tempo de pesquisa que, nesse caso especificamente, apresenta prazos e que conta com um contexto atípico de pandemia que acarretou em atrasos no andamento dela. Não se trata somente de uma descrição, na medida em que, se refere a um trabalho de integração de conceitos que precisam ser organizados de modo sistemático e por isso, a importância da leitura e seleção cuidadosas, como afirmado anteriormente, mas também o exercício de integração dessas leituras que permitirão que essa construção teórica seja realizada de modo coerente.

Por meio dessa etapa foi possível observar as categorias que aparecem nas respectivas literaturas sobre o sofrimento emocional entre os pós-graduandos, possibilitando perceber as categorias que surgem no que tange a esse sofrimento e as regularidades em que estas são mencionadas nas respectivas pesquisas. Tal aspecto permitiu que a pesquisadora estivesse atenta a essas categorias no momento da coleta de dados, sem perder a flexibilidade para novas categorias que poderiam eventualmente surgir no decorrer da pesquisa.

Foram realizadas 12 entrevistas com os estudantes de pós-graduação (mestrandos e doutorandos) *Stricto Sensu* em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, mais especificamente dos cursos de pós-graduação em Antropologia, Ciências Sociais, Ciência Política, História e Psicologia, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas, elaboradas mediante roteiro prévio e realizadas de modo remoto e individual, utilizando a ferramenta “Google Meet”, tendo em vista o contexto de pandemia que impossibilitou que essas entrevistas ocorressem de forma presencial, como se pretendia inicialmente. As entrevistas foram realizadas entre os períodos de setembro de 2021 a janeiro de 2023.

Segundo Lima (2016), a entrevista é uma conversa que pode ser mais ou menos sistemática, cujo objetivo é obter, recuperar e registrar as experiências de vida guardadas na memória das pessoas. Segundo ela, é uma técnica que consiste em gerar e manter conversações com pessoas consideradas chaves no processo de investigação, sendo um recurso comumente utilizado por pesquisadores sociais em geral, está associada ao uso de outras técnicas de pesquisa. Através da entrevista é possível construir histórias de vida, captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações dos entrevistados, escolhidos segundo os critérios e interesses do tema investigado.

Ela ressalta que a entrevista proporciona ao investigador a oportunidade de explorar ao máximo as suas questões e dirimir dúvidas, por se tratar de uma interação flexível e personalizada. Muitas vezes permite esclarecer situações ou acessar informações que não seriam perceptíveis apenas pela observação. Nesse sentido, são tarefas de grande importância, durante o processo da pesquisa: identificar qual a melhor forma de selecionar os entrevistados considerando a posição que eles ocupam; definir o roteiro e o tipo de entrevista que será feita considerando como ocorreu a inserção no campo; e consolidar o desenho de pesquisa no qual a entrevista se insere.

Segundo Miranda (2009), numa entrevista semiestruturada cominam-se perguntas abertas com perguntas fechadas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O entrevistador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas fá-lo num contexto semelhante ao de uma conversa informal. O papel do entrevistador é o de dirigir, sempre que achar oportuno, a discussão para o assunto que lhe interessa, fazendo perguntas adicionais para esclarecer questões que não ficaram claras ou para ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o entrevistado tenha “fugido” ao tema ou manifeste dificuldades com ele. Ademais, sobre o modelo de entrevistas semiestruturadas, Lima (2016) ressalta que se caracteriza por seguir um determinado número de questões principais e específicas, em uma ordem prevista, mas é livre para incluir outras questões. Nesta a elaboração de roteiro é requisito fundamental com livre manifestação do respondente, porém o entrevistador conduz a entrevista seguindo um roteiro.

O roteiro de entrevistas se voltou para questões referentes a experiência, expectativas e motivações ao ingressar na pós-graduação, a influência do recebimento da bolsa e de vínculos empregatícios nos estudos, dificuldades, desmotivações, exigências, impactos na vida social, afetiva e íntima, como o estudante se sente em relação às disciplinas, professores, orientadores e coorientadores, colegas, o contexto de pandemia e o andamento da tese ou dissertação e do semestre e aulas online, expectativas e preocupações sobre o futuro profissional, dentre outras

questões que surgiram com o andamento das entrevistas, levando em consideração a trajetória acadêmica de cada entrevistado.

Outro método utilizado, secundariamente, foi um questionário online desenvolvido por meio do software Google Forms, contendo as mesmas questões do roteiro de entrevistas semiestruturadas, como alternativa para aqueles estudantes que não se sentiam à vontade para realização das entrevistas. No total foram obtidas 56 respostas de estudantes de pós-graduação (mestrandos e doutorandos) *Stricto Sensu* em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, mais especificamente dos cursos de pós-graduação em Antropologia, Ciências Sociais, Filosofia, História e Psicologia. O questionário, segundo Gil (1999), pode ser definido como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. Para Chaer, Diniz e Ribeiro (2011), as perguntas abertas em um questionário são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante. Nelas poderá ser utilizada linguagem própria do respondente. Elas trazem a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador, pois o informante escreverá aquilo que lhe vier à mente. Um dificultador das perguntas abertas é também encontrado no fato de haver liberdade de escrita: o informante terá que ter habilidade de escrita, de formatação e de construção do raciocínio.

Para Gil (1999) o questionário apresenta as seguintes vantagens sobre as demais técnicas de coleta de dados: a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa; b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; c) garante o anonimato das respostas; d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado. Entretanto, também possui algumas limitações como: a) impede o auxílio ao informante quando este não entende corretamente as instruções ou perguntas; b) impede o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido, o que pode ser importante na avaliação da qualidade das respostas; c) não oferece a garantia de que a maioria das pessoas o devolvam devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade da amostra. Sendo assim, cabe salientar que este recurso é utilizado apenas como método complementar as entrevistas, tendo em vista que o questionário por suas limitações não conseguirá apreender a experiência e trajetória dos estudantes de pós-graduação e explorar esses aspectos em maior profundidade.

Após a gravação e transcrição dos dados coletados em entrevistas e pelo método secundário dos questionários, estes foram interpretados a partir de categorias analíticas. Nessa etapa foram realizadas análise de conteúdo, é o momento em que foi possível analisar as relações existentes entre o sofrimento emocional dos pós-graduandos e o contexto de formação desses pesquisadores, elencando alguns fatores de adoecimentos como: permanência material, o culto da performance, as relações interpessoais estabelecidas nesse âmbito acadêmico com a instituição, docentes, colegas e orientadores e o processo de escrita da tese ou dissertação, bem como as motivações e expectativas de ingresso na pós-graduação, os impactos do sofrimento emocional dos pós-graduandos na vida social e as preocupações e expectativas acerca do futuro profissional.

A análise de conteúdo, segundo Quivy e Champenhoudt (1998), oferece a possibilidade de tratar de forma metódica as informações e testemunhos com certo grau de profundidade e complexidade. Para eles, a análise de conteúdo tem um campo de aplicação vasto e incide sobre comunicações de formas diversas como: textos literários, programa televisivos ou radiofônicos, filmes, relatórios de entrevistas, entre outros. Minayo (2009) também ressalta que entre os procedimentos metodológicos utilizados em uma análise de conteúdo se destacam a categorização, inferência, descrição e interpretação que não ocorrem necessariamente de forma sequencial, mas depende dos propósitos da pesquisa, do objeto de estudo, da natureza do material disponível e da perspectiva teórica adotada.

Sendo assim, a pesquisa contou com algumas etapas e procedimentos: Etapa I: a) Pesquisa documental sobre os impactos do contexto social, político e econômico atual, bem como do contexto de formação para os estudantes de pós-graduação e bibliográfica sobre pesquisas feitas sobre o sofrimento emocional dos pós-graduandos não somente no contexto da UFBA; Etapa II: Realização de entrevistas semiestruturadas e divulgação dos questionários entre os estudantes de pós-graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia; Etapa III: Revisão de discussões sobre sociologia das emoções, mais especificamente sofrimento emocional voltadas especificamente para os temas que irão surgir a partir das entrevistas; Etapa IV: Interpretação, compreensão e discussão dos dados coletados.

A partir desse arcabouço teórico-metodológico, foi possível desenvolver um caminho para analisar as relações existentes entre o sofrimento emocional dos pós-graduandos em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia e o contexto de formação desses pesquisadores. Mais especificamente, buscando investigar o contexto social e político de formação dos estudantes de pós-graduação, identificar o sofrimento emocional existente entre

os pós-graduandos em Ciências Humanas e compreender se existem relações entre o contexto vivenciado na pós-graduação e o sofrimento emocional desencadeado.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, para além desta introdução e das considerações finais. Na introdução consta o tema e objetivos da pesquisa, a justificativa, os procedimentos metodológicos e a sua estrutura. O primeiro capítulo apresenta como as emoções, que outrora não eram consideradas objeto de estudo nas ciências, ganham destaque e se tornam objeto de preocupação de estudiosos principalmente das ciências “psi”. Entretanto, destacando que não se trata de uma temática exclusiva deste campo, mas comporta outras áreas de estudo como as ciências sociais, dentre as quais o capítulo enfatiza, apresentando o contexto da temática no campo das ciências sociais, investigando a relevância das emoções para os estudos sociológicos e resgatando a importância de estudá-las por essa perspectiva. Sendo assim, este capítulo apresenta os campos de conhecimento que tem se preocupado com a temática das emoções, enfatizando as emoções nas ciências sociais, o campo da sociologia das emoções e o sofrimento emocional na perspectiva sociológica, destacando os impactos das transformações sociais nas emoções dos sujeitos e como isso desencadeia diversas formas de sofrimento emocional nos períodos moderno e neoliberal.

O segundo capítulo aborda como surgem os cursos de pós-graduação no Brasil, o contexto econômico e político deste surgimento e os objetivos para tal desenvolvimento, relacionados principalmente a um projeto de desenvolvimento econômico do país. Além disso, como são realizadas a gestão e avaliação dos cursos de pós-graduação de modo geral, isto é, aspectos voltados ao funcionamento e recursos para financiamento das pesquisas e pesquisadores, vinculados principalmente ao Estado, salientando também um contexto de contradições, dependência estatal e falta de autonomia caracterizadores da formação na pós-graduação. Ademais, como o neoliberalismo, presente na sociedade de modo geral, impacta também os cursos de pós-graduação em termos de produtividade e competitividade, pautados por uma lógica empresarial e de mercado.

O terceiro capítulo faz um resgate da literatura sobre o que tem sido debatido sobre o sofrimento emocional no contexto acadêmico, apresentando as dificuldades vivenciadas pelos estudantes e o sofrimento emocional desencadeado nas universidades de modo geral e em particular aos estudantes pós-graduandos. Acrescido a isso, também aborda os impactos do cenário político e econômico atual, caracterizados pela desvalorização e desmonte das políticas públicas, congelamento de investimentos e cortes de recursos as universidades, pesquisas e pesquisadores, o negacionismo científico, o contexto de pandemia e suas repercussões para esses pesquisadores em formação e finalmente uma discussão mais voltada para a pós-

graduação em Ciências Humanas, salientando como a conjuntura atual trouxe impactos ainda maiores a esse campo das humanidades que enfrentam desvalorizações, ataques e desinvestimentos constantes.

O quarto capítulo traz a discussão e análise do material empírico e se volta para os relatos de sofrimento emocional entre os estudantes de pós-graduação em Ciências Humanas da UFBA, dados estes obtidos através das coletas de dados e as análises realizadas. Sendo assim, este capítulo se ateve a aspectos como motivações e expectativas de ingresso a pós-graduação, bem como fatores estressores que acarretam aos estudantes de pós-graduação diversos sofrimentos emocionais como: permanência material, principalmente relacionados a escassez e insuficiência das bolsas de pesquisa, assim como a necessidade de conciliar trabalhos remunerados com os estudos; o culto da performance, atrelado as constantes exigências por produções acadêmicas em períodos cada vez mais curtos, devido à necessidade e ligação desse desempenho com as políticas de fomento e avaliação dos cursos; as relações interpessoais estabelecidas nesse âmbito acadêmico com a instituição, docentes, colegas e orientadores; e o processo de escrita da tese ou dissertação, bem como as pressões antes e em torno da defesa. Além disso, discute-se como tais aspectos repercutem também em somatizações, em seus relacionamentos com amigos, familiares e parceiros e em suas expectativas sobre o futuro profissional, causando diversas preocupações sobre o futuro. Por fim, as considerações finais apresentam as conclusões destas análises.

2 AS EMOÇÕES COMO OBJETO DE ESTUDO NAS CIÊNCIAS

O estudo das emoções nem sempre foi um tema significativo para as discussões científicas, pelo contrário, autores ressaltam que por muito tempo a temática das emoções não despertou o interesse de estudiosos. Segundo Michel Lacroix (2006), nos anos 1950 e 1960, as emoções não tinham um lugar de destaque até mesmo na psicologia acadêmica, que quando se debruçava sobre o tema a fazia numa ótica reducionista. Na perspectiva de psicólogos científicos, biólogos e teóricos da evolução, a emoção só obtinha algum destaque em nome do pragmatismo e do utilitarismo e por isso, a emoção era vista como um instrumento que permite a sobrevivência do indivíduo.

Ele aponta que, para a teoria da evolução e da psicologia, era preciso que a emoção tivesse uma finalidade prática, que assegurasse a proteção do indivíduo e adaptasse o comportamento à situação, obtendo sentido apenas como reações vitais e vantagens adaptativas. Nesse período, a emoção não tem utilidade, mas torna-se um fator de inadaptação, uma deficiência que provoca dificuldades na ação, sinônimo de distúrbio mental, uma perturbação, uma disfunção ou uma degradação de conduta.

A emoção era considerada uma excitação forte demais, um excesso de plenitude, um excedente de energia que, em vez de se organizar para atingir um objetivo, em vez de ser construtivo, dissipava-se esterilmente pelo corpo em manifestações fisiológicas, endócrinas ou neurovegetativas. (LACROIX, 2006, p. 79).

Ademais, frisa que essa interpretação como uma realidade perigosa é característica da antiga imagem do homem, relacionada a um contexto dos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial no qual havia múltiplos motivos de medo frente à emoção, devido à facilidade com que esta assumia o controle do comportamento humano e porque era responsabilizada pela revolução organizacional em que estavam engajadas as sociedades avançadas. Entre os anos 1950 e 1960, se buscava uma sociedade programada, planejada, racionalizada na qual a emoção poderia romper com sua imprevisibilidade, suas divagações, suas explosões, seus acessos, seus entusiasmos e seus furores, se constituindo o ponto fraco do sistema.

Entretanto, segundo o autor, em 1973 ocorre uma mudança de perspectiva, a partir de uma nova antropologia proposta por Edgar Morin, incentivada pela revolução das ideias que se produziu nas ciências nessa mesma época, em que o racionalismo não ocupa lugar de destaque e a emoção passa a ser vista como constitutiva da identidade e consubstancial a sua natureza, sendo ela a característica do homem.

Era preciso, declarou ele, acabar com a concepção estreita do homem, com “a antropologia racionalista do *Homo sapiens*”. O homem só era plenamente *sapiens* quando era, simultaneamente, *demens*. Em vez de fazermos louvores vazios à razão, que tratássemos de devolver seu lugar à instabilidade afetiva, à intemperança das paixões, ao descomedimento, à desrazão. (LACROIX, 2006, p. 84).

Para Lacroix (2006), Edgar Morin abriu espaço para que outros intelectuais também se voltassem ao estudo das emoções, como o caso de Antonio Damasio ao afirmar que a capacidade de raciocinar está ancorada em nosso ser emocional, de modo que a razão e a emoção não são antagônicas, mas complementares, desempenhando um papel de destaque na elaboração das decisões racionais. Em suma, o motor da razão necessita da emoção. “A capacidade de expressar e sentir emoções é indispensável à implementação de comportamentos racionais”, escreveu Antonio Damasio (LACROIX, 2006, p. 87).

Corbin; Courtine e Vigarello (2020) afirmam que somente no final do século XIX, há a emergência de formas inéditas de observação e de reflexão sobre as emoções humanas, colocando-as no centro da vida individual, política e social. Além disso, os cientistas começam a medir a expressão das emoções, gradualmente a psicologia se impõe, bem como, as neurociências se ocupam desta temática de modo que o vínculo entre as emoções e as zonas do corpo ativadas por ela se tornam o centro das preocupações.

Nesse período, segundo tais autores, as emoções, mais amplamente os sentimentos e afetividade, tornam-se objetos de estudos para várias disciplinas científicas “jovens” ou em vias de constituição: fisiologia, neurologia, biologia evolucionista, psicologia e antropologia. Desse modo, para eles, é nesse novo contexto científico que o próprio termo emoção se generaliza e suplanta o mais antigo de paixão, visto que o universo psíquico se transformou muito com a modernidade; ele se aprofundou, se diferenciou, ao passo que se multiplicaram inegáveis especificidades nesse período.

Os autores indicam que a partir de 1960, primeiramente a psicologia cognitiva, em seguida a antropologia cultural, mostraram a emoção e a cognição como inseparáveis, tanto em nível individual quanto social. Os trabalhos antropológicos sobre o mundo não ocidental permitiram reconhecer na concepção das emoções-paixões opostas à razão, uma construção ocidental antiga tornada poderosa no contexto do mito do processo civilizatório dos tempos modernos, de modo que a emoção encontrada nas fontes medievais aparece, o mais frequentemente, simultaneamente racionalizada, encarnada e moral.

Lacroix (2006) também salienta essa ruptura ao argumentar que enquanto o paradigma passado era o da razão liberta das emoções, o novo paradigma proposto pela neurobiologia e ciências cognitivas advogam por uma harmonia entre a cabeça e o coração. A emoção passa a

ser reconhecida como a base da vida psíquica e objeto de estudo principalmente das ciências psicológicas, entretanto, esclarece o autor, a emoção não é somente uma experiência solitária, mas uma oportunidade de compartilhar com o outro e favorecer o contato com os semelhantes, porquanto possui um papel comunicacional e social, sendo um fator de desabrochamento da relação interpessoal e do desabrochar individual.

Ele declara que o contexto científico contribuiu para dar destaque a emoção, tendo em vista que uma nova antropologia, influenciada pela neurobiologia, psicologia fundamentalmente não racionalista, confere a afetividade um lugar em primeiro plano, considerando-a um componente essencial do comportamento. Outrossim, realça que o culto da emoção não é um simples efeito da moda, uma modalidade do cuidar de si ou uma peripécia na história de nossos costumes, mas, é também uma consequência direta da evolução das ideias científicas.

Os autores Corbin; Courtine e Vigarello (2020) indicam que, na virada do século XX, a longa tradição, que desde sempre submetia os excessos das paixões ao controle da razão, manifesta óbvios sinais de esgotamento e as emoções estendem seu império e ocupam uma posição mais central na vida psíquica dos indivíduos, bem como na existência social de suas comunidades. Eles sinalizam que o avanço das expressões das emoções humanas é favorecido pela crítica, realizada desde o final do século XX, ao racionalismo cartesiano que separava emoção e razão, desvalorizando a primeira, considerada próxima aos animais e valorizando a segunda, constituindo-a como definição do homem, sendo uma posição muito enraizada nas elites intelectuais, políticas, religiosas, em parte responsáveis pela censura das emoções. Impulsionados pelas descobertas das neurociências, se desenvolve a ideia de que as emoções estão ligadas aos pensamentos, estando mais em harmonia do que em oposição a estes e composta por uma função adaptativa fundamental.

Para eles, a história das emoções não poderia ser senão transdisciplinar, por conjuntos disciplinares como a antropologia, psicologia e neurociências, história, universo do pensamento econômico e político. Além do mais, declaram que a emoção, em suas variantes históricas, em suas nuances, em suas versões, reflete primeiramente uma cultura e um tempo, bem como respondem a um contexto, desposam um perfil de sensibilidade, traduzem uma maneira de viver e de existir, dependendo ela mesma de um ambiente preciso, singular, que oriente o afeto e suas intensidades.

Como vimos, as emoções que outrora não eram consideradas objeto de estudo nas ciências, ganham destaque e se tornam objeto de preocupação de estudiosos principalmente das ciências “psi”. Entretanto, como anteriormente enunciado, não se trata de uma temática

exclusiva deste campo, mas possuem uma perspectiva transdisciplinar, isto é, comportam outras áreas de estudo como as ciências sociais, dentre as quais o presente trabalho terá ênfase, apresentando o contexto da temática no campo das ciências sociais, investigando a relevância das emoções para os estudos sociológicos e resgatando a importância de estudá-las por essa perspectiva. As ciências sociais, conforme será abordado a seguir, mesmo antes de consolidar as emoções como objeto de conhecimento científico, vai apontar para esta temática por uma perspectiva social desde autores clássicos, embora de modo secundário, até sociólogos que de fato se debruçam sobre o assunto.

2.1 AS EMOÇÕES NA SOCIOLOGIA

A sociedade atual tende a considerar as emoções como um fenômeno pertencente apenas à esfera do indivíduo e a sua psique, sem situá-la à esfera do social ou ao campo das Ciências Sociais. No entanto, nas Ciências Sociais, as emoções foram consideradas um fenômeno social desde os clássicos como Émile Durkheim, precursor da sociologia como campo de conhecimento científico, que em sua obra “As regras do método sociológico”, define os fatos sociais como: “*maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo*” (DURKHEIM, 1978, p.3).

Para Durkheim (1978; 1999; 2000), as representações, emoções e as tendências coletivas não têm por causas geradoras certos estados de consciência dos indivíduos, mas sim as condições em que se encontram o corpo social em seu conjunto. Ele ressalta que uma explicação puramente psicológica dos fatos só pode deixar escapar tudo o que eles têm de específico, isto é o social.

O sociólogo também declara que a vida coletiva não nasceu da vida individual, mas foi a segunda que nasceu da primeira, de modo que a vida individual não tem nada de antissocial porque é produto da sociedade. Ele realça que os fatos sociais não são o simples desenvolvimento dos fatos psíquicos, antes os segundos são o prolongamento dos primeiros no interior das consciências. Sendo assim, acrescenta que nossos estados de consciência não derivam da natureza psicológica, mas da maneira como os homens, uma vez associados, se afetam mutuamente, de modo que se constituem como produtos da vida em grupo e somente a natureza do grupo pode explicá-los. Para o autor, não há dúvida de que as condições externas em que os indivíduos vivem os marcam e, sendo diversas, os diferenciam.

Outrossim, salienta que o estado afetivo em que o grupo se encontra reflete as circunstâncias que ele atravessa, de modo que não são apenas os próximos mais diretamente

atingidos que transmitem sua dor pessoal à coletividade, a própria sociedade exerce sobre seus membros uma pressão moral para harmonizarem seus sentimentos com a situação. Para ele, permitir que permanecessem indiferentes seria proclamar que a sociedade não ocupa lugar de direito nos corações de seus integrantes; seria negar a própria sociedade.

Segundo Antunes Filho (2012), embora Durkheim não tenha feito um tratado sobre o tema da emoção, ele faz apontamentos que ajudam na organização e elaboração de uma teoria sociológica que pode contribuir com a reflexão e análise do tema. Uma noção primeira sobre a emoção, em um ponto de vista durkheimiano, é que esta pode ser compreendida como manifestação e expressão relacionada, fundamentalmente, a um fenômeno social, e não exclusivamente psicológico ou fisiológico. Ademais, ele apresenta também as contribuições de Marcel Mauss para o estudo das emoções ao ressaltar que para este autor considerado clássico nas ciências sociais, a emoção é um componente da rede de formas geradas e experienciadas por um determinado grupo social. Trata-se, então, de uma representação coletiva vivenciada diferentemente por indivíduos. Por outro lado, a emoção é mutável conforme as sociedades e também o modo como foram construídas e condicionadas pelas localidades e momentos históricos específicos.

Autores como Mauro Guilherme Koury (2004), Claudia Barcellos Rezende e Maria Claudia Coelho (2010) também sinalizam que outros autores clássicos das ciências sociais identificaram nas emoções um tipo de fenômeno social como: Lévi- Strauss ao afirmar que a roupagem social conflitua na experiência individual dando uma marca específica a cada indivíduo, Marcel Mauss ao aprofundar a categoria do simbólico enquanto elemento de configuração do social, bem como, Radcliffe-Brown e Ruth Benedict que respectivamente, detiveram-se nas regras e formas coletivas de expressão dos sentimentos.

Georg Simmel (2006), em sua obra “Questões fundamentais da sociologia”, realça que com base nas condições e necessidades práticas, nossa inteligência, vontade, criatividade e os movimentos afetivos são elaborados a partir daquilo que tomamos do mundo. Ele considera que tudo que está presente nos indivíduos sob a forma de impulso, interesse, propósito, inclinação, estado psíquico, movimento, de maneira a engendrar ou mediar influências sobre outros, ou que receba tais influências, são designadas como conteúdo da sociação.

Desse modo, apesar da não centralidade da temática para tais autores, suas contribuições apontam para um objeto de estudo que se tornaria preocupação nas ciências sociais e possibilitaria uma perspectiva social das emoções, explorada por teóricos principalmente com o surgimento da modernidade, que acarretou grandes impactos à vida em sociedade.

Norbert Elias (1990; 1993), a partir dos estudos realizados em “O processo civilizador”, é um dos precursores da temática das emoções na sociologia de modo central. Para o autor, a sociedade passou por um processo, ocorrido por meio de mudanças que foram acontecendo não de forma racional, no sentido de algo calculado, mas foram se expandindo e se espalhando como uma regra de convívio, desencadeando o Processo Civilizador, que se refere a um fator que resultou em mudanças na estrutura social, no comportamento e na constituição psíquica. A cultura de dissimulação adotada, visando um controle social, levou os indivíduos a um controle das emoções que modificou a conduta e sentimentos humanos.

Corbin; Courtine e Vigarello (2020), em diálogo com os escritos de Elias, reiteram que a civilidade medieval encontra sua expressão mais acabada no ideal da cortesia, modelo de comportamento que se desenvolve, de modo que o ideal cortês se opõe aos costumes cavaleirescos, rudes e brutais, exigindo o controle da força e do instinto. Segundo eles, as regras da civilidade impõem uma certa reserva física de governar-se e conhecer-se, de evitar impulsos repentinos assim, a dignidade de compostura e justeza do movimento se tornam normas explícitas em que, no final da Idade Média, as regras da vida em sociedade se complexificam e se aperfeiçoam e as noções de intimidade e decoro vão se insinuando pouco a pouco no cotidiano, assim como a autovigilância, elemento de estruturação do processo de individualização, é progressivamente interiorizada.

Cavalheirismo e honestidade, aliado à doçura, à urbanidade e a uma retórica do pudor, da modéstia, da reserva, para nunca dar livre-curso à manifestação da emoção, caracterizam, portanto, esse controle dos afetos presente nas representações das interações sociais no período clássico, que é simultaneamente uma arte do distanciamento. (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2020, p. 7226)

Elias (1990; 1993), quando analisa os efeitos da ordem social decorrente do processo civilizador na subjetividade do indivíduo, percebe a influência da sociedade no modo de sentir e expressar as emoções, bem como, os sofrimentos emocionais acarretados aos indivíduos, comprometendo-os, inclusive no desempenho das suas funções sociais. Ele denota que o controle efetuado por terceiros pessoas é convertido em autocontrole, visto que as atividades humanas consideradas mais animais são excluídas da vida e há uma regulação da vida instintiva e afetiva de modo cada vez mais estável, uniforme e generalizada. Ocorrem mudanças nas maneiras e na estrutura da personalidade que tem como resultado essa forma de condutas e sentimentos “civilizados”.

Os fatos característicos das mudanças psicológicas no curso da civilização foram: o controle mais complexo e estável da conduta que passou a ser introduzido no indivíduo desde

a sua infância como uma espécie de automatismo do qual ele não poderia resistir, visto que, além do controle do indivíduo, foi estabelecido um cego aparelho automático de autocontrole que visava prevenir transgressões do comportamento socialmente aceitável através de medos arraigados. Essa regulação de impulsos era determinada pelo processo de diferenciação social, divisão de funções e crescimento de cadeias de interdependências. A civilização, para ele, surge de um processo de dinâmicas de disputas, mas é um processo internalizado e não se refere somente a dinâmica social, isto é, a mudança da dinâmica de relação em grupos e intergrupos, é a mudança da dinâmica da relação interior. Os processos de valorização do prestígio, desvalorização da violência e da exibição de certas emoções vão sendo incorporados como autocontrole.

Rezende e Coelho (2010) destacam que para Elias todos esses processos psíquicos e afetivos contribuem para a formação de uma estrutura psicológica particular, na qual Elias identifica alguns problemas. A educação das crianças no presente passou a ter que inculcar desde cedo e em poucos anos um controle sobre o corpo e sobre os afetos que os indivíduos desenvolveram em vários séculos. O grau de tolerância aos “maus comportamentos”, principalmente em relação à etiqueta em torno do corpo, diminuiu muito, de forma que eles tendem a desaparecer muito cedo. A criança que não atinge o nível de controle emocional esperado é vista como “doente”, “anormal”, “impossível”, marcando o tipo de vida que poderá ter. Além disso, como o impulso de sentir prazer com certas funções corporais deve desaparecer da consciência do adulto, o prazer torna-se mais secreto e privado. Segundo tais autoras, esses conflitos internos em torno do controle dos impulsos e sentimentos produzem, na opinião de Elias, uma dificuldade de vivência afetiva, que por sua vez gera distúrbios de comportamento, compulsões e excentricidades. Se a vida torna-se menos perigosa, torna-se também menos prazerosa e essa é uma das cicatrizes deixadas pelo processo civilizatório na visão de Elias.

Norbert Elias, a partir das suas contribuições, abre para o campo das ciências sociais a possibilidade de pensar a temática das emoções por uma perspectiva sociológica. Entretanto, a sociologia das emoções como campo de conhecimento, segundo Koury (2004), só inicia seu processo de consolidação a partir da metade da década de 1970, quando nos finais da década de cinquenta e sessenta, críticas eram feitas as análises sociais de cunho mais estrutural que deixavam a ação social, os atores sociais e sua vida emocional em segundo plano. Desse modo, conforme o autor, tais críticas e novas formulações possibilitaram perspectivas com ênfase em um processo analítico da subjetividade como fonte e forma de expressão e construção social.

Para ele, as ciências sociais das emoções partem do princípio de que as experiências emocionais singulares, sentidas e vividas por um ator social específico, são produtos relacionais

entre os indivíduos e a cultura e sociedade. Sua fundamentação analítica vai além do que um ator social sente em certas circunstâncias ou com relação às histórias de vida estritamente pessoal. As ciências sociais das emoções, finalmente, buscam investigar os fatores sociais, culturais e psicológicos que encontram expressão em sentimentos e emoções particulares, compreendendo como esses sentimentos e emoções interatuam e se encontram relacionados com o desenvolvimento de repertórios culturais distintivos nas diferentes sociedades (KOURY, 2006, p. 139).

O autor comunica que as tradições sociológicas francesa e americana possuem influências em torno do surgimento deste campo. Na tradição francesa, que tem como principais sociólogos Durkheim e Mauss, a contribuição se deu pela percepção do social como atuante no indivíduo, uma vez que, a socialização impõe inconscientemente, maneiras de agir, pensar e sentir perante as situações. A partir desta tradição, o campo da sociologia das emoções pode pensar este fenômeno como construção social. Nesta direção, seguindo de perto Mauss e Durkheim, os sentimentos seriam construtos sociais, simbólicos, integrativos dos atores a uma dada sociabilidade ou modo de vida, e integrativos dos sujeitos para consigo próprio, mediatizados pela tradição social.

A tradição americana, tem a contribuição principal de Georg Simmel que influenciou autores como George Mead e Robert Park e membros da escola de Chicago a se dedicarem as relações entre indivíduo e sociedade na realidade social. Mead argumenta em suas teorias, o conceito de intersubjetividade que também é discutido por Park e se tornou referência nas análises sociológicas nos Estados Unidos. A escola de Chicago, baseando-se nas análises de Simmel, volta a sua atenção a microssociologia e a interpretação da cultura que privilegia as estruturas simbólicas identitárias e forças de alteridade e os interacionistas simbólicos como Garfinkel, Schutz, entre outros, revisitam discussões voltadas aos indivíduos e suas relações sociais, isto é, o indivíduo e sociedade e a interação social, bem como, de que forma as emoções se dão dentro deste processo de interação.

Ambas são importantes para o surgimento deste campo mais específico das emoções na perspectiva sociológica. A escola francesa evidencia a importância do social na formação do indivíduo, neste caso, mais especificamente na formação de suas emoções, enquanto a escola americana demonstra de que maneira as emoções se expressam nas relações entre indivíduo, a sociedade e seus significados. Segundo Koury (2006), autores contemporâneos como Thomas Scheff, Suzanne Retzinger e Mennell, Scherer, Scherer e Eckman, Drew e Wooton, Schott, entre outros, também foram necessários para a consolidação das ciências sociais das emoções no pensamento sociológico ocidental.

No Brasil, o campo da sociologia das emoções surge a partir dos anos 90, no entanto, segundo Koury (2005) a discussão sobre as emoções pode ser identificada entre os fundadores brasileiros das ciências sociais, embora estes a tenham estudado apenas como variável para análise do social. Ele denota que o conceito de emoção estava presente em autores como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Roger Bastide. A partir do século XX, as emoções têm mais visibilidade nos estudos de brasileiros como Roberto DaMatta, Gilberto Velho, Luis Fernando Dias Duarte, Myriam Moraes Lins de Barros, Cornelia Eckert, Clarice Peixoto, Alda Britto da Motta, Maria Claudia Coelho, Claudia Rezende e Mauro Guilherme Pinheiro Koury, entre outros nomes. Uma série de estudos voltados à problemática de saúde, sofrimento social entre trabalhadores, gênero e envelhecimento, dentre outras, possibilitaram a construção das ciências sociais das emoções no Brasil.

Michel Lacroix (2006) argumenta que o tema da emoção está no cerne da revisão da imagem do homem que se produz atualmente. Ele realça que, sob a influência da neurobiologia, surge uma nova antropologia como reação à psicologia das décadas de 1950 e 1960 que percebiam na emoção uma perturbação do comportamento, uma falha da ação, uma deficiência. Essa nova antropologia reabilita a emoção e a considera uma auxiliar da ação, uma aliada da razão que declara, segundo ele, que somos tão *Homo sentiens* quanto *Homo sapiens*.

Para o autor, o retorno à emoção também não escapa à vida coletiva contemporânea, se inserindo no gosto pelas comemorações e o culto do passado; nos movimentos identitários, étnicos e regionalistas; no mundo do trabalho como: nas diretorias dos recursos humanos ao instituírem estágios de “desenvolvimento pessoal e profissional”, de modo que permitam aos funcionários dinamizar seu potencial afetivo, expressar seus sentimentos, administrar e explorar suas emoções; e até mesmo a política sofre com esse contágio da emoção, enquanto a impregnação da vida pública pela emoção repercute na imagem do político ideal.

As mobilizações emocionais a que assistimos explicam-se ainda melhor quando as situamos no contexto da crise da coesão social. Frente a um vínculo social que se desagrega, elas exercem uma função reparadora. É que as antigas formas de solidariedade no trabalho, na paróquia, na aldeia e na família estão-se decompondo. Os cidadãos já não se reconhecem no Estado, que deixou de ser uma entidade federativa capaz de selar a unidade. Não há mais um projeto coletivo mobilizador, uma crença ideológica indiscutível, uma religião capaz de agregar os homens, e menos ainda uma figura dinástica que encarne a coesão nacional. Nessas condições, que resta para garantir a permanência do vínculo social? Justamente a emoção (LACROIX, 2006, p. 99).

Para ele, o processo de libertação emocional se desenrola em três etapas, dentre elas a sociológica, na qual para desenvolver sua vida emocional deve-se iniciar pela emancipação das restrições sociais que pesam sobre a emoção, tendo em vista que a sociedade reprovava os

excessos emocionais e tinham a pretensão de controlar e limitar a expressão da afetividade, ressaltando um período de repressão implacável desta. Sendo assim, a perspectiva da emoção como algo a ser buscado e cultivado sem receios ou dissimulações, rompe com uma tradição de repressão emocional e inaugura uma nova era da história do Ocidente.

Ao mesmo tempo, o autor também denota que a subjetividade que vira às costas à exterioridade é uma caricatura da subjetividade, dado que a vida interior requer a disponibilidade e a atenção para o mundo, isto é, precisa ser revitalizada pela exterioridade. O eu, não é rico por si mesmo, mas pelo que retira do mundo, por sua colheita emocional, sua disponibilidade ardorosa (LACROIX, 2006, p. 181).

David Le Breton (2019) em sua obra “Antropologia das emoções”, declara que opor a razão e a emoção seria desconhecer que ambas estão inscritas em lógicas pessoais, impregnadas de valores e de afetividade, visto que existe uma inteligibilidade da emoção e uma afetividade no mais rigoroso dos pensamentos, uma emoção que condiciona.

As emoções não são expressões selvagens que vêm quebrar as condutas razoáveis, elas obedecem a lógicas pessoais e sociais, elas têm também sua razão, da mesma forma que a razão não se concebe uma inteligência pétrea ou maquinal. Um homem que pensa é sempre um homem afetado, alguém que reúne o fio de sua memória impregnada de certo olhar sobre o mundo e sobre os outros. (LE BRETON, 2019, p. 144)

Ele salienta que o homem está afetivamente presente no mundo, de modo que o “coração” e a “razão” não são coisas dispersas, mas se influenciam mutuamente, refutando a dualidade proposta desde o período da antiguidade, no qual a emoção é associada a uma irracionalidade ou falta de autocontrole, bem como a percepção das emoções como fonte de perturbação dos processos intelectuais e comportamentais.

Para o autor, os sentimentos e emoções não são estados absolutos, substâncias que se podem transpor de um indivíduo ou grupo a outro. Elas tampouco são, ao menos exclusivamente, processos fisiológicos cujos segredos estariam contidos no corpo, trata-se de relações. A cultura afetiva oferece os principais esquemas de experiência e de ação sobre os quais o indivíduo tece sua conduta de acordo com sua história, seu estilo e notadamente, sua avaliação da situação, sendo uma atividade de conhecimento, uma construção social e cultural na qual se torna um fato pessoal mediante o estilo particular de cada indivíduo.

Para ele, embora a afetividade pareça, em um primeiro contato e conforme o senso comum, um refúgio da individualidade, mesmo quando ela é sincera e genuinamente oferecida, a afetividade permanece uma emanção característica de certo ambiente humano e de determinado universo social de valores. Dessa forma, para Le Breton, os sentimentos ou as

emoções fazem parte de um sistema de sentidos e de valores próprios a um grupo social de modo que as emoções que nos acometem e a maneira como elas repercutem sobre nós tem origem em normas implícitas coletivas e orientações de comportamento que cada um exprime de acordo com seu estilo, sua apropriação pessoal da cultura e de valores circundantes, ressaltando que a emoção é indicada pelo grupo e sua emergência, intensidade, duração, suas modalidades de aplicação, seu grau de incidência sobre os outros, respondem a incitações coletivas variáveis de acordo com o público e a personalidade dos atores solicitados.

Da mesma forma, Corbin; Courtine e Vigarello (2020), também salientam que as emoções e sua linguagem estão inseridas em contextos sociais que lhes conferem significação. Elas têm um tempo e um lugar, e não são de forma alguma amorfas socialmente, nem vindas de lugar algum. Para eles, as sociedades desenvolvem sensibilidades e culturas emocionais variadas; priorizam certas expressões da emoção; esperam, segundo a situação e o contexto, determinadas reações e rejeitam outras.

Desse modo, as emoções se associam ao âmbito social e cultural como meios influenciadores, como já apontavam os teóricos clássicos e expressa os mais contemporâneos acima mencionados. Entretanto, como indaga Eva Illouz (2011), por que devemos fazer isso? Será que se concentrar numa experiência tão sumamente subjetiva, invisível e pessoal quanto o “afeto” não solaparia a vocação da sociologia, que, afinal de contas, tem se interessado sobretudo por regularidades objetivas, atos padronizados e instituições de larga escala? Em outras palavras, por que haveríamos de nos alvoroçar e mexer com uma categoria sem a qual, até hoje, a sociologia saiu-se muito bem?

Illouz (2011) argumenta que o afeto é uma entidade psicológica, sem dúvidas, mas é também, e talvez até mais, uma entidade cultural e social: através dos afetos, colocamos em prática as definições culturais da individualidade, tal como se expressam em relações concretas e imediatas, mas sempre definidas em termos culturais e sociais. As emoções são objetos de estudo sociológico importante na medida em que o indivíduo, dotado de razão e emoção, é um sujeito social inserido em um contexto social e cultural e influenciado por esse meio, inclusive no que diz respeito a expressão e construção das suas emoções, sendo importante para entender de que forma isso se expressa não somente em contextos individuais, mas em esferas grupais ou sociais.

Sendo assim, a sociologia das emoções, possibilita discussões e reflexões que não se restringem somente ao indivíduo e sua psique, mas resgatam as emoções como atreladas ao ambiente social, expandindo as possibilidades e perspectivas sobre a temática. Portanto, temas

relacionados começam a ser discutidos, entre eles o sofrimento emocional que passa a ser objeto de reflexões produzidas pelas Ciências Sociais.

2.2 O SOFRIMENTO EMOCIONAL NA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

Segundo David Le Breton (2013), durante muito tempo a dor era vista como uma sensação produzida pela máquina corporal e a parte do homem voltada a construção de seu sofrimento foi ocultada, de modo que o homem era uma hipótese secundária e até insignificante, sendo a “máquina do corpo” a única concernida. Para ele, com os estudos sobre a histeria em 1895, Freud e Breuer abrem possibilidades de pensar que o homem não é simplesmente uma série de fibras nervosas ou o apêndice indiferente de uma atividade biológica autônoma do cérebro.

Le Breton considera que o sofrimento existe e pesa sobre o indivíduo sem que nenhuma lesão orgânica seja detectável por meios de instrumentos de diagnóstico sofisticados da medicina moderna. Ele possibilita que a dor seja pensada em termos emocionais, não atribuindo a importância apenas às dores físicas, mas considerando o sofrimento emocional, acrescenta também que a dor é íntima, mas também impregnada de social, de cultural, de relacional, é fruto de uma educação e não escapa ao vínculo social.

A dor, para o autor, não é um simples fluxo sensorial, mas uma percepção que suscita primeiro a questão da relação do indivíduo com o mundo e da experiência acumulada a esse respeito. Ela não escapa à condição antropológica das outras percepções, é simultaneamente experimentada e avaliada, integrada em termos de significado e de valor, mas nunca puramente fisiológica, pois pertence também a esfera simbólica, de modo que não é somente o corpo que sofre, mas o indivíduo em sua totalidade. Não obstante o sofrimento ser sentido de forma diferenciada por cada sujeito, é inviável pensá-lo enquanto destituído do social. Segundo Menezes (2002), estudos etnológicos sobre a variedade de expressões emocionais comprovam que os fatores socioculturais são importantes, pois geralmente as situações têm um papel determinante que ocasionam uma ou outra emoção; condicionam o nível de comportamento emocional a ser produzido na situação; e influenciam na manifestação das emoções.

No que tange ao termo “sofrimento emocional”, Lima (2013) salienta que na literatura biomédica ocidental este vai assumir o nome de “doença mental” ou, como pontuado nos manuais para os CAPS, como “transtornos mentais severos e persistentes”. O uso da terminologia em detrimento do nome “doença mental” ou outros termos similares são utilizados para retirar esse conceito do campo da psiquiatria, da biomedicina, e articulá-lo com o ser no

mundo, considerando o sofrimento como algo que não é apenas mental e que não pode ser considerado cindido do corpo.

Ela acrescenta que se a perspectiva biológica para a chamada doença mental foca em elementos estruturais localizados no cérebro, incluindo aí os neurotransmissores, ou ainda se utiliza de aspectos genéticos buscando encontrar a origem desse adoecimento, a psicologia mais tradicional tende a atribuir à doença a uma dimensão psíquica, subjetiva, interior. Ambas as alternativas pressupõem uma cisão de base cartesiana, onde corpo e mente estão separados. Todavia, como realça Cunha (2015), adotar a categoria sofrimento emocional como eixo da pesquisa é entender que se trata de algo tanto biológico quanto cultural, assumindo o pressuposto de que natureza e cultura não são duas esferas independentes a serem estudadas separadamente; são dimensões indissociáveis. Dessa forma, o uso do termo “sofrimento emocional” não são apenas descrições de significados sobre a enfermidade; elas revelam um modo de engajamento no mundo que desafia a própria dicotomia mencionada.

Ela reforça que o sofrimento não é dado naturalmente, mas depende do espaço onde está situado, sendo uma perspectiva que subverte as habituais formas de investigação e exige que se abduque do desejo de encontrar sínteses definitivas, de modo que a realidade passa a ser concebida como modos de ser que vão sendo feitos e refeitos permanentemente, de maneira sempre provisória e por essa razão nunca resultam em totalidades acabadas e passíveis de serem elucidadas plenamente.

O contexto em que o indivíduo está inserido tem relação direta com as formas de sofrimento emocional que o sujeito manifesta, por isso o estudo social das emoções contribui para desconstruir o pensamento exclusivamente psicológico acerca do tema, considerando-o por uma perspectiva sociológica em que os fatores sociais, culturais, econômicos e políticos, têm influência nas formas de expressão e construção das suas emoções. Os períodos moderno e neoliberal, que em seguida serão abordados, demonstram os impactos das transformações sociais nas emoções dos sujeitos e como isso desencadeou diversas formas de sofrimento emocional.

2.3 O SOFRIMENTO EMOCIONAL NA MODERNIDADE

Segundo Eva Illouz (2011), os sociólogos concebem a modernidade em termos do advento do capitalismo, da ascensão das instituições políticas democráticas ou da força moral da ideia de individualismo, entretanto, dão pouca atenção as descrições ou os relatos do advento da modernidade em termos dos afetos. Para ela, as descrições sociológicas da modernidade

contêm, se não uma teoria completa dos afetos, pelo menos numerosas referências a eles: angústia, amor, rivalidade, indiferença, culpa, há tudo isso na maioria dos relatos históricos e sociológicos das rupturas que levaram à era moderna. Para a autora, a criação do capitalismo caminhou de mãos dadas com a criação de uma cultura afetiva intensamente especializada, que revela outra ordem na organização social do capitalismo.

Anthony Giddens (2002), ao tratar da modernidade, ressalta um mecanismo psicológico básico que mantém a angústia sobre controle, este é o senso de segurança ontológico, isto é, a crença na continuidade do cotidiano. Esse senso se forma na infância e na relação com as pessoas que convivem, ele é de natureza inconsciente e fundamental para a manutenção da vida social. No entanto, menciona que na modernidade as pessoas experimentam um aumento de senso de crise e uma série de riscos que não são previstos, pois os atores têm de buscar outros tipos de resposta, tendo em vista que a tradição não consegue mais dar conta disso. Portanto, as pessoas recorrem às informações em fluxos para saber como viver e ajudar a controlar a angústia e manter o senso de segurança ontológico.

A modernidade, pode-se dizer, rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes mais tradicionais. (GIDDENS, 2002, p. 38)

Giddens (1991), argumenta que com as mudanças sociais ocorridas, o modo de vida cotidiano é remodelado e um número crescente de pessoas vive em uma condição na qual, instituições que ligam práticas locais a relações sociais globalizadas, regulam os principais aspectos da vida cotidiana, por isso há um sentimento de falta de controle da própria vida. Ele menciona que as transformações da modernidade ocorreram de forma mais profunda do que períodos anteriores, na medida em que as instituições sociais modernas apresentam aspectos que a separam das ordens sociais tradicionais, embora elas tragam oportunidades maiores do que em outras épocas, elas também manifestam o que o sociólogo chama de “lado sombrio”. O autor retrata como as circunstâncias e transformações sociais desencadeiam sofrimentos emocionais na modernidade, tendo em vista que os indivíduos estão mais conscientes dos riscos e perigos presentes e mediante as incertezas e inseguranças vividas, são desencadeados sentimentos como angústias, medos e ansiedades.

Georg Simmel (2005) também revela os impactos da vida urbana para o sujeito. Ele argumenta que o fundamento psicológico sobre o qual se eleva os tipos das individualidades da cidade grande é a intensificação da vida nervosa resultante da mudança rápida e ininterrupta

das cidades durante o processo de modernização, desde um atravessar de rua ao ritmo econômico, ocupacional e social que apresenta uma oposição ao modo de vida em cidades pequenas e áreas rurais em que o ritmo de vida se dá de forma mais lenta, habitual e uniforme. Ele diz que o habitante da cidade grande, envolto em diversas modificações individuais, se protege contra as ameaças do meio exterior, reagindo não com ânimo, mas com entendimento, ou seja, a reação aos fenômenos da cidade grande é deslocada para o entendimento como uma forma de se preservar da vida subjetiva e das coações da cidade.

Para Simmel, o espírito moderno torna-se um espírito contábil e somente a economia monetária preencheu o cotidiano dos indivíduos com comparações, cálculos, determinações numéricas, redução de valores qualitativos a valores quantitativos. Ele explica que na cidade grande as relações e oportunidades do habitante são variadas e complicadas devido à acumulação com interesses diferenciados e uma ordenação em um esquema temporal fixo e supra subjetivo compostos por pontualidade, contabilidade, exatidão. Desse modo, essas condições direcionam para os conteúdos da vida e facilitam a exclusão de traços essenciais e impulsos irracionais e instintivos.

Outrossim, indica que nenhum fenômeno anímico seja reservado de modo tão incondicional à cidade grande como caráter blasé, que se refere a consequência dos estímulos nervosos e de onde advém a intensificação da intelectualidade na medida em que estimula o indivíduo ao seu máximo de atuação nervosa devido à desconfiança perante os elementos da vida na cidade grande. O caráter blasé se refere a incapacidade de reagir aos novos estímulos, isto é, a possibilidade de se acomodar os conteúdos e à forma da vida na cidade grande, renunciando reagir a ela e dando uma impressão de habitantes frios, sem ânimo, com aversão, estranheza e repulsas no momento de um contato próximo, por isso a antipatia funciona como uma proteção na medida em que realiza as distâncias e os afastamentos. Nela há um sentimento de solidão e abandono, de modo que a liberdade não reflete em sentir-se bem, mas se caracteriza por uma predominância do espírito objetivo sobre o subjetivo e exige uma realização cada vez mais unilateral que atrofia a personalidade como um todo.

Rezende e Coelho (2010) apontam que, em sua análise Simmel examina os traços mentais que compõem um morador de uma metrópole no início do século XX, com aspectos que se aproximam da leitura de Elias sobre as sociedades ocidentais modernas. Ele destaca que a base psicológica da individualidade metropolitana assenta-se na intensificação da demanda colocada sobre a vida emotiva em função da mudança contínua de estímulos externos. Como consequência, os indivíduos desenvolvem mais as reações racionais, como uma forma de

proteção interna à diversidade e descontinuidade externas. Já nas cidades pequenas, o ritmo de vida é mais lento e uniforme, permitindo relações mais pautadas na afetividade.

Para elas, outro aspecto relacionado a essas características e particularmente típico da metrópole é a atitude blasé. Esta se desenvolve como uma dificuldade de reagir emocionalmente à rapidez nas mudanças dos estímulos externos. Sua essência é uma indiferença às distinções entre as coisas, que têm para o indivíduo uma aparência homogênea e superficial, sem densidade. Nesse sentido, Simmel associa a atitude blasé também ao poder nivelador do dinheiro, que reduziria tudo a um denominador comum. De forma semelhante à atitude blasé, encontra-se nos habitantes da metrópole uma atitude de reserva diante dos contatos com as pessoas. É também uma reação de autopreservação diante da quantidade de estímulos externos, evitando um estado de “atomização interna”. A experiência subjetiva da reserva seria não apenas indiferença aos outros, mas até mesmo certo estranhamento e aversão a eles, que em alguns casos pode acarretar ódio e conflito. Está também associada ao sentimento de solidão, que contrasta com a proximidade dos corpos na metrópole.

Por outro lado, essa reserva promove um sentimento de liberdade individual, traço que é uma forte tendência na evolução da vida social na medida em que as sociedades crescem, perdem a coesão estreita dos pequenos grupos e desenvolvem uma divisão especializada do trabalho. Com um controle social mais relaxado e com o desenvolvimento das necessidades da vida pública, a vida subjetiva é mais desenvolvida no sentido de acentuar as singularidades de cada um. Há também esforços contínuos de se diferenciar e chamar atenção sobre a individualidade que podem produzir excentricidades e extravagâncias, típicas das grandes cidades. Portanto, para tais autoras, assim como Elias, Simmel também identifica problemas no surgimento dessas formas mentais e das relações sociais que elas engendram.

Como mencionam os autores citados, as novas formas de organização econômica e social, vão sendo modificadas, em simultâneo, afetam os indivíduos subjetivamente causando sofrimentos emocionais por conta do novo ritmo de vida que vai se impondo entre os sujeitos na modernidade e que se intensifica com o neoliberalismo.

2.4 O SOFRIMENTO EMOCIONAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

O neoliberalismo se apresenta sob as aparências da inevitabilidade. É todo um conjunto de pressupostos impostos como óbvios: admite-se que o crescimento máximo, e logo a produtividade e a competitividade, é o fim último e único das ações humanas; ou que não se pode resistir às forças econômicas. Ou ainda, pressuposto que fundamenta todos os pressupostos da economia, faz-se um corte radical entre o econômico e o social, que é deixado

de lado e abandonado aos sociólogos, como uma espécie de entulho (BOURDIEU, 1998, p. 28).

O neoliberalismo acarretou maiores impactos emocionais para os indivíduos que, no período moderno, já haviam sofrido com as diversas transformações do capitalismo. Pierre Dardot e Christian Laval (2016) afirmam que o neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo e as sociedades, sendo um sistema normativo com influência no mundo inteiro que estende a sua lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida na medida em que define as normas de vida nas sociedades, regendo as políticas públicas, comandando as relações políticas mundiais, transformando a sociedade e remodelando a subjetividade.

Para eles, o princípio da gestão neoliberal, também chamada por outros autores de “autonomia controlada”, “coerção flexível”, “autocontrole”, visam “interiorizar” as coerções de rentabilidade financeira na própria empresa e nos assalariados de modo que interiorizem as normas de eficiência produtiva, desempenho individual e promove a concorrência entre assalariados e entre segmentos de empresa, constringendo-os mediante uma comparação entre métodos e resultados, ocasionando um enfraquecimento e uma instabilidade dos coletivos de trabalho.

Bauman (2001) afirma que a apresentação dos membros como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna e esta não foi uma peça de um ato: é uma atividade reencenada diariamente na medida em que a sociedade moderna existe em sua atividade incessante de “individualização”, assim como as atividades dos indivíduos consistem na reformulação e renegociação diárias da rede de entrelaçamentos chamada “sociedade”. Em suma, para ele, a “individualização” consiste em transformar a “identidade” humana de um “dado” em uma “tarefa” e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências (assim como dos efeitos colaterais) de sua realização.

Dardot e Laval (2016) caracterizam o neoliberalismo como uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa, o chamado “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou “neossujeito”. Por meio da racionalidade neoliberal, o sujeito máxima seus resultados, expõe-se a riscos e assume inteira responsabilidade por seus fracassos, sendo assim o trabalhador é transformado em mercadoria, submetido a corrosão progressiva dos seus direitos, insegurança pelas “novas formas de emprego” precárias, provisórias e temporárias, as facilidades de demissão e diminuição do poder de compra, levando-os a um contexto de medo social, de modo que as empresas puderam exigir disponibilidade e comprometimento muito maiores e indivíduos aptos a suportar as condições que lhe são impostas.

Segundo tais autores, o acúmulo de tensões e problemas não resolvidos, o reforço de tendências desigualitárias e desequilíbrios especulativos preparam dias cada vez mais difíceis para as populações. Há uma conjunção entre as aspirações individuais e os objetivos da empresa, entre o projeto pessoal e o da empresa, de maneira que o indivíduo não deve mais se ver como um trabalhador, mas como uma empresa que vende um serviço. A empresa de si mesmo está ativa em todos os domínios e presente em todas as relações, toda a atividade do indivíduo é concebida como um processo de valorização do eu e qualidades como: “aberto”, “sincrônico”, “positivo”, “empático” devem ser desenvolvidas pelo sujeito, sendo condição necessária para a produtividade.

Como menciona Alain Ehrenberg (2010), o campo de ação da empresa não tem limites, pois ela está em toda parte da sociedade. Elas afloram essa imagem nos múltiplos comportamentos sem que pareçam necessariamente à consciência enquanto tal, sendo os suportes de uma pedagogia comum que nos obriga a ser os empresários de nossa própria vida, de forma que o papel de cada um não se define mais pelo realizar uma gama de operações, mas sim pelo direito de fazer valer o conjunto de suas capacidades para alcançar fins prescritos. O discurso empresarial, leva a sociedade a um culto da performance, de modo que, todos têm o “direito” (e o dever) de serem empreendedores e de se construírem por conta própria mediante a performance.

Da mesma forma, Boltanski e Chiapello (2009), denotam que as medidas que tinham em vista dar maiores garantias aos assalariados foram substituídas por medidas que visavam a tornar mais leve o controle hierárquico e a considerar os "potenciais" individuais. Por uma inversão política, as garantias foram de algum modo trocadas pela autonomia, por isso, devido a esse sentido compartilhado, ao qual todos aderem, cada um sabe aquilo que deve fazer sem que ninguém precise mandar. Imprime-se com firmeza uma direção, sem ser preciso recorrer a ordens, e o pessoal pode continuar a autogerir-se sem que nada lhe seja imposto, pois adere ao projeto.

Para eles, a nova gestão empresarial está povoada de seres excepcionais: competentes para numerosas tarefas, aperfeiçoando-se continuamente, adaptáveis, capazes de autogerir-se e de trabalhar com pessoas muito diferentes e as novas palavras de ordem são: criatividade, reatividade e flexibilidade. Richard Sennett (2015) frisa que o período se caracteriza por uma ênfase na flexibilidade, atacam-se as formas rígidas de burocracia, os males da rotina cega, pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais.

Como realça Byung-Chul Han (2015), o sujeito de desempenho está livre da instância externa de domínio que o obriga a trabalhar ou que poderia explorá-lo. É senhor e soberano de si mesmo, assim, não está submisso a ninguém ou está submisso apenas a si mesmo. A queda da instância dominadora não leva a liberdade, ao contrário, faz com que liberdade e coação coincidam. Assim, o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho. A motivação, o projeto, a competição, a otimização e a iniciativa são inerentes à técnica psicopolítica de dominação do regime neoliberal (HAN, 2018, p.31).

Outrossim, segundo Dardot e Laval (2016), o momento neoliberal opera uma unificação sem precedentes das formas plurais da subjetividade. A partir de então, diversas técnicas contribuem para a fabricação desse novo sujeito, nos quais se trata de governá-los por uma subjetividade que deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra.

[...] a novidade consiste em promover uma “reação em cadeia”, produzindo “sujeitos empreendedores” que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá, segundo a lógica do processo autorrealizador, que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 324).

Sendo assim, eles destacam que o novo governo dos sujeitos pressupõe que a empresa não seja uma “comunidade” ou um lugar de realização pessoal, mas um instrumento e um espaço de competição no qual se deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado, se tornando um especialista em si, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo para sobreviver na competição. Dessa forma, todas as atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos, de modo que a economia se torna uma disciplina pessoal.

Os problemas econômicos são vistos como problemas organizacionais, e estes se resumem, por sua vez, a problemas psíquicos relacionados a um domínio insuficiente de si e da relação com os outros. A fonte da eficácia está no indivíduo: ela não pode mais vir de uma autoridade externa. É necessário fazer um trabalho intrapsíquico para procurar a motivação profunda. O chefe não pode mais impor: ele deve vigiar, fortalecer, apoiar a motivação. Dessa forma, a coerção econômica e financeira transforma-se em autocoerção e autculpabilização, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.337-338)

Tais autores denotam que o novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si, é um ser feito para “ganhar”, ser “bem-sucedido”. Entretanto, esse dispositivo produz efeitos patológicos aos quais ninguém escapa completamente, ao contrário,

esses mecanismos de coerção econômica e financeira transformam-se em auto coerção e autculpabilização para os indivíduos tendo em vista que estes são os únicos responsáveis pelos sucessos ou fracassos que lhe sucedem, portanto, toda a subjetividade se volta a esse modo de gestão em que a empresa seleciona e avalia por critérios cada vez mais “pessoais”, físicos, estéticos, relacionais e comportamentais.

Para Bauman (2001), viver diariamente com o risco da autorreprovação e do autodesprezo não é fácil. Com os olhos postos em seu próprio desempenho — e desviados do espaço social onde as contradições da existência individual são coletivamente produzidas —, os homens e mulheres são naturalmente tentados a reduzir a complexidade de sua situação a fim de tornarem as causas do sofrimento inteligíveis e, assim, tratáveis.

Esse modo de gestão empresarial, segundo Boltanski e Chiapello (2009) foi acompanhada por forte degradação da situação econômica, da estabilidade profissional e da posição social (em comparação com as gerações mais velhas) de numerosas pessoas, em especial daqueles que estavam chegando ao mercado de trabalho. Para eles, a insistência nos valores de autonomia e autorrealização e o esquecimento do caráter desigualmente distribuído das condições de sucesso conferem caráter pessoal a esse fracasso e aqueles que sofrem arcam com todo o peso. Semelhantemente, Han (2018) frisa que quem fracassa na sociedade neoliberal, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso.

Como denota Bourdieu (1998), efetivamente, a força da ideologia neoliberal se apoia em uma espécie de neodarwinismo social: são "os melhores e os mais brilhantes", como se diz em Harvard, que triunfam. Por trás da visão mundialista da internacional dos dominantes, há uma filosofia da competência, segundo a qual são os mais competentes que governam, e que têm trabalho, o que implica que aqueles que não têm trabalho não são competentes. Há os winners (vencedores) e os losers (perdedores), há a nobreza, o que ele chama de nobreza de Estado, isto é, essas pessoas com todas as propriedades de uma nobreza no sentido medieval do termo, e que devem sua autoridade à educação, ou melhor, segundo eles, à inteligência, concebida como um dom do céu, quando sabemos que na realidade ela é distribuída pela sociedade, fazendo com que as desigualdades de inteligência sejam desigualdades sociais.

Ademais, mencionam que a ideologia da competência convém muito bem para justificar uma oposição que se assemelha um pouco à dos senhores e dos escravos: de um lado, os cidadãos de primeira classe, que possuem capacidades e atividades muito raras e regamente pagas, que podem escolher o seu empregador (enquanto os outros são escolhidos por seu empregador, no melhor dos casos), que estão em condições de obter altos salários no mercado

de trabalho internacional, sendo super ocupados, homens e mulheres, e depois, do outro lado, uma massa de pessoas destinadas aos empregos precários ou ao desemprego.

Dardot e Laval (2016), demonstram que o indivíduo deve ser o “gestor” de seus riscos e dispor de uma atitude “ativa” em questão de emprego, saúde e educação, entretanto isso ocasiona o surgimento de patologias mentais como o estresse, o aumento no caso de suicídios e a depressão, riscos psicossociais dolorosos e perigosos para o coletivo. Desta forma, o contexto de racionalidade neoliberal incentiva um modelo de vida mais individual e competitivo que modifica inclusive os comportamentos e pensamentos humanos e conseqüentemente, acarreta uma diversidade de sofrimentos emocionais entre os sujeitos.

Bourdieu (1998), salienta que os efeitos da precariedade estão presentes, em todos os momentos, em todos os cérebros. Ela atormenta as consciências e os inconscientes. A existência de um importante exército de reserva, que não se acha mais apenas, devido à superprodução de diplomas, nos níveis mais baixos de competência e de qualificação técnica, contribui para dar a cada trabalhador a impressão de que ele não é insubstituível e que o seu trabalho, seu emprego, é de certa forma um privilégio, e um privilégio frágil e ameaçado. A insegurança objetiva funda uma insegurança subjetiva generalizada, que afeta hoje, no cerne de uma economia altamente desenvolvida, o conjunto dos trabalhadores e até aqueles que não estão ou ainda não foram diretamente atingidos.

Assim, segundo ele, a precariedade atua diretamente sobre aqueles que ela afeta (e que ela impede, efetivamente, de serem mobilizados) e indiretamente sobre todos os outros, pelo temor que ela suscita e que é metodicamente explorado pelas estratégias de precarização, como a introdução da famosa "flexibilidade" inspirada tanto por razões econômicas quanto políticas. A precariedade se inscreve num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração.

Alain Ehrenberg (2010) realça que diante da aventura empreendedora que se tornou a vida em sociedade, em relação a qual faltam frequentemente os reparos e os meios institucionais que permitiriam a qualquer um enfrentá-la, não causa espanto perceber a obrigação de ganhar acompanhada de uma crise de identidade maior, e uma depressão nervosa apoderar-se de uma boa parte das pessoas. Segundo o autor, o consumo maciço de medicamentos psicotrópicos, sob o peso dessa pressão psíquica inédita, bem como um fundamentalismo identitário, acompanham a pacificação aparente da sociedade na medida em que são um meio artificial para que o indivíduo na sociedade concorrencial supere seus limites em uma competição, isto é, são um meio de reforçar as capacidades corporais e psicológicas para enfrentar melhor a competição.

Para ele, os movimentos neocomunitários, no espaço político-social, e a depressão nervosa, no espaço psíquico, estão profundamente intrincados e são as novas ruínas do progresso. Nesse sentido, o indivíduo sob perfusão é um aspecto da vida empresarial em que a obsessão por ganhar, vencer, ser alguém, e o consumo em massa de medicamentos psicotrópicos estão estritamente ligados, pois uma nova cultura da conquista é, necessariamente, uma cultura da ansiedade. Han (2015) ressalta esse aspecto ao afirmar que o século XXI é caracterizado por uma sociedade do desempenho, formado por sujeitos de desempenho e produção e descrita por um excesso de positividade que, entretanto, produz depressivos e fracassados devido à violência sistêmica inerente a essa sociedade.

O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo, o explorado. Agressor e vítima não podem mais ser distinguidos. Essa autorreferencialidade gera uma liberdade paradoxal que, em virtude das estruturas coercitivas que lhe são inerentes, se transforma em violência. Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal. (HAN, 2015, p. 30)

Sendo assim, para ele o excesso do desempenho leva a um infarto da alma. Assinalado como um século de doenças neuronais como: depressão, transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH), transtorno de personalidade limítrofe (TPL), a Síndrome de Burnout (SB), dentre outras. O exagero da positividade tem como consequência uma nova forma de violência: a neuronal, esta que suscita novas coerções e provoca o esgotamento, a exaustão, a depressão e outras formas de adoecimento, transformando os explorados em depressivos.

Han (2018) afirma que o regime neoliberal introduz uma era do esgotamento e doenças mentais na medida em que explora a psique e conduz ao colapso mental. Ele realça que o regime neoliberal emprega as emoções como recursos para alcançar mais produtividade e desempenho, por isso, as emoções se tornam cada vez mais importantes e o fermento para o aumento da motivação. Através da emoção, as pessoas são profundamente atingidas, representando um meio muito eficiente de controle psicopolítico do indivíduo na medida que envolve o sujeito de maneira ainda mais profunda em sua subjugação.

Conforme Bourdieu (1998), o programa neoliberal encontra as molas da adesão na insegurança, no sofrimento e no estresse. Ele tende assim a favorecer globalmente a ruptura entre a economia e as realidades sociais e a construir desse mundo, na realidade, um sistema econômico ajustado à descrição teórica, isto é, uma espécie de máquina lógica, que se manifesta como uma cadeia de constrangimentos enredando os agentes econômicos.

Diante disso, as novas dinâmicas sociais impostas, consciente ou inconscientemente ao indivíduo, acarretam mudanças mais profundas na sociedade, impactam o indivíduo em diversos aspectos da vida social e o tornam mais competitivo e isolado do coletivo. Ela impõe ao sujeito uma produtividade sem limites, ocasionando diversas formas de adoecimentos na medida em que precisam estar sempre se reinventando, devido aos riscos e incertezas que estão a todo tempo vivenciando e isso se manifesta nas mais diversas esferas da sociedade, como no contexto acadêmico, no qual como reflexo da sociedade, essas dinâmicas também se impõem e resultam em impactos a essa comunidade.

3 PÓS-GRADUAÇÃO: BREVE HISTÓRICO

Inicialmente, Segundo Cury (2005), a consolidação do sistema de pós-graduação no Brasil, desde o final dos anos de 1960, contou com o investimento consciente propiciado pelo Estado em matéria de capacidade adquirida no exterior. Ele ressalta que uma das razões do sucesso da política de pós-graduação deve-se a essa continuidade aperfeiçoada que sempre contou com o fomento do Estado e com o apoio e a participação da comunidade científica. O desvelamento dos novos marcos regulatórios que incidem sobre produção do conhecimento, em especial aqueles que envolvem as parcerias entre o governo federal e os governos subnacionais, empresas, universidades, organizações sociais e entidades científicas, é fundamental para que se possa compreender os processos de reconfiguração e os impactos na Pós-Graduação e na pesquisa no Brasil (OLIVEIRA; 2015, p. 345).

Conforme Hamburger (1980), para o sucesso da iniciativa governamental de implantar a pós-graduação no país, três medidas sincronizadas teriam sido fundamentais: a estruturação da carreira universitária, exigindo graus pós-graduados dos professores como condição para promoção, por isso, obrigavam-se assim os professores universitários a seguirem os cursos de pós-graduação; o financiamento dos programas de pós-graduação e pesquisa por órgãos como o BNDE, CNPq, FINEP, CAPES e outros, isto é, houve um estímulo financeiro claro para o estabelecimento de programas de pós-graduação e o número de bolsas de estudo também aumentou muito; a regulamentação acadêmica da pós-graduação iniciada com o parecer Sucupira que de forma geral, segue muito de perto a regulamentação das universidades norte-americanas.

Elizabeth Balbachevsky (2005) relata que as principais características da pós-graduação brasileira foram fixadas pelo Parecer Sucupira, aprovado pelo Conselho Federal da Educação. Esse parecer estabeleceu pela primeira vez o formato institucional básico da pós-graduação brasileira, diferenciando dois níveis de formação, o mestrado e o doutorado, e estabelecendo uma linha de continuidade entre os dois, consagrando o mestrado como um pré-requisito para o doutorado.

Cury (2005), pautando-se no referido Parecer, destaca que a origem do nome e do sistema da pós-graduação tem influência da estrutura da universidade norte-americana na qual a pós-graduação se volta para estudos avançados e estudos regulares tendo em vista um grau superior, entretanto reconhece que o desenvolvimento desses estudos nos Estados Unidos é produto da influência germânica, insistindo que a universidade deveria ir além da transmissão

de conhecimento para se tornar um lugar de elaboração de novos conhecimentos mediante a atividade de pesquisa criadora.

Quanto ao seu conceito, aponta que a pós-graduação *stricto sensu* realiza os fins essenciais da universidade por atender a estudos e pesquisas avançadas de modo regular, permanente, propiciando um grau acadêmico que deverá ser de uma alta competência científica em determinado ramo do conhecimento que, mesmo atuando em setores profissionais, tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização (ou pós-graduação *lato sensu*) tem sentido eminentemente prático profissional. Assim, a pós-graduação *stricto sensu* seria escalonada em dois níveis: mestrado e doutorado.

O autor realça que o desejo de reforma universitária era um horizonte comum de muitos grupos sociais e de vários intelectuais desde os anos de 1950 e no início de 1960, conhece os movimentos estudantis como protagonistas mobilizadores de uma reforma. Entretanto, após a ditadura militar no Brasil, houve uma eliminação prática de fóruns plurais e abertos de discussão dos problemas e o regime militar deu a sua resposta na forma que lhe convinha a esse longo movimento de busca de uma universidade a ser renovada. Para ele, foi no regime militar que a pós-graduação se desenvolveu como patrimônio institucional da qualificação de docentes e como elemento fundamental da criação de um sistema nacional de ciência e tecnologia. Entre as postulações estava a criação dos cursos de pós-graduação com a iniciativa do governo federal, tendo em vista que os recursos para tal deveriam ser altos e o impacto dessa iniciativa estava muito além da capacidade isolada das universidades.

O relatório acolhia a pós-graduação como pré-requisito e correquisito da universidade moderna cujos estudos e cujas pesquisas ajudariam tanto na formação de quadros quanto no incremento da pesquisa de alto nível, também instava a urgência de uma política nacional de pós-graduação que centralizasse esforços e possibilitasse iniciativas adequadas. Essa reforma se impôs em um clima avesso ao diálogo, próprio das ditaduras, mesmo assim a universidade foi adequadamente definida como instituição que se caracteriza pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim, a pós-graduação teria por objetivos a formação tanto de um corpo docente preparado e competente quanto a de pesquisadores de alto nível, e a qualificação profissional de outros quadros técnico-administrativos necessários ao desenvolvimento nacional. Ela deveria ter lugar na universidade tendo em vista que é integrante do complexo universitário e necessária à realização dos fins essenciais da universidade.

Conforme Durham (1996) o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil não derivou de um processo espontâneo de crescimento da produção científica e do aperfeiçoamento da formação de seus quadros, mas de uma política deliberada do Estado. Esta política obedecia a

uma decisão explícita, por parte do Governo militar recém-estabelecido, de disciplinar e orientar o ensino superior no País, que culmina com a ampla reforma universitária implantada a partir de 1968. Seu escopo é a modernização do ensino superior nos quadros do projeto de desenvolvimento econômico adotado.

Morosini (2009) salienta que é característica da produção científica brasileira e da formação de recursos humanos de alto nível se desenvolverem junto à estrutura educacional, mais especificamente, nos programas de pós-graduação, especialmente de universidades públicas. Para ela, no bojo de um projeto modernizante com base em um estado autoritário e num modelo de internacionalização econômica, uma série de marcos regulatórios são identificados: a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 4.024 de 1961 (art.69) definia genericamente que cursos de pós-graduação poderiam ser ministrados em instituições de educação superior além dos cursos de graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão. Em seguida, a reforma universitária de 1968 (Lei 5.540) normatiza a universidade como concepção de produção de conhecimento-pesquisa indissociável ao ensino.

Este modelo é concretizado numa estrutura de inspiração norte-americana que busca a racionalização dos meios através dos departamentos universitários e identifica os títulos de mestrado e de doutorado como critérios para ingresso e ascensão na carreira docente. É a partir da Reforma de 1968 que o modelo de Instituição de Educação Superior (IES) passa a ser a universidade, definida como a instituição produtora de conhecimento via pesquisa. Para a autora, a pós-graduação brasileira foi criada no contexto de expansão da base material necessária à produção capitalista e que a pesquisa, em vez de função básica da universidade, é compreendida e tratada como função da pós-graduação, local da produção do conhecimento.

Segundo Cury (2005) a consolidação da pós-graduação acelerou quando a CAPES, o CNPq e outros órgãos públicos ficaram incumbidos pelo decreto-lei n.º 464, de 11/2/1969, art. 36, de promover a “formação e o aperfeiçoamento do pessoal docente de ensino superior” e compor para tanto uma política nacional e regional definida pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e promovida por uma comissão executiva. O início da pós-graduação associava o Estado, o progresso da ciência e a busca de referências internacionais de conhecimento. O Estado vai impondo-se como o garantidor de um desenvolvimento científico, visto como importante para a busca de uma autonomia nacional.

Portanto, para o autor, a política de pós-graduação traduziu-se em realizações e demonstrações, porque ela se impôs como uma ação deliberada do Estado em vista de sua implementação. Muito pouco pode ser atribuído a iniciativas pontuais de um ou outro organismo da sociedade civil, ou a iniciativas endógenas das instituições particulares de ensino.

Tanto é verdade que, além de uma estratégia vinculada ao desenvolvimento tecnológico autônomo, as políticas de pós-graduação estiveram sempre ligadas aos órgãos decisórios da área federal.

Entretanto, como sinaliza Leher (2007), se de um lado a modernização conservadora, contraditoriamente, impulsionou a pesquisa universitária e difundiu a pós-graduação vinculada à pesquisa, de outro, por suas características, as ditaduras empresarial-militares buscaram subordinar as universidades ao padrão de acumulação vigente, suprimindo a autonomia e a liberdade de produção do conhecimento. Certamente, o seu surgimento não teria sido possível sem o aparato de fomento científico e tecnológico inscrito no projeto da ditadura empresarial-militar (e, portanto, a violência a ela associada): não havia lugar para dúvidas de que o apoio governamental à Ciência e Tecnologia nada tinha de emancipatório.

Assim sendo, conforme Alves e Oliveira (2014) sintetizam, a pós-graduação no Brasil se estrutura intensamente a partir do Parecer n.º 977 CES/CFE, de 3 de dezembro de 1965, conhecido como Parecer Newton Sucupira e da Reforma Universitária de 1968 quando educação e desenvolvimento econômico estão atrelados num projeto de governo dos militares que planejaram um modelo de ensino superior, de universidade e, conseqüentemente, de pós-graduação para atender a esse objetivo. O propósito era implantar e desenvolver o regime de cursos de pós-graduação no âmbito do ensino superior, uma vez que, havia o entendimento de que faltava maior precisão no tocante à natureza dos cursos de pós-graduação então existentes no país. É nesse contexto do Regime Militar que a pós-graduação vivenciou um movimento de estruturação, normatização e institucionalização, bem como de ampliação do fomento, da expansão e da adoção de sistemática de avaliação, cujas diretrizes e bases permanecem hoje.

Segundo Cury (2005) essa forma inicial de presença institucional da pós-graduação nos anos de 1960 adquiriu força até nossos dias. Ela tem-se feito acompanhar de um quadro legal que comporta um sistema de autorização, credenciamento conduzido por pares, um sistema de financiamento (constante e oscilante ao mesmo tempo) e uma sistemática de bolsas para mestrado e doutorado. E, desde logo, fez e continua fazendo parte dessa sistemática um processo rigoroso e detalhado de avaliação de cursos e programas.

3.1 PÓS-GRADUAÇÃO: GESTÃO E AVALIAÇÃO

Morosini (2009) aponta que a gestão e avaliação da Pós-graduação são realizadas, pelo MEC, via CAPES, Agência Executiva do Ministério da Educação, órgão responsável pela elaboração de Planos Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Ela realça que hoje as atividades da CAPES podem ser agrupadas em quatro grandes linhas de ação, cada qual

desenvolvida por um conjunto estruturado de programas: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; e promoção da cooperação científica internacional.

A autora acrescenta que a avaliação da pós-graduação é a atividade que mais repercussão tem obtido, pois afeta diretamente as instituições de ensino superior e a distribuição de subsídios financeiros aos programas. O Sistema de Avaliação da Pós-graduação foi implantado pela CAPES em 1976 com o objetivo estabelecer o padrão de qualidade exigido dos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão; impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-graduação e de cada programa em particular, para metas e desafios da ciência e tecnologia na atualidade e dotar o país de um banco de dados sobre a pós-graduação nacional.

Ela salienta que esse sistema de avaliação CAPES/MEC atua nos níveis de entrada e de manutenção de programas no sistema, sendo processos conduzidos por comissões de consultores de instituições de educação superior de diferentes regiões do país. A avaliação dos programas de pós-graduação compreende a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação e os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota, fundamentam a deliberação Conselho Nacional de Educação sobre quais cursos obterão a renovação de “reconhecimento” a vigorar no triênio subsequente.

Mancebo, Vale e Martins (2015) realçam que um curso de pós-graduação no Brasil, para ter validade nacional, deve ser recomendado pela CAPES. Posteriormente, será avaliado anualmente e conceituado a cada três anos, criando um sistema de controle e regulação de cada um dos cursos e do espaço social que integram. Em contrapartida, o que é de extrema importância, a mesma agência que avalia (CAPES), define parte substancial do financiamento dos diversos cursos, detendo, assim, uma margem de poder bastante ampla no que diz respeito à indução (para onde deseja que o crescimento do sistema ocorra) e ao controle do seu cumprimento.

Conforme Oliveira (1986) salienta, a interveniência de recursos externos traz consigo, além do dinheiro, outras consequências que ampliam o conjunto de tensões vividas pela universidade com relação à pesquisa. No Brasil, grande parte dos recursos tendem a ser aplicados nas poucas instituições que se dedicam de forma mais integral aos trabalhos de pesquisa, na medida em que a concentração da pesquisa num reduzido número de centros de instituições especializadas vai gerar uma interação que fortalece ainda mais a tendência observada: investe-se onde se produz e produz-se onde há recursos.

Para ele, as implicações do direcionamento externo, do modo e volume de financiamento não incidem apenas sobre os pesquisadores ou sobre as pesquisas diretamente financiadas. As agências, pelo seu poder, prestígio, influência e pelo próprio peso do financiamento que concedem a determinado indivíduo ou instituição, modelam o comportamento de quase todo o resto da comunidade. As linhas de pesquisa aceitáveis, o que é chancelado internacionalmente, o acesso a sistemas e redes de informação, a possibilidade de participação em eventos internacionais - tudo isso passa, de uma maneira ou outra, pelo crivo desses mecanismos de financiamento.

Portanto, como frisa Oliveira (2015), são diversos os meios e as formas de pressão das agências de financiamento e de avaliação da Pós-Graduação. Uma delas é o incentivo financeiro ou a redução dos recursos para bolsas de estudantes e docentes ou para manutenção e ampliação dos programas de apoio à pesquisa e à Pós-Graduação, como, por exemplo, os cortes orçamentários, reduzindo as bolsas existentes ou impedindo a aquisição de bolsas novas, bem como os embates em torno dos recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) para os programas de Pós-Graduação públicos federais, considerando que esses recursos são definidos a partir de áreas que a Capes considera de maior ou menor prioridade.

De modo geral, segundo o autor, nas instituições públicas federais, esses recursos são fundamentais para a manutenção e o funcionamento dos cursos/programas. Não há outras fontes de recurso para que os cursos/programas possam viabilizar suas atividades acadêmicas, tais como: bancas, realização ou participação de eventos científicos, aquisição de equipamentos, melhoria da infraestrutura, entre outros. A manutenção e o funcionamento dos cursos/programas são temas extremamente relevantes, tendo em vista que os recursos financeiros obtidos se tornaram fundamentais para a manutenção e o desenvolvimento da Pós-Graduação *stricto sensu*. Normalmente, as instituições ou as unidades acadêmicas que não contam com esses recursos têm dificuldades para desenvolver as atividades acadêmicas dos cursos/programas. Esses recursos possibilitam também às instituições ou às unidades acadêmicas a realização de maior número de pesquisas, o que poderá consistir em estímulo aos professores para empenharem-se na elaboração e na submissão de projetos bem fundamentados e inovadores que atendam às exigências das agências de fomento na busca de recursos para a sua execução.

Para ele, além da pesquisa, as agências de fomento, mas também as próprias universidades incentivam e financiam cada vez mais a internacionalização da produção. Nesse contexto, as administrações superiores das grandes universidades públicas federais também acabam sendo beneficiadas pelos recursos captados pelos docentes dos programas de Pós-

Graduação, pois fortalecem a pesquisa e a produção do conhecimento, melhorando os indicadores das universidades no cenário nacional e internacional.

Em síntese, conforme sinaliza Hostins (2006) a reflexão sobre as políticas e planos desencadeados nos quarenta anos de existência do sistema de pós-graduação no Brasil, suas contradições, determinações históricas e luta de forças, permite observar que nos primeiros dez anos desse período a comunidade científica brasileira expandiu-se e ganhou legitimidade, gerando um crescimento das sociedades científicas, do quadro docente universitário e das Associações de Pós-Graduação, num dos momentos de maior repressão e controle militar.

Paradoxalmente, a partir dos anos de 1980, com a retomada da democracia pós-ditadura, inaugura-se um momento de redução do financiamento público para a educação, de ampliação das relações com o setor produtivo, de burocratização e rigidez das estruturas. Outrossim, a avaliação ocupou lugar de relevo em toda a trajetória, induziu redirecionamentos não apenas na organização deste nível de ensino, como também no processo de produção e divulgação do conhecimento no país.

Alves e Oliveira (2014) denotam que a marca mais profunda da pós-graduação brasileira no contexto atual talvez seja, no entanto, a sua profunda vinculação e dependência do Estado, sobretudo por meio do fomento articulado à avaliação dos cursos/programas. Disto decorrem questionamentos diversos ao processo de homogeneização da “qualidade” dos cursos/programas e da produção do conhecimento, à avaliação quantitativista e aos constrangimentos que repercutem nos tempos de formação/orientação. Se, por um lado, incentiva-se a expansão por meio de programas e fomentos diversos, por outro adotam-se mecanismos de indução que cerceiam a liberdade acadêmica de formação, pesquisa e produção de conhecimento.

Para eles, dentre os aspectos mais privilegiados que impactam os cursos/programas atualmente, destacam-se: a intensificação da produção bibliográfica como critério de avaliação, a internacionalização do conhecimento, a ênfase na interdisciplinaridade, a avaliação permanente do desempenho; a focalização nos resultados e produtos, a forte vinculação entre avaliação e fomento e a priorização de algumas áreas consideradas estratégicas pelas agências de fomento, dentre outros.

Enfim, segundo tais autores, a pós-graduação no Brasil expandiu-se associada ao modelo de avaliação e financiamento criado no âmbito da Capes, gozando de legitimidade junto à comunidade científica, a avaliação tem, no entanto, intensificado o trabalho docente e a produtividade intelectual, tendo em vista alcançar uma performance produtiva que coloque o país no cenário competitivo da globalização e da ciência internacional.

Nessa direção, observa-se cada vez mais o fortalecimento de uma mentalidade acadêmica no sentido do aumento permanente da performance e da produtividade. Essa consciência vem se transformando, sobretudo nas duas últimas décadas, em esforço concreto de ação, é o que evidencia, por exemplo, a busca por melhor classificação das universidades nos *rankings* nacionais e internacionais e a disputa em torno da obtenção das melhores notas nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), da Capes, mediante o seu sistema de avaliação, e do CNPq, via seleção de pesquisas e de bolsistas de produtividade em pesquisa (OLIVEIRA, 2015, p. 356-357).

É nesse contexto de contradições, dependência estatal e falta de autonomia que a pós-graduação surge e se desenvolve no país, no qual, como veremos adiante, se insere em um contexto mais amplo e característico da sociedade neoliberal, incorporando as suas características e exigências.

3.2 A PÓS-GRADUAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Como reflexo da sociedade, o âmbito acadêmico de modo geral, entretanto aqui mais especificamente a pós-graduação, demonstram de forma muito clara como as incertezas vivenciadas pela sociedade atual, intensificam o isolamento entre indivíduos, a competição e uma produtividade sem limites.

Para Marilena Chaui (2014), o neoliberalismo, ao afirmar que os imperativos do mercado são racionais e que por si mesmos são capazes de organizar a vida econômica, social e política, introduz a ideia de competição e competitividade como solo intransponível das relações sociais, políticas e individuais. Dessa maneira, transforma a violência econômica em paradigma e ideal da ação humana. O pós-modernismo, subproduto da ideologia neoliberal, ao manifestar que as antigas ideias de razão, universalidade, consciência, liberdade, sentido da história, luta de classes, justiça, responsabilidade e as distinções entre natureza e cultura, público e privado, ciência e técnica, subjetividade e objetividade perderam a validade, demonstram como realidades únicas e últimas a superfície veloz do aparecer social, a intimidade e a privacidade narcísicas, expostas publicamente sob a forma da propaganda e da publicidade, a competição e a vitória individual a qualquer preço.

Ela ainda acrescenta que o neoliberalismo, fragmentando e dispersando a esfera da produção, por meio da terceirização, usando a velocidade das mudanças científicas, tecnológicas e dos meios de informação, operando com o desemprego e a inflação estruturais, fez com que o capital acumulasse de modo oposto à sua forma clássica, isto é, não por absorção

e incorporação crescente dos indivíduos e grupos ao mercado de trabalho e do consumo, mas por meio da exclusão crescente da maioria da sociedade, polarizando-a em dois grandes blocos: o da carência absoluta e o do privilégio absoluto. O pós-modernismo, aceitando os efeitos do neoliberalismo, tomou-os como verdade única e última, renunciou aos conceitos modernos de racionalidade, liberdade, felicidade, justiça e utopia, mergulhando no instante presente como tempo único e último.

Conforme Rosa (2019) o ritmo, a velocidade, a duração e a sequência de nossas atividades e práticas são raramente determinados por nós mesmos enquanto atores individuais, mas sim quase sempre predeterminados pelos modelos temporais coletivos e pelas exigências de sincronização da sociedade (nos horários de funcionamento, nos planos de estudo, nos horários de transporte, nos ritmos institucionais, em contratos reguladores de tempo, prazos, etc.). Para ele, os modelos temporais da sociedade moderna permitem em grande medida ilustrar a constituição socioestrutural de práticas temporais. Essa prática temporal, no entanto, não resulta de decisões individuais ou projetos de vida, mas surge quase obrigatoriamente do princípio estrutural da diferenciação funcional, segundo o qual as esferas sociais seguem, cada uma, sua lógica temporal e os indivíduos estão apenas parcialmente incorporados nas respectivas áreas, trabalho, família, associação, igrejas, partidos, repartição pública, etc. Assim, os indivíduos são forçados, sob pena de exclusão, a definir seu engajamento nas respectivas esferas sociais de forma exata e sequenciada, com a ajuda de planos horários, diários, semanais, mensais e anuais e sincronizá-los correspondentemente ao modelo específico de cada área.

Segundo Chauí (2014), uma avaliação universitária deveria partir de algumas reflexões indispensáveis, como, por exemplo, do ponto de vista econômico, uma reflexão sobre o sentido e os efeitos da terceirização da economia (que produz a universidade de resultados ou de serviços), sobre a ciência e a tecnologia como forças produtivas (que amarram a pesquisa ao mercado), sobre a velocidade das informações e de suas mudanças (que desqualifica rapidamente o conhecimento e impõe à educação um ritmo contrário à ideia de formação), o desemprego estrutural (que destrói direitos ao lançar parcelas crescentes da sociedade no estado de pura carência) e a inflação estrutural (que corrói salários e lança os universitários na batalha perdida da luta salarial).

Outrossim, do ponto de vista político, uma reflexão sobre as consequências da ideologia neoliberal, isto é, do encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado, com a supressão dos direitos por privilégios (do lado da “elite”) e por carências (do lado popular), aniquilando a cidadania. Do ponto de vista teórico, uma reflexão sobre a chamada “crise da razão”, que leva à recusa das categorias que fundaram e organizaram o saber científico e

filosófico modernos (objetividade, racionalidade, necessidade, causalidade, contingência, universalidade, finalidade, liberdade, etc.), lançando o saber seja no irracionalismo pós-moderno, seja no imediatismo quantitativo da produtividade, seja no fetichismo da circulação veloz de informações efêmeras.

Oliveira (2013) frisa que a educação superior, sobretudo a pós-graduação *stricto sensu*, tem sido pensada sempre mais na direção da lógica de sustentação ou alimentação da chamada sociedade, ou economia do conhecimento. Nota-se, também, a ampliação da rivalidade entre as empresas, impulsionada, em grande parte, por políticas públicas em diferentes países. De um lado, a formação para um mundo do trabalho mais competitivo e complexo que requer ensino superior para o desenvolvimento de competências e habilidades acadêmicas e profissionais; e de outro, a geração de tecnologias e inovações resultantes em um conhecimento aplicado às necessidades das empresas em suas diferentes cadeias produtivas. Para ele, tal empreendimento objetiva a formação de recursos humanos de alto nível que favoreçam os processos de internacionalização e de mobilidade acadêmico científica, bem como a geração de processos e produtos inovadores que impulsionem a competitividade empresarial do país.

Desse modo, sinaliza que a produção do conhecimento se tornou objeto de disputa no panorama da globalização econômica, o que é confirmado pelo crescimento dos investimentos na área, pela criação de instituições, rankings e inúmeros bancos de dados, indexadores e índices de impacto de artigos científicos e acompanhamento de patentes. Há uma movimentação nacional e geopolítica global em torno das ações vinculadas à produção do conhecimento, uma vez que a globalização econômico-produtiva implica, cada vez mais, na incorporação da ciência e da tecnologia como fator de produção. Para o autor, o Brasil vem implantando políticas públicas na área, de modo a favorecer a inovação e o conhecimento aplicado em processos e produtos nas diferentes cadeias produtivas, sobretudo no setor industrial; e, ao mesmo tempo, aproxima a pós-graduação e a pesquisa das diretrizes econômicas com vista ao desenvolvimento do país.

Entretanto, ele argumenta que essa nova realidade vem trazendo consequências e implicações para o campo científico-universitário dentre as quais se destacam: a ideia de que a universidade, ou melhor, o conhecimento deve servir ao mercado e não diretamente à sociedade; a ampliação do processo de subordinação e/ou empresariamento da educação superior e da produção da pesquisa; o aumento da competição entre as instituições acadêmicas que buscam ser ranqueadas entre as melhores do país e do mundo; a ideia de inovação como forma de regulação da educação superior, da pós-graduação e da produção do conhecimento, implicando em maior flexibilização e fluidez da produção do trabalho acadêmico, sem o

necessário engajamento social; a crescente mudança na mentalidade e no modus operandi dos pesquisadores que podem ser remunerados de modo complementar pelas empresas e que adquirem uma mentalidade cada vez mais empreendedora e empresarial.

Outrossim, argumenta que as mudanças em curso trazem implicações para a autonomia, para a natureza e para as finalidades sociais da universidade, de modo que aquilo que se vê, é a instalação crescente de uma lógica mercantil na produção do conhecimento, a ampliação do chamado mercado acadêmico e a intensificação do trabalho docente em prol de uma produtividade que beneficie a competitividade e o aumento do lucro das empresas.

Conforme Chauí (2014), a universidade está estruturada segundo o modelo organizacional da grande empresa, isto é, tem o rendimento como fim, a burocracia como meio e as leis do mercado como condição, portanto, a universidade encontra-se internamente organizada conforme o modelo da grande empresa capitalista. Ela denota que parece impossível discutir seriamente a questão da avaliação da universidade sem considerar a tragédia da educação brasileira sob os efeitos do projeto neoliberal que, no caso da universidade, implantou-se justamente através da ideia de avaliação acadêmica, segundo critérios que não só perdem de vista a especificidade da universidade, mas sobretudo trabalham a partir da inserção da universidade na sociedade pelo prisma das relações de mercado. A própria universidade passou a ver a si mesma tomando as relações de mercado como parâmetro, vendo-se como uma organização, o que a fez desembocar na universidade operacional.

A visão organizacional da universidade produziu aquilo que, segundo Freitag (Le naufrage de l'université), podemos denominar como universidade operacional. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. (CHAUI, 2003, p. 7).

Chauí (2014) explica que alguns temas se tornaram hegemônicos na mente universitária e esse discurso encontra eco na universidade porque ela absorveu a ideologia da competência neoliberal, como: a aceitação da avaliação acadêmica pelo critério da titulação e das publicações, com total descaso pela docência, critério usado pelas universidades privadas norte-

americanas, nas quais a luta pelos cargos e pela efetivação é feita a partir dos critérios quantitativos da produção publicada e pela origem do título de PhD.

Ademais, aceitação do critério de distribuição dos recursos públicos para pesquisa a partir da ideia de “linhas de pesquisa”, critério que faz sentido para as áreas que operam com grandes laboratórios e com grandes equipes de pesquisadores, mas que não faz nenhum sentido nas áreas de humanidades e nos campos de pesquisa teórica fundamental; aceitação da ideia de modernização racionalizadora pela privatização e terceirização da atividade universitária, a universidade participando da economia e da sociedade como prestadora de serviços às empresas privadas, com total descaso pela pesquisa fundamental e de longo prazo. Desse modo, salienta que o campo da discussão está predeterminado e predefinido pela ideologia da competência neoliberal e pela alienação que ela acarreta.

Ela argumenta que a “avaliação” realizada nas universidades não cumpre suas finalidades porque, paradoxalmente, a universidade, centro de investigação onde tudo quanto existe deve transformar-se em objeto de conhecimento, tem sido incapaz de colocar-se a si mesma como objeto de saber, criando métodos próprios que permitam elaborar técnicas específicas de autoavaliação. O resultado disso é que ela vem aplicando, de modo acrítico e desastrado, os critérios organizacionais usados pelas empresas, imitando – e muito mal – procedimentos ligados à lógica do mercado, portanto, uma aberração científica e intelectual, quando aplicados à docência e à pesquisa.

Numa organização, portanto, pesquisa não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem por que se realizar. Em contrapartida, no jogo estratégico da competição do mercado, a organização mantém-se e firma-se se for capaz de propor áreas de problemas, dificuldades, obstáculos sempre novos, o que é feito pela fragmentação de antigos problemas em novíssimos microproblemas, sobre os quais o controle parece ser cada vez maior. A fragmentação, condição de sobrevivência da organização, torna-se real e propõe a especialização como estratégia principal e entende por “pesquisa” a delimitação estratégica de um campo de intervenção e controle. É evidente que a avaliação desse trabalho só pode ser feita em termos compreensíveis para uma organização, isto é, em termos de custo-benefício, pautada pela ideia de produtividade, que avalia em quanto tempo, com que custo e quanto foi produzido. Reduzida a uma organização, a universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva. [...] A ciência deixou de ser teoria com aplicação prática e tornou-se um componente do próprio capital. Donde as novas formas de financiamento das pesquisas, a submissão delas às exigências do próprio capital e a transformação da universidade numa organização ou numa entidade operacional. (CHAUI, 2003, p. 7-8)

Para Chauí (2014) as consequências dos critérios empresariais para a avaliação da universidade são o emprego de critérios que visam à homogeneidade, ela despoja a universidade

de sua especificidade, isto é, a diversidade e pluralidade de suas atividades, determinadas pela natureza própria dos objetos de pesquisa e de ensino, regidos por lógicas específicas, temporalidades e finalidades diferentes; segundo, nada é conseguido como autoconhecimento da instituição, mas apenas um catálogo de atividades e publicações (acompanhadas de inexplicados conceitos classificatórios) que absurdamente orienta a alocação de recursos; em terceiro, a prestação de contas à sociedade não se cumpre porque tanto orçamentos quanto execuções orçamentárias são apresentados com os números agregados, sem explicitação de critérios, prioridades, objetivos e finalidades e sem explicitar os convênios privados.

Para Sobrinho (2003), toda avaliação tem um forte significado político e uma importante dimensão ética, não apenas técnica. Ela sempre se produz num espaço social de valores e disputas de poder, constituindo o centro das discussões públicas que a seu respeito se instauram. Para além dos problemas técnicos, são os sentidos éticos e políticos das concepções de educação superior e da própria sociedade que estão essencialmente em questão e há de se reconhecer seu papel central nas novas configurações desejadas para os sistemas de educação superior em conexão com as reformas da sociedade.

Oliveira (2015) realça a preocupação com a lógica mercantil que orienta a pesquisa no país, norteada por uma preocupação em gerar conhecimentos tecnológicos e inovações que possam tornar o país mais competitivo no contexto da globalização econômica. Nessa lógica, o conhecimento deve gerar produtos e processos que ampliem a possibilidade de geração de lucro, de mais-valia para as empresas, o que deve ocorrer mediante associação entre produtores de conhecimento e detentores de capital produtivo. O resultado dessa lógica é a criação de uma espécie de mercado acadêmico ou de mercado da pesquisa definido a partir de editais que apoiam áreas estratégicas e ações mediante regras que fortaleçam essa associação e essa subordinação do conhecimento aos interesses do capital e do mercado.

Segundo o autor, a competição pelos recursos para pesquisa revela-se cada vez mais com condicionalidades muito claras, assim como todo o processo de regulação e de regulamentação da Pós-Graduação e da pesquisa no país. Trata-se de um processo de mercantilização do trabalho acadêmico, cada vez mais comprometido com o capital produtivo e com os interesses privados que visam ampliar o lucro das empresas e dos seus investidores. Nesse contexto, o conhecimento torna-se uma força produtiva e, ao mesmo tempo, mercadoria a ser disponibilizada no mercado, resultante no fato de que a universidade pública e o conhecimento que ela produz estão sendo cada vez mais definidos fora do espaço em que os pesquisadores-docentes produzem seu trabalho.

Assim, para ele, amplia-se a sujeição do trabalho acadêmico à vontade de outros, mediado pela regulação e pela regulamentação do Estado, em contraposição à autonomia da universidade, do campo científico-universitário e dos pesquisadores-docentes em geral. O fim último parece ser colocar o conhecimento e o chamado capital humano focado na produção de mercadorias e de serviços que ampliem a participação competitiva das empresas e do país no mercado global.

3.3 OS EFEITOS NEOLIBERAIS PARA O PESQUISADOR

Para Moreira e Velho (2008), a pós-graduação brasileira se baseia em princípios de reconhecimento estritamente acadêmicos da qualidade dos cursos, cujas recompensas estão associadas, entre outros critérios, às publicações e à produção de conhecimento segundo um padrão linear, da ciência básica à aplicada e depois, ao desenvolvimento e à produção. A Capes, agência responsável pela coordenação dos cursos de pós-graduação, utiliza critérios de avaliação que levam ao aumento na disputa dos cursos por mais recursos, associada à obtenção dos melhores conceitos. Para eles, isso obriga os membros da comunidade científica a demonstrar cada vez mais produtividade científica, principalmente em termos de publicação nos veículos acadêmicos de melhor reputação nos respectivos campos, gerando competição, não somente entre cientistas que buscam a ocupação nos espaços editoriais ou que buscam a manutenção das esferas de prestígio e influência, mas gerando uma luta constante do pesquisador pela superação de seus próprios desempenhos no que diz respeito ao número de trabalhos que publica.

Ademais, essa lógica de atribuição de papéis e reconhecimento, que avalia a excelência científica dos pesquisadores, também contribui para reforçar a concepção da separação entre ciência básica e aplicada, ao colocar pesquisadores em “lados opostos”. O reconhecimento do trabalho pelos pares e a ênfase na originalidade observada pode levar os pesquisadores a concentrarem-se naquelas atividades que são capazes de lhes conferir maior visibilidade e cuja promessa científica seja mais fácil de evidenciar do que o valor social.

Segundo Silva, Gonçalves-Silva e Moreira (2014), pautando-se nos mesmos princípios que nortearam o processo de economia mundial – a globalização – a produção e a divulgação científica têm sido fortemente estimuladas na direção da internacionalização, com a valorização da publicação de artigos em periódicos indexados em bases internacionais e entre os nacionais. São trazidos para o campo acadêmico princípios nitidamente característicos do sistema capitalista em que o fator de impacto do periódico e/ou Webqualis se torna moeda corrente para

uma demanda crescente de pesquisadores dispostos a alcançá-los, ou seja, as publicações científicas passam a vigorar com um tipo específico de capital.

Nesse cenário, segundo tais autores, a produção e a divulgação científica não se encontram mais alinhadas ao fim primeiro da pesquisa – produzir conhecimentos que avancem o estado do saber a respeito de um fenômeno – mas sim, em muitos casos, como moeda corrente de valoração pessoal do pesquisador, das revistas e dos programas de pós-graduação, pois no meio acadêmico não mais se reconhece o pesquisador pela qualidade de sua produção ou pelo alcance social de suas publicações, mas sim pela quantidade, sobretudo das publicadas em periódicos com fator de impacto.

Oliveira (2006) diz que a faceta da reforma neoliberal, que tende a substituir a dádiva pela mercadoria como princípio organizador da ciência, é o peso atribuído à avaliação quantitativa da produtividade dos pesquisadores, individualmente ou agrupados por departamento, ou outra unidade institucional de pesquisa. Essa diretriz revela bem a força das concepções neoliberais, uma vez que consegue se impor afrontando instituições muito sólidas a respeito do valor de obras criativas, não só nas ciências, mas também nas artes.

Para o autor, a ideia de que um cientista que publica duas vezes mais artigos que outro é duas vezes mais produtivo, sem considerar a qualidade das obras, é chocante mesmo para o mais elementar senso comum. Essa contradição não é ignorada e motiva a elaboração de formas mais sofisticadas de avaliação, como a que considera o número de citações que cada publicação recebe na literatura especializada. Mas, ainda nesse caso, a ênfase é não apenas no aspecto quantitativo, mas também no requisito de que as quantidades envolvidas devem ser mensuráveis de forma inteiramente objetiva. Para ele, é difícil explicar de outra maneira tal diretriz, a não ser como um recurso para encaixar a força o conhecimento científico no molde da mercadoria.

Portanto, a noção de sociedade do conhecimento, longe de indicar uma possibilidade de avanço e desenvolvimento autônomo das universidades enquanto instituições sociais comprometidas com a vida de suas sociedades e articuladas a poderes e direitos democráticos, indica o contrário; isto é, tanto a heteronomia universitária (quando a universidade produz conhecimentos destinados ao aumento de informações para o capital financeiro, submetendo-se às suas necessidades e à sua lógica) como a irrelevância da atividade universitária (quando suas pesquisas são autonomamente definidas ou quando procuram responder às demandas sociais e políticas de suas sociedades) (CHAUI, 2003, p. 9).

Para Bianchetti e Machado (2009), o cenário atual que apresenta novas formas de orientação e coordenação do trabalho representam a busca incessante da qualidade das produções: são atitudes adotadas por orientadores, professores e pesquisadores. A rapidez das

informações, as formas neoconservadoras de direção, os mecanismos repressores, as atitudes inflexíveis acabam por evidenciar um quadro nos programas de pós-graduação que reflete o próprio movimento da sociedade atual, com imposições oriundas da organização hierarquizada, que estabelecem uma complexa rede de interdependência e constrói com isso um ideário de pesquisa caracterizado pelo pouco espaço à liberdade.

Para eles, a materialização destes aspectos no Brasil, somente pode ser compreendida num quadro de reduzida autonomia institucional por parte das universidades, uma vez que o gerenciamento, a avaliação e o financiamento da pós-graduação gravitam no âmbito de decisão de um órgão do Ministério da Educação, a CAPES. Às instituições e aos programas cabe a responsabilidade de executar e prestar contas. Há apenas um modelo de pós-graduação e para se beneficiar dele é preciso estar incluído no sistema e submeter-se a regras. No bojo de tal produtivismo garante-se parte substancial do salário, em especial no caso dos professores das universidades públicas, boas avaliações dos pesquisadores e programas que por sua vez instrumentalizam o fomento; rankings subsidiam promoções e melhores avaliações e assim por diante.

Entretanto, para tais autores, à medida que se registrou forte expansão do número de programas sem o aumento proporcional dos recursos, a competitividade instaurou-se de tal forma que passou a ser a marca da pós-graduação. Outra frente na qual a competitividade aparece intensamente é a das publicações, na medida em que, paralelamente aos aspectos positivos de contar com mais pessoas a escrever e publicar, surgem distorções da finalidade e sentido deste escrever e publicar – a mola propulsora do avanço da ciência, assente na perspectiva coletiva e cumulativa, cujo dispositivo principal é a visibilidade das descobertas. Ao invés dessa lógica ser prioridade, a corrida pelo Lattes, por obtenção de pontuações, fez com que o quesito quantidade de publicações se transformasse de meio para meta.

Sendo assim, a cultura instalada sob a égide das regras mercadológicas incide sobre as práticas da comunidade científica, com visível recuo da capacidade de análise e aumento de artifícios para satisfazer as exigências de produtividade. Alguns destaques são: o problema da coautoria; da proliferação de periódicos; da inscrição de trabalhos em eventos sem, às vezes, a preocupação de comparecer para apresentar/debater; das coletâneas; da proliferação de editoras e da publicação mediante pagamento por parte do próprio pesquisador-escritor; da apropriação do trabalho dos orientandos. Conforme expressam, estamos hoje numa situação na qual praticamente o pesquisador não consegue publicar um livro de sua autoria exclusiva, pois esta demanda pesquisa, reflexão, (re)elaboração, adensamento, o que supõe tempo.

Para Machado (2007) tais metamorfoses foram se instalando insidiosa e rapidamente nos últimos anos, num emaranhado de demandas e exigências ‘para ontem’, em uma lógica tarefaira, que pouco tempo tem deixado para uma análise passível de levar a reflexões e posicionamentos político/éticos necessários, diante deste panorama. Para ela, por um lado a comunidade científica tem valorizado e depositado confiança nos dispositivos regulatórios desencadeados pelos órgãos governamentais, centrados no controle e num modelo único, aplicado a realidades distintas de nosso país continental, para atingir as metas desejadas no sistema de pós-graduação: formação de pesquisadores e geração de ‘produtos’ (conhecimentos científicos) de qualidade.

Por outro lado, frisa que nos bastidores circula boa dose de descrédito e certo consenso: um acordo tácito envolve o conjunto de pesquisadores em uma grande performance, na qual cada um desempenha o seu papel, num espetáculo coletivo que recebe prêmios, aplausos e financiamentos, mas faz parte do ‘circo global’. Nos poucos e breves espaços/tempos em que têm lugar debates e reflexões, o mal-estar impera até o momento seguinte, em que a próxima urgência o apagará (congresso, banca, edital de pesquisa, conferência, concurso, comissão, paper, parecer, reunião, aula, comitê editorial, orientação, relatório, viagem, etc.).

Numa universidade cada vez mais impregnada da cultura ideológica do produtivismo acadêmico, traço marcante em especial da pós-graduação, que, por seu turno, vai se tornando o polo disseminador da efetiva reforma universitária, o individualismo e a competição adquirem proeminência e tendem a ser naturalizados. As características do atual estágio da acumulação capitalista e da reforma do Estado, que priorizam seu polo privado/mercantil, e a reforma real que transmuta a universidade em uma organização/empresa de serviços, formadora de profissionais impregnados da sociabilidade produtiva requerida pelo mercado, exigiriam do processo científico-acadêmico e de trabalho nas IFES tanto o individualismo quanto a competitividade. Estas são qualidades típicas e imprescindíveis da empresa e do processo de produção capitalista. O individualismo e a competitividade na universidade não existem como marcas a-históricas desta instituição, mas são requeridas no processo de produção da ciência e da tecnologia, mercadorias capitais do atual processo de produção de valor (SGUISSARDI; SILVA JR, 2018, p. 185).

Ao analisar os efeitos da atual conjuntura, Boltanski e Chiapello (2009) sinalizam que as medidas que tinham em vista dar maiores garantias foram substituídas por medidas que visavam a tornar mais leve o controle hierárquico e a considerar os "potenciais" individuais. Por uma inversão política, as garantias foram de algum modo trocadas pela autonomia, de modo

que as garantias conferidas pelos diplomas superiores diminuíram, as aposentadorias estão ameaçadas e as carreiras já não são asseguradas.

As garantias oferecidas pelos diplomas, embora continuem constituindo um bom seguro contra o desemprego, foram também alvo de acusação diante da constatação de que, com o mesmo diploma, na maioria das vezes os jovens têm acesso a posições inferiores às atingidas pelos mais velhos quando tinham a mesma idade, frequentemente ao cabo de uma série de empregos precários que agora marca o ingresso das novas gerações na vida ativa. Aos receios ligados ao emprego vieram somar-se preocupações referentes ao nível das aposentadorias que serão pagas.

Para eles, a dimensão garantia expressa-se principalmente em preocupações com o futuro, que se somam à questão das perspectivas de carreira, muito importante no discurso estudantil e ligada ao temor da desvalorização do diploma, resultante do aumento do número de diplomados. Portanto, as novas palavras de ordem são: criatividade, reatividade e flexibilidade. A exigência de autonomia, integrada aos novos dispositivos empresariais, possibilitou envolver novamente os trabalhadores nos processos produtivos e diminuir os custos de controle, substituindo-o pelo autocontrole, conjugando autonomia e senso de responsabilidade perante as demandas dos clientes ou perante prazos curtos, enquanto a flexibilidade possibilitou transferir para os assalariados e também para subcontratados e outros prestadores de serviços o peso das incertezas do mercado.

Desse modo, as dificuldades do mercado de emprego não produziram impacto apenas sobre as condições de trabalho das pessoas que ocupam empregos de menor qualidade, mas também alimentaram um processo de regressão social nos empregos mais estáveis ou nas empresas mais sólidas. Os jovens e as pessoas na fase mais vigorosa da vida criam cada vez mais dificuldades para projetar-se no futuro devido à incerteza que afeta todas as relações que as vinculam ao mundo e às outras pessoas.

Bauman (2004), realça que uma inédita fluidez, fragilidade e transitoriedade em construção (a famosa "flexibilidade") marcam todas as espécies de vínculos sociais que, uma década atrás, combinaram-se para constituir um arcabouço duradouro e fidedigno dentro do qual se pôde tecer com segurança uma rede de interações humanas. Elas afetam particularmente, e talvez de modo mais seminal, o emprego e as relações profissionais. Com o desaparecimento da demanda por certas habilidades num tempo menor do que o necessário para adquiri-las e dominá-las; com credenciais educacionais perdendo valor em relação ao custo anual de sua aquisição ou mesmo transformando-se em "equidade negativa" muito antes de sua "data de vencimento" supostamente vitalícia; com empregos desaparecendo sem aviso, ou

quase; e com o curso da existência fatiado numa série de projetos singulares cada vez menores, as perspectivas de vida crescentemente se parecem com as convoluções aleatórias de projéteis inteligentes em busca de alvos esquivos, efêmeros e móveis, e não com a trajetória pré-planejada, predeterminada e previsível de um míssil balístico.

Para Machado (2007), desemprego, trabalho precário, miséria e destruição de direitos atingem hoje as profissões mais intelectualizadas. De alguma maneira, segundo ela, compactuamos com a destruição dos direitos a um trabalho decente, digno e ético, participando de uma extensa corrente de irresponsabilidade, ao consentir em publicar da maneira que está sendo feita, rebaixando a condição enquanto profissionais capazes de pensar e contribuir para construir consciência e conhecimentos consistentes.

Outrossim, ela destaca que o frenesi do cotidiano do pesquisador, exigido a atuar em inúmeras frentes, simultaneamente, vem impondo ao seu dia a dia uma lógica implacável e minimalista, em que tudo dura pouco e a interrupção é a regra (certamente uma situação nada favorável para o trabalho científico sério, que exige paciência e recusa do imediatismo) e, desta forma, a partir do encurtamento de prazos para realização de mestrados e doutorados, a ‘falta de tempo’ e as urgências foram uma constante no discurso de todo pesquisador: tanto constituem-se em elemento de orgulho e alta autoestima (o pesquisador é tão solicitado que sua agenda se assemelha à de um ministro!), quanto representam um tormento, que em muitos casos chega a se transformar em mal-estar ou doença crônica, ou até grave.

De acordo com a autora, até a existência do pesquisador parece ter sido capturada por esta lógica da quantidade na medida em que o espaço da vida privada vem sendo invadido pelo espaço público e o número e diversidade de pequenas ou curtas atividades que uma pessoa deve realizar e gerir em sua jornada ficou extremamente inflacionado. Para ela, não é difícil olhar sob esse prisma para a pós-graduação, tendo em vista que, onde se pede relevância, com frequência os resultados são supérfluos, os prazos demasiado breves, propícios para evitar o amadurecimento das leituras, das análises, das reflexões, das elaborações, das discussões aprofundadas com os pares.

Portanto, transformados, os próprios pesquisadores, em sujeitos, senão de curta duração, ao menos de curta dedicação a uma mesma atividade, podem reconhecer-se como uma geração de ‘hipercinéticos’; aqueles que deviam se concentrar para analisar realidades, dados, ler, escrever, sustentar um debate, pulam de uma atividade a outra (aulas na graduação, na pós-graduação, nas especializações, bancas, pareceres, viagens, congressos, artigos, levantamento de dados, orientações, cursos de extensão, palestras aqui e acolá, participação em seleções, etc.), não encontrando sossego para questionar o seu fazer ou a sua maneira de fazer e, por isso, na

busca de manter-se incluído no programa de pós-graduação, no sistema, nos fóruns, no grupo de pesquisa, na rede, experimentam claramente o que o sistema lhes inculca.

Sendo assim, argumenta que a contrapartida é verdadeira e se aplica ao pesquisador induzido a sentir-se o único responsável pela sua inserção profissional; por isso, não pode distrair-se, não pode perder tempo, não pode não atender aos chamados e urgências, pois ser demandado em muitas frentes significa inclusão. A corrida para ‘engordar o Lattes’, e a luta desesperada por manter a sua inserção, instala um verdadeiro ‘vale tudo’, que mantém os pesquisadores produtivos, mas, não raro, competitivos, porém, de alguma forma, conseguindo tornar inócua boa parte de suas pesquisas, esgotando a sua finalidade nesse cômputo estatístico, e terminando o ciclo das descobertas sem que elas incidam no campo social ou gerem algum benefício significativo.

Diante desse cenário, para ela, o sistema de avaliação da pós-graduação em vigor, centrado no controle da quantidade, mesmo estando baseado em fundamentos válidos, está a serviço da lógica econômica capitalista que impera no mundo. Não resta dúvida que esta lógica gera resultados apreciáveis. Contudo, esses resultados positivos quantificáveis vêm acompanhados de formas eficazes e criativas de impedir a realização plena do que exige, de modo que, no frenesi coletivo vivenciado, as regras do jogo são cumpridas visando fins imediatistas e instrumentais, números, notas, financiamentos (‘engordar’ as estatísticas, ‘engordar’ o currículo Lattes, etc.).

Todavia, realça a autora, ao examinar mais de perto, a consistência dos processos e produtos é muito mais cosmética do que efetiva. Enquadram-se nessa categoria, muitas das redes de pesquisa, convênios internacionais, diretórios de grupos de pesquisa do CNPq, avaliações envolvendo ad hocs, editais, coautorias, participações em eventos internacionais, dentre as quais muitas dessas atividades são arranjos e acordos entre pares, indivíduos ou instituições no intuito de fazer funcionar o sistema, movimentar recursos, mas não significam, necessariamente, pesquisas efetivamente relevantes, com envolvimento e participação engajada, avaliações criteriosas e resultados com verdadeiro impacto social.

Diante disso, segundo Gradella Junior (2010), posto que a universidade não é descolada e independente das formas de organização social, a estrutura administrativo-burocrática reproduz, em maior ou menor grau, os pressupostos da racionalidade do modo de produção capitalista em relação à produção e reprodução ideológica da sociedade, através da adequação às normatizações dos órgãos estatais responsáveis pela educação e pelo financiamento das pesquisas e extensões, vital na universidade para a produção da ciência e do conhecimento.

Por isso, ao ser avaliado em qualquer situação de trabalho (ensino, pesquisa e extensão), pela instituição ou por órgãos de fomento e financiamento, a produtividade é definida quantitativamente, independentemente da área de conhecimento e das condições de trabalho do sujeito, contribuindo para que esse trabalhador seja instado a competir no mesmo nível da área de conhecimento daqueles que se encontra em condições de trabalho bem mais adequadas, seja em termos das condições materiais, bem como pela história do curso/instituto/universidade.

Sguissardi (2006) também afirma que dada a tradição da universidade brasileira de falta de autonomia em relação ao Estado e também de ausência de cultura de avaliação e autoavaliação institucional, porque sempre se ateu a responder a demandas externas, estatais, de avaliação, a relação da comunidade acadêmica da pós-graduação com o “Modelo CAPES de Avaliação” é de profunda ambiguidade. Ao mesmo tempo, em que o reconhece como legítimo, o teme. Ao mesmo tempo, em que o teme e talvez por não identificar adequadamente sua natureza e especificidade de regulação e controle em nome do Estado, atribui-lhe todo o poder de definir a efetiva qualidade que devem ter os programas de pós-graduação.

Como expressa Hostins (2006), a dinâmica atual revela o impulso expansionista do capitalismo, regido por suas próprias leis internas de movimento, penetrando em todos os aspectos da vida social. A sociabilidade capitalista transforma o conhecimento num bem de importação e exportação, atingindo hoje uma universalidade virtual, nas quais todos são obrigados a se submeter às exigências da competição, da produtividade crescente e da internacionalização como forma ativa de responder à globalização do conhecimento.

Conforme Gradella Junior (2010) o processo de mercantilização da educação vai se expressar quando o quantum de produção científica fornece a ilusão de “proprietários” de algo e autônomos, pois há o reconhecimento da academia e podemos reclamar uma maior fatia das verbas da universidade e dos órgãos de fomento. Assim, a lógica do modo de produção capitalista se reproduz na universidade, criando unidades ou departamentos com um maior quantum de recursos financeiros, garantidos pelos critérios quantitativos, na maioria das vezes em detrimento do qualitativo e da função social, de maneira que esse critério não considera especificidades e diversidades das áreas de produção de conhecimento e favorecem as áreas que atendem às exigências do mercado, transformando a produção de conhecimento em um mero produto de consumo, que melhor é quanto mais vendável.

Diante disso, a ênfase conferida ao quantitativismo vem sendo objeto de questionamentos no campo acadêmico, principalmente quanto à sua utilização como medida básica da qualidade dos cursos. Este certamente é um dos dilemas atuais da pós-graduação, cada vez mais preocupada com a produção intelectual e com os resultados, secundarizando o

debate sobre a formação e qualidade da produção. Isto tem repercussão cada vez mais intensa na vida acadêmica de professores e alunos, principalmente na gestão dos cursos/programas que se dedicam permanentemente a atender às exigências da Capes em termos de avaliação, uma vez que a coleta de dados é anual e que a avaliação/classificação dos programas é trienal. Os efeitos negativos da avaliação são cada vez mais sentidos e discutidos em termos da qualidade da produção, do tempo para a formação e orientação dos estudantes, para a realização das pesquisas e para o foco da gestão dos programas de pós-graduação e pesquisa científica. (ALVES; OLIVEIRA, 2014, p. 372).

Para Sguissardi e Silva Jr (2018), todos estão envoltos no arдил em que se transformou o produtivismo acadêmico induzido pelo MCT e pelo MEC, especialmente via Agência Capes e instituição indutora de pesquisas aplicadas ao setor produtivo: o CNPq. Estas agências de fomento, por meio de financiamento estatal/mercantil, articulam a educação com o mercado, especialmente a de nível superior, criam condições de financiamento para o trânsito entre a academia e o setor produtivo. A Capes torna-se a agência reguladora deste movimento e o CNPq, o agente indutor, bem como a relação entre o mercado e a universidade se estreita, tendendo a submeter-se, ao mesmo tempo. O tempo da economia tende a tornar-se o tempo da produção acadêmica, estabelecendo um nível de produtividade para a pesquisa nas IFES que se torna o parâmetro para se alcançar os benefícios da Capes e do CNPq, donde se tem a materialidade para a produção do produtivismo acadêmico, enquanto a reflexão, o debate e a maturação da compreensão da realidade tendem a ser abolidos da instituição universitária.

Como destaca Oliveira (2015), o sistema de pós-graduação e de pesquisa, como um todo, tem sido, nas duas últimas décadas, mais orientado pelas agências de fomento e de avaliação, comprometidas com uma visão de expansão que impulsiona a produção do conhecimento associada às demandas econômico-produtivas, do que por um projeto formativo mais consistente que resulte em avanços mais significativos do conhecimento nas diferentes áreas. Assim, ficam cada vez mais em segundo plano os parâmetros da produção acadêmica orientado pela própria lógica da ciência e do campo universitário.

Para ele, o campo científico-universitário, expresso em parte nos programas de pós-graduação, parece incapaz ou pouco desejoso de analisar, de organizar, de propor e de alterar os rumos da lógica e da atual política. Parece haver, portanto, certa resiliência entre o que é definido para o sistema de pós-graduação e de pesquisa e o que é feito nos cursos/programas, reforçando uma relação de dominação e de subordinação que parece satisfatória para parte daqueles que estão envolvidos no campo e dispostos a jogar esse jogo. O resultado tem sido, no entanto, um forte processo de regulação e de reconfiguração da formação e da produção do

trabalho acadêmico, com repercussões negativas e preocupantes para o futuro da pós-graduação e da pesquisa no Brasil.

Considerando os efeitos neoliberais na sociedade contemporânea, a pós-graduação, como parte integrante do âmbito social, também sofre com as consequências que esse sistema atual acarreta entre os que compõem esse grupo social, dentre estes se destaca os impactos emocionais que tem afetado diversos pesquisadores. Acrescidas as consequências abordadas, a pesquisa científica enfrenta um período delicado, de imensa desvalorização que expõe grandes impactos a pós-graduação e a sociedade de modo geral, além de um período pandêmico que prejudicou o desenvolvimento de muitas pesquisas e o negacionismo científico, causando uma imensa preocupação e apreensão por parte da comunidade acadêmica, principalmente pós-graduandos e pesquisadores.

4 O SOFRIMENTO EMOCIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO

O número de pessoas diagnosticadas com transtornos mentais - principalmente ansiedade e depressão - em todo o globo passou por um expressivo crescimento nas últimas décadas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), atualmente, as doenças mentais atingem cerca de 700 milhões de indivíduos em todo o mundo, o que representa 13% do total de todas as doenças. Somente a depressão atinge, hoje, em torno de 320 milhões de pessoas, um aumento de 18,4% no número de casos em relação ao ano de 2005. No caso do Brasil, a estimativa é de que 23 milhões de pessoas (cerca de 10% da população) sofram com depressão, sendo que 5 milhões delas se encontram no estágio moderado a grave da doença. Atualmente, o Brasil é o quinto país no ranking de pessoas com depressão, e o primeiro no ranking de transtorno de ansiedade. No território nacional, é importante destacar que o índice de doenças mentais é maior entre os jovens. Um estudo recente realizado pela UFRJ com 85 mil jovens entre 12 e 17 anos aponta que 30% deles sofrem com transtornos mentais comuns, como por exemplo, tristeza frequente, falta de disposição, dificuldade para se concentrar, problemas para dormir, entre outros sintomas, os quais, se não forem devidamente tratados, poderão se tornar distúrbios mais graves, levando até mesmo ao suicídio. Dados publicados pela BBC Brasil, por exemplo, mostram que a taxa de suicídio de jovens na faixa etária entre 15 a 29 anos aumentou mais de 27% no período entre 1980 e 2014. (GARCIA DA COSTA; NEBEL, 2018, p. 208)

Garcia da Costa e Nebel (2018) ressaltam que entre os jovens, há um grupo específico no qual os diagnósticos de transtornos mentais têm crescido de forma muito expressiva nos últimos anos: os estudantes universitários. Há uma série de estudos realizados em diversas partes do mundo, os quais demonstram que as taxas de doenças mentais como depressão, ansiedade, crise de pânico, distúrbios do sono, além do risco de suicídio, são muito maiores entre estudantes matriculados em cursos de graduação, e principalmente de pós-graduação, do que no restante da população.

Conforme Loreto (1985) apud Cerchiari et al. (2005), a preocupação com a saúde mental dos estudantes universitários teve início nos Estados Unidos no século XX com base no reconhecimento de que os universitários viviam uma fase psicologicamente vulnerável e que, cabia a instituição em que estes estavam inseridos, a responsabilidade por ajudá-los. No entanto, embora a preocupação com o impacto da formação sobre a saúde dos estudantes não se constitua como um tema novo, pois desde a década de 1970 é possível encontrar pesquisas, segundo Louzada e Silva Filho (2005) ainda não são numerosos no Brasil estudos que abordem, em detalhe, o processo de formação de pesquisadores com as especificidades de cada área de

conhecimento e que considerem a formação em suas relações com as regras e o movimento do campo científico, pois a maior parte do material encontrado tende a agrupar estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores estabelecidos, sem que se especifiquem as características de estrutura e demandas exclusivas da pós-graduação.

Para Louzada e Silva Filho (2005), o debate em torno da formação dos pesquisadores na pós-graduação só acontece em 1998 com a repercussão do suicídio de um doutorando de Harvard. No Brasil, a pesquisa é estudada por meio de temas como: investimentos em pesquisa, formação da comunidade científica, produtividade científica, perfil da ciência, financiamento de postdocs, pós-graduação e trabalho e por isso, somente nos últimos anos ganha destaque, principalmente nos estudos de Carmo, Leta e Peixoto.

Pierre Bourdieu (2011) destaca que como o campo social, o campo universitário é um local de luta de classes cuja estrutura reproduz na própria lógica acadêmica a estrutura do campo de poder, tendo em vista a estrutura deste campo, a posição que as faculdades ocupam nele e as diferentes disciplinas. Neste campo, se almeja o prestígio científico que se dá pelo reconhecimento concedido pelo campo por meio de instrumentos de ampla difusão, a autoridade para definir o que é científico ou não é uma posição dominante, que está relacionada à posse de capital econômico e cultural no qual aqueles que não o detêm, se localizam do lado do poder inseguro. Sendo assim, o campo científico, assim como os demais campos, embora tenha suas especificidades, se caracteriza por conflitos e competições em torno de uma autoridade científica, portanto, estão permeados de interesses e lutas por posições dentro dele.

Para Garcia da Costa e Nebel (2018), de fato, há um conjunto de fatores que podem estar relacionados direta ou indiretamente ao elevado número de universitários que sofrem com doenças mentais. No caso dos estudantes de graduação, há de se considerar, principalmente, que eles - como todos os jovens - precisam enfrentar os desafios emocionais inerentes à transição da adolescência para a vida adulta, ao mesmo tempo, em que têm de se adaptar às demandas da universidade, processo este que, em muitos casos, ocorre de forma bastante dolorosa para o indivíduo.

Por sua vez, no caso dos pós-graduandos, eles têm de enfrentar um conjunto de desafios relacionados à passagem da graduação para a pós-graduação na medida em que o ambiente da pós-graduação é altamente desafiador, tendo em vista que as demandas e as cobranças que se manifestam aos estudantes são muito mais intensas, quando comparadas às exigências da graduação. Realizar um curso de mestrado e, sobretudo, de doutorado é uma tarefa árdua que revelam uma série de desafios ao jovem pesquisador: desenvolvimento da dissertação/tese, exame de qualificação, participação em eventos nacionais e internacionais, cumprimento dos

créditos das disciplinas, publicação de artigos em periódicos qualificados, defesa, etc. Somam-se a isso as dificuldades financeiras, os aspectos familiares, pessoais, emocionais, profissionais, conjugais, dentre outros.

Santos, Perrone e Dias (2015), por meio de uma revisão de literatura em pesquisas nacionais e internacionais relacionadas a questões da pós-graduação, destacam que alguns discentes não conseguem responder às exigências impostas pela pós-graduação (Hyun, Quinn, Madon, & Lustig, 2006), a saber, cobranças por produtividade, exigência de leitura e escrita, preocupação com prazos, conciliação dos compromissos acadêmicos com a vida pessoal (Bujdoso & Cohn, 2008; Faro, 2013; Malagris et al., 2009; Santos & Alves Júnior, 2007; Schwartz-Mette, 2009) e relação satisfatória com o orientador (Krauss & Ismail, 2010; Noy & Ray, 2012; Velho, 2005). Outros não conseguem se manter no sistema devido à falta de condições financeiras (Holley & Caldwell, 2012; Tobbell & O'Donnell, 2013), pois mesmo quando recebem bolsa de estudos, o valor não é suficiente para sustentá-los (Maia, 2014).

Elas afirmam que no Brasil, as taxas de evasão dos cursos de pós-graduação são diferentes para cada Instituição de Ensino Superior (IES), mas podem chegar a 11,5%, realidade presente na Universidade de São Paulo (USP) entre os anos de 2009 e 2013 (Maia, 2014). Já nos Estados Unidos, as taxas de evasão dos cursos de pós-graduação tendem a variar de 40% a 50% (Terrell et al., 2009). A evasão na pós-graduação é decorrente do abandono do curso, do desligamento devido a reprovações consecutivas em disciplinas e, principalmente, do não término da dissertação ou tese (Velho, 2005). A discrepância entre a taxa de ingresso e a taxa de conclusão dos cursos de pós-graduação é um indicativo de que os discentes enfrentam desafios de transição ao se envolverem com o mestrado ou o doutorado (Hoffman & Julie, 2012). Os índices de desistência desses cursos tendem a estar relacionados ao insucesso na adaptação a esse nível de formação. Acredita-se que os mestrandos e os doutorandos com maior probabilidade de abandonarem seus cursos são aqueles que não conseguiram se adequar ao contexto da pós-graduação e, assim, atender as necessidades conferidas por esse novo contexto de formação, visto que a adaptação acadêmica corresponde ao quão bem os estudantes conseguem atender as demandas acadêmicas (Feldt, Graham, & Dew, 2011; Teixeira, Dias, Wottrich, & Oliveira, 2008).

Constituída num campo de disputa de poder, em que ocorre o tensionamento e luta por espaço entre os diferentes atores envolvidos no processo e a instituição de um antagonismo – órgão regulador-programas de pós-graduação, programas de pós-graduação-pesquisadores, órgãos de fomento-pesquisadores, orientador-orientando –, os PPGSS têm feito valer o dito popular “manda quem pode e obedece quem tem juízo”, pois, conforme salientam Bianchetti e

Machado (2009), só existe um modelo de pós-graduação no país, exigindo que aqueles que desejam usufruir dele se rendam às suas imposições, fazendo com que as consequências recaiam sobre os que dispõem de menor poder, notoriamente, os alunos (SILVA, GONÇALVES-SILVA; MOREIRA, 2014, p. 1438).

André Faro (2013) reitera que um dos principais dilemas enfrentados pelos pós-graduandos é a constante necessidade de aumento no volume de produção bibliográfica, somam-se a isso, queixas em relação aos rigorosos critérios de avaliação da CAPES, às dificuldades quanto à progressão do nível mestrado para doutorado dos cursos de pós-graduação e as exigências quantitativas e qualitativas para essa ascensão e, recentemente, a internacionalização dos programas, que propõe critérios mais exigentes para a avaliação dos cursos.

Diante do curto espaço de tempo, aquilo que já era preocupante, pois o tempo de dois anos para o mestrado e quatro para o doutorado, devido às exigências básicas (cumprimento de créditos, elaboração de trabalhos parciais em disciplinas, levantamento bibliográfico, leitura do referencial teórico, treinamento em técnicas de coleta de dados, coleta de dados, apresentação dos resultados e discussão), complexidade do ato de escrever (necessidade de reflexão crítica, desconstrução e reconstrução do conhecimento) e necessidade de se manter vinculado a um emprego para suprir suas necessidades diárias, visto que nem todos dispõem de bolsas de fomento, a exigência de produção de artigos torna a situação dos mestrandos e doutorandos ainda pior. Além de cumprir esses requisitos, pautados na política de produção e buscando atender a Capes, mestrandos e doutorandos se veem no meio do fogo cruzado entre pesquisadores e órgão regulador, recaindo sobre eles os efeitos colaterais. Pressionados pela Capes a manter um corpo docente produtivo, os programas tendem a se apegarem aos pesquisadores em formação (mestrandos e doutorandos) para manterem-se na ativa, exigindo deles a produtividade e alimentando, com isso, um “círculo vicioso” já no processo da formação profissional. (SILVA, GONÇALVES-SILVA; MOREIRA, 2014, p. 1438).

Para Voltarelli (2002) a produtividade acadêmica se constitui como um fator estressor para os pesquisadores nacionais, na medida em que estes precisam se dedicar exclusivamente às atividades, sem apoio financeiro significativo e necessitam focar na publicação, de preferência internacional. Estes fatores podem levar a um estado de esgotamento mental, prejudicial à saúde do indivíduo. Esse segmento é marcado por constantes pressões decorrentes do curso de pós-graduação, tornando-se um grupo de risco para o adoecimento, sobretudo, mental. Embora, no ambiente acadêmico, outras categorias como professores e técnicos

administrativos também sejam afetados por esse fenômeno, o adoecimento de mestrandos e doutorandos tem relação direta com a sua condição acadêmica (SILVA, 2022).

Malagris et al. (2007) denota fatores estressores comuns aos pesquisadores como: alta competitividade, cumprimento de prazos, sobrecarga de atividades, inserção no mercado de trabalho, incertezas quanto ao futuro profissional, preocupação com o tempo médio de titulação, curso das disciplinas, situações de avaliação (seleção, exame de conhecimentos, qualificação e defesa da dissertação ou tese), relacionamento com o orientador e demais professores, procedimentos do Comitê de Ética, uso da língua inglesa, desenvolvimento da dissertação ou tese (busca de material bibliográfico, coleta e análise dos dados, redação), cobrança de produtividade (principalmente publicações), falta de autodisciplina, problemas na obtenção de bolsa ou financiamento, mudanças nas diretrizes da universidade e crescente número de orientandos por professor, questões interpessoais e preocupações financeiras.

Duque, Brondani e Luna (2005) declaram que estudantes de pós-graduação em seu cotidiano têm que lidar com diversos elementos ansiogênicos como: carência de recursos para desenvolvimento das pesquisas; conviver em ambientes altamente competitivos; lidar com a pressão dos prazos; conciliar atividades acadêmicas (atendimento à comunidade, docência e produção científica); inserção no mercado de trabalho e incertezas quanto ao futuro profissional. Além disso, denotam que as situações mais comumente referidas como estressantes pelos pós-graduandos foram a elaboração e realização do projeto experimental e/ou a obtenção de bolsa ou financiamento, entretanto, cursar disciplinas, a qualificação e a defesa, a falta de ética ou incompetência de colegas, docentes e funcionários, o cumprimento de prazos, a burocracia, o orientador e a sobrecarga de atividades, também foram mencionados. Outrossim, constata-se em suas pesquisas que a deterioração da qualidade de vida manifesta-se por meio de diversas formas, destacando-se o surgimento de novos distúrbios físicos e/ou psicológicos, entre os quais sobressai o fenômeno do estresse. Os sintomas mais evidenciados pelos alunos de pós-graduação foram ansiedade, irritabilidade, angústia, desânimo e dificuldade de concentração.

De Souza, Fadel e Ferracioli (2016) demonstram aspectos semelhantes quando realçam que os entrevistados indicaram a saturação de atividades inerentes à pós-graduação, a má distribuição da carga horária do curso, a exiguidade de prazos para cumprir suas atividades acadêmicas, a insatisfação em relação à forma de avaliação do corpo docente, a pressão imputada pela bolsa de estudos, as exigências externas à sua área de concentração acadêmica e a incerteza sobre a contribuição do curso em sua vida profissional como fontes estressoras centrais. Para eles, ansiedade, nervosismo, angústia, tensão, esgotamento, falta de concentração

(perda de raciocínio rápido), alteração de humor (paciência reduzida, irritabilidade, brigas) e isolamento foram os impactos psicológicos da condição estresse apontados pelos pós-graduandos.

Para eles, as inúmeras tarefas delegadas aos pós-graduandos, sua grande responsabilidade em corresponder às expectativas familiares e docentes, a incerteza de ingressar no mercado laboral e as obrigações familiares trazem como consequência a ansiedade, sintoma manifestado pela totalidade de pós-graduandos investigados. A diminuição da capacidade de raciocínio rápido, ou seja, a falta de concentração, origina-se do grande esforço requerido pelo organismo na busca pelo reequilíbrio e contribui para a perda de disposição para o trabalho e estudo, além de facilitar mudanças de humor: paciência reduzida, irritabilidade, brigas. Alterações alimentares como a perda de peso, falta ou aumento de apetite, o ato de comer e vomitar, distúrbios do sono e aumento da vontade de chorar foram os impactos físicos ocasionados pelo estresse mais sinalizados entre os pós-graduandos pesquisados.

Sendo assim, para esses autores, o estresse que surge devido à dinâmica da pós-graduação pode interferir na saúde dos indivíduos, gerando alterações nos hábitos de vida desses estudantes, como mudanças na alimentação, no padrão do sono e na prática de atividades físicas, as quais também poderão determinar o aparecimento de novos problemas de saúde (constipação, problemas gástricos, enxaquecas e cefaleias), gerando assim necessidade de enfrentamentos adicionais, bem como constitui-se fator de risco para o surgimento de doenças crônicas como hipertensão, diabetes, doença arterial coronariana, sendo considerado fator de predisposição para doenças mentais. Estudos internacionais recentes associaram também a condição estresse com morte prematura.

Essa é uma realidade comum também entre pós-graduandos. Embora esse tema não seja tão explorado no âmbito da pós-graduação, as poucas pesquisas publicadas apontam que o nível de estresse mental entre os pós-graduandos é bem mais elevado do que entre os graduandos. Uma pesquisa realizada em 2013, por exemplo, pela Associação dos Pós-Graduandos da UFRGS (Junta, 2017), com alunos de mestrado e doutorado da universidade, demonstram resultados bem preocupantes. O estudo mostra que os participantes sofriam com uma série de problemas, como por exemplo: dificuldades de interação social (17,8%); aumento da irritabilidade (37,3%); diminuição da motivação (41,2%); dificuldades de concentração (35,8%); distúrbios do sono (50%). De forma semelhante, uma pesquisa realizada com 140 pós-graduandos da UFRJ (Malagris et al., 2009) revela que 58,6% dos participantes estavam estressados. Por sua vez, um estudo realizado com 66 estudantes do programa de pós-graduação em medicina veterinária da UNESP (Duque; Brondani; Luna, 2005) mostra que 89% dos

participantes apresentaram sintomas de ansiedade; 77% tinham irritabilidade; 64% sofriam com angústia; 61% apresentavam dificuldades de concentração; 55% sofriam com tristeza; 33% com depressão, dentre outros resultados (GARCIA DA COSTA; NEBEL, 2018, p. 217-218).

Uma pesquisa realizada em janeiro de 2018, com participação de 637 estudantes de pós-graduação da Universidade de Brasília (UnB) indicam em seus resultados que os sintomas demonstrados durante o curso considerados relacionados de alguma forma à Universidade foram: ansiedade 90%; Desânimo 71,6%; irritabilidade 63,1%; energia, desejo e motivação reduzidos 59,1% ; Tristeza 58,1%; reclamações constantes 48,4%; oscilação do humor 48,4%; atenção e concentração reduzidas 45,2%; sonolência 44,5%; humor depressivo 39,7%; isolamento social 39,1%; apatia 33,3%; bem como outros sintomas como: raiva; frustração e sensação de incapacidade; eflúvio telogênico; dificuldade para dormir; medo; insônia crônica; ideação suicida; crises de choro; pensamentos obsessivos de perseguição e cobranças; alucinações; intensificação do consumo de drogas diversas; bloqueios de escrita; desmotivação; síndrome do pânico; compulsão alimentar; estresse e doenças físicas causadas por ele. Além disso, entre os resultados mais impressionantes, destaca-se a taxa de estudantes que pensa em suicídio com frequência diária e uma vez por semana (9,83%), valor que é 143 vezes maior do que a média de suicídios no Brasil, de 6,3/100 mil habitantes.

Ainda segundo estudos, cerca de 55% dos fatores de desmotivação na UnB são atribuídos a relacionamentos humanos, isto é, posicionamentos e relações com professores, orientadores, coordenadores, secretaria, assunto da pesquisa, disciplinas obrigatórias desnecessárias, falta de bolsa, estrutura, investimento. São eles: solidão, burocracia, colegas e ambiente de competição, falta de ética e moral, falta de apoio a ideias próprias, ameaças, ideia de que trabalho é igual a sofrer, pressão para publicar, intrigas e individualismo, individualismo estimulado pelo departamento, dificuldades de relacionamento com orientador, cobrança excessiva, completo descaso dos professores, coordenador e secretaria, excesso de disciplinas, sadismo acadêmico, injustiça, tempo/recurso inflexíveis, pouco estímulo para compartilhamento de ideias e formação de grupos, brigas entre professores, tensão constante, falta de punição para professores que degradam o curso, falta de comunicados relevantes para os pós-graduandos, falta de perspectiva, prazos desnecessários, falta de empatia dos professores, ambiente pouco acolhedor e tóxico, distância entre colegas, falta de clareza e detalhamento de regras que regem a relação professor-orientador e aluno-orientando.

Conforme Radons, Cunha e Lucca (2017), as atividades científicas no Brasil se desenvolvem a partir de grande desgaste emocional por parte das pessoas envolvidas. Para Louzada e Silva Filho (2005), estes fatores estressores estão relacionados às políticas

educacionais e de ciência e tecnologia vigentes, às regras acadêmicas do programa de pós-graduação no qual o aluno está inserido e ao modo como ele interpreta as situações. No entanto, eles acrescentam que o apoio recebido do orientador, da instituição ou de profissionais, é essencial no enfrentamento do estresse acadêmico. A dualidade entre as exigências cada vez maiores na produção acadêmica e a saúde dos discentes, por vezes esquecida ou deixada em segundo plano, podem resultar em consequências imediatas e/ou futuras incalculáveis. Com a pressão acadêmica afluída, vivenciada durante o processo de formação por boa parte dos pesquisadores, aumentam as queixas relacionadas à saúde, nas quais fica evidenciado o processo de adoecimento decorrente do estresse nos pós-graduandos brasileiros (FARO, 2013 apud PEIXOTO, SOUZA, SOARES, 2022, p. 2).

Peters (2018) revela que o modo de vida atual exigido aos indivíduos gera uma grande quantidade de sofredores, tendo em vista que a motivação física e mental pode ser esgotar mais cedo ou mais tarde. O aumento nos casos de depressão pode ser visto, sob essa perspectiva, como o “custo”, em sofrimento psíquico, de uma civilização que exige dos corpos e mentes dos seus membros individuais mais do que eles podem dar. De acordo com Peixoto, Souza e Soares (2022), os estudos já evidenciam que a presença do estresse na vida dos pós-graduandos é constante e que dele decorre o comprometimento de aspectos acadêmicos, pessoais, familiares, financeiros, além de reflexos negativos na saúde do pesquisador. Para tais autores, entende-se, consensualmente, que o adoecimento físico e/ou mental se reflete diretamente na saúde e qualidade de vida do pesquisador, bem como, na sua capacidade de produzir ciência, ou de permanecer no programa de pós-graduação até a conclusão do curso.

A maior parte dos mestres e doutores atua em duas áreas vitais: docência e pesquisa. Logo, deles dependerá fortemente a qualidade dos profissionais que chegarão ao mercado de trabalho no futuro, bem como será determinante a contribuição deles nos avanços tecnológicos que possibilitam o desenvolvimento de um país. Por isso, além do empenho para aperfeiçoar os aspectos acadêmicos e produtivos da pós-graduação, também é preciso investir no aprimoramento da qualidade de vida dos pós-graduandos e na sua afirmação como profissionais, pois esses são elementos estreitamente relacionados (DUQUE, BRONDANI & LUNA, 2005). Portanto, como ressalta Malagris et al. (2007), quanto mais amplo o conhecimento da realidade dos alunos de pós-graduação, certamente maiores serão as possibilidades de se pensar em políticas de assistência estudantil que, de fato, sejam efetivas para esse grupo de indivíduos.

Conforme argumentam os estudiosos, os estudantes de pós-graduação enfrentam diversas dificuldades no seu processo de formação que ocasionam diversas formas de

adoecimentos emocionais e compromete-os no andamento de suas atividades como pesquisadores. Entretanto, as suas dificuldades se ampliam no momento em que estes pesquisadores em formação precisam lidar com um contexto de desvalorização e desmonte da pesquisa científica no Brasil.

4.1 A DESVALORIZAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA

Considerando as dificuldades existentes no processo de formação dos pesquisadores e os efeitos neoliberais na sociedade contemporânea, que como vimos resultam em falta de garantias, inseguranças e incertezas em todos os âmbitos da vida social, a pesquisa científica enfrenta um período de imensa desvalorização que evidencia grandes impactos a ciência brasileira de modo geral, bem como impacta a vida de todos os pesquisadores, entre eles os pós-graduandos.

Boaventura de Souza Santos (2008) mostra que no momento em que o Estado decidiu reduzir o seu compromisso político com as universidades e com a educação em geral, convertendo-as num bem que, sendo público, não tem de ser exclusivamente assegurado pelo Estado, a universidade entrou em uma crise institucional na qual, nos últimos trinta anos, foi provocada ou induzida pela perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas e pela consequente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas. Para ele, em países que ao longo das últimas três décadas viveram em ditadura, a indução da crise institucional teve duas razões: a de reduzir a autonomia da universidade até ao patamar necessário à eliminação da produção e divulgação livre de conhecimento crítico; e a de pôr a universidade ao serviço de projetos modernizadores, autoritários, abrindo ao setor privado a produção do bem público da universidade e obrigando a universidade pública a competir em condições de concorrência desleal no emergente mercado de serviços universitários.

Sendo assim, para o autor, a perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente. Na universidade pública, isto significou que as debilidades institucionais identificadas – e não eram poucas –, em vez de servirem de justificação a uma vasto programa político-pedagógico de reforma da universidade pública, foram declaradas insuperáveis e utilizadas para justificar a abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial.

Ele acrescenta que o ataque neoliberal teve, pois, por alvo privilegiado o Estado nacional e especificamente as políticas econômicas e as políticas sociais onde a educação tinha vindo a ganhar peso. No caso da universidade pública, os efeitos deste ataque não se limitaram à crise financeira, mas repercutiram-se direta ou indiretamente na definição de prioridades de pesquisa e de formação, não só nas áreas das ciências sociais e de estudos humanísticos, como também nas áreas das ciências naturais, sobretudo nas mais vinculadas a projetos de desenvolvimento tecnológico.

Conforme Carvalho Neto e Engler (2018), a queda dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento impactam toda a produção e construção de conhecimento, em todas as grandes áreas das ciências. A falta de recursos gera colapso nas universidades e, respectivamente, em seus programas de incentivo a pesquisa e de pós-graduação, interrompendo pesquisas em andamento e fechando portas para novas. A crise na ciência e na educação é reflexo do desmonte das políticas públicas e o congelamento dos investimentos que assolam o país, resultado de má gestão daquilo que é público e de seus recursos.

Rathsam (2021) revela que a desvalorização da ciência é particularmente nociva quando os recursos públicos para a pesquisa e desenvolvimento de ciência e tecnologia tornam-se cada vez mais escassos à proporção que desde 2015, o orçamento disponível para a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) tem sofrido uma queda vertiginosa na medida em que a proposta orçamentária para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) em 2021 é 34% menor do que em 2020. Ela destaca que, em 3 de março de 2021, 11 Ex-Ministros de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações assinaram um Manifesto em Defesa da Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, onde expõem os riscos de descontinuidade de programas estratégicos e de colapso das instituições, com impactos severos sobre a economia, a sustentabilidade ambiental e a equidade social: enquanto países desenvolvidos reforçam suas políticas de CT&I, em face da contribuição essencial destas para retomada do crescimento sustentável e equânime, caminhamos a passos largos na direção do obscurantismo - mediante a negação da ciência, recuo na formação de recursos humanos e declínio da inovação no setor produtivo.

A autora argumenta que os cortes nas verbas destinadas à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) se agravaram com a promulgação da Emenda Constitucional EC-95/2016, que criou o Teto de Gastos e congelou o orçamento de áreas estratégicas para o país, como a ciência, a tecnologia, a saúde, a educação e as políticas sociais. Com isso, o Congresso e o presidente da época (Michel Temer) congelaram os valores de investimentos das futuras gestões; ainda que o PIB crescesse, estaríamos presos aos valores de 2016. A única coisa que está a salvo do congelamento é o pagamento de juros e amortização da dívida pública, ou seja,

o setor financeiro. Hoje vemos o retrato da decadência promovida por essa Emenda, comunica Claudia Linhares Sales, professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) e diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (RATHSAM, 2021, online).

Segundo o Relatório de Ciências da Unesco (2021) embora os gastos com pesquisa tenham aumentado na maioria das regiões entre 2014 e 2018, 80% dos países ainda investem menos de 1% do PIB em pesquisa e desenvolvimento. Em alguns casos, a quantidade de pesquisadores cresce mais rápido do que os gastos correspondentes, deixando menos financiamento disponível para cada pesquisador. De acordo com o site de notícias GIFE (2021) acerca desses dados da Unesco, salta aos olhos, no levantamento, que EUA e China concentram quase dois terços dos investimentos na ciência, com 63%, enquanto quatro em cada cinco países destinam menos de 1% de seu Produto Interno Bruto (PIB) para pesquisas. No caso do Brasil, apenas 1,15% do PIB é reservado para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Ademais, Valery (2021) sinaliza, em seu artigo para a Rede Brasil Atual, que outro índice presente no referido Relatório se debruça sobre a quantidade de pesquisadores atuantes nos países. Neste quesito, o Brasil sai ainda mais atrás, com média de 888 pesquisadores por milhão de habitantes; número que se manteve entre 2014 e 2018. A média mundial é de 1.368. Na América Latina, destaque para a Argentina, com 1.192, entretanto, ainda longe das maiores potências científicas do planeta. Entretanto, frisa que embora com número inferior de pesquisadores na média global, cientistas brasileiros destacam-se na relevância da produção. Mais de 35% dos artigos nacionais possuem coautoria e menções em outros países. A média do conjunto de nações, individualmente, é de 23,5%.

Bruno Alfano (2022), em matéria ao jornal O GLOBO, frisa que os seguidos cortes do governo brasileiro do orçamento na Ciência e Tecnologia desde 2014 já tiraram da área quase R\$ 100 bilhões até este ano, informa estudo do Observatório do Conhecimento em parceria com a Frente Parlamentar Mista da Educação. O Brasil teve, em 2014, R\$ 27,8 bi para as áreas relativas ao ensino superior, pesquisa e inovação, no que foi chamado pelo grupo de Orçamento do Conhecimento. Se mantivesse esse patamar até 2022, teria investido quase R\$ 100 bi a mais do que aportou nesses sete anos. Ele reforça que o orçamento demonstra uma trajetória decrescente nos últimos sete anos.

Ainda, nesse artigo, o professor Glaucius Oliva, presidente do CNPq entre 2011 e 2015, realça que ciência é um processo em construção contínua. Requer pessoas qualificadas e recursos materiais, como laboratórios, equipamentos, métodos e processos, em constante atualização. Se o fluxo de recursos é drasticamente reduzido por um tempo longo, como vem ocorrendo desde 2014, é evidente que o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

vai entrar em colapso. Aprofundando esse entendimento, o professor Oliva complementa dizendo que ciência é igual a cérebros mais recursos. No início deste já longo período de crise no financiamento, com cortes nos consumíveis e nas bolsas em todos os níveis, da iniciação científica ao pós-doutorado, a situação é ainda agravada pelo fato de que as bolsas federais, da Capes e do CNPq não têm aumento de valor desde 2013.

Como demonstra Escobar (2021), levando-se em conta todos os gastos do governo federal nesse campo estratégico, envolvendo os diversos ministérios com alguma atuação no setor, o retrato é um desastre: de 2013 para 2020, o investimento encolheu 37%, segundo um levantamento da economista Fernanda De Negri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão vinculado ao Ministério da Economia. Em valores corrigidos pela inflação, a área da ciência e tecnologia no Brasil recebeu menos recursos em 2020 do que em 2009; e os orçamentos deste ano do MEC e do MCTI são ainda menores do que os do ano anterior. São doze anos de retrocesso.

Desse modo, para ele, debulhando os números: o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), que deveria ser a engrenagem mais sólida do sistema, perdeu 52% do orçamento entre 2013 e 2020, voltando ao patamar de duas décadas atrás, quando o número de pesquisadores ativos no país era um quarto do atual. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), principal agência de apoio à pesquisa do país, vinculada ao MCTI, perdeu 90% do seu orçamento de fomento em dez anos, passando, em valores atualizados, de 263 milhões de reais em 2010 para apenas 24 milhões no ano passado, de acordo com dados fornecidos pela própria agência e já corrigidos pela inflação. O Ministério da Educação (MEC), outra peça-chave do sistema, sofreu corte de 50% entre 2013 e 2020, segundo De Negri.

Sendo assim, com tantos cortes e reduções, a oferta de bolsas de pesquisa também diminuiu. No CNPq, o número de bolsas pagas, que chegou a ultrapassar 100 mil no auge do programa Ciência sem Fronteiras entre 2014 e 2015, retornou ao seu patamar anterior, de 80 mil, e ali permanece imóvel desde 2017, sob ameaça permanente de novos cortes. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do MEC que regulamenta e financia a pós-graduação no país, também teve seu orçamento ceifado e eliminou mais de 8 mil bolsas em 2020, de acordo com um levantamento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Ademais, o número de alunos matriculados na pós-graduação, por outro lado, nunca parou de crescer – o de doutorandos mais do que triplicou nas últimas duas décadas, de 33 mil para 120 mil, segundo dados reunidos por Odir Dellagostin, professor da Universidade Federal

de Pelotas (UFPel) e presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap). Consequentemente, a parcela de alunos de doutorado contemplados com bolsas da Capes caiu de 42% em 2015 para 36% no ano passado. No pós-doutorado, a mesma situação: o número de bolsas fornecidas pela Capes e pelo CNPq no ano passado foi 35% menor do que em 2015, enquanto o número de doutores titulados cresceu 35% no mesmo período.

Portanto, conforme ele argumenta, no sistema brasileiro de ciência e tecnologia, onde a maior parte das pesquisas é feita por alunos de pós-graduação em universidades públicas, o corte de bolsas não é apenas a interrupção de uma ajuda de custo. Equivale à demissão de um funcionário de uma fábrica, pois os alunos que se dedicam à pesquisa não conseguem exercer outras atividades remuneradas a fim de garantir o seu sustento. Para piorar a situação, o valor desses “salários” está congelado desde 2013: é de 1,5 mil reais mensais para mestrado, 2,2 mil para doutorado e 4,1 mil para pós-doutorado. O que sobra dessa enxurrada de números é um cenário de escassez extrema, com cada vez mais gente dependendo de um volume cada vez menor de recursos para sobreviver. Se o orçamento federal de ciência e tecnologia fosse um prato de comida, a maior parte dos cientistas brasileiros estaria desnutrida.

Tais dados demonstram o processo de desvalorização que a pesquisa científica tem sofrido nos últimos anos, demonstrando os impactos que esta série de desinvestimentos causa a comunidade acadêmica e principalmente os pesquisadores. Entretanto, a situação se intensifica com o governo de Jair Bolsonaro na medida em que os pesquisadores, além dos cortes e falta de investimentos sucessivos, ainda precisam enfrentar outros obstáculos que surgem durante esse período. Além dos já clássicos desafios de se fazer ciência no Brasil – como o excesso de burocracia e a demora para a importação de insumos básicos de pesquisa –, várias outras perturbações entraram em cena desde o início do governo de Jair Bolsonaro: a pregação obscurantista, o negacionismo científico e os constantes ataques às universidades. É uma tempestade perfeita, capaz de afugentar para longe até o mais patriota dos cientistas (ESCOBAR, 2021).

4.2 A DESVALORIZAÇÃO E DESMONTE DAS UNIVERSIDADES NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO

Conforme o Observatório do Conhecimento (2019), o ensino público no Brasil tem sido alvo do atual governo do presidente Jair Bolsonaro, que tomou posse no dia primeiro de janeiro de 2019. Cortes massivos no orçamento, insultos e desqualificações vêm sendo executados e proferidos por aqueles que deveriam defender a educação pública: o presidente e o ministro da

Educação. Juliana Sayuri (2019), em matéria para o Nexo Jornal, recupera algumas declarações do presidente Jair Bolsonaro durante o seu governo. Bolsonaro afirmou que “Poucas universidades têm pesquisa”, em entrevista à rádio Jovem Pan, em 8 de abril de 2019. Sem citar dados ou fontes de informação, Bolsonaro criticou o que chamou de aparelhamento ideológico de instituições de ensino superior. Mencionou, como exemplo, a “manifestação burra” de “100 garotos” que o trataram como “racista, machista e homofóbico”, o que provocou o cancelamento da visita à Universidade Mackenzie, em São Paulo, em 27 de março de 2019. Ela frisa que desde a campanha presidencial, em 2018, Bolsonaro fez diversas declarações nessa linha, ecoando as críticas que o escritor Olavo de Carvalho faz às universidades como centros de difusão de um suposto “marxismo cultural”.

Ademais, apresenta uma declaração do Presidente da República, em transmissão ao vivo no Facebook após as eleições, em 9 de novembro de 2018, em que ele afirma que: “Uma parte considerável delas [das universidades] é dinheiro jogado fora. [...] Vamos querer apagar as universidades, [vão] me chamar de homofóbico, fascista, ditador... A gente vai tentar mudar isso aí”. Entretanto, a autora contrasta tais declarações com dados que mostram que as universidades públicas são responsáveis por 95% da produção científica brasileira, de acordo com o relatório “Research in Brazil”, realizado pela empresa americana de análise de dados Clarivate Analytics, a pedido da Capes, e divulgado em 2017. Entre 2011 e 2016, foram publicados mais de 250.000 artigos científicos, em todas as áreas do conhecimento, levando o país à 13ª posição na produção científica global.

Segundo o Observatório de Conhecimento (2019), no dia 15 de maio, o Presidente ofende manifestantes em defesa da educação. Os cortes no Ministério da Educação somados à retórica belicosa do Governo contra as universidades, consideradas antros “esquerdistas”, levaram milhares de pessoas a marchar pelas capitais e médias cidades espalhadas por 26 Estados. Em resposta, o presidente chamou, em entrevista, os manifestantes de “idiotas úteis, imbecis e massas de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades públicas no país”. Outrossim, uma reportagem do Carta Capital (2019) revela os ataques as universidades realizadas por Abraham Weintraub, nomeado para comandar o Ministério da Educação em abril de 2019 após a gestão relâmpago de Ricardo Vélez Rodríguez. Weintraub afirmou em entrevista ao Estado de S. Paulo que as universidades federais são espaços de balbúrdia e que o MEC “vai pra cima” dessas instituições, sobretudo em um momento fiscal difícil. Ademais, o ex-ministro da educação declarou que “as universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta em

alguns campus por aí? Tem cracolândia. Estamos em situação fiscal difícil e onde tiver balbúrdia vamos pra cima”.

Entretanto, além dos ataques constantes direcionados as universidades públicas, o governo de Jair Bolsonaro foi marcado por sucessivos cortes de investimentos. O Observatório do Conhecimento (2019) expõe algumas dessas ações ocorridas em 2019: o decreto presidencial 9.725/2019 que prevê extinção de cargos em universidades federais: 13,7 mil cargos foram extintos entre cargos de direção e coordenação de cursos, além de gratificações concedidas a professores; o decreto presidencial 9.741/2019 que determina o congelamento de R\$ 35 bilhões de recursos da União no qual, com os cortes, o orçamento da Educação perdeu R\$ 5,8 bilhões em despesas não-obrigatórias, o maior contingente em números absolutos entre todas as pastas. Já o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações perdeu 41,9% dos seus recursos; a suspensão temporária de novas bolsas referentes à Chamada Universal MCTIC/CNPq nº 28/2018. O edital havia aprovado 5.572 projetos de pesquisa envolvendo 2.516 bolsas de várias modalidades, a um custo total de R\$ 200 milhões; corte de R\$ 2 bilhões sobre as despesas discricionárias das universidades e institutos federais, montante equivalente a 30% dos gastos não-obrigatórios e a 3,5% do orçamento total que o MEC destinará em 2019 às instituições, em algumas universidades, o corte chega a mais de 50%.

Outras ações foram: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) suspende a concessão de 3.474 bolsas de pesquisa “ociosas”. Dirigentes universitários e estudantes afirmam que parte dessas bolsas estava em vias de ser reimplementada para pesquisadores já aprovados em programas de mestrado e doutorado; o decreto presidencial nº 9.794, de 14 de maio de 2019, altera competências para a nomeação de cargos em comissão e funções de confiança da administração federal – incluindo as instituições federais de ensino superior no qual, na prática, o decreto pode ferir a autonomia universitária, retirando das reitorias universitárias a competência para a nomeação de cargos estratégicos dentro das universidades. Dirigentes acadêmicos, professores e estudantes temem que essa medida dê margem à ingerência político-ideológica sobre as universidades públicas federais; A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) anuncia o bloqueio de mais 2.724 bolsas de mestrado e doutorado no País, segundo o órgão, o congelamento é necessário em função do contingenciamento de R\$ 7,4 bilhões do orçamento da pasta. O órgão diz que, nessa segunda etapa, serão bloqueadas as bolsas de cursos que foram avaliados consecutivamente com nota 3 ou que tiveram redução de nota 4 para 3.

Segundo Sayuri (2019), o governo de Jair Bolsonaro determinou o contingenciamento de R\$ 29 bilhões do orçamento federal em 2019, dentre estes cortes o maior afetado, em termos

absolutos, foi o Ministério da Educação, que teve congelados R\$ 5,8 bilhões — cerca de 25% do orçamento originalmente previsto para pasta no ano. No Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, foram retidos R\$ 2,1 bilhões, que representam 42% do total previsto para 2019, portanto, o contingenciamento tem um impacto imediato sobre as chamadas despesas discricionárias — que vão desde custos de emissão de passaporte até bolsas de estudo. Nesse cenário, segundo ela, um setor estratégico é diretamente afetado: a pós-graduação no Brasil, incluindo dois dos principais órgãos federais de fomento à produção científica nacional: o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Boni (2021) realça que, de acordo com o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, o SIOP, no ano de 2013, antes do início da sequência de cortes na ciência, foram destinados 15,4 bilhões de reais pelo governo federal à área. Em 2019, o último ano antes da pandemia, o valor foi de apenas 6,7 bilhões. Fazendo uma redução de orçamento diretamente relacionado ao CNPq, o valor investido em 2013 foi de pouco mais de 3 bilhões de reais, enquanto em 2019 foi somente 1,4 bilhão. Situação semelhante passou a Capes: no ano de 2015, o último antes da aprovação da PEC dos Gastos, que também ajudou a restringir ainda mais os investimentos em ciência no Brasil, a verba destinada ao programa foi de 9,4 bilhões de reais. Em 2019, foi de apenas 3,9 bilhões, representando uma redução de quase 60% em 4 anos.

Segundo Torres (2020), no ano de 2019, o governo cortou inicialmente 30% do orçamento do Ministério da Educação, contingenciando mais de R\$ 2 bilhões que seriam destinados para 70 universidades e colocando em risco quase meio milhão de vagas e a pesquisa de mais de 200 mil mestrados e doutorandos. Em função de intensa mobilização social, o governo anunciou o fim do contingenciamento no final do ano. Além do mais, a proposta orçamentária para 2020 elaborada pelo governo Bolsonaro reduziu cerca de 20% dos recursos do MEC em relação ao montante autorizado no ano anterior, que teve seu valor reduzido. Apesar do corte incidir da educação básica à pós-graduação, o impacto privilegia negativamente o financiamento de pesquisas e as verbas destinadas às universidades públicas. Apenas a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) perdeu metade de seu orçamento, caindo de R\$4,25 bilhões para R\$2,20 bilhões.

Em reportagem para o Rede Brasil Atual (2022), O presidente da SBPC, Renato Janine Ribeiro ressaltou que em 2021, o orçamento total aprovado para ciência e tecnologia no Ministério da Ciência foi efetivamente o menor em pelo menos duas décadas, segundo números compilados pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Em 2020 e 2021, o financiamento combinado de bolsas para CNPq e CAPES foi de cerca de 3,5 bilhões de reais

(US\$ 680 milhões) por ano – os valores mais baixos desde 2009. As duas agências perderam 45% de seu orçamento para bolsas durante o governo Bolsonaro (2019–22), em comparação com 2015-18.

Pires Ferreira, Petersem Domingues e Sierra (2022) demonstram que, de acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em 2021, o orçamento para despesas básicas das instituições, como a contas de água, luz, contratos com empresas de segurança, bolsas de pesquisa, alimentação, limpeza e assistência aos alunos, foi de 4,5 bilhões, o que representa um corte de 18,16% no orçamento discricionário de todas as 69 universidades federais. Esses recursos servem ao pagamento das despesas diárias, exceto salários e aposentadorias, obrigatórias por lei. Em comparação com o ano de 2020, o corte ficou em torno de 1 bilhão, afetando todas as instituições, ameaçando a continuidade de programas como o de moradia e o restaurante universitário, e prejudicando a permanência dos estudantes mais pobres no Ensino Superior.

Eles frisam que mesmo com o corte, Bolsonaro assinou ainda o Decreto 10.686, que dispõe sobre as dotações orçamentárias primárias discricionárias, bloqueando R\$2,73 bilhões dessa verba, atingindo com isso as universidades federais em mais 13,89%. Segundo o ANDES-SN, a educação foi a pasta que teve o maior bloqueio de verbas dentre os ministérios. No total, os cortes do Ministério da Educação nas despesas discricionárias ficaram em torno de R\$3,5 bilhões, sendo que R\$2,73 bilhões ficaram bloqueados, enquanto R\$1,2 bilhões foram vetados até maio de 2021, quando o governo liberou R\$2,61 bilhões ao Ensino Superior. Esse montante de R\$2,61 bilhões compreendia na sua maior parte as despesas de custeio com universidades federais e foi retido, segundo o governo, devido ao ensino remoto durante a pandemia de Covid-19.

Para tais autores, essa política de sucateamento e desmonte das IFEs compromete mesmo as atividades de grandes universidades, como a UFRJ, que teve R\$ 41,1 milhões de seu orçamento discricionário bloqueado, tendo que enfrentar dificuldades para arcar com as despesas de custeio. Em 2021, o orçamento da instituição foi de R\$299 milhões, o que significa R\$87 milhões a menos do que o ano de 2020. A reitoria da UFRJ publicou uma nota afirmando que o orçamento discricionário aprovado pela Lei Orçamentária em 2021 foi de apenas 38% do valor empenhado em 2012.

Em reportagem para o Brasil de Fato, Konchinski (2022), o presidente Jair Bolsonaro iniciou o último ano de seu mandato sancionando um orçamento para universidades federais, 12% menor do que aquele reservado às instituições no primeiro ano do seu governo. Em 2022, as universidades federais tiveram R\$ 5,33 bilhões disponíveis para investimentos, manutenção

e bolsas estudantis. O valor é 18% maior do que os recursos destinados às instituições em 2021: R\$ 4,51 bilhões. Entretanto, segundo Pires Ferreira, Petersem Domingues e Sierra (2022), foram cortados do orçamento do Ministério da Educação em 2022 a quantia de R\$739,9 milhões. O fomento para a graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão, em âmbito nacional, teve um corte de R\$4,2 milhões. Da verba destinada ao apoio à consolidação, reestruturação e modernização das IFEs, foram cortados R\$34,3 mil.

Ao portal de notícias G1, Putini (2022) expõe alguns cortes realizados nesse mesmo ano: em junho houve um corte de R\$ 1,6 bilhão no MEC para universidades e institutos federais, o valor retirado foi de R\$ 438 milhões; em outubro ocorreu um bloqueio temporário de R\$ 328,5 milhões para universidades e institutos, verba foi liberada posteriormente; no mês de novembro ocorreu o congelamento de R\$ 366 milhões, considerando recursos de universidades e institutos federais, sob a justificativa de respeitar a chamada regra do teto de gastos, que limita os gastos públicos. O dinheiro foi liberado.

O Portal Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (2022), também sinaliza que à medida que se aproxima o fim do (des)governo Bolsonaro, as surpresas desagradáveis não param de surgir, comprometendo uma série de políticas públicas estratégicas e essenciais para o país. No dia 6 de dezembro, a sociedade brasileira foi informada que o Ministério da Educação não contava com recursos orçamentários para honrar compromissos com vários programas importantes, como, por exemplo, o pagamento de 14 mil bolsas para jovens médicos residentes que realizam estágios em centenas de unidades hospitalares distribuídas por todo território nacional. Outrossim, a nota oficial divulgada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, dando conta que o pagamento de 200 mil bolsas que aconteceria no dia 7 de dezembro não seria mais possível, em razão da publicação do Decreto no. 11.269, de 30 de novembro de 2022, que “zerou por completo a autorização para desembolsos financeiros” nesse mês. Segundo Azevedo (2022), após grande pressão, o ministro da Educação, Victor Godoy, anunciou que R\$ 460 milhões foram liberados para a pasta e que as bolsas seriam pagas até o dia 13.

Conforme Oliveira e Souza (2021), o cenário atual da Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil se caracteriza por alta instabilidade e insegurança em face, dentre outros fatores, das consecutivas retrações do investimento público no campo da educação superior nos últimos anos e também do crescimento de um movimento negacionista no país – agravado pelo governo Jair Bolsonaro, que refuta evidências científicas e instala uma batalha ideológica contra universidades e outras instituições. Tais práticas de desmonte e desvalorização sucessivas a pesquisa científica causam uma série de impactos para os pesquisadores que, como vimos

anteriormente, já convivem com diversas dificuldades no seu processo de formação. Acrescidas a essas dificuldades, eclode no final de 2019 para 2020, em todo o mundo, a pandemia de COVID-19 que intensifica esse cenário de crise, ocasionando para a pesquisa científica, maiores dificuldades para a sua continuidade.

4.3 OS IMPACTOS DA PANDEMIA PARA A PESQUISA CIENTÍFICA

No início do ano de 2020, a pandemia de COVID-19, que já se manifestava em outros países, chega ao Brasil. Um vírus totalmente desconhecido naquele presente momento e que se constitui um problema de saúde pública internacional. A pandemia afeta toda a sociedade, todos os âmbitos da vida social e promove uma série de medos e adaptações necessárias que passam a ser realizadas nessa conjuntura difícil e desconhecida.

Para Ricardo Westin (2020), em reportagem ao Agência Senado, a pandemia do novo coronavírus fez os olhos do mundo, como poucas vezes antes, se voltarem para a ciência. A grande expectativa é que os cientistas finalmente apresentem uma vacina que consiga frear a propagação do vírus, impedir novas mortes e permitir que as pessoas retomem a vida normal. Os olhos dos brasileiros, claro, também se voltaram para a sua própria ciência, entretanto, o cenário encontrado não foi tão inspirador quanto o que viram lá fora. A pandemia atingiu o Brasil no momento em que a área de ciência, tecnologia e inovação enfrentavam a pior situação financeira dos últimos tempos.

Segundo o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ideu de Castro Moreira, para essa mesma reportagem, quando a pandemia chegou, o Brasil foi pego no contrapé. Para enfrentá-la, é preciso ter dinheiro que garanta laboratórios equipados e pessoal qualificado. Em vez disso, o que temos é o desmonte de muitas das nossas instituições por falta de recursos financeiros. Como complementa Boni (2021), a pandemia atingiu o Brasil em um momento especialmente vulnerável em relação à capacidade da ciência nacional. Nos últimos anos, o investimento público do governo federal em Ciência e Tecnologia diminuiu drasticamente, resultando em cortes de bolsas de pesquisa e defasagem tecnológica em laboratórios e universidades.

Conforme Almeida Barros e Cândido Matias (2021), com investimentos insatisfatórios e desvalorização da pesquisa científica, o Estado brasileiro se vê dependente dos resultados científicos das universidades públicas, para amenizar a dor e o sofrimento de toda a nação diante da pandemia. O corte de recursos financeiros de bolsas para graduandos e pós-graduandos que integram o quadro de pesquisadores do Brasil - e que tem sofrido perdas sem precedentes -

lançou sua derrocada nos primeiros meses de 2020, por meio das Portarias nº 18, nº 20 e nº 21 (Brasil, 2020), sobre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Ministério da Economia (ME) que, seguindo as orientações do Ministério da Educação (MEC), deliberam os critérios de distribuição de bolsas para programas de pós-graduação. Mesmo após apelos das universidades, em 18 de março de 2020, foi publicada a Portaria nº 34 (Brasil, 2020) que, em termos gerais, diminui drasticamente as bolsas de estudo para programas de pós-graduação com notas 3 e 4 da CAPES, recrudescendo e reiterando os termos já determinados em Portarias anteriores.

Tais autores indicam que a situação de agravamento contou com a ausência de políticas públicas sociais. No início do ano 2020, o Presidente da República utilizou-se de redes sociais e propagandeou informações distantes dos parâmetros científicos e, amparando-se no senso comum, mencionou, em cadeia de rádio e televisão, que a doença era apenas uma “gripezinha”. No Brasil do governo Jair Bolsonaro, há um complexo contexto de ausência de políticas públicas, ataques infundados à ciência e, conseqüentemente, descasos com a saúde da população. Boni (2021) afirma que a pandemia por si só já representaria um grande desafio para a comunidade científica de qualquer país. Desde o início dos casos de coronavírus no Brasil, contudo, o atual presidente da república adotou uma série de atitudes contrárias às recomendações médicas e científicas: menosprezou a gravidade da covid-19, promoveu tratamentos comprovadamente ineficazes, incentivou aglomerações, foi contra as medidas de isolamento e também questionou a eficácia das vacinas. Além disso, mesmo em meio à pandemia, o governo federal propôs novos cortes ao financiamento da Ciência no Brasil que atingiram inclusive instituições como o Instituto Butantan e a Fundação Oswaldo Cruz.

Conforme percebemos, durante a pandemia, os desinvestimentos e desvalorização através de corte e recursos e bolsas de pesquisas para o campo científico, bem como as ameaças e ataques constantes se intensificaram e trouxeram prejuízos as diversas pesquisas em andamento, inclusive pesquisas relacionadas ao próprio vírus causador da pandemia de modo que muitas delas não conseguiram ter continuidade por falta de investimentos necessários, prejudicando o avanço em relação a vacinas e outras descobertas acerca do vírus. Entretanto, nesse cenário, marcado por tantas incertezas e inseguranças, muitos estudantes de pós-graduação, que já estavam sendo afetados por uma série de dificuldades e pela desvalorização da pesquisa científica, ampliaram suas preocupações diante do contexto pandêmico desconhecido e a ausência de políticas públicas corretas para o avanço da doença.

Em reportagem ao Valor Econômico, Alessandra Saraiva (2022) realça que um Levantamento da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) detalhou o forte impacto da pandemia,

iniciada em 2020, na saúde mental de estudantes de pós-graduação. Na pesquisa, realizada com 5.985 participantes de todas as regiões do país, 61,77% relataram crises de ansiedade e dificuldade para dormir, devido à crise sanitária. No estudo, com dados coletados entre outubro e dezembro de 2020, os pesquisadores apuraram que 45% dos alunos foram diagnosticados com ansiedade generalizada; e 17% com depressão durante o primeiro ano da pandemia. Falta de motivação e problemas de concentração foram reportados por quase 80% dos entrevistados.

No universo da pesquisa, nos quais, 94% dos entrevistados estavam matriculados em cursos *Stricto sensu*, sendo 51% no mestrado e 43% no doutorado, aproximadamente 80% dos alunos tiveram que alterar seus projetos de pesquisa, sendo que 9% mudaram completamente seus estudos, 35% fizeram alterações significativas e 37%, mudanças pequenas. Também foi apurado que, entre os estudantes que buscaram apoio emocional durante período mais agudo da pandemia, mais da metade se voltou para os amigos. Cerca de 15% procuraram seus orientadores. Apenas 1%, os comitês de apoio aos discentes. A maioria dos estudantes também não buscou a coordenação do curso de pós-graduação e 5% disseram não ter recebido apoio, apesar da solicitação, informaram os pesquisadores.

Segundo Assunção-Luiz et al. (2021), uma das pautas que mais preocuparam os estudantes de pós-graduação durante a pandemia foram referentes à comunicação e ao relacionamento com seus respectivos programas de pós-graduação, além dos anseios quanto ao desenvolvimento regular de seus cursos. Sua análise permitiu verificar que as principais questões abordadas pelos participantes, representando 17,8% dos resultados, se referem a prazos e prorrogações de bolsas e atividades voltadas à Pós-Graduação, bem como, as cobranças impostas para publicação e a preocupação generalizada no que tange aos cortes de bolsas em meio a pandemia, na medida em que, as dificuldades impostas pelo isolamento social comprometeram o andamento de inúmeras pesquisas, seja pela falta de acesso aos laboratórios ou ao local de coleta de dados. Por isso, muitos alunos mostraram-se desmotivados e consternados devido a essas dificuldades, expondo a necessidade de os Programas de Pós-Graduação aumentarem os prazos para concluir suas pesquisas.

Outra pauta de preocupação demonstrada por tais autores foi em relação às aulas e às defesas. No grupo analisado, o adiamento dos prazos e a defesa online tiveram repercussão positiva entre os alunos, mas houve relatos de receio por parte da banca. Foram mencionadas, ainda, insatisfações com as instituições de ensino que não propuseram as mesmas medidas. Assim, como referido pelos próprios alunos, os prazos não foram adiados e o tempo das bolsas continuava em andamento, sendo que ao final do mestrado/doutorado os alunos ainda teriam o trabalho da pesquisa, porém sem ajuda de custo. Essa problemática implicou em grande

indignação dos participantes, que até então não tinham um posicionamento das agências de fomento sobre a prorrogação da vigência das bolsas.

Além disso, dentre as dificuldades enfrentadas por alunos de Pós-Graduação e professores nesse momento de pandemia estão as dificuldades práticas como ler, escrever e estudar em casa, onde a falta de concentração e bloqueios científicos são dados como responsáveis por parte dessa improdutividade. A mudança da rotina, dos laboratórios e salas de aula da universidade para o chamado home office, foi e ainda é um grande desafio para todos, pois tudo teve de ser adaptado para atividades a distância. Muitos empecilhos foram citados, como a convivência com os familiares e filhos, que contribuem para a perda do foco, pois estes não entendem a dinâmica da rotina de um pós-graduando. Muitos pós-graduandos relataram a dificuldade de manter uma rotina de trabalho, estudos e escrita das dissertações/teses, falhando no cumprimento das metas previamente estabelecidas.

Ademais, em relação ao chamado produtivismo acadêmico, duas extremidades foram evidenciadas, onde alguns estão trabalhando exageradamente, autocobrança seguida de esgotamento, e outros estão estagnados e sem motivação. O corte de bolsas é trazido como algo desmotivador por parte dos pesquisadores e os debates dos pós-graduandos colocam em questão as implicações diretas da bolsa durante a produtividade em meio a pandemia, entretanto, a maioria dos estudantes que relataram ter bolsa, reportaram estar seguindo lentamente com suas atividades. Por outro lado, quem não possui o auxílio financeiro, está ainda mais desanimado com o cenário de pesquisa, e citam que se arrependem de terem escolhido tal área para se graduar.

Eles também destacam serem reportados inúmeros problemas relacionados com a conexão da internet, que muitas vezes é instável e dificulta no acompanhamento de aulas e reuniões virtuais. Esse apontamento junto a falta de comunicação com o orientador, sem empatia com seus orientandos, traz à tona uma grande preocupação com os prazos a serem cumpridos, qualificação e defesa, e de problemas futuros que podem existir em suas apresentações, que dependem totalmente de recursos online. Diante dessa súbita mudança de contexto, foi descrito pelos alunos a dificuldade em manter o foco, a concentração, o rendimento e a motivação em seus estudos e trabalhos. Por conta dessa oscilação entre expectativas/planos e a realidade, muitos se veem em um momento improdutivo, o que faz crescer o sentimento de culpa, de cobrança, do auto boicote e até mesmo o pensamento de desistência.

Diante desse contexto de desvalorização, desinvestimentos, pandemia, ameaças e ataques as universidades públicas e a pesquisa científica, Sayuri (2019) realça alguns impactos

para pesquisadores em formação, isto é, os estudantes de pós-graduação: O estresse, depressão e ansiedade acomete os pesquisadores. Segundo um estudo feito com mais de 2.000 estudantes de 26 países, publicado na revista científica *Nature Biotechnology* em março de 2018, os pós-graduandos têm seis vezes mais chance de sofrer depressão e ansiedade do que o restante da população. Enquanto o artigo indicava causas como pressões da dinâmica acadêmica (por exemplo, a relação orientando-orientador), leitores da revista publicaram comentários com suas próprias ideias a respeito do problema, apontando outros fatores como o baixo valor de bolsas e a falta de perspectiva de emprego (dentro e fora da universidade) como catalisadores de estresse e ansiedade.

Outro aspecto ressaltado é a falta de perspectiva profissional na medida em que doutores recém-titulados têm buscado bolsas de pós-doutorado, como alternativa diante da falta de oportunidade no mercado de trabalho, tanto na iniciativa privada como nas instituições públicas de pesquisa. Entretanto, conforme reportagem da BBC, não há bolsas para todos: no primeiro calendário de 2018, dos 2.550 pedidos recebidos pelo CNPq, por exemplo, foram concedidas apenas 363 bolsas. Além disso, outra questão ressaltada por ela são as bolsas defasadas, na medida em que as bolsas disponíveis estão defasadas desde 2013, data do último ajuste. Nas duas agências, Capes e CNPq, a bolsa de pós-doutorado é de R\$ 4.100; a de doutorado, R\$ 2.200; e a de mestrado, R\$ 1.500. Em fevereiro de 2019, a ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos) lançou uma campanha pedindo atualização dos valores. Em geral, a condição de bolsista implica “dedicação exclusiva”, isto é, não é permitido exercer outras atividades remuneradas com vínculo empregatício.

O desemprego e subemprego também têm impactado pesquisadores que têm migrado para outras atividades ou recorrem a subempregos. Professores têm feito bicos como Uber ou pedido emprego no farol. A crise profissional não é um fenômeno só no Brasil: em editorial de julho de 2018, a revista científica *Nature* usou a expressão “geração perdida” para se referir a jovens doutores nos Estados Unidos e na Europa. Ademais, a “fuga de cérebros” tem ocorrido, na medida em que, diante da falta de perspectiva profissional no país, também voltou à tona a discussão sobre o fenômeno da “fuga de cérebros”. Expressão datada da década de 1960, o “brain drain” se refere ao êxodo de profissionais de alto nível educacional, motivados pela busca de melhores condições de trabalho no exterior.

Fernandes (2021) explana a situação da Antropóloga reconhecida por pesquisas sobre a China e os fenômenos que antecederam a ascensão do presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro, Rosana Pinheiro-Machado, que assinou uma coluna no site *The Intercept Brasil*, foi professora de uma universidade federal no Brasil e há poucos anos se viu encurralada entre

situações e decisões. Com dificuldade para seguir a carreira acadêmica como professora, pesquisadora e doutora em Antropologia Social, no Brasil, ela decidiu migrar e aceitar a oferta de assumir a cadeira de Desenvolvimento Internacional na Universidade de Bath, no Reino Unido. Como outros acadêmicos brasileiros, nos últimos anos, Rosana enfrentou cortes das verbas destinadas à ciência pelo governo federal e a crescente desvalorização das ciências humanas e de quem se dedica a elas no país.

Somado a isso, reitera ela, vieram ainda os ataques pessoais, sobretudo de pessoas adeptas do movimento de extrema-direita, que a acusavam de praticar e ensinar comunismo nas universidades. Ao se tornar praticamente “inimigos da nação”, nas palavras dela, os profissionais das ciências humanas passaram a ser perseguidos no país. Ela mesma enfrentou desde denúncia no Ministério Público Federal até xingamentos misóginos online e tentativas de boicote às suas aulas. Assim, diante de uma oportunidade em uma universidade no exterior, em 2019, Rosana acabou se tornando mais um dos “cérebros” que deixaram o Brasil em busca de melhores oportunidades profissionais. A antropóloga diz:

A gente precisa de investimento e de valorização e precisa de um governo que não veja a ciência pelo senso comum, que veja a ciência pelo olhar dos cientistas. Que o Ministério da Ciência e Tecnologia seja conduzido por técnicos. Porque é muito mais do que investimento que a gente precisa. A gente precisa de apoio e de entender o que é o trabalho do cientista. É um absurdo a gente estar numa situação em que se é um inimigo da nação, que as pessoas não entendem o que você faz. E o que você faz, na verdade, é a linha de desenvolvimento nacional. Toda saída de desenvolvimento vai passar por inovação, tecnologia, inteligência artificial, soluções criativas para o século 21, soluções para um mundo mais sustentável. Não existe desenvolvimento sem ciência. No caso brasileiro, você não tem não só investimento; você é odiado, você é humilhado. A gente não recebe investimento e ainda é pisado pela comunidade (FERNANDES,2021, online).

Conforme discutido, o cenário atual da pesquisa científica no Brasil é marcado por retrocesso e imensa desvalorização nos últimos anos, constituindo para os pesquisadores um ambiente hostil que desmotivam a muitos e ocasionado diversos adoecimentos emocionais, não somente por contas das dificuldades e desafios enfrentados no seu processo de formação, mas também por um contexto social e político ameaçador para estes que desempenham papel fundamental para o desenvolvimento e compreensão da sociedade. Dentre estes, cabe, entretanto, frisar o ataque e intensa desvalorização que têm vivido os pesquisadores em ciências humanas, recorte que a presente pesquisa dará ênfase no tópico seguinte.

4.4 A DESVALORIZAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA EM CIÊNCIAS HUMANAS

Segundo Duarte, Souza e Lima (2021), as ciências humanas e sociais têm um papel importante no conjunto de conhecimentos alcançados pela humanidade, já que apresentam áreas diversas e complementares que estudam a relação do homem com a sociedade, os fenômenos sociais nos períodos históricos, as contradições presentes e pretéritas, além dos elementos estruturais e dinâmicos da organização da vida em sociedade. Entretanto, esse campo do saber tem sido constantemente desvalorizado no Brasil, se tornando alvo de diversos ataques, desinvestimentos e desvalorizações constantes em todos os âmbitos da educação pública, inclusive no desenvolvimento da pesquisa científica.

Para Duarte, Souza e Lima (2021), há um notório desprestígio geral da ciência e pesquisa no Brasil, com destaque para a área das humanidades, pois, quando há reconhecimento da pesquisa, isso ocorre no campo das ciências que estimulam a produção direta das condições objetivas para a reprodução do capital, em detrimento das pesquisas que desvelam os aspectos sociais e suas contradições na realidade. A pesquisa é um instrumento para produzir e compartilhar o conhecimento, estimular o questionamento da realidade, promover maior consciência sobre os fenômenos e contradições sociais, no sentido de propor alternativas e soluções que atendam a interesses coletivos.

Segundo tais autores existem avanços no campo da produção do conhecimento. Todavia, ainda persistem dificuldades estruturais, dentre elas, a ausência de recursos de peso e as condições objetivas de permanência para que estudantes e docentes pesquisadores possam se dedicar à produção do conhecimento de forma qualificada. A rotina da tríade ensino, pesquisa e extensão na universidade demanda tempo, muito estudo e dedicação, exigindo investimento, direção e estratégias políticas que valorizem o labor docente e que favoreçam condições objetivas de trabalho, dedicação e permanência estudantil (graduação e pós-graduação) e profissional nas universidades brasileiras (formação de novos pesquisadores, manutenção institucional de pesquisadores altamente qualificados, etc.). Diante das dificuldades, um dos aspectos relevantes é o discurso contraditório de que a pesquisa na área das ciências humanas e sociais não possui resultados imediatos/diretos para a sociedade. Este argumento demonstra desconhecimento das especificidades da área, a desvaloriza e repercute no seu investimento pelo setor público, especialmente em contextos neoconservadores.

Além disso, realçam que a fragmentação da análise da realidade, as dificuldades de articulação entre os conhecimentos diversos, os limitados investimentos em pesquisas no país, somados ao histórico desprestígio da pesquisa nas áreas das humanidades, constituem como

imensos desafios a serem enfrentados. Em tempos mais reacionários, as áreas de humanidades se tornam contraditoriamente mais necessárias e também mais atacadas. Cortes de verbas, desvalorização, perseguição de ordem político ideológica fazem parte do cotidiano da produção do conhecimento nos países de capitalismo dependente como o Brasil.

Resende (2021) afirma que em março de 2020 houve uma redução nos mecanismos de financiamento de pesquisas nas áreas das ciências humanas. Uma portaria do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), definiu as prioridades para subsidiar projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período de 2020 a 2023. Os projetos que devem ser priorizados são os voltados para as áreas: estratégicas, habilitadoras, de produção, para desenvolvimento sustentável e para qualidade de vida. Dentre os setores englobados por estas áreas, as ciências humanas foram muito pouco contempladas.

Para Flávio de Campos, professor de história medieval da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, em reportagem ao *Jornal do Campus* (2022), existem duas causas principais para a desvalorização das humanidades. A primeira delas é política e, a segunda, está relacionada ao senso comum. Existe uma desvalorização sistemática por parte de alguns governantes. A diminuição das aulas de humanas no ensino médio e a destinação de uma quantidade muito maior de verbas para pesquisas na área das ciências da natureza provam isso, diz o especialista. Há, também, uma desvalorização discursiva que, muitas vezes, é feita pelas próprias autoridades, como governantes, prefeitos e ministros de Estado.

Um exemplo disso, sinaliza Pacheco (2021) para a mesma fonte, são as falas do então ministro da Educação, Abraham Weintraub, que atacava constantemente os cursos da área de humanas. Em 2020, ele chegou a defender que as verbas destinadas aos cursos de filosofia, antropologia e sociologia nas universidades fossem redirecionadas para a formação de engenheiros, médicos e dentistas. À época, o presidente Jair Bolsonaro chegou a apoiar a ideia, dizendo ser preciso “focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte”.

Para Duarte, Souza e Lima (2021), a lógica das ciências humanas e sociais é distinta das ciências naturais e da saúde, têm processos e tempos diferentes, resultantes de particularidades e singularidades que exigem dinâmicas diversas, mas que necessitam de investimentos, sem interrupções, para que possam se desenvolver e, sobretudo, subsidiar outras pesquisas no conjunto da produção do conhecimento e do desenvolvimento da ciência no país. A falta de compreensão sobre a importância das ciências humanas e sociais muitas vezes dá-se pela carência de compreensão da sua teoria e sua relação com a prática, o que também implica dificuldade de articulação entre os múltiplos aspectos da realidade. Portanto, é essencial

reconhecer a relevância de estudos sobre desigualdade social, pobreza, políticas sociais, educação, gênero, raça, etc., bem como sua articulação e implicação na vida dos sujeitos individuais e coletivos, o que é alcançado especialmente por meio dos estudos realizados nas áreas das ciências humanas e sociais.

Segundo o professor Flávio de Campos ao *Jornal do Campus* (2022), a desvalorização das ciências humanas é uma política de desinformação. Uma política que potencializa a banalização do conhecimento e a multiplicação de perspectivas equivocadas sobre a sociedade, que levam ao não questionamento de práticas preconceituosas, isso abre margem para distorções da história. Por exemplo, as ideias equivocadas de que o nazismo foi de esquerda e de que a escravidão no Brasil beneficiou a população negra. Já o senso comum é responsável pela noção de que não há rigor científico no estudo das humanidades. Para ele, é recorrente a concepção, entre o público leigo, de que, nas ciências humanas, não se tem ciência, e, sim, opinião. Mas isso não é verdade. Temos método: trabalhamos com metodologias de obtenção e análise de dados e empregamos categorias conceituais estabelecidas a partir de reflexões sistemáticas.

De acordo com Glauco Peres, professor do Departamento de Ciência Política da FFLCH, para a mesma fonte, é comum que haja, ainda, uma falta de entendimento do processo de estudo nesse campo. Para ele, com frequência, as pessoas pedem para que os historiadores façam análises precisas do atual contexto político, esperando acertos. Mas é muito difícil ter uma opinião assertiva e correta sobre o que está acontecendo no momento. O historiador precisa de um distanciamento de tempo para entender de fato a situação. O professor de ciência política também explicou que o que configura as ciências humanas como ciência é a busca por um conhecimento rigorosamente formulado e verificado a respeito de algum fenômeno social, pois, assim como as outras ciências, há a utilização de técnicas matemáticas e estatísticas sofisticadas para analisar fenômenos sociais. A distinção está essencialmente na natureza do objeto de estudo. Além disso, para Pacheco (2021), os especialistas pontuaram que existe um mito de que as ciências da natureza são completamente objetivas, enquanto as ciências humanas seriam subjetivas. Na realidade, todas as áreas do conhecimento evidenciam certo grau de subjetivismo.

Na mesma linha de raciocínio, Sara Albieri, professora da USP com experiência nas áreas de história e epistemologia, explica que as humanidades se estabelecem como uma área de pesquisa institucionalizada, pois possuem requisitos como metodologias, procedimentos, debate e avaliação por pares, além de formas de compartilhamento e difusão do conhecimento produzido. No entanto, há um menor reconhecimento social desse saber, quando comparado a

áreas como as ciências médicas ou as engenharias, já que estas costumam gerar aplicações práticas mais evidentes no dia a dia das pessoas, além de estimularem mais intensamente a divulgação dos conhecimentos produzidos. Tessa Lacerda, professora do Departamento de Filosofia da FFLCH, concorda que a falta de aplicações práticas dificulta o reconhecimento da pesquisa em ciências humanas: Como as humanidades, e, sobretudo, a filosofia, não geram aplicações diretas, há uma desvalorização social, como se elas não servissem para nada. Isso tem a ver também com a ideologia do neoliberalismo, que prioriza o sucesso individual em detrimento da construção de um conhecimento coletivo.

O físico e astrônomo Thiago Signorini, em reportagem ao Museu da Vida (2020) da Fiocruz observa que a escolha do governo em priorizar e valorizar apenas as ciências aplicadas é uma atitude que está sendo muito criticada dentro da comunidade acadêmica. Existe um processo de desvalorização das ciências humanas e das ciências básicas, como a astronomia, área em que ele atua. Segundo ele, não existe país no mundo que tenha crescido em termos de ciências aplicadas sem a ciência básica e investimentos em ciências humanas.

A gente tem que sair dessa mentalidade de que a ciência importante e que deve ser valorizada é só aquela que tem uma aplicação direta, imediata, como, por exemplo, a engenharia, a farmacologia e a biomedicina. Não há como ter ciência aplicada se não há ciência básica e um ambiente de fomento à pesquisa. Isso é fundamental. O valor da ciência precisa ir muito além de um produto final ou uma patente. A gente tem que pensar no valor do próprio conhecimento. Se a gente deixa de lado as ciências humanas e a ciência básica, estamos dismantando todo um sistema de construção de conhecimento no país que, eventualmente, acaba afetando a ciência aplicada. (CANNABRAVA; FONTANETTO, 2020, online).

Conforme sinaliza Miranda (2020), a despeito de uma pretensa necessidade de valorizar mais as “ciências exatas”, tão importante aos rankings mundiais e do combate a “ideologização” manipuladora. O que na verdade está em jogo nessa abordagem é uma interpretação equivocada da construção do conhecimento, calcada em impressões superficiais e sem embasamento científico. Ao mesmo tempo, há o desconhecimento da construção do pensamento nas ciências humanas, que entre outros métodos vale-se da dialética ou confrontação de perspectivas teóricas do mundo em seu processo de desenvolvimento. Diante dos constantes ataques e da desvalorização das ciências humanas, cabe a pergunta: o que seríamos sem elas?

Como afirma Cardoso (2020), ser pesquisador e professor em qualquer área no Brasil é um grande desafio, mas esse desafio é ainda maior quando se trata de áreas das ciências humanas, que têm sido cada vez mais desvalorizadas e sucateadas. Quando se fala sobre pesquisar nas áreas da saúde, engenharias, computação, entre outras, logo as pessoas reconhecem a legitimidade científica e a importância dessas, mas isso não acontece da mesma

forma quando se trata das áreas sociais, culturais, filosóficas e da história, por exemplo, o que corrobora com o sucateamento das ciências humanas, nas quais os pesquisadores e professores têm cada vez menos recursos para trabalhar, dificultando permanecer nesse campo. É preciso reconhecer e valorizar a importância das pesquisas das ciências humanas para a sociedade, tal qual se faz com outras áreas, e eleger governantes que tenham propostas concretas para a educação, especialmente nesse sentido.

Portanto, conforme vimos até aqui, as dinâmicas neoliberais caracterizadas pela lógica produtivista e competitiva que se impõem no contexto social, se manifestam também no contexto acadêmico que como reflexo da sociedade acaba reproduzindo tais lógicas em seu âmbito, acarretando diversas formas de adoecimentos emocionais entre seus estudantes. Além disso, a pesquisa científica no Brasil tem enfrentado processos de imensa desvalorização e desmonte das universidades públicas por meio de desinvestimentos, ataques e ameaças, que tornam a conjuntura social, política e econômica cada vez mais desfavoráveis aos pesquisadores, inclusive os pós-graduandos que já convivem com diversos estressores no seu processo de formação.

Perante isso, podemos observar como o contexto social, isto é, os acontecimentos sociais, políticos e econômicos têm influência na vida dos sujeitos, que estão inseridos no cenário social e por estes são influenciados, inclusive no que tange a construção e expressão das emoções. No caso da presente pesquisa, os pós-graduandos, além de vivenciarem fatores estressores durante a sua formação, também sofrem diante do momento de intensa desvalorização da pesquisa científica. Tais fatores, manifestam relação com as formas de sofrimentos emocionais desencadeados, de modo que muitos desses adoecimentos passam a ser partilhados entre os pós-graduandos, nos quais, como parte da sociedade, são impactados pelas situações que o cercam no âmbito social.

O panorama atual para o pesquisador, especialmente em ciências humanas, é extremamente desafiador perante as diversas desvalorizações que se evidenciam, por isso buscando compreender como os estudantes de pós-graduação em ciências humanas, isto é, os pesquisadores em formação nessas áreas, lidam com os impactos dessa conjuntura social e política e os aspectos referentes ao seu processo de formação, é que o presente trabalho se voltará, no capítulo seguinte, a analisar o sofrimento emocional dos estudantes de pós-graduação, tendo como recorte empírico os pós-graduandos em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

5 O SOFRIMENTO EMOCIONAL ENTRE OS PÓS-GRADUANDOS EM CIÊNCIAS HUMANAS DA UFBA

Considerando as diversas dificuldades e desvalorizações já abordadas que, conforme os estudiosos, estão presentes no processo de formação dos pós-graduandos de modo geral, principalmente entre os pesquisadores em ciências humanas, que este trabalho se debruçará, no presente capítulo para compreender essas especificidades e sofrimentos emocionais desencadeados. Este capítulo tem como objetivo retomar e refletir sobre tais questões, voltando o olhar para os sofrimentos emocionais relatados pelos estudantes de pós-graduação em ciências humanas da Universidade Federal da Bahia, possibilitando a expressão destes sofrimentos vividos no âmbito acadêmico a partir da experiência destes.

5.1 MOTIVAÇÕES E EXPECTATIVAS DE INGRESSO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS

Entre os estudantes entrevistados e os que participaram do questionário, as motivações e expectativas relatadas para o ingresso na pós-graduação foram voltadas a aspectos profissionais como: titulação para ingresso no mercado de trabalho, condições e oportunidades maiores, busca por progressão salarial, necessidade de qualificação e desenvolvimento profissional. Além disso, outros motivos como: expandir os conhecimentos, dar continuidade aos estudos, melhoria de vida, seguir a carreira de docência e de pesquisa e contribuição para a sociedade.

Entretanto, os estudantes mencionaram que ao adentrar na pós-graduação, as suas experiências não estavam sendo como esperadas, pois se depararam com diversas dificuldades nesse processo de formação, bem como precisaram lidar com um contexto de desvalorização da pesquisa científica e um período de atípico de pandemia que também influenciaram nesse processo, como afirma alguns estudantes entrevistados:

Eu acho que a gente entra com uma expectativa e na verdade a realidade é outra. E eu acho que principalmente no período em que a gente tá vivendo, tudo se mistura, aí que essa realidade é bem real mesmo. A gente entra com uma expectativa de futuro melhor, de poxa as coisas vão melhorar e a sensação é ótima quando a gente passa porque tipo a gente estuda muito, a gente se acaba pra estudar, pra fazer um projeto e fica naquela ansiedade. É todo um condicionamento mesmo que assim a gente fica ansioso, fica sobre pressão, sob estresse pra passar, a gente fica as vezes meses se preparando pra seleção e sem dormir direito e quando a gente entra, quando sai o resultado, é aquela sensação é maravilhosa: pô passei, e depois vem a realidade, é outra história. Às vezes as pessoas pensam que é tudo um mar de rosas, é tudo maravilhoso e não é, a gente tem que conciliar um monte de coisas, tem de conciliar pesquisa, matérias, precisa trabalhar, conciliar o trabalho, enfim são várias coisas e

isso vai, meio que massacrando a sua expectativa sobre as coisas e eu acho que principalmente por conta da crise sanitária que a gente tá vivendo e da situação atual do país, essas coisas vão cada vez mais te deixando pra baixo, então a experiência acaba ficando muito negativa. Eu acho que a pós, a gente vive muitos altos e baixos assim, às vezes eu acho que é mais baixo do que alto [...] Às vezes a gente tá no fundo do poço mesmo, se eu pudesse fazer uma escala tipo: quando você passa é tipo o ápice assim, e aí quando você tá, desce só ladeira [...] E aí quando você qualifica, tipo você fica bem né, quando você qualifica você se sente bem, dá uma levantada no ânimo e depois da qualificação é ladeira abaixo de novo [...] acho que é muito isso assim, esse sentimento de altos e baixos a pós (Pós-graduanda 2, Mestrado em Ciências Sociais).

Levando em consideração o contexto que a gente tá né, tem sido um pouco mais complicado do que eu imaginei que fosse ser porque eu venho de outra universidade também né, de outro local, não é nem da mesma cidade, então não conhecer, não ter acesso às pessoas que são do local para conversar diariamente como se teria na universidade tornam as coisas ainda mais complicadas e é assim, você fica às vezes meio perdido sem saber exatamente se localizar em alguns momentos em relação à estrutura da própria UFBA, das próprias pessoas porque também tem toda essa coisa de como o campo social funciona lá né, tipo de como é que as pessoas relacionam [...] em outro contexto talvez eu soubesse quem conversar mais, com quem não conversar mais, o que procurar, o que fazer, talvez a pesquisa tivesse desenvolvido de outro jeito então tipo, a experiência, se eu for para qualificar a experiência, é isso tem sido complicada, diferente e cansativa (Pós-graduanda 6, Mestrado em Ciências Sociais).

Foi uma experiência completamente diferente né, da de outras pessoas que entraram ou após a pandemia ou antes da pandemia. Eu digo que foi uma experiência atípica né e muito mais estressante eu acredito do que se fosse um período normal, não pandêmico [...] assim emocionalmente falando, foi um período muito conturbado, muito estressante [...] eu acho assim que a minha experiência no mestrado tem sido muito difícil, tem me causado muita ansiedade (Pós-graduanda 68, Mestrado em História).

Portanto, partindo dos dados coletados entre os pós-graduandos nas entrevistas e questionários, serão pontuados alguns elementos relacionados ao sofrimento emocional destes no âmbito acadêmico da pós-graduação, apresentando e destrinchando cada aspecto referido.

5.2 A PERMANÊNCIA MATERIAL

Para Garcia da Costa e Nebel (2018), a maior parte dos estudantes de pós-graduação que estudam no Brasil são bolsistas da CAPES, do CNPq, ou de alguma outra agência de fomento à pesquisa, como FAPESP, FAPERJ etc. Os bolsistas não têm direito a férias, 13º salário, auxílio doença, e a nenhum outro tipo de direito trabalhista. O tempo em que o estudante permanece como bolsista também não conta para fins de aposentadoria. Além disso, as principais agências de fomento à pesquisa do país exigem dedicação exclusiva dos bolsistas, de modo que eles não podem assumir outras atividades profissionais remuneradas. Assim, para muitos deles, o valor da bolsa é a única fonte de renda que cobre despesas como aluguel, alimentação, medicamentos, luz, água, telefone, internet etc.

Entretanto, no cenário atual, com os sucessivos cortes de recursos e bolsas, nem todos os estudantes conseguem a bolsa de estudos imediatamente ou até mesmo durante todo o período do curso. Sem a dedicação exclusiva, possibilitada pelo acesso a bolsa de estudos, muitos estudantes precisam encontrar meios para a sua subsistência, inviabilizando essa dedicação exclusiva e ameaçando sua permanência na universidade. Alguns estudantes destacam o impacto da escassez de bolsas:

[...] estudar hoje é caro né, independente da instituição, então tem muitas coisas que para você se manter dentro da instituição é necessário né, [...] nem todo mundo tem as mesmas condições, então isso impacta diretamente na condição, no grau de disposição e disponibilidade que você tem para se manter né naquele curso e fazer um bom trabalho. Então assim você pode até se manter sem bolsa, mas isso afeta diretamente o seu desempenho porque você vai ter que pensar ao mesmo tempo em executar uma tarefa que precisa ser apresentada no final do curso, ao mesmo tempo que você pensa em como você se mantém, então você tem que criar estratégias ali. Com bolsa você tem a oportunidade de se dirigir somente aquele trabalho né, aquela pesquisa então você tem um pouco mais de brecha para você aperfeiçoar né a sua análise, a produção dos dados, você tem como criar Planos B para gerenciar sua pesquisa quando algo dá errado, então isso, a existência de uma bolsa, corresponde bem a essa dinâmica de pesquisa né, de tentativa e erro, de contratempos. Então quando você tem essa grana, você fica mais seguro de não ficar pensando tanto em formas de se manter para além da bolsa e meio que dá algum grau de conforto e segurança para você ir seguindo o seu trabalho, até cumprir aquele prazo e você entregar um trabalho eficiente né (Pós-graduando 8, Doutorado em Ciências Sociais).

Eu queria muito, muito mesmo ter a possibilidade de ter uma segurança financeira para poder não precisar trabalhar e me dedicar cem por cento a minha pesquisa e eu achei que quando eu passei, eu passei numa colocação boa então eu tinha expectativa de receber bolsa, mas o programa realmente tá na pior, assim não tá tendo bolsa nenhuma e eu venho de uma família que não tem condição de me bancar e eu trabalho desde os 15 anos, eu sempre trabalhei, estudei, só que isso cansa né, assim esse ritmo de vida cansa né (Pós-graduanda 9, Mestrado em Ciências Sociais).

Não tenho bolsa e isso é uma dificuldade enorme, sinto que estou trabalhando sem receber pois o trabalho de pesquisa tem uma contribuição social imensa e um legado importante para ciência no Brasil, nenhuma pesquisadora deveria trabalhar sem bolsa. [...] Infelizmente só gostar do que faço não paga contas e eu preciso me desdobrar para continuar a pesquisa sem auxílio (Pós-graduanda 25, Mestrado em Psicologia).

No entanto, embora a bolsa permita alguma tranquilidade, não é somente os estudantes não bolsistas que encontram dificuldades em se dedicar exclusivamente aos estudos na medida em que a bolsa, de acordo com os relatos, é insuficiente para que alguns desses estudantes consigam se manter, alguns buscam na informalidade fazer trabalhos extras para complementar a renda e algumas agências de fomento, como a CAPES, permitem que o estudante bolsista exerça atividade remunerada ou tenha vínculo empregatício, com algumas regras para tal, o que nem sempre é o caso desses estudantes que precisam complementar sua renda. Vejamos o que dizem alguns estudantes bolsistas:

[...] nesse momento político e econômico que a gente vive, o valor das nossas bolsas são irrisórios, a gente não consegue mais ter uma folga de uma pessoa que talvez recebesse esse mesma bolsa em 2011, 2012, conseguia ter. A gente tá praticamente coincidindo com o salário mínimo e se hoje a gente tem dificuldade, aí a gente pensa por exemplo no aumento que os preços dos livros tiveram, que as vezes a gente não consegue tudo em pdf, ou se a gente consegue tá na qualidade péssima, ou as vezes todo esse material que a gente precisa de estrutura: notebook, as vezes a gente precisa de um webcam, as vezes a depender da pesquisa que a pessoa vai fazer precisa de um gravador, precisa de uma câmera, tudo isso gera dificuldade. No meu caso específico eu cheguei pagar algumas vezes pra poder ter acesso a algumas plataformas pra conseguir dar conta da minha pesquisa e aí você pagar em dólar, trinta, quarenta, cinquenta reais, dali, daqui, é dinheiro. Então não me atrapalhou assim a ponto de dizer assim: eu vou desistir por conta disso, mas eu posso dizer para você que só com o dinheiro da bolsa não dava conta de sobreviver (Pós-graduando 66, Mestrado em Antropologia).

O valor da bolsa pra mim é uma dificuldade, de muitas vezes não ter bolsas que também permitem a pessoa trabalhar, porque sinceramente ninguém vive bem hoje em dia com mil e quinhentos reais, a pessoa sobrevive, mas não vive bem. O que mais me desmotiva é realmente a questão da bolsa da universidade, porque enfim é um valor muito baixo e desmotiva qualquer um de querer ser professor ou ser um universitário ou ser um acadêmico hoje em dia, pelo valor mesmo que é muito baixo. Então eu acho que isso é o que mais me desmotiva, a falta de apoio financeiro real mesmo porque como eu falei, mil e quinhentos reais sinceramente, a pessoa sobrevive sabe, só sobrevive, não vive mesmo sabe e eu acho que muitas vezes a gente tá acostumado com isso né [...] eu falo: olha eu, sociólogos, filósofos, precisamos de mais sim. Como assim um médico pode ganhar, sei lá, a partir de 5000 e a gente tem que se contentar com 1500 [...] isso é uma injustiça muito grande né, e é um projeto, é na verdade um projeto então isso eu acho que é o que mais me desmotiva (Pós-graduanda 68, Mestrado em História).

Eu fui um dos últimos que recebi bolsa na minha turma, eu sou estrangeiro né, então fui um dos últimos a obter a bolsa de estudo, mas mesmo assim com uma bolsa eu tive que combinar com um trabalho para me manter, Salvador é uma cidade cara, o aluguel aumentou bastante por exemplo, enfim e outras despesas que tinha que combinar com outros ingressos além da bolsa (Pós-graduando 3, doutorado em Ciências Sociais).

A bolsa não dá pra tudo, preciso trabalhar informalmente, não há vagas de trabalho pra nossa área, eu tô desmotivada e triste a maior parte do tempo (Pós-graduando 20, Mestrado em Antropologia).

Atualmente tenho conseguido me dedicar somente aos estudos, porém, vez ou outra eu realizo alguns trabalhos extras para complementar a renda (Pós-graduando 29, Mestrado em Psicologia).

Graças a bolsa consigo me dedicar quase que exclusivamente aos estudos, embora eu precise fazer alguns "bicos" para complementar a renda e poder pagar todas as despesas mensais (Pós-graduando 49, Doutorado em Antropologia).

Não posso me dedicar totalmente a pesquisa, pois moro de aluguel e está quase impossível viver somente com R\$1500 em Salvador (Pós-graduando 62, Mestrado em Ciências Sociais).

Fui bolsista durante uma parte do curso. O rendimento da bolsa não era suficiente para minha sobrevivência, tive de contar com auxílio financeiro dos meus pais, principalmente no subsídio referente à moradia e alimentação (Pós-graduando 65, Mestrado em Ciências Sociais).

Thomaz (2022) relata que há nove anos as bolsas de mestrado e doutorado da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do Cnpq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) não contam com reajuste. Os mestrandos recebem hoje pouco mais que um Auxílio Brasil (R\$ 1.500), e os doutorandos menos de dois salários mínimos (R\$ 2.200) para pagar suas contas. De 2021 para 2022, a inflação foi superior a 10%. Sobre esse aspecto algumas estudantes desabafam:

[...] eu acho o valor da bolsa vergonhoso, eu tenho certeza de que se eu fosse abrir mão do meu trabalho para viver apenas da bolsa, eu já trabalho há muito tempo né [...] então eu tenho uma faixa salarial que já é um pouco acima para as pessoas da minha idade assim, então eu abriria mão de cinquenta por cento da minha renda mensal para poder ganhar a bolsa e eu acho vergonhoso. Eu acho que num país que a gente vive, que as pesquisas apontam que o salário mínimo brasileiro para ter uma vida minimamente digna é de cinco mil reais e a gente tem uma bolsa de mil e quinhentos reais que não tem reajuste desde 2013. Ao mesmo tempo que eu gostaria muito de ter essa segurança, eu acho que mesmo que eu tivesse eu ia me sentir diminuída assim porque eu me esforcei muito, eu ralei muito para ganhar o que eu ganho hoje que também não é muito, dado esse padrão né de salário mínimo de cinco mil reais e eu teria que simplesmente abdicar de uma carreira de pouco mais de 5 anos, aí 6 anos, pra poder ter uma renda muito menor e fazer um trabalho muito mais difícil né, o trabalho de pensar e de pesquisar é muito mais difícil. Então não tem bolsa, mas ainda que tivesse não teria qualidade de vida (Pós-graduanda 9, Mestrado em Ciências Sociais).

Pra mim, no meu mundo ideal, a bolsa tinha que acompanhar a inflação porque pra mim é um absurdo bolsa de mestrado ser mil e quinhentos reais, se fosse realmente de acordo com a inflação, essa bolsa seria no mínimo cinco mil reais sabe, pra realmente a gente conseguir viver bem né (Pós-graduanda 68, Mestrado em História).

Todavia, cabe destacar que durante o período atípico de pandemia da COVID-19, a bolsa para alguns estudantes foi essencial para subsistência e para maior tranquilidade nessa conjuntura marcada por tantas instabilidades e incertezas.

[...]Durante o ano de 2020 eu fui a pessoa que conseguiu comprar comida utilizando a bolsa né, então a minha bolsa ela foi usada para estudo né, porque ainda em 2020 fiz algumas coisas da faculdade apresentei congresso, escrevi algumas coisas. artigo, mas a bolsa foi usada mesmo para subsistência né por conta da dificuldade financeira (Pós-graduando 7, Mestrado em História).

[...] a bolsa facilitou muito a minha manutenção e durante a pandemia foi uma tranquilidade também (Pós-graduando 3, doutorado em Ciências Sociais).

[...] De uma certa forma ter o incentivo da bolsa foi muito bom pra mim nesse período, me deu uma segurança financeira ainda que pouca, mas me deu uma segurança financeira naquele período de muita insegurança (Pós-graduanda 68, Mestrado em História).

Para Santos (2009), a permanência na universidade se dá por meio da relação de duas dimensões, entre elas uma esta associada a condições materiais como: transporte, compra de livros, lanche, almoço e a compra de equipamentos. Esta dimensão material da permanência, não obstante ser exclusiva para garantir a permanência dos estudantes no âmbito da pós-

graduação, é fundamental para que o estudante se mantenha estudando, pois, a falta de recursos financeiros se constitui como um dos principais obstáculos a permanência estudantil tendo em vista que nem todos dispõem das mesmas oportunidades e mesma situação econômica.

Graças as políticas públicas, aumentou né, são pessoas diferentes, de origens diferentes e na pós-graduação parece que isso não, enfim as pessoas estão vendo pessoas diferentes, pessoas com classes sociais diferentes, pessoas literalmente com vivências completamente diferentes das vivências dos próprios professores, mas eles não conseguem entender que questões de permanência na pós-graduação é muito relevante, de transporte, de alimentação, na pós-graduação isso é também muito importante. [...] Eu sinto que na graduação isso é muito mais palpável do que na pós, a pós-graduação ela ainda funciona com um certo perfil de aluno que pode fazer tudo, que pode ir pros lugares, que pode comprar tudo, no qual a bolsa não é fundamental, a bolsa é um troco [...] só que para os estudantes que estão agora na pós-graduação não é só uma bolsa sabe (Pós-graduando 67, Mestrado em Ciência Política).

Semelhantemente, vimos nos relatos que sem o auxílio financeiro propiciado pelas agências de fomento, fica inviável a permanência dos pós-graduandos que já convivem com a situação de precariedade financeira. Borges e Amaral (2017) apontam que a experiência psicológica proporcionada pelas desigualdades socioeconômicas tem um efeito profundo no psiquismo da pessoa, que vivencia o forte contato com sensações subjetivas da falta de controle de suas vidas, insegurança, estresse e muitas vezes estas sensações chegam à esfera somática. Estes fatores excludentes e estressantes do cotidiano podem levar o indivíduo sofredor desta exclusão, a usar de mecanismos de fuga de sua realidade, se afundando em sofrimento, podendo algumas vezes chegar até em um estado psicótico. Além disto, o sofrimento acrescentado à insatisfação pela questão social, cria-se um mal estar, um conjunto de sentimentos de fraqueza e desgosto pelo presente. Reforça-se ainda que, camadas mais empobrecidas da sociedade estão mais suscetíveis as influências que cooperam para o surgimento de psicopatologias, que se nota em maior proporção, em ambientes de privações econômicas.

Giddens (2002) apresenta o conceito de segurança ontológica, isto é, a crença na continuidade do cotidiano como fundamental para a manutenção da vida social. Entretanto o contexto atual remete a pensar em termos de uma insegurança ontológica na medida em que não há nenhuma segurança quanto a continuidade do cotidiano para tais estudantes tendo em vista que eles não possuem nenhuma garantia de que, ao adentrar a pós-graduação, receberão o subsídio financeiro necessário para se manter, ou conseguirão se manter com a bolsa devido ao seu valor ser insuficiente para sustento e mediante a conjuntura de desmonte das universidades e corte de recursos e bolsas, não há segurança de que as bolsas serão recebidas durante todo o curso, tal qual relatam os noticiários recentes em que houve uma tentativa de calote ao pagamento de bolsistas CAPES, em dezembro de 2022, que perante mobilização não ocorreu.

A incerteza cotidiana vivenciada pelos estudantes de pós-graduação, acaba acarretando em diversos impactos e sofrimentos emocionais. Para De Souza, Fadel e Ferracioli (2016), diversos estudos nacionais e internacionais constataram que esse recurso financeiro é uma das causas principais no estabelecimento da condição estresse: ora pelo baixo valor atribuído e pela impossibilidade legal de buscar complementação para a renda, ora pelo risco eminente de perder o subsídio ofertado. Entretanto os relatos também apresentam que esse cenário de incertezas e inseguranças também ocasionam sentimentos como desmotivação, tristeza, frustração e desespero, bem como uma falta de perspectiva sobre o futuro.

A questão da desvalorização da educação, os cortes de bolsa, os cortes pra pesquisa, como é que a gente vai pesquisar sem bolsa? como a gente vai pensar em um doutorado, por exemplo, com todo esse desmonte da educação da universidade pública? então você fica assim: pra que vou fazer doutorado? Se tá acontecendo isso, é mesmo um corte de perspectiva de futuro, não serve, vou fazer o doutorado pra que? Pra me frustrar mais ainda? Pra me deixar mais desesperada e chorar mais? Só vai servir pra eu chorar em vez de animar (Pós-graduanda 2, Mestrado em Ciências Sociais).

Bauman (2007) afirma que o período atual intitulado por ele de “tempos líquidos” torna a vida fragmentada, instalando incertezas quanto ao futuro e o surgimento de medos e temores se intensificam de modo que o sujeito contemporâneo se vê mediante a um desamparo sem precedentes. No contexto neoliberal isso se intensifica, conforme afirmam Leão, Ianni e Goto (2019) as crises produzidas social e institucionalmente são percebidas como crises individuais à medida que se fragilizam as instituições e redes de proteção social, cada vez menos preparadas para lidar com o sofrimento e o adoecimento psíquicos. Portanto, esses fatores corroboram para a experiência de falta de segurança dos pós-graduandos.

Outro aspecto relacionado a essa instabilidade financeira é a necessidade que muitos estudantes têm de exercer um trabalho remunerado, devido a esse cenário de escassez de bolsas e de subsídios insuficientes, por isso é muito mencionado entre os estudantes a dificuldade com a dupla jornada de trabalho para aqueles que exercem atividade remunerada e precisam conciliar o trabalho com os estudos de pós-graduação.

Segundo o Folha dirigida (2020), pesquisas apontam que o número de jovens em idade universitária que estudam e trabalham ao mesmo tempo cresce cada vez mais no Brasil. Entre os jovens de 19 a 24 anos que estudam, o percentual daqueles que também trabalham subiu de 45,4% em 2016 para 48,3% em 2019, ou seja, nas instituições brasileiras de ensino público, a quantidade de jovens de 19 a 24 anos que estudam e trabalham representavam 35,5% do total de estudantes, passando para 36,7% em 2019. De acordo com essa mesma fonte, um levantamento da consultoria IDados aponta para um total de 924 mil alunos do ensino público

com dupla jornada, em conformidade com dados apresentados em 2019. Muitos estudantes relatam as dificuldades ao enfrentar essa jornada dupla:

Minha principal dificuldade é a falta de bolsa porque sem isso a dedicação é menor já que preciso me manter e me sustentar e por isso trabalho em dois locais o que me deixa exausta e insatisfeita com meu desempenho. Já pensei várias vezes se fiz a coisa certa ao entrar no Doutorado. Complicado porque como vou desenvolver minha carreira acadêmica e as exigências de publicações se não sou dedicação exclusiva, a pesquisa também fica comprometida (Pós-graduanda 35, Doutorado em História).

Com certeza acaba sendo sempre um conflito assim, tanto eu estar no doutorado dificulta que me dedique um pouco mais ao mercado, a clínica, quanto eu estar na clínica dificulta que eu me dedique um pouco mais a academia. [...] É um tempo a menos que você tem quando você trabalha, você tem um tempo a menos e isso acaba sendo um fator. Tempo representa assim, está relacionado a qualidade. Esse discurso de que: “ah você não precisa de muito tempo pra você fazer as coisas, fazer um trabalho de qualidade”, isso não existe, você precisa de tempo sim, principalmente no contexto da pós-graduação pra você elaborar, pra você pesquisar, pra você pensar, você precisa de tempo então se você trabalha, aquele tempo que você teria pra você assim pensar, refletir sobre as coisas, é um tempo a menos que você tem. Então tem esse fator de tempo a menos que é algo que acaba comprometendo de certa forma o seu desempenho e a outra coisa é a energia porque se você trabalha, você se sente mais cansado e se você sente mais cansado, você não consegue pensar e fazer as coisas da mesma maneira como você faria se você tivesse mais descansado, mais disposto. Então teria esse fator do tempo que compromete e também da energia (Pós-graduanda 1, Doutorado em Psicologia)

Por mais que o trabalho seja maleável de alguma forma, atrapalha totalmente porque se você se desgasta o dia todo no trabalho, como é que você vai ter condições de sentar pra escrever e ler outras coisas? se você tem que ler as coisas do trabalho e você tem que passar o dia todo fazendo isso, sendo que você também vai precisar escrever pra sua dissertação, então eu acho que o trabalho de certa forma atrapalha com certeza assim a questão da produção (Pós-graduanda 2, Mestrado em Ciências Sociais)

Eu trabalho 8 horas por dia, então esse semestre eu pensei em trancar né, até semana passada eu tava pensando em trancar, porque eu inclusive saí do trabalho que eu tava e ingressei num novo trabalho e esse semestre especificamente eu comecei já perdendo 3 semanas de aula por causa do trabalho, então ele começou bem desorganizado e seguiu desorganizado porque eu tenho trabalhado muito e não ter tido tempo de ócio produtivo. Assim, todas as vezes que eu não tô trabalhando, eu preciso descansar e eu ainda eu pensei trancar, mas já passou o período de trancamento, então agora eu preciso encontrar uma forma de dar conta das matérias e do meu trabalho novo e de um trabalho antigo que ainda reverbera. [...] Minha mente tem estado muito cansada e uma eterna sensação de que eu não tô me dedicando o bastante, o quanto eu poderia estar. [...] eu não consigo ter metade do desempenho que eu teria, que eu acredito que eu tenho potencial para ter assim, nem no trabalho e nem no mestrado, é um eterno tira, daqui bota dali sabe (Pós-graduanda 9, Mestrado em Ciências Sociais).

Isso, para mim, é o que mais dificulta os meus estudos. Conciliar uma jornada de 8 horas diárias com uma carga de leitura extensa e com as atividades do curso, além das aulas, é uma tarefa bem complicada. Isso às vezes proporciona uma sensação de frustração, de não ter tempo suficiente para empregar uma qualidade que você deseja tanto nas leituras quanto no desenvolvimento da pesquisa (Pós-graduando 55, Mestrado em Ciências Sociais).

Dificulta muito, pois a possibilidade de perder a renda que sustenta a casa é grande, logo, em momentos de conflitos de horários, sempre priorizo o trabalho, em detrimento do estudo (Pós-graduanda 51, Doutorado em psicologia).

Dificulta demais, estudar é para quem não trabalha, quem possui financiamento. Trabalhar, lidar com o cansaço pós trabalho e as demandas que a vida adulta exige, não dialoga em nada com o ato de estudar (Pós-graduanda 18, Mestrado em Antropologia).

Dificulta e muito a dedicação aos estudos. Tenho problemas para conciliar as duas atividades tanto pelo tempo desprendido ao trabalho, quanto ao cansaço físico e mental após o dia trabalhado, dificultando assim a concentração para os estudos, pós jornada laboral (Pós-graduando 48, Mestrado em Ciências Sociais).

Eu trabalho como professora de Sociologia na educação básica. Considero que conciliar estudo e trabalho tem sido um desafio que interfere consideravelmente no meu rendimento acadêmico. Ter que lidar com as exigências do mestrado junto ao trabalho e outras demandas pessoais chega a ser enlouquecedor (Pós-graduanda 65, Mestrado em Ciências Sociais).

Trabalhar e estudar é uma realidade que eu acho que tá aí para 90% dos pesquisadores ou mais porque viver de bolsa tá realmente muito difícil né, então isso também acabou atrasando mesmo, assim a minha pesquisa e me causando muita ansiedade sabe. Dificulta muito porque eu trabalho 30 horas né [...] uma coisa é a rotina da pessoa que tem bolsa [...] outra coisa sou eu que acordo cinco da manhã, tenho que ir pra escola, chego em casa à noite, a noite eu tô exausta [...] e ainda tenho que pegar no mestrado sabe, então com certeza dificulta e muito (Pós-graduanda 68, Mestrado em História).

Como salientam os estudantes, a dupla jornada de trabalho gera uma situação de conflito para o próprio pós-graduando que não consegue se dedicar completamente aos estudos porque precisa dar conta das suas demandas profissionais, o que acaba comprometendo o seu desempenho na pós-graduação e se constituindo, como afirma uma das estudantes, algo enlouquecedor.

Quando eu penso que eu queria escrever artigos para publicar, pra ter uma pontuação X, pra poder entrar no doutorado tal, eu penso que eu não tenho tempo. Quando eu penso que eu queria fazer um curso que vai me ajudar na análise dos meus dados, para poder fazer uma dissertação de qualidade, eu não tenho tempo. Quando eu penso que eu queria participar de um congresso para poder conhecer pessoas da minha área, eu também não tenho tempo, é tudo, essa dificuldade é o que rege todas as outras e é o que traz ansiedade é o que traz angústia, é o que me faz me sentir culpada por não conseguir fazer o meu melhor (Pós-graduanda 9, Mestrado em Ciências Sociais).

Nos relatos podemos perceber que essa falta de dedicação exclusiva, ocasiona em diversos sofrimentos emocionais como: exaustão, insatisfação, cansaço físico e mental, frustração, ansiedade, angústia e culpa. Para Beck (2010) Vivemos em uma sociedade em constante transformação, na qual há uma crescente subjetivação e individualização dos riscos e contradições socialmente produzidas; em outras palavras, estes riscos e contradições são cada vez mais percebidos como fracasso pessoal e descolados de seu contexto social e institucional, para se transformarem em “novas formas de risco pessoal: somam-lhes novas formas de ‘atribuição de culpa’.

Concomitantemente Leão, Ianni e Goto (2019) afirmam que este discurso reforça a responsabilidade e (auto)culpabilização individual sobre o sofrimento – sofre quem não é

resiliente o bastante, quem não se organizou adequadamente, quem não sabe como estudar etc. – e afasta a análise de eventuais fatores supraindividuais que possam estar ligados à experiência de sofrimento. Apresenta, portanto, uma gramática neoliberal do sofrimento, em que não há sociedade, conflitos ou contradições sociais, mas apenas o indivíduo que sofre e que, por mérito próprio, deve superar o sofrimento pela autoadministração e aprimoramento pessoais. Para ele, é certo que fatores individuais, bem como situações ligadas ao ambiente, funcionamento e práticas acadêmicas devem ser levados em consideração como possíveis aspectos da experiência de sofrimento. Junto a questões eminentemente individuais e singulares, o sofrimento no ambiente universitário envolve também dimensões socioestruturais, coletivas e institucionais.

Essa realidade de responsabilização individual, em conformidade com os relatos, é sentida por muitos estudantes. Para Thomaz (2022), mesmo para os pesquisadores que trabalham a vida é difícil —e os professores não pretendem torná-la mais fácil. As aulas são quase todas no período da tarde, depois do almoço. Exatamente no horário em que as pessoas comuns estão trabalhando. Se você não tem um chefe legal, que entenda a situação, danou-se. E, mesmo se tiver, sabemos o quanto é difícil conciliar trabalhos e estudos. Mas, no maravilhoso mundo da pós-graduação brasileira, isso é problema seu. Portanto, é possível perceber que o sofrimento dos pós-graduandos aqui voltados a questões de permanência material, advém de um contexto neoliberal marcado por muitas instabilidades e incertezas para a sociedade, de modo geral e também para o contexto universitário, mais especificamente. Entretanto muitos estudantes tendem a se responsabilizar ou são responsabilizados muitas vezes, por não conseguirem uma dedicação exclusiva aos estudos e desenvolvem diversas formas de sofrimento, como acima salientados, mesmo percebendo que há fatores socioeconômicos, políticos e institucionais envolvidos nessa relação.

5.3 O CULTO DA PERFORMANCE

As exigências e demandas cada vez mais presentes no âmbito universitário no que se refere a desempenho e produtividade, são dificuldades que compõem o cotidiano dos pós-graduandos. Sendo assim, cobranças por prazos e produções acadêmicas vão de encontro a rotina desse estudante que precisa se desdobrar para conseguir realizar tantas demandas diariamente. Embora os pós-graduandos entendam a importância de tais exigências para o âmbito da pesquisa científica, ainda assim muitos se veem diante de uma realidade irreal a ser cumprida. Para alguns estudantes de mestrado, que possuem tempo de titulação de dois anos

para conclusão do curso, assim como, para uma doutoranda, aspectos como a quantidade de disciplinas e o tempo reduzido, isto é, os prazos estabelecidos para tantas obrigações, são relatados:

Eu acho que de certa forma essas exigências precisam ser revistas porque eu acho que é um curso que tem muita matéria então até você conseguir fazer sua própria pesquisa, pensar, sentar pra escrever sua pesquisa, você já tá cansado, porque muita disciplina. [...] eu me senti nos dois primeiros semestres quase num curso de graduação assim com o volume de matérias que você tem e é isso, o curso precisa repensar nas disciplinas que ele oferece, na quantidade de matérias e justamente pela quantidade de matérias. [...] O tempo também, eu acho que o tempo é muito curto, dois anos sendo que você faz praticamente um ano e meio de disciplina e aí você só tem um semestre praticamente pra você escrever sua dissertação e aí eu acho que o curso precisa rever isso, essa quantidade de matérias ou o tempo. Se eles não conseguem resolver a quantidade de matéria, talvez o tempo também precisasse ser revisto porque é pouco tempo pra muita disciplina, pra escrever dissertação, pra qualificação, pra apresentar trabalho e eu acho que são esses dois fatores: o tempo e a quantidade de disciplinas atrapalham muito, muito muito mesmo (Pós-graduanda 2, Mestrado em Ciências Sociais).

Eu acho que é disciplina pra caramba, assim eu acho que o mestrado em ciências sociais, eu acho não tinha necessidade de ter três optativas pelo menos assim, eu acho que as matérias de teoria clássica, teoria contemporânea, metodologia, técnica de investigação e análise fazem super sentido, porque eu não venho da pesquisa [...] então não tinha nenhuma experiência com pesquisa e nem com as teorias sociais assim de uma forma mais aprofundada, então para mim é super proveitoso ter esses conteúdos [...] mas pensando em termos de objetivo de pesquisa, da pesquisa nessa área, eu acho que as matérias do programa fazem sentido sim, eu acho que não precisava ter três matérias optativas, eu acho que cinco matérias seria mais do que o suficiente para que as pessoas que são de outras áreas tenham subsídio necessário para poder fazer uma pesquisa de qualidade dentro da área de Ciências Sociais sabe, eu acho que colocar esse monte de matérias já é um gargalo que filtra as pessoas que não tem dedicação exclusiva (Pós-graduanda 9, Mestrado em Ciências Sociais).

O que me incomoda é o fato de ser a carga horária muito grande das disciplinas e eu acho que não seria necessário, eu acho que por ser pós-graduação, poderia ser algo mais autodidata, eu acho que não teria necessidade de ter disciplinas com carga horária tão extensa que acaba comprometendo o tempo e a disponibilidade da pessoas e acho que as vezes sem necessidade, até pensando na minha experiência, acho que me desenvolvo mais e aprendo mais quando eu posso construir algo do que quando eu fico ouvindo aulas, apresentações, que é importante é claro, mas eu acho que acaba sendo demasiado as vezes a carga horária das disciplinas (Pós-graduanda 1, Doutorado em Psicologia).

Olha eu acho que são em alguma medida necessárias, por conta do tempo de produção, mas para o mestrado eu acho que é um prazo um pouco exaustivo por conta do nível de trabalho que se espera, que se exige e o pouco tempo. [...] Os prazos eu acredito que são necessários, mas injustos no sentido de se esperar e se exigir um trabalho de qualidade com pouco tempo, então eu acredito que é uma relação meio ambígua assim [...] enfim é uma questão muito maior que o programa, mas como estudante vivenciando esse aperto pelos prazos eu me sinto pressionada, um pouco ansiosa, estressada (Pós-graduanda 7, Mestrado em História).

Fato é que os prazos para conclusão dos cursos de mestrado e de doutorado no Brasil passaram por uma significativa redução nas últimas décadas. O Boletim Informativo da CAPES

(INFOCAPES), publicado em 1997, por exemplo, destaca que, em 1995, o prazo médio de titulação no país era de 3,9 anos no mestrado e de 5,1 anos no doutorado. Segundo a Coordenação, era necessário reduzir estes prazos, os quais estariam na contramão dos parâmetros internacionais de pós-graduação. Assim, em 2002, a CAPES publicou a sua Portaria de N° 52, a qual estabeleceu que as bolsas de estudos concedidas pela Coordenação teriam duração máxima de 24 meses, no caso do mestrado, e 48 meses no doutorado. Com essa medida, a CAPES forçou não apenas os programas, mas também os próprios estudantes a reduzirem o tempo médio de titulação. O prazo de conclusão, inclusive, é um dos fatores determinantes na avaliação dos programas, de modo que, quanto menor o prazo médio de titulação de seus estudantes, maior a possibilidade de um programa receber nota alta na avaliação da CAPES. Essa redução no prazo afetou, principalmente, os estudantes de mestrado. Na década de 1990, os mestrados do país levavam em média 1,7 anos para concluir as disciplinas do curso e 2 anos para elaborar a dissertação (CAPES, 1997). Com a redução do prazo para 24 meses, os mestrados geralmente têm realizado as disciplinas no primeiro ano de curso, e a dissertação no segundo. Ou seja, o tempo de preparação e amadurecimento teórico do aluno de mestrado é muito menor, hoje, do que duas há décadas. Com efeito, boa parte dos estudantes – sobretudo aqueles que saíram da graduação com falhas na sua formação – enfrenta grandes dificuldades para elaborar sua dissertação e, posteriormente, para redigir a tese (GARCIA DA COSTA; NEBEL; 2018, p. 220-221).

Entretanto, principalmente na pós-graduação, essas cobranças por desempenho não estão relacionadas apenas as disciplinas, mas a produções científicas para além da tese ou dissertação. Conforme Garcia da Costa e Nebel (2018), a criação da CAPES foi um divisor de águas na história da pós-graduação brasileira. Em meados da década de 1970, a Coordenação implantou um inovador sistema de avaliação por pares que vinculou a concessão de recursos financeiros à produção acadêmica dos pesquisadores de cada programa. Dessa forma, a distribuição de bolsas de pesquisa a docentes e discentes, bem como a repartição de recursos para os programas passou a ser definida por critérios qualitativos. Nos anos 90, este sistema foi aprimorado, adotando critérios avaliativos mais rígidos, levando em consideração também parâmetros de qualidade internacionais (Balbachevsky, 2005). Através de seu sistema de avaliação, o qual associou desempenho acadêmico e fomento à pesquisa, a CAPES conseguiu assegurar, por um lado, o crescimento quantitativo da pós-graduação nacional, mantendo, por outro, a manutenção de padrões mínimos de qualidade.

Sendo assim, tais autores ressaltam que o Currículo Lattes, sem dúvida, é uma das principais preocupações que afligem os pós-graduandos no Brasil. O Lattes consiste em um

questionário virtual padronizado desenvolvido pelo CNPq, no qual os pesquisadores em atividade no país registram suas atividades acadêmicas e profissionais. Nessa plataforma digital, são registradas informações, tais como: formação acadêmica; atividades de ensino, pesquisa e extensão; publicações (artigos, livros, capítulos de livro); participação em eventos científicos; prêmios e títulos, dentre uma série de outros dados relevantes. Adotado como critério avaliativo de mérito por praticamente todas as universidades e agências de fomento à pesquisa no Brasil, o Lattes é elemento decisivo nas seleções de ingresso para os cursos de mestrado e doutorado, na concessão de bolsas de estudo e financiamento à pesquisa, bem como nos processos seletivos para os cargos de docência.

Para eles, por esse motivo, há uma grande cobrança dos pós-graduandos sobre si mesmos para aumentar a produção acadêmica (desde publicar artigos em periódicos bem avaliados, até participar em um número maior de eventos acadêmicos). A pontuação do Lattes pode ser a linha divisória que demarca a aprovação/reprovação em uma seleção pública. Outrossim, é importante frisar que as avaliações quadrienais feitas pela CAPES aos programas de pós-graduação do país levam em consideração o currículo dos discentes (isto é, tudo aquilo que foi produzido num período de 4 anos). Com efeito, em muitos desses programas, há uma forte pressão para que os pós-graduandos mantenham um alto nível de produção acadêmica. O estresse de estar sempre produzindo, a expectativa em saber se um artigo foi aceito ou não por uma revista, a preocupação em viajar para apresentar trabalhos, enfim, podem causar uma grande ansiedade entre os estudantes. Essa pressão com o Currículo Lattes é algo presente nos relatos de estudantes:

Eu acho que a gente já se cobra muito por causa disso, tem que botar no lattes, tudo é lattes, é importante pro lattes, pro currículo, então você tem que fazer e aí tem essa pressão né: ah você tem que escrever, você tem que publicar e aí onde é que tá você pra isso tudo? Pra as matérias, pra dissertação, pra qualificação, pra publicar, pra viajar pra apresentar, pra escrever artigo, enfim é isso, se você não publica, se você não apresenta é como se você não ligasse, a sensação é essa. Fulano de tal não escreve, não publica, é como se você não se importasse, mas na verdade não, não é isso. [...] aí você pega cinco disciplinas e tem que escrever cinco trabalhos diferentes nessas disciplinas, tipo você não tem mais cabeça, não tem mais o que pensar pra escrever, pra publicar sendo que no final do semestre você tem que escrever cinco trabalhos diferentes pra as disciplinas e as vezes essas disciplinas não conversam entre si, você não tem como nem pensar em um artigo único pra essas disciplinas, são propostas totalmente diferentes. [...] E aí quando você não publica, quando você não apresenta, você se sente super mal, você se sente incapaz: poxa eu não publiquei, não escrevi, não me inscrevi pra esse congresso, então você vai se auto limando e aí acaba deixando de participar das coisas mesmo porque você acaba se eliminando por si mesmo (Pós-graduanda 2, Mestrado em Ciências Sociais).

Saber que você tem que publicar em revista A1 ou B1 ou B2 porque a gente é mestrando e aí manda qualquer trabalho como eu já peguei trabalhos esse ano em que eu tô tendo tanta resistência em mandar isso pra o meu orientador e as pessoas tão

publicando isso gente, pra poder pontuar Lattes. Eu falei qual a qualidade teórica disso aqui? Nenhuma. [...] eu acho que hoje falta um pouco disso tão se na ânsia de pontuar currículo que na hora que você for fazer um doutorado isso vai pesar na avaliação, que não sei o que, que a gente esquece da qualidade daquilo que a gente tá fazendo e a gente esquece que isso vai servir pra pessoas que vão vir depois da gente sabe? Do que adianta você publicar e isso não servir pra ninguém? [...] a gente tá vendo aos poucos que tá caindo muito a qualidade disso [...] isso sobra pressão pra gente também porque se na graduação o ENADE é uma pressão pra os estudantes do curso, quando chega na pós, a avaliação ainda fica mais bizarra porque vai dizer: se tá decaindo a avaliação do programa, a culpa é de vocês estudantes. [...] o que você tá vendo hoje dentro dos programas de pós-graduação, eu falo pelo meu, mas eu vejo isso no geral quando eu vou pra os eventos, é que existe um ego deste tamanho (Pós-graduando 66, Mestrado em Antropologia).

Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu (2008), a escrita no campo acadêmico pode ser entendida como uma “estrutura estruturante” do meio e possui, portanto, grande poder simbólico, que é convertido em “capital” nas universidades. É por meio da escrita que se avaliam a competência e a qualidade de um pesquisador. Um exemplo disso é o Índice *h*, que contabiliza o número de publicações e citações no meio acadêmico por meio de uma relação quantidade/qualidade, em que a produtividade se torna a norma. Com base nesse caráter produtivista que a escrita assume, estruturam-se relações de poder, de financiamento e de incentivo às pesquisas nas universidades brasileiras (REZENDE; SALLAS, 2019). Thomaz (2022) apresenta duras críticas a esse modelo produtivista que acaba negligenciando a qualidade das produções acadêmicas ao afirmar que:

De quatro em quatro anos, os departamentos param para preencher um sem número de relatórios, plataformas e afins para mostrar à Capes o que eles produziram. Mas produziram o quê? Com que qualidade? Com que relevância? Com que impacto social? Nada disso importa, no fundo. Basta preencher os requisitos. Alunos recém-ingressos entram nessa mesma lógica. Você pode perguntar: mas quem acabou de ingressar num mestrado tem algo a dizer cientificamente? Não. Mas, para o sistema Capes, sim. Essa é a produção científica brasileira. Se peneirar, sobra muito pouco (THOMAZ, 2022).

Para Oliveira (2006), a ideia de que um cientista que publica duas vezes mais artigos que outro é duas vezes mais produtivo, sem levar em conta a qualidade das obras, é chocante mesmo para o mais elementar senso comum. Essa contradição não é ignorada e motiva a elaboração de formas mais sofisticadas de avaliação, como a que leva em conta o número de citações que cada publicação recebe na literatura especializada. Mas, ainda nesse caso, a ênfase é não apenas no aspecto quantitativo, mas também no requisito de que as quantidades envolvidas devem ser mensuráveis de forma inteiramente objetiva. É difícil explicar de outra maneira tal diretriz, a não ser como um recurso para encaixar à força o conhecimento científico no molde da mercadoria.

Além disso, a lógica acadêmica e o produtivismo existente na pós-graduação, de acordo com os próprios estudantes, parecem não se adequar a realidade da heterogeneidade de alunos

que atualmente compõem o âmbito acadêmico, causando uma incompatibilidade a realidades destes que adentram na pós-graduação, ocasionando em diversos impactos emocionais como autocobranças, culpa, sensação de incapacidade e ansiedade.

Eu acho que esse sentimento de cobrança sabe, de que: olha agora você é um pesquisador, então a oportunidade de você escrever um artigo e tal tem que partir de você mesmo, então essa cobrança que surge como se você virasse um adulto academicamente né: olha você é adulto agora, então você responde por si, faça as coisas. Orientador não vai falar muito o que é para você fazer, porque quando você entra na pós é como se você tivesse adentrando, dando um primeiro passo no mercado de trabalho, então você tá competindo porque você tem que construir um currículo, então fica essa pressão né. Se você tem ali a possibilidade de escrever um artigo, você sai melhor. E você vê que os colegas estão fazendo, que outras universidades tem um nível de produção maior, então você quer de algum modo demonstrar que você também é capaz de fazer aquilo e você acaba achando que o problema é com você, porque parece que todo mundo tá no mesmo patamar e isso não é verdade né e às vezes as coisas acometem algumas pessoas e não outras e faz com que algumas estejam mais tranquilas né, para conduzir seu trabalho, escrever bons trabalhos e outras têm carências né, que são carências históricas e que continuam sendo afetadas, porque ela se cobra e coloca culpa nela mesmo. Então nesse sentido, eu acho que esse ponto da auto cobrança, pode tem em algum nível influenciado assim esta essa passagem pela pós né, que antes, pelo menos na graduação eu não via tão acentuado (Pós-graduando 8, Doutorado em Ciências Sociais).

Eu acho que a forma como a academia quantifica a produção acadêmica é uma forma impossível [...] Eu acho que dentro do contexto de várias universidades, hierarquia de produção de conhecimento, capitalismo, o estado dizendo o tempo todo que a ciência não vale nada, que a ciência não tem valor e a gente tendo que competir com agronegócio, com indústria automobilística, com setores que são considerados produtivos de fato, a gente tem que competir com esses setores para poder ter um subsídio estatal assim sabe, eu acho que é uma métrica que faz sentido nessa lógica, não é a melhor lógica, não é lógica que eu queria, eu não queria que a gente fosse medido por quantidade de artigos publicados, por quantidade de não sei o que mais, mas pela qualidade do nosso trabalho mesmo, mas infelizmente eu acho que é algo que nesse contexto precisa ser feito e eu honestamente não consigo pensar numa forma melhor de fazer isso. Eu só acho que não faz o menor sentido no país em que a gente vive, com tantas pessoas que não tem condição de se dedicar exclusivamente à academia e aí realmente não faz o menor sentido, eu acho que no mínimo para a gente conseguir ser medida né, igualmente pelos mesmos critérios, a gente teria que ter as mesmas condições de produtividade e é obvio que a gente não tem, é obvio que é muito perverso [...] eu acho que para que essa fosse uma forma efetiva de fazer essa medição né, de competitividade de todo mundo, teria que ter as mesmas condições e é obvio que isso não acontece (Pós-graduanda 9, Mestrado em Ciências Sociais).

Eu acho que precisa desmitificar esse dever ser do estudante de pós-graduação, porque é mito do estudante que talvez eu ache que fazia muito sentido quando o estudante de pós-graduação era aquele menino branco sabe, que saiu de colégio particular, que ia de carro pra faculdade, acho que fazia muito sentido o jeito que as coisas são cobradas, fazia sentido [...] porque o sucesso acadêmico do estudante pós-graduação é aquele que sabe falar várias línguas, é aquele que consegue publicar, é aquele que consegue ter capital social, é aquele que consegue tá em todos os lugares, aquele que consegue viajar, viajar pra congresso em outro país e é ele que tem sucesso, é ele que todo mundo conhece né? E aí quando você tá na universidade que pra chegar já é duas horas, pra chegar de buzu e aí você: rapaz quais são minhas chances sabe? (Pós-graduanda 67, Mestrado em Ciência Política).

Eu entendo porque assim é uma pós-graduação, eu acho que tem que ter essa exigência, tem que ter prazo, tem que ter exigência de publicação porque é ciência, produção de ciência, produção acadêmica, então eu acho assim que se não manter um

rigor acadêmico, enfim acho que nem todo mundo vai fazer o melhor sabe e o programa pode ser de fato prejudicado então eu entendo os prazos sabe [...] mas eu acho que poderia realmente ter talvez mais flexibilidade com quem trabalha, com quem tá passando por algum período de saúde conturbado sabe, que eu acho que nem sempre isso pode ser levado em consideração, acho que há casos e casos [...] mas eu acho que essa estrutura rígida não serve para todo mundo entende [...] então eu acho que assim, causa muita ansiedade ter prazos, ter essa questão assim de publicação (Pós-graduanda 68, Mestrado em História).

Acredito que as exigências são necessárias e muitas delas são importantes para manter a qualidade do curso/formação, mas em alguns casos e momentos elas servem como entraves para o estudante que não tem recursos financeiros (Pós-graduanda 16, Doutorado em Ciências Sociais).

Entendo as exigências como necessárias, até para que haja de fato um funcionamento do processo de formação e retorno para a sociedade do valor que é investido. Essas exigências, contudo, não poderiam ser absolutas, muito menos descoladas da realidade. Seria muito enriquecedor espaços realmente democráticos onde pudessem ser devidamente debatidas (Pós-graduando 48, Mestrado em Ciências Sociais).

Ademais, essa incompreensão das realidades dos pós-graduandos no que tange a produtividade, acrescida a outros fatores, dificulta a permanência desses estudantes e aumenta a evasão, assim como vemos no relato da estudante que precisa conciliar trabalho remunerado e pós-graduação e não conta com o auxílio da bolsa:

Infelizmente eu vou ter que recorrer ao trancamento e aí perde o programa né, que eu sei que perde em avaliação assim, mas enquanto a gente não tiver uma política que assegure uma boa renda e uma vida de qualidade assim pra os pesquisadores, para todos os pesquisadores, não pra três, quatro, infelizmente vai ter que ser assim porque a gente precisa se sustentar e a gente precisa concluir o mestrado e a gente não pode enlouquecer né e eu não vou deixar, não vou colocar o meu bem estar de lado para poder cumprir esse prazo absurdo assim. Uma pessoa que trabalha oito horas por dia, estuda três, dorme sete e aí não faz mais nada (Pós-graduanda 9, Mestrado em Ciências Sociais).

Byung-Chul Han (2015) ressalta que, o século XXI é caracterizado por um excesso de positividade que resulta da superprodução, superdesempenho e supercomunicação, isto é, um excesso de estímulos, informações e impulsos. Ele declara que perante esse excesso de positividade, a sociedade se torna uma sociedade do desempenho composta por sujeitos de desempenho e produção na medida em que a proibição, mandamento e lei dão lugar ao projeto, iniciativa e motivação. No entanto, esse sujeito do desempenho, que não está mais submisso a ninguém e passa a ser senhor de si, não adquire a liberdade na medida em que a liberdade e coação andam juntas, gerando uma auto exploração que se transforma em violência e que leva a adoecimentos psíquicos. A “sociedade de desempenho”, tem na universidade uma das representações desses espaços de supercomunicação, superprodução e superdesempenho de modo que essa lógica produtivista, isto é, essa busca por produtividade incansável, produz uma cobrança e autocobrança internalizada pelos próprios pós-graduandos, acarretando em comparações e culpa. Sobre isso, seguem-se alguns relatos:

Tem algo que é da cultura da universidade né, de qualquer universidade, de qualquer sistema de pós-graduação e isso acaba resvalando em nós porque a cobrança vem de nós mesmo né, de garantir para nós mesmos que a gente consegue fazer um artigo, que a gente quer passar por isso, que a gente quer entender como é o processo. Então essa autocobrança talvez é que surpreende a gente. A cada momento que a gente tá um pouco mais lento com as coisas a gente acaba lembrando que a gente poderia estar fazendo algo e isso sempre fazendo contrastes com o que o colega tá fazendo e mesmo que se trate de objetos diferentes, de pesquisas diferentes, condições de possibilidades diferentes a gente sempre fica nesse sentimento de sempre ter podido fazer mais e talvez isso seja o que que implica mais complexidade nesse processo, que nunca é o bastante (Pós-graduando 8, Doutorado em Ciências Sociais).

[...] Às vezes a gente não consegue fazer tudo e quando a gente não consegue parece que a culpa é da gente sabe, por mais que existam fatores externos e que na maioria das vezes o culpado são esses fatores né, mas acaba que a culpa, é como se fosse nossa que não conseguiu atingir aquele nível que não sei quem aqui consegue que é participar de tudo, fazer tudo no prazo, fazer tudo com excelência, pegar as disciplinas que as vezes não tem nada a ver com nosso objeto, mas que é obrigatório e ser brilhante naquela disciplina que não tem nada a ver com o objeto que a gente está estudando ou de ter lido vários autores. Basicamente existe um perfil de pós-graduando que é um dever ser que é muito difícil de chegar e sabe, dá aquele sentimento ruim de que você deveria ser uma coisa e que você nunca vai conseguir, porque não dá pra fazer tudo [...] as vezes o professor passa milhares de texto e fala: ah vocês são estudantes da pós-graduação como se por isso só, já fosse resposta pra tudo né [...] os professores lembram muitas vezes, já aconteceu várias vezes no sentido de: não falte não você recebe bolsa, ou para quem recebe bolsa não pode perder disciplina, para quem recebe bolsa não pode tirar sete na média, tem que tirar mais de sete sabe, é literalmente nesse sentido, é sem direito, sem nada, mas é um trabalho que você tem que prestar contas, existe uma prestação de contas de que a gente tem que fazer, a gente tem que produzir e que tem que ficar explícito que a gente tá fazendo alguma coisa. Eu sempre lembro disso toda vez que eu não tô afim de fazer nada, eu falo: meu deus recebo bolsa. [...] É um sentimento negativo mesmo, parece que é incompetência, problema da minha formação sendo que as vezes a gente nem tem acesso a determinadas coisas, ainda mais que a universidade tem sido tão sucateada né (Pós-graduando 67, Mestrado em Ciência Política).

Essa noção que precisa tá sempre oferecendo mais no contexto acadêmico, isso é algo que eu atrelo a minha experiência com a universidade. Em outros contextos não sinto que eu preciso estar oferecendo mais ou que eu posso estar sendo julgada por estar oferecendo o suficiente ou eu sinto tão avaliada nos outros contextos, mas no contexto da universidade, da pós, eu me sinto muito, eu fico mais preocupada em relação ao que eu estou sendo, ao que eu vou falar, ao que eu vou expressar do que em outros contextos. Isso é algo da universidade, de você parar pra pensar inúmeras vezes, refletir sobre o que você vai falar porque vem o receio as vezes de como você vai ser interpretado [...] e até isso que eu desenvolvi de parar pra pensar muito no que falar, no que expressar e se considerar julgado ou avaliado, isso tem relação direta com a universidade, com a minha experiência na universidade principalmente porque eu não percebo isso nos outros contextos. [...] Nesse ano, eu desenvolvi um quadro [de saúde] e isso tava afetando diretamente o tempo que poderia passar nas telas e aí por eu não poder passar muito tempo nas telas e ao mesmo tempo ter a necessidade de fazer um monte de coisas, aí eu me sentia assim muito mal, eu tava me sentindo irresponsável [...] e ao mesmo tempo eu tava tentando me consolar de que tinha uma questão física ali, mas por eu estar com essas questões [de saúde] e não estar conseguindo fazer algumas coisas, não estar fazendo as coisas do jeito que eu gostaria, isso acarretava sim muito sofrimento. Me sentia irresponsável, ficava preocupada, ficava pensando no que as outras pessoas estavam pensando sobre mim, os meus colegas [...] eu pensei que as pessoas poderiam não tá acreditando em mim, não estar compreendendo, estar achando que a questão que eu estava vivenciando era uma desculpa, então eu me sentia triste por causa disso, de não estar fazendo as coisas do jeito que eu gostaria (Pós-graduanda 1, Doutorado em Psicologia)

Parece que o tempo todo eles elevam o grau de dificuldade para que você seja eliminado da instituição. Mas como venho de um histórico de baixa estima intelectual, quase sempre tenho a tendência a achar que a deficiência é minha (Pós-graduanda 48, Mestrado em Historia).

Na direção daquilo que se observa nos relatos, Dardot e Laval (2016) afirmam que a lógica neoliberal pressupõe que os sujeitos, para “ser responsáveis”, disponham dos elementos desse cálculo, dos indicadores comparativos, da tradução contábil de suas ações, ou ainda, mais radicalmente, da monetarização de suas “escolhas”: deve-se “responsabilizar” os doentes, os estudantes e suas famílias, os universitários, os que estão à procura de emprego, fazendo-os arcar com uma parte crescente do “custo” que eles representam, exatamente do mesmo modo como se deve “responsabilizar” os assalariados individualizando as recompensas e as punições ligadas a seus resultados. Esse trabalho político e ético de responsabilização, para eles, está associado a numerosas formas de “privatização” da conduta, já que a vida se apresenta somente como resultado de escolhas individuais. O obeso, o delinquente ou o mau aluno são responsáveis por sua sorte. A doença, o desemprego, a pobreza, o fracasso escolar e a exclusão são vistas como consequência de cálculos errados.

O pesquisador Robson Cruz, doutor em Psicologia pela UFMG, destaca que há uma série de indícios de que a pós-graduação é um ambiente propício ao desenvolvimento de transtornos mentais. Em uma entrevista concedida recentemente à TV UFMG, Cruz aponta que um desses indícios é o fato de que a pós-graduação cria um senso diário de incompletude nos pós-graduandos, ou seja, gera a sensação de que o estudante não conseguiu concluir todas as tarefas que deveriam ter sido realizadas naquele dia. A impressão que fica para o estudante é que o dia não teve início, meio e fim. Esse sentimento pode ter como causa, justamente, o senso diário de incompletude, ou seja, a sensação de que nem todas as tarefas foram finalizadas, o que, por sua vez, pode causar frustração e ansiedade (GARCIA DA COSTA; NEBEL, 2018).

Elias (1995) destaca que a pressão que se exerce sobre o indivíduo pela rede humana e as restrições, tensões e cisões que lhe são impostas produzem um emaranhado de inclinações irrealizáveis e não resolvidas que se acumulam no indivíduo. Conforme ressaltam Garcia da Costa e Nebel (2018), de fato, o ambiente da pós-graduação pode ser muito estressante no que diz respeito às exigências acadêmicas. Há uma cobrança muito mais intensa – em relação à graduação – para que os estudantes participem e apresentem trabalhos em eventos acadêmicos (nacionais e internacionais), escrevam e publiquem artigos em periódicos científicos qualificados, sem falar ainda na escrita da dissertação e da tese. Todas essas demandas exigem um alto grau de envolvimento cognitivo e emocional, e podem levar ao desenvolvimento de

uma série de distúrbios mentais, principalmente naqueles indivíduos que se encontram em estado de vulnerabilidade psicológica.

Não me sinto vista e considerada como um ser humano com toda a complexidade e vulnerabilidade características... sinto como se fosse uma máquina, ou pior, sinto-me como uma das muitas engrenagens de uma máquina maior, uma que não pode quebrar, tem que produzir a qualquer custo. Em caso de não conseguir será apenas trocada, ameaça de ser desligada do programa, ameaçada pela dívida como a instituição pagadora da bolsa, descredibilizada por não conseguir cumprir os prazos. "Como você está? Como tem se sentido?" São perguntas que ninguém se importa em fazer, porque na verdade ninguém se importa mesmo com os sentimentos, com a saúde dos estudantes, contanto que consigamos nos manter produzindo... ser proficiente é a única faceta nossa que parece interessar aos professores, orientadores, à toda estrutura universitária. A pergunta que sempre é feita é "como vai o trabalho? Como vai a escrita?" Um estudante de pós-graduação não tem subjetividade. Ele é uma máquina com um número de matrícula (Pós-graduanda 47, Mestrado em Ciências Sociais).

Existem muitas exigências. Sinto que são exigências produtoras de adoecimento, que individualizam a "não produtividade" quando na verdade, ninguém consegue dar conta de tantas demandas. Mesmo que se dedique apenas a pós-graduação (Pós-graduanda 45, Mestrado em Psicologia)

Eu me sinto triste, desapontada comigo mesma. Inclusive, durante o mestrado, fui diagnosticada com depressão e passei a utilizar antidepressivo. Lembro que fiquei três meses sem conseguir fazer nada do mestrado e atrasei a minha qualificação. A psiquiatra chegou a me dizer que estava com excesso de responsabilidades e isso estava me adoecendo mentalmente (Pós-graduanda 65, Mestrado em Ciências Sociais).

A obrigatoriedade da produtividade em condições adversas tem afetado de forma completamente negativa minha saúde mental, levando em crises nervosas constantes que acarretaram em uso de medicação e acompanhamento psicológico e psiquiátrico (Pós-graduando 50, Mestrado em História).

Para Rezende e Sallas (2019), esse aumento de cobrança por publicações nos programas de pós-graduação afeta significativamente a relação emocional de estudantes e professores com a escrita. Entretanto, essa relação emocional não está sendo debatida com a mesma intensidade com que se preconizam as cobranças. As saídas mais frequentes para lidar com tais questões no contexto acadêmico têm sido o silenciamento e o apagamento dos aspectos emocionais que permeiam a produção escrita. Quanto mais o pesquisador mantém sua vida pessoal e emocional afastada da escrita, mais ele demonstra profissionalismo e competência e, conseqüentemente, capacidade produtiva. Quanto mais a escrita é vista como um produto – desligada das subjetividades e dos contextos precários de socialização que as criam –, mais ela incorpora um caráter produtivista e intensifica seu poder simbólico: a aura de “mistério” que permeia seu processo de criação, que a faz ser concebida como talento ou dom. Assim, tendo por base tal problemática, o que se destaca não é somente a pressão crescente por publicação, mas a falta de discussão e de auxílio diante dessa demanda. Segundo estudantes, embora a produção e

exigências sejam necessárias para a pós-graduação, é necessário um rompimento ou uma humanização dessas exigências.

A própria estrutura em si da universidade, das pós-graduações, ela não está preparada pra poder lidar com isso, ou simplesmente trata como uma questão secundária: ah se você não tava pronto então tranca o semestre, não a gente não pode trancar o semestre, porque trancar semestre pra gente muitas vezes significa perder bolsa, significa atrasar formação, significa muitas vezes deixar de ir pro doutorado ou almejar um sonho, então é tudo muito complicado e assim quando você começa a reunir um, dois, três, quatro colegas pós-graduandos, as vezes de turmas até diferentes, eles muitas vezes vão pontuar as mesmas coisas. Então é um problema que já vem se arrastando e o que você vai ter: ah é uma questão política, o momento político não está propício a gente fazer essa mudança, mas quando será o momento? [...] então da forma como muitas vezes é colocado, eu penso que o momento talvez não chegue [...] porque eu não aceito tem que romantizar que eu vou ter que tomar fluoxetina como ansiolítico pra poder lidar com questões por exemplo da pós-graduação, de ouvir colegas tomando por exemplo remédios para poderem ficar acordado ou tendo que adentrar até em Rivotril pra poder conseguir dar conta das coisas, eu não consigo romantizar esses índices de sofrimento. [...] porque quando a gente devolve pra academia a nossa dissertação, nossa tese, não tá ali nosso sofrimento diretamente e as vezes a gente pode pensar até mesmo na própria estrutura capitalista, a gente nunca sabe a dor do objeto final, a gente sabe muitas vezes que foi um trabalho bem executado, mas se o autor chorou, se o autor sangrou ali em cima, quantas horas deixou de dormir, o que passou, o que vivenciou ninguém sabe, simplesmente a academia descarta isso, então as vezes eu penso: é uma hipocrisia muito grande a gente fazer críticas a esse produtivismo, a esse modelo capitalista de produção o tempo todo [...] e dentro da universidade a gente reproduz isso. Então quem é que vai romper com isso? (Pós-graduando 66, Mestrado em Antropologia).

Acredito que as exigências são necessárias, mas é preciso humanizá-las, ou seja, tem que levar em conta que mais do que pesquisadores/estudantes somos seres humanos cheios de dores e problemas emocionais. Depois da pandemia esses problemas só se agravaram (Pós-graduanda 46, Doutorado em História).

Esse ciclo perverso leva à configuração do seguinte quadro: o produtivismo, além de causar profundo mal-estar na academia, tem provocado sérias deformações, afetando – talvez de modo irreversível – os rumos da produção e comunicação científica em nosso país e em outras partes do mundo. O cenário é triste: nunca publicamos tanto, nunca tivemos tantos periódicos. Mas será que isso significa que pesquisamos mais e melhor? Ou estamos apenas transformando nossos talentosos pesquisadores em pareceristas-burocratas ou em meros administradores de seus pontos no currículo, cuja expressão máxima atualmente é o Currículo Lattes? (REGO, 2014, p. 341).

As cobranças por produtividade no âmbito da pós-graduação, são extremamente prejudiciais a todo o conjunto acadêmico: se perde em qualidade de produções e em qualidade de vida dos envolvidos (docentes e discentes) que são constantemente pressionados por essa lógica adoecedora, sendo necessárias reflexões em modos de produção e avaliação saudáveis e equilibrados, sem perder o rigor científico, mas que se desvencilha das logicas mercantis que perpassam o âmbito da academia e produzem sua própria lógica de forma autônoma. Entretanto

essa realidade parece distante numa sociedade caracterizada pelo neoliberalismo, influenciada pelas leis de mercado, estímulo a concorrência e competitividade e ao modelo empresarial, presente inclusive nas subjetividades.

5.4 AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Outros fatores de adoecimento entre os estudantes de pós-graduação se refere a falta de suporte social nas relações estabelecidas na universidade, dentre as quais foram mencionadas as relações estabelecidas com a instituição, isto é, relações com os departamentos e coordenações de pós-graduação, bem como relacionamentos com docentes e suas respectivas disciplinas, com os colegas e a relação com seus orientadores.

5.4.1 A RELAÇÃO COM A INSTITUIÇÃO

O suporte institucional é de extrema importância na vida do estudante. É fundamental que a instituição esteja sempre atenta as necessidades dos estudantes no que se refere as demandas para com ela, facilitando seu processo de adaptação ao ingresso, que aqui se refere a pós-graduação, promovendo uma transição com mais tranquilidade, todavia isso nem sempre acontece à medida que os pós-graduandos destacam as dificuldades enfrentadas no que diz respeito as relações institucionais.

Eu acho que o colegiado da pós é muito solto assim, te deixa assim tipo, você se sente meio perdido. Assim você tem que ficar parecendo um chato mesmo, que você tem que ficar lá na porta batendo toda hora, perguntando isso mil vezes, assim tipo mandando 300 e-mails, deixa muito tateando as coisas, diferente assim da graduação do colegiado, que você acaba tendo esclarecimento e um suporte maior (Pós-graduanda 2, Mestrado em Ciências Sociais).

Eu acho a parte burocrática um saco, difícil de lidar, eu acho honestamente o [servidor] da pós complicadíssimo de lidar, tem que ter muito dedo e aí acaba que tipo você depende de outras pessoas para agilizar determinados processos e aí eu acho ruim em relação à coordenação (Pós-graduanda 6, Mestrado em Ciências Sociais).

Então a coordenação do curso, em específico o servidor que trabalha na coordenação é muito displicente em relação à prazos né, no sentido de as vezes a gente precisa de alguma resposta rápida e a gente não consegue isso, acredito também por conta de sobrecarga né, um servidor só, então tem isso também para não ser injusta, mas em geral a relação com a coordenação tem sido distante (Pós-graduanda 7, Mestrado em História).

O próprio coordenador do curso parece que não conseguiu se organizar direito, o programa em si tem algumas dúvidas, não tem algumas regras claras, explícitas, isso acaba confundindo muito o bolsista. [...] Condição material mesmo de organização, isso que me deixa muito frustrada porque a gente quer perguntar alguma coisa e ninguém sabe, isso me mata. [...] A organização do curso ainda tá engatinhando, eles

ainda estão engatinhando, o curso não tem secretaria por exemplo sabe, e acaba que os processos assim burocráticos, muitos difíceis de conseguir. [...] as informações não são evidentes, o site é muito ruim [...] a organização assim, as informações não são evidentes, regras do que um bolsista deve ou não deve fazer desatualizadas, ele fala que a gente não deve fazer tal coisa, mas não tá ali escrito no papel, no edital falando sabe, não tem nada assim, uma portaria, não tem nada assim pra gente consultar. [...] o curso ainda não tá oferecendo todas as ferramentas necessárias pra gente compreender a dinâmica interna do próprio curso, a minha sorte mesmo é que eu tenho todas as informações por conta da minha orientadora [...] porque se não fosse isso, muita coisa eu não iria saber (Pós-graduando 67, Mestrado em Ciência Política).

[...] você tinha um departamento, ele não tava preparado para receber [...] então existem questões que vão dificultando e aí você vai pro edital, as vezes você vai, por exemplo, pra própria estrutura, a grade de disciplinas, por exemplo, que não estava pronta. Aconteceu um episódio com a minha turma que foi um episódio bem delicado, porque a gente tinha uma carga horária pra poder cumprir de matérias optativas [...] mas meu programa no segundo semestre de 2021, ele ofereceu apenas uma disciplina de 68 horas, todas as demais foram disciplinas de 51 e 34 horas, o que dificultaria que a gente cumprisse essa carga horária em dois semestres, a gente teria que entrar no terceiro semestre cursando uma terceira ou quarta disciplina para atender essa demanda. [...] Por exemplo no meu [departamento] especificamente, não havia nada no manual do curso falando sobre aproveitamento de disciplinas feitas em outras universidades, mas também não dizia que era proibido e aí quando eu cursei uma disciplina em outra universidade, que mandei e-mail pra o colegiado dizendo que precisava fazer aproveitamento: ah não aproveita, só aluno especial, mas eu falei: em que lugar tá lá no manual que não é assim? Então é muito delicadeza, você tem que as vezes mandar pra representação estudantil levar pra as reuniões de colegiado pra ser debatido porque existe dentro da própria burocracia às vezes elementos que vão ali te saturando aos poucos (Pós-graduando 66, Mestrado em Antropologia).

A partir dos relatos, é possível perceber que na resolução das questões burocráticas da pós-graduação e no que se refere a dúvidas e encaminhamentos necessários, os estudantes se sentem desamparados. Eles mencionam despreparo dos servidores, demora na resolução de questões, informações desencontradas, falta de informação e de organização dos departamentos e coordenações. Para Teixeira et al. (2008), quando o estudante ingressa na graduação, as primeiras exigências universitárias burocráticas como confirmação de vaga, matrícula, carteiras estudantis, podem ser percebidas como severas e fazer com que alguns acadêmicos se sintam perdidos frente ao cotidiano universitário. A ausência de uma orientação em relação aos processos burocráticos universitários é percebida como um dos principais obstáculos à adaptação ao meio universitário, já que dificulta a ambientação à instituição e suas rotinas.

Gardner (2010) apud Santos (2015) identificou que na pós-graduação a maioria dos estudantes também desconhece a estrutura dos programas, bem como os regulamentos e os documentos para concluir o mestrado ou o doutorado. Além disso, os pós-graduandos entrevistados por ela relevaram que gostariam de entender claramente o que o programa de pós-graduação espera que eles executem até o final dos seus cursos, ou seja, quais são as exigências que eles devem atender e de compreender como ocorre o processo de elaboração da tese antes de se depararem com essa etapa. A autora sugere que conceder essas informações é papel da

instituição a fim de evitar que os discentes sintam-se ansiosos devido à falta de conhecimento sobre quais documentos elaborar e como agir.

Tais situações resultam em entraves a vida do estudante e acarretam em preocupações também no que diz respeito às demandas burocráticas necessárias, causando frustrações e aborrecimentos. É importante que a instituição forneça tal suporte para que o estudante se sinta seguro e tranquilo para cursar a pós-graduação, sem maiores preocupações e incertezas. A atenção dos departamentos e coordenações nesse sentido, também se constitui em um fator de permanência essencial ao pesquisador em formação, na medida em que, a não resolução das burocracias institucionais podem afetar até mesmo a vida acadêmica do próprio estudante.

5.4.2 A RELAÇÃO COM OS DOCENTES

Embora grande parte dos pós-graduandos, quando perguntados sobre como se sentem no que diz respeito a sua relação com os professores, afirmam existir uma boa relação, muitos relatam a falta de didática e organização de alguns docentes na condução das suas disciplinas e situações de incompreensão e constrangimento em sala de aula.

Olha eu vou ser sincera, por exemplo no primeiro semestre tem uma matéria[...], eu não sei como é que tá agora, mas quando eu peguei eu me senti [...] perdendo tempo ali porque era uma tarde inteira que você tinha aula sendo que sai com a sensação de que não tava aproveitando a disciplina como deveria ser, então ficava extremamente assim desanimada e frustrada porque eu sei que a proposta é uma coisa, mas a aplicação é outra e aí você passa a tarde toda naquela disciplina e aí você já pensa eu poderia tá fazendo outras coisas não precisando tá nessa disciplina. Ou então, teve uma disciplina também[...] foi uma disciplina que a professora tinha como proposta fazer vídeos curtos pra sua pesquisa, a proposta era até legal mas uma coisa é a proposta e outra coisa é você fazer a disciplina toda só em vídeo, tipo só o vídeo e aí justamente a sensação de você não tá aprendendo nada porque justamente a proposta da disciplina é você trabalhar sua pesquisa [...] vai te ajudar a construir sua qualificação, a proposta da disciplina é essa e na verdade não me ajudou, não ajudou a construir minha qualificação aí eu ficava me perguntando: eu tô passando a manhã toda aqui nessa disciplina e não tá me servindo pra nada, só aprender a como editar vídeos, eu ficava brincando: eu vou abrir um canal no youtube e virar youtuber porque é a única coisa que tá me fazendo aprender. [...] Agora teve outras que me ajudaram bastante a pensar outras coisas e que valeram a pena pegar. Não foram todas as disciplinas, mas algumas específicas, foram uma verdadeira perda de tempo, eu poderia tá fazendo outras coisas ou vendo outros assuntos, mas claro que existiram outras matérias que me ajudaram muito assim a pensar ligações com autores, objeto de pesquisa. [...] tem professores que eu prefiro não pegar matérias de novo e se um dia eu tentar o doutorado, espero que eu não encontre nas matérias porque justamente eu acho que o professor tá ali só por tá, não tem interesse em dar aula e aí perde o tempo dele e perde o nosso tempo. [...] Eu só espero não precisar pegar essas matérias de novo porque eu justamente acho que não vai me acrescentar em nada. [...] mas tinham outros professores comprometidos, que se preocupavam com a aula, eu tive uma professora que pensava em cada texto específico pra cada técnica de pesquisa, ela pensava em cronograma, em ementa de matéria, ela debatia com os alunos, era sempre muito pontual, não se atrasava, foi extremamente comprometida e inclusive

eu tinha excelente relação com ela em termo de disciplina, era uma relação muito boa. Enquanto tinha esses professores que nem ementa da disciplina tinha, nem a ementa se preocupou em fazer, em mandar pra gente e cada aula era: vamos ver o que vai ser, tipo que era uma aula que eu acho que ele pensava assim na hora o texto que ia ser, a conversa que ia ser. Então eu ficava: ai meu deus do céu, socorro, eu vim da rua pra assistir essa aula, o que é que eu tó fazendo aqui? (Pós-graduanda 2, Mestrado em Ciências Sociais).

Eu tenho bons professores muito competentes e outros nem tanto assim, outros eu acho que não me acrescentaram em nada na minha pesquisa [...] uma especificamente assim, que além de não acrescentar na minha pesquisa, tinha uma péssima metodologia de ensino e eu só tava nas aulas dele para não ter falta assim e eu fico me perguntando como é que essas pessoas sem didática conseguem chegar aonde chegaram, que não envolvia a turma, não dava atenção aos projetos de uma forma efetiva assim sabe, tem outras que eu acho que são mais acolhedoras assim no sentido de entender as necessidades de cada pesquisador, de cada projeto e tentar atuar a partir disso, mas que se você pegar matéria com ela três semestres seguidos você vai ter o mesmo programa três semestres seguidos, então é uma pessoa também que não se atualiza, mas em termos de relação assim, eu queria que os professores fossem mais sensíveis a realidade da gente (Pós-graduanda 9, Mestrado em Ciências Sociais).

Eu me frustrei inclusive com alguns professores famosinhos do meu programa, eu falava: nossa deve ser ótimo ter aula com essa pessoa e que quando chegou lá só é bom como palestrante, porque aquela questão de ensinar, de realmente chegar junto, você não via (Pós-graduando 66, Mestrado em Antropologia).

Os professores das disciplinas têm posturas que eu considero anti-pedagógicas: tomam por certo vários conceitos e conhecimentos e não se ocupam de esclarecê-los aos alunos. As vezes sinto que a pós graduação é um calvário que se percorre sozinho e que depois de atravessado não se ensina um atalho pra ninguém. Esperam que seja sofrido e doloroso como foi pra eles (Pós-graduando 24, Doutorado em Psicologia).

Os professores que não ajudam nas discussões em “sala” atrasam um pouco a compreensão dos textos e eu preciso entrar num processo de repetição do conteúdo ou recorrer a minha orientadora mais do que gostaria (Pós-graduando 25, Mestrado em Psicologia).

Eu tinha uma disciplina que era assim 200 páginas, você tinha que tá ali com 200 páginas lidas e quando não lia, de professor ficar chateado, isso é um absurdo. 4 textos por aula [...] acaba que todo mundo leu 3 de 4 textos e o professor falar: ah gente eu achei que todo mundo deveria ter lido o outro texto e por isso a aula de hoje vai ser cancelada, parece inacreditável [...] eu acho que como fulaninho de tal não leu o texto, a discussão vai ficar um pouco rasa, a discussão não vai ficar boa o suficiente, não vai ficar com alto nível suficiente, eu não sei qual é esse alto nível que eles almejam né [...] e aí todo mundo tem que ler tudo porque se não a discussão não vai ficar boa o suficiente, a discussão vai ser uma discussão superficial, não vai ser do nível em que os professores estão esperando (Pós-graduando 67, Mestrado em Ciência Política).

No contexto de pandemia, período atípico por conta da COVID-19 e com a necessidade de isolamento social, foi necessário aderir a um novo formato de aulas, as aulas online. Sendo assim, a relação com as disciplinas e docentes foi modificada. Os estudantes relatam as vantagens e desvantagens desse período de aulas online:

Eu fiz o primeiro semestre todo online e é bem mais cansativo e assim, antes da pandemia [durante o mestrado] eu peguei uma quantidade maior de disciplinas e me senti menos cansada do que com a quantidade menor que eu tinha pegado de

disciplinas nesse semestre do doc por ser online. Eu sinto que é menos produtivo do que se fosse presencial até pelo fato de que os professores não fizeram intervalos durante as aulas, então a gente ficou lá três horas de aula online ouvindo [...] então a gente tende a se concentrar menos. Quando a gente tá na aula presencial a gente tem como descansar olhando pra longe, descansar até assim a visão, os olhos, mas a gente levanta, vai pro corredor, bebe um café, a gente volta e essa mudança de foco tende a nos ajudar a reestabelecer a concentração depois. E no contexto online não, você fica em uma sala e aí o tempo todo ouvindo e aí tem uma hora que você acaba se distraindo mais, aí o celular tá ali perto, aí você pega, vai responder, abre e-mail, vê notícia enquanto a aula tá rolando, isso acontece. [...] é mais cansativo e a gente tende a se concentrar menos (Pós-graduanda 1, Doutorado em Psicologia).

No primeiro semestre que começou o EAD, eu peguei uma disciplina optativa, odiei minha experiência online, odiei assim e eu percebi o quanto eu tô acostumada com sala de aula, então foi uma experiência horrível. Eu também acho que essa experiência, porque a gente está vivendo tudo online né, então é live, é congresso online, tudo online e aí você tem uma sobrecarga muito grande de tudo online, é muita tela para você ficar vendo e querendo ou não tela de celular, tela de notebook te irrita né, irrita o seu sistema nervoso então acaba ficando cansada, mas eu não adaptei ao sistema online assim, eu fiz a matéria mas é muito cansativo você ficar na tela assim do computador quatro ou cinco horas de um dia e para assistir aula [...] porque eu começava a disciplina, sei lá, começava uma e meia, duas horas e terminava cinco e meia, seis horas, quando terminava a matéria, eu tava acabada, parecendo que eu fiz uma maratona e com dor de cabeça, então o sistema online para mim de aula mesmo, não é o meu favorito, assim não é o meu favorito e eu não tenho uma boa experiência. [...] você tá muito mais suscetível a se dispensar do que o presencial. Então acho que é isso assim, eu não me adaptei muito ao sistema online não, fiz a matéria, mas dei graças a deus quando terminou porque não precisava mais pegar nenhuma matéria online, foi um alívio pra mim (Pós-graduanda 2, Mestrado em Ciências Sociais).

Foi um conforto desconfortável porque é muito confortável a pessoa ficar no próprio quarto assistindo aula, tipo com a câmera fechada e apenas existindo ouvindo como um podcast às vezes, mas isso não me ajuda a efetivamente compreender determinadas coisas, então para mim o processo via computador e passar muito tempo [...] eu chegava no final do dia morrendo de dor de cabeça então a pandemia deu esse problema né para mim, mas é confortável porque tipo eu posso fazer outras coisas, sei lá ficar com roupa que eu quero, deitar na cama e assistir ela deitada, mas não quer dizer que eu filtre ou entenda as informações de um jeito como eu deveria entender, talvez parte da minha confusão fosse um pouco menor se eu tivesse num contexto menos mediado pela era digital (Pós-graduanda 6, Mestrado em Ciências Sociais)

Foi na pandemia né, então teve o lado bom e o lado horrível. O lado bom foi cursar disciplinas de fora da UFBA [...] assim eu nunca tinha tido isso antes, então pra mim isso foi muito bom porque eu tive contato com outras universidades, outros colegas e tal, então pra mim foi ótimo, foi bom pra mim também porque eu fiquei em casa então eu tinha a estrutura pra ficar em casa [...] pra mim foi ótimo nesse sentido de eu não tá gastando nem tempo, nem dinheiro com deslocamento e por eu ter ficado em casa. Parte ruim, eu achava as aulas muito mais exaustivas online [...] então é realmente mais cansativo [...] enfim eu acho que realmente é mais complicado e eu sentia muita falta do contato das pessoas, de conhecer mesmo os meus colegas então esse foi o lado negativo (Pós-graduanda 68, Mestrado em História).

Temos prós e contras. Sinto falta dos debates e sala, a conexão as vezes é ruim, já cheguei até a perder aulas, tudo é muito menos próximo. Porém, tenho a comodidade de assistir de casa, sem me deslocar e perder tempo nesse deslocamento. Mas ainda assim, prefiro presencial (Pós-graduanda 25, Mestrado em Psicologia).

O semestre online foi muito cansativo. Participar das aulas nesse formato era muito entediante. A sensação era que a duração das aulas fosse maior. Alguns professores

também exigiam muito, desconsiderando que estávamos num contexto de pandemia (Pós-graduanda 65, Mestrado em Ciências Sociais).

O regime de home office somado às aulas online me deixa em um estado de cansaço constante. Nunca consigo me desligar totalmente das tarefas que tenho que fazer. As aulas EAD no meio para o final do semestre se tornam extremamente cansativas (Pós-graduando 55, Mestrado em Ciências Sociais)

Além disso, a relação com os docentes também se modificou, havia pouca ou quase nenhuma relação que ficou restrita apenas aos períodos de aula online, em sua maioria. É mencionado que a relação com os docentes como distante por conta desse fator.

É um pouco mais difícil falar da relação com os professores nesse contexto de pandemia que a relação acaba sendo bem mais distante (Pós-graduanda 1, Doutorado em Psicologia).

Entretanto, apesar de uma proposta de flexibilidade na condução das aulas síncronas e/ou assíncronas, houve relato de que as cobranças permaneceram as mesmas do período presencial por parte de alguns professores.

Eu acho que nesse quesito, os professores de início né sempre vieram com um diálogo de ser mais flexível por causa da pandemia, de muita gente não ter acesso à internet, que as aulas iam estar gravadas para quem não conseguisse acompanhar, mas ainda existe frequência [...] então isso foi o que que mais me desmotivou assim e [...] interferiu na quantidade de disciplinas a que pegar sabe e só nesse sentido de ter uma demanda assim de participação de fórum, de fazer muita coisa. [...]Eu acho que o moodle me enche o saco, é porque tem algumas disciplinas que os professores propõem de você articular né, participar do fórum, ler o texto, fazer atividades, então isso tudo junto é muita coisa e a gente tem a sensação de que por mais que estejamos em casa a gente está fazendo muito, muito em relação aquilo que a gente faria se a gente tivesse aula presencial, e nesse sentido você fica mais desmotivado né. Porque quando a gente começa no meio virtual era a premissa de que ia ser tudo mais brando e do nada a gente vê os professores fazendo as mesmas coisas que sempre fizeram né ou até mais, porque a existência de um fórum para ser alimentado não era algo que a gente tinha no nosso cotidiano né (Pós-graduando 8, Doutorado em Ciências Sociais).

Além da pesquisa, sobrecarga de disciplinas e carga horária para dar conta, a dificuldade em estabelecer um diálogo com os professores no que diz respeito as disciplinas e a própria autoavaliação dos docentes com relação a sua metodologia de aula, bem como os constrangimentos e incompreensões vividas pelos estudantes, acarretam em um contexto adoecedor na medida em que, além de lidar com a sobrecarga de afazeres, a sensação de não estar absorvendo os conteúdos que já são extensos, principalmente no contexto de pandemia, tornam o seu processo de formação ainda mais frustrante.

Ademais, cabe ressaltar que também ocorrem situações inaceitáveis de abusos por parte de alguns docentes, que em muitas situações acaba sendo silenciado por medo de represálias, conforme afirma o site da Universidade Federal de Santa Maria (2017), o medo de retaliações ainda é grande por boa parte das pessoas que denunciam casos de assédio. Prata (2021) ressalta que as agressões se apresentam de diversas formas, assim como os agressores, mas

principalmente professores, que se aproveitam de suas posições privilegiadas de poder para se aproveitar de alunas e colegas de trabalho e complementa que é revoltante e assustador observar o quanto as mulheres estão vulneráveis, até mesmo nos ambientes acadêmicos, onde figuras de poder que deveriam lhes passar segurança e aprendizado, utilizam-se dos seus privilégios e posições de poder para violentar alunas e colegas. A maioria dessas histórias seguem um triste padrão de resposta, a vítima faz a denúncia – na ouvidoria da instituição ou na delegacia – tem sua história colocada em dúvida e a palavra do agressor é preterida em relação a sua. A Universidade Federal de Santa Maria apresenta o relato de uma vítima de assédio:

O assédio moral que sofri na pós-graduação mudou minha vida. Perdi a oportunidade de conseguir uma bolsa para pagar minha pesquisa por conta de favoritismos dos professores. Mesmo quando minhas notas eram melhores do que as de meus colegas, eu era prejudicada de alguma forma. Não foram somente meu jeito, meus posicionamentos e minha forma de levar a vida que me trouxeram à situação insustentável em que me encontro no programa, foi a minha palavra. O silêncio não é meu. Aceitar uma situação de assédio moral calada não estava nos planos. A forma como todos começaram a me olhar quando denunciei o caso e as consequências disso é que foram desumanas. Os cochichos no corredor, o olhar dos professores e até dos secretários do programa só pioraram quando decidi levar adiante a denúncia. Perdi o contato com todos que convivia e ainda sou encarada como vilã por denunciar os absurdos que passei. (2017, ONLINE).

É de conhecimento de todos que situações como essas, não se constituem em casos isolados, entretanto muitas vítimas não denunciam essas situações por medo e o espaço da universidade, que deveria ser um espaço seguro e proveitoso, se torna ameaçador para as vítimas. Segundo Junta (2017), em si esse silêncio não impressiona. O tema é um “tabu” nas universidades. As vítimas são sistematicamente silenciadas tanto pelos seus agressores como por ameaças de outros professores que tentam “defender” o agressor. O problema é generalizado. Mesmo entre os professores em posições hierárquicas distintas ele ocorre. Dificilmente haverá um único estudante de pós-graduação que já não tenha ouvido falar de abusos de professores (e orientadores) contra estudantes – ou tenha ele mesmo sofrido com isso.

Thomaz (2022) resume os aspectos mencionados sobre a realidade da relação com os docentes ao afirmar que é bom tomar cuidado com as queixas e cobranças que faz aos professores. Trata-se de um misto de burocracia kafkiana com uma classe “em si” e “para si”, como diriam os marxistas. Protegidos pela estabilidade conferida pelos concursos —onde impera o corporativismo formado desde o mestrado—, os professores, a maior parte deles, não têm o menor constrangimento em praticar o pequeno poder. Queixas sobre falta de retorno de notas podem levar a notas baixas. Reclamações sobre a qualidade das aulas podem levar a perseguições. Denúncias levam a lugar nenhum.

5.4.3 A CONVIVÊNCIA COM OS COLEGAS

A convivência com os colegas de pós-graduação também é um dos fatores mencionados, tendo impactos emocionais negativos e positivos para os estudantes. Os impactos negativos se referem ao aspecto de competição e individualismo que muitas vezes perpassa essas relações na medida em que no ambiente acadêmico, há um estímulo a competição entre os pares.

Eu gosto muito dos meus colegas, mas a questão geracional é muito importante pra mim porque as vezes eu me sinto assim como se não tivesse vivido nada o que eles viveram, o que eles fizeram, aconteceram e eu não fiz nada na minha vida [...] Às vezes eu fico pensando assim: eu não sei de nada [...] acaba se distanciando porque são comentários assim [...] da pessoa ficar meia hora falando que sabe tudo, que é inteligente, que faz e acontece, que já fez 300 coisas, que é sabichão, incomoda muito (Pós-graduando 67, Mestrado em Ciência Política).

Desconfortável, me sinto como se estivessem sempre esperando um erro pra falar mal (Pós-graduanda 20, Mestrado em Antropologia).

Alguns colegas são acolhedores, mas outros são arrogantes, competitivos e se acham donos do saber e do conhecimento (Pós-graduanda 23, Mestrado em Psicologia).

É muito ruim. Sou uma pessoa tímida; ao mesmo tempo, sinto que meus comentários não são bem recebidos (Pós-graduando 42, Doutorado em História).

A gente só conviveu mais quando fazíamos disciplinas, depois cada um foi para seu canto. [...] Sinto que poderíamos ser mais próximos e dividir nossas angústias e ajudar uns aos outros. Melhoraria para todo mundo. O ambiente de competição e individualismo não é saudável para ninguém (Pós-graduanda 46, Doutorado em História).

Distante de praticamente todos, o único laço de amizade ou cooperação mantido foi como uma colega da época da graduação. Com os novos colegas não tenho nenhuma ligação (Pós-graduanda 47, Mestrado em Ciências Sociais).

Nesse caso, se percebe que entre os pós-graduandos, as relações estabelecidas entre os colegas se tornam superficiais e apenas para fins acadêmicos. Embora muitos estudantes convivam diariamente uns com os outros nos corredores da universidade e nas disciplinas, eles não conseguem estabelecer relações mais profundas principalmente por um individualismo e competições presentes nestas relações, explícitas na rivalidade acadêmica. Para Bauman (2001), duas características fazem a modernidade nova e diferente. A primeira se refere ao declínio da ilusão moderna na qual havia uma crença em uma sociedade boa, justa e sem conflitos e, a segunda diz respeito à privatização e desregulamentação de tarefas e deveres modernizantes, isto é, a tarefa foi fragmentada (“individualizada”) e o foco dos discursos passou a ser relacionado ao direito dos indivíduos e suas diferenças e escolhas individuais. Os membros vistos como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna à medida que com o individualismo, os sujeitos passam a ser os responsáveis por suas próprias tarefas, decisões e vidas e, portanto, a força individualizadora, divide ao invés de unir.

Além disso, para Dardot e Laval (2016), o novo governo dos sujeitos pressupõe que a empresa não seja uma “comunidade” ou um lugar de realização pessoal, mas um instrumento e um espaço de competição. Ela é apresentada idealmente, acima de tudo, como o lugar de todas as inovações, da mudança permanente, da adaptação contínua às variações da demanda do mercado, da busca de excelência, da “falha zero”. Desse modo, ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. A racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Para eles, a adaptação a uma situação de concorrência vista como natural tornou-se, assim, a palavra de ordem da conduta individual, assimilada a um combate pela sobrevivência. Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo trabalhar a si mesmo com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz.

Sendo assim, no que diz respeito ao âmbito da pós-graduação, por conta desses componentes individuais e competitivos, o estabelecimento de relações mais estreitas entre os colegas não é uma realidade entre grande parte dos estudantes. Essa situação se amplia e se agrava no período de pandemia, na medida em que a necessidade de isolamento social trouxe um distanciamento social e os pós-graduandos perdem a convivência e o contato presencial e para aqueles que já adentram na pós-graduação no período pandemia, essa relação inexistente.

É tudo muito distante na convivência, capaz de eu passar na rua e encontrar eles e não saber que estudam comigo, é muito distante assim, boa parte não liga a câmera então não existe convivência (Pós-graduanda 5, Mestrado em Ciências Sociais).

Não tenho muito o que dizer porque eu nem conheço, tipo não tive contato com as pessoas [...] talvez ao vivo eu me sentisse, porque eu sou meio envergonhada e meio fechada, mas eu acho que a pandemia potencializa essa sensação de deslocamento que eu tenho, de me sentir ainda mais deslocada (Pós-graduanda 6, Mestrado em Ciências Sociais)

Eu acho que não tem muito sentimento de coletividade assim né no formato virtual [...] realmente é muito difícil estabelecer um senso de comunidade nesse formato, é muito cada um faz o seu, a gente não se conhece, a gente não se ajuda muito, tá cada um muito preocupado com fazer suas próprias coisas sabe [...] eu acho que a convivência com os colegas não existe e essa é uma grande perda assim em relação ao formato presencial, porque a gente tem que passar por um processo que é super difícil super penoso e tem que passar sozinho (Pós-graduanda 9, Mestrado em Ciências Sociais).

A convivência tem sido mínima, restrita às aulas virtuais, muitas vezes sem vídeo. Não conheço meus colegas! (Pós-graduanda 22, Doutorado em Psicologia).

Eu não tive oportunidade de conviver com colegas da pós devido a pandemia. Somente através das disciplinas, encontros de grupos de pesquisa, mas pouca ou nenhuma interação pessoal (Pós-graduanda 24, Doutorado em Psicologia).

Não desenvolvi os laços e rede de apoio que gostaria devido ao distanciamento da pandemia. E como já sou tímida, desenvolver uma relação com os colegas à distância é ainda mais difícil (Pós-graduanda 53, Doutorado em História).

Diante dessa superficialidade ou inexistência da relação entre os pós-graduandos e os seus pares, para aqueles não dispõem de outras redes de relação interpessoal, a convivência se torna mais difícil e solitária, pois não possuem uma rede de apoio que lhes permita compartilhar dos sofrimentos acadêmicos e outros anseios e isto afeta o seu desempenho, motivação e os adoecem.

Eu acho que dentro da universidade, a pós-graduação é muito solitária, é um processo muito solitário, diferente da graduação. Não que a graduação não seja, mas a graduação eu acho que [...] na graduação você tem essa questão do companheirismo mesmo, você tem ali seus colegas, que se tornam seus amigos, a sua relação é mais próxima então acaba formando um apoio mesmo, uma rede de apoio. Mas quando você entra pra pós, isso muda, porque você fica totalmente sozinha, assim eu acho que é muito isso, é um processo muito solitário mesmo você vendo algumas pessoas nas disciplinas enfim, a gente acaba, se a gente não tinha tempo na graduação, na pós a gente fica mais sem tempo ainda e tá sempre correndo. [...] é muito diferente da graduação porque você fica totalmente sozinho (Pós-graduanda 2, Mestrado em Ciências Sociais).

Eu tenho algumas poucas colegas que me acompanham desde o início da graduação, salvo isso, considero ser um curso solitário, principalmente porque ingressei durante a pandemia e não pude interagir presencialmente com os demais colegas (Pós-graduanda 65, Mestrado em Ciências Sociais).

Segundo Han (2015), o cansaço da sociedade de desempenho é caracterizado como cansaço solitário que atua individualizando e isolando os indivíduos uns dos outros. No âmbito universitário, o individualismo e competição existente entre os estudantes não possibilita a formação de uma rede de apoio para lidar com as dificuldades emocionais vivenciadas na pós-graduação, por isso muitos acabam experimentando o cansaço solitário. Entretanto quando os estudantes conseguem romper essas barreiras mencionadas, a convivência entre os colegas se torna fundamental, uma rede de apoio e suporte emocional.

A gente forma uma rede de apoio [...] acaba sendo um fator protetivo para saúde mental e foi algo que eu não esperava quando eu ingressei na pós-graduação, achava que eu iria encontrar aquele contexto de competitividade e não foi isso que eu pude perceber até aqui. [...] a gente se ajuda, se a gente tem alguma dúvida, a gente pergunta um ao outro e a gente consegue suporte nesse sentido (Pós-graduanda 1, Doutorado em Psicologia).

Convivência boa, a gente se ajuda muito. A pandemia modificou um pouco essa interação, as conversas com os outros colegas são realizadas majoritariamente por meio de whatsapp. Sinto que o contato com os colegas torna menos difícil essa caminhada (Pós-graduando 55, Mestrado em Ciências Sociais).

Encontrei nos colegas um ótimo lugar para conversar e interagir com quem está passando por um momento semelhante na vida (Pós-graduando 17, Doutorado em Ciências Sociais).

Sinto-me muito bem. Tem sido suportes importantes neste percurso (Pós-graduanda 21, Mestrado em Psicologia).

Fiz um pequeno grupo de amigos que tem sido fundamental para a permanência no programa (Pós-graduanda 45, Mestrado em Psicologia).

Com alguns colegas, eu mantenho uma relação amigável. Tem sido uma fonte de apoio nas dificuldades. Nas aulas, a relação é boa (Pós-graduando 54, Doutorado em Psicologia).

Adoro meus colegas, nossos encontros sempre são divertidos, quando trocamos é um momento de aprendizado e distração, pois estamos todos na mesma situação (Pós-graduanda 60, Mestrado em Ciências Sociais).

Formamos vínculos pelas redes virtuais, nos ajudamos e trocamos informações. Tem sido muito importante esse contato (Pós-graduanda 14, Doutorado em Ciências Sociais).

A formação de vínculos entre os colegas, como os relatos indicam, quando estabelecidas de forma mais profunda, proporcionam não somente auxílio nas dificuldades acadêmicas e mais burocráticas, mas também servem de amparo emocional para que estes possam compartilhar as dores do seu processo de formação enquanto pós-graduandos, de modo a não experimentar o cansaço solitário na vida universitária.

5.4.4 A RELAÇÃO ORIENTADOR-ORIENTANDO

Segundo Garcia da Costa e Nebel (2018), ter uma boa relação com o orientador, permeada pelo diálogo, é um elemento fundamental para a realização de um mestrado ou de um doutorado. Em verdade, em inúmeros casos, a relação entre orientando e orientador é tão próxima, que eles acabam desenvolvendo um vínculo de amizade que permanece para o resto da vida. Todavia, em outros tantos casos, essa pode ser uma relação extremamente conturbada e prejudicial, principalmente para o pós-graduando, já que é ele quem corre o risco de ser desligado do programa, ou de ter a bolsa de estudos cancelada, por exemplo. Os relatos de estudantes queixando-se da sua relação com o orientador são bastante comuns.

Uma dificuldade que eu tive, que foi muito forte no início foi compreender a hierarquia que existe dentro da pós, mais especificamente a hierarquia entre o orientador e o aluno, que eu não tinha isso muito claro. [...] Eu tinha uma ideia que seria uma parceria e que todos os pontos do projeto seriam discutidos e que nós iríamos tomar as decisões conjuntamente, aí depois foi ficando mais claro pra mim de que na maioria das vezes, eu diria até acho que todas as vezes, as decisões elas acabem sendo tomadas mais pelo orientador mesmo e eu tive muita dificuldade de compreender isso, então eu tive um choque porque eu tava com essa ideia de debater, tipo: vamos fazer um método assim e aí vamos escrever isso e quando o orientador deixou claro que não era assim, que era ele que determinava como as coisas iriam ser, isso foi um choque, isso foi uma dificuldade pra mim porque eu queria fazer as coisas

assim mais do meu jeito e eu percebi que não poderia ser dessa forma (Pós-graduanda 1, Doutorado em Psicologia).

Sobre minha orientadora, eu tô no mestrado e pra mim é tudo novo [...] eu não sei, às vezes eu sinto falta dela me orientando com o projeto, eu sinto falta dela me orientando e assim às vezes ela manda mensagem e ela não me dá bom dia, boa tarde, ela não pergunta nem como eu tô, ela manda mensagem falando assim: a gente vai ter uma reunião sobre o programa que ela participa, mas ela não me pergunta como está o projeto, como que tá a pesquisa, ela manda mensagem para fazer determinar coisas, determinadas funções [...] mas eu gostaria que ela também me orientasse sobre o que fazer em relação à pesquisa, eu acho que a gente só teve duas conversas sobre isso. [...] Às vezes eu sinto que ela nem leu a minha pesquisa, não sei, eu queria tá mais focada porque eu não sei nem pra onde ir, tô sendo bem sincera e o que eu tô fazendo é praticamente sozinha (Pós-graduanda 5, Mestrado em Ciências Sociais).

[...] em relação a orientador que é uma relação mais longa, de início eu tive problemas de comunicação no sentido de tipo ele trabalhar de um formato diferente do meu e isso gera muito ruído na comunicação que tem sido também resolvido mas como é uma coisa que é trabalhado ao longo de dois anos e a distância é mais difícil tem sido muito exaustivo, cansativo, confuso e mais difícil do que eu imaginei, não são tão fáceis de resolução [...] e eu tipo, levando em consideração o meu medo a minha resistência a lidar com determinadas coisas, dificultam bastante também a relação. Embora a relação com ele seja boa nos termos de orientação de conversa de estar aberto, a gente pode conversar sobre as coisas [...] é a diferença de perspectiva de metodológica de trabalho mesmo [...] e como meu processo metodológico é diferente, isso gerou muito ruído de comunicação, muito, que a gente tá tentando resolver aos poucos e assim mesmo, ele também tem diferenças teóricas em relação a como ele entende determinadas coisas e eu entendo outras coisas então é ruído em todas as esferas. Ele tenta me entender ele está aberto a entender, mas eu também estou aberto entender [...] mas aí entra a questão da relação do poder né, eu só orientanda dele então eu que tenho que em alguma medida ouvir e deixar ele me orientar [...] que é o processo que é um pouco também problemático da pós né, é isso de alguém que orienta e você tá meio que aqui embaixo né, então não tem muito o que fazer (Pós-graduanda 6, Mestrado em Ciências Sociais).

Olha a minha orientadora, ela é uma pessoa que ela não entra muito nas minhas questões, ela não pergunta muito sobre coisas individuais minhas. Eu já conversei com ela sobre ansiedade né, que eu me sinto ansiosa, mas [...] ela apenas escuta [...] enfim é uma escuta, mas não no sentido de uma escuta sensível, sensibilizada, mas uma escuta que só sabe o que tá acontecendo. [...] Minha relação com ela é um pouco mais distante né, é assim mais de enviar o trabalho, ela me retornar, mas nada muito pessoal não (Pós-graduanda 7, Mestrado em História).

Muitas vezes eu me sinto um pouco tolhida assim, eu tenho um receio de que essa relação hierárquica comece a ter um poder sobre mim de me sentir insuficiente com relação ao meu potencial sabe, porque é como se você não tivesse título você não tivesse nenhuma credibilidade e você fosse só ali alguém que tá engatinhando sabe, e às vezes é mesmo assim, mas é importante também enxergar a potência nisso né. É difícil para mim porque eu já venho de uma construção de profissionalização né, então eu não me sinto mais nesse lugar de quem tá começando, eu sei que eu tô começando na academia agora, mas eu sei também que eu tenho experiência, tenho conhecimentos super relevantes e nem sempre consigo que isso seja levado em consideração.[...]No meu caso eu tenho dois orientadores no caso de coorientação e eu sinto que eu tô no meio de uma batalha de ego, na verdade me parece que um desses lados não quer trabalhar com outro e o que era para ser um trabalho em conjunto acaba sendo separado e eu também não me sinto nem um pouco confortável pra estar no meio disso assim, já houve [...] uma rusga de como se eu tivesse dando mais credibilidade a um orientador do que a outro sabe e eu me sinto extremamente insegura com isso assim porque eu sei que essa relação vai durar por pelo menos mais um ano e que eu, querendo ou não, preciso dessa pessoa do meu lado, eu preciso que ela tenha interesse

em me auxiliar, mas ela não tem cuidado e eu acho que a relação de poder diz justamente disso assim, de quem tem poder não precisa medir as palavras e não tem que estar ali sempre tentando apaziguar a situação (Pós-graduanda 9, Mestrado em Ciências Sociais).

Minha coorientadora foi responsável por alguns dos piores momentos que passei. A qualificação foi dura. Mas os comentários feitos ao capítulo, e a forma distante e ríspida com quem me tratou depois disso terminaram levando ao agravamento da ansiedade. Muito pior, contudo, foi o último ano. A disponibilidade tem sido ainda menor. Os pedidos de reunião com sugestão de data sempre são respondidos com *secura*, e postergados para datas em que a pessoa tenha retornado de férias ou de períodos de afastamento por estafa emocional. Isto, apesar do plano de mudança de tese aprovado pela coorientação, e do pedido de pressa em concluir apesar da dilatação concedida pelo Consuni, ela demonstrou incômodo por receber um rascunho de todos os capítulos para avaliar (Pós-graduando 42, Doutorado em História).

Já caí em descrédito há pelo menos 2 anos por não conseguir desempacar. Nunca senti uma relação de parceria. Sempre senti a hierarquização da relação orientador-orientando falar mais alto. Ele só não quer ter a carreira manchada por uma orientanda ruim. Essa é a sensação que tenho (Pós-graduanda 47, Mestrado em Ciências Sociais).

Nos casos dos pós-graduandos acima relatados, a dificuldade com a hierarquia orientador-orientando ao invés de uma parceria, a falta de suporte e diálogo dos orientadores no que diz respeito ao andamento da tese ou dissertação, as discordâncias metodológicas e o distanciamento do orientador no que se refere ao sofrimento emocional destes, são descontentamentos relatados, conseqüentemente tais situações acabam gerando adoecimentos a esses estudantes que necessitam do apoio e suporte na sua vida acadêmica. A relação com orientador, nesse caso, é um elemento na cadeia de estressores que pode surgir como minimizador ou fomentador do estresse. Ele é uma das poucas pessoas que acompanhará de perto a trajetória do estudante no percurso da pós-graduação (Trzesniak, 2004), podendo assumir, simultaneamente, o papel de principal crítico e/ou de tutor, como também, ser um parceiro no sentido de acolher as demandas que se evidenciam no curso da formação, a fim de auxiliar na elaboração de estratégias de enfrentamento (FARO, 2013, p.58).

A minha relação com a minha orientadora sempre foi muito tranquila assim, acho que o que me manteve na universidade. Eu acho que é fundamental quando você tem um orientador que te apoia, que te ajuda emocionalmente na academia porque você já tá mal e aí você tem um orientador que te bota pra baixo, não tem uma relação boa é horrível porque é isso que eu escuto de alguns colegas. Então assim, eu não tenho o que falar assim da minha orientação porque é uma pessoa que sempre conversa, sempre tá ali e se eu mandar mensagem agora: eu não tô conseguindo escrever, vai tentar me acalmar, vai tentar me ajudar de alguma forma. Então acho que pelo menos isso, a vida me deu muita sorte, eu acho que sou muito privilegiada nesse sentido de ter uma excelente orientadora, não tenho assim críticas a ela, só elogios (Pós-graduanda 2, Mestrado em Ciências Sociais).

Não tenho queixas, [...] pelo contrário ele facilita muitas coisas em matéria de socializar o seu trabalho, entregar as coisas no prazo, ter um bom diálogo com ele, acho que isso também repercutiu muito emocionalmente nesse aspecto final da tese, aspectos positivos né, sentir que você entrega um trabalho ou o capítulo da sua tese e recebe a tempo e em pouco tempo, uma socialização por parte de orientador, isso é muito bom pra você como orientando, sentir que você efetivamente tem um professor

orientador que está te guiando, contribuindo, fazendo umas observações pertinentes com relação a teu trabalho, isso motiva o teu trabalho e emocionalmente é muito positivo receber essa contribuição a tempo (Pós-graduando 3, Doutorado em Ciências Sociais).

Ela é uma pessoa que incentiva muito sabe, quando eu tô pensando assim: ai meu deus eu não consigo, ela fala: é claro que você consegue menina, sabe, ela é esse tipo de pessoa, ela é muito incrível, de incentivar mesmo a gente, ela não só me orienta. [...] ela consegue fazer funcionar, ela é empática, ela é incrível, é uma pessoa que incentiva, ela me incentivou muito a me inscrever [no mestrado] [...] ela é muito boa, literalmente orienta né porque esse é o trabalho do orientador, orientar (Pós-graduando 67, Mestrado em Ciência Política).

A relação com o orientador pode ser o que mantém o aluno na pós diante das dificuldades! Assim é a minha experiência com minha orientadora, ela de fato orienta! Ela se coloca como uma tutora no nosso processo de formação, futuros doutores e mestres, além de sempre surgir como um exemplo a ser seguido (Pós-graduanda 51, Doutorado em Psicologia).

Os relatos apresentados, permitem perceber que a boa relação com o orientador é fundamental para a vida acadêmica e emocional dos pós-graduandos, servindo como um incentivo e suporte acadêmico e emocional no decorrer das suas trajetórias. Louzada e Silva Filho (2002), acrescentam que o apoio recebido do orientador, da instituição ou de profissionais, é essencial no enfrentamento do estresse acadêmico.

Santos (2015) apresenta a partir dos resultados de seus estudos sobre esta relação orientador-orientando que a visão positiva e satisfação com a relação estabelecida com os orientadores, se relaciona às características e comportamentos como disposição para ajudar, compreensão, generosidade e preocupação com o bem-estar físico, psicológico e profissional dos estudantes. Outra característica que parece estar relacionada a uma percepção positiva do orientando sobre o orientador é o fato de o último conhecer em profundidade o campo em que atua, se envolver com a atividade de pesquisa e auxiliar os pós-graduandos a se tornarem pesquisadores. Há evidências de que a influência mais relevante na satisfação do estudante com o orientador é quando esse contempla as expectativas do orientando ligadas à dimensão acadêmica ao ensiná-lo ou ajudá-lo na escrita de artigos, na elaboração da dissertação ou da tese, na proposição de pesquisas éticas, no desenvolvimento de revisões da literatura, na análise dos dados e na administração da execução de um projeto de pesquisa (IVES & ROWLEY, 2005; ZHAO ET AL.. 2007; MCCALLIN & NAYAR, 2012 apud SANTOS, 2015).

Outrossim, segundo Santos (2015) alguns participantes que não percebiam os seus orientadores dispostos a auxiliá-los academicamente e acreditavam que esses faziam cobranças incisivas é uma visão que parece se relacionar com o estabelecimento de uma relação insatisfatória entre orientador e orientando, o que dificulta a adaptação à pós-graduação e faz com que os mestrandos pensem em desistir de concluir o curso. Portanto, a visão (positiva ou

negativa) que os orientandos apresentam a respeito dos atributos pessoais e dos estilos comportamentais de seus orientadores influencia na natureza da relação estabelecida (satisfatória ou insatisfatória) entre eles. A pesquisa de Santos se assemelha aos resultados aqui obtidos e chama a atenção de como tais aspectos estão diretamente relacionados a visão que os pós-graduandos possuem dos seus orientadores. Outrossim, cabe destacar a importância que o orientador possui na vida do estudante e na sua trajetória acadêmica, influenciando ou não a permanência, o surgimento de fatores estressores e de sofrimentos emocionais.

Para Chou et al. (2013), um suporte social satisfatório pode agir como fator de proteção aos indivíduos, ao passo que uma rede escassa leva muitas vezes a sofrimento e estigmatização em meio ao contexto social, desvalorizando a pessoa. Ressalta-se então a importância do suporte social aos estudantes de pós-graduação, não somente para executarem com êxito suas atividades, mas em especial pela importância da manutenção da saúde e qualidade de vida dos mesmos em âmbito acadêmico (ZOTESSO, 2021, p. 34). A presença de suporte social saudável pode interferir positivamente em variados contextos e momentos da vida dos indivíduos. No ambiente universitário o número de elementos que formam a rede de suporte social dos estudantes, e a satisfação percebida pelo apoio, influenciam nos níveis de adaptação pessoal e emocional dos estudantes (OLIVEIRA & DIAS, 2014; PEREIRA, 2010; TOMÁS, FERREIRA, ARAÚJO, & ALMEIDA, 2015 apud SOUZA, 2017).

O grupo relativo à supervisão ou suporte acadêmico envolve não apenas a qualidade da relação com o orientador, mas também a disponibilidade de suporte de outros colegas ou professores. Acerca disso, a literatura aponta que quanto melhor o suporte disponível e a relação com o orientador, com outros professores e pares, melhor o bem-estar e o desempenho do estudante e menor a probabilidade de adocimento e de desistência ou abandono do curso (COSTA; NEBEL, 2018; GRANER; CERQUEIRA, 2019; JUNG et al., 2020; MINAYO, 2019; ROSLAN et al., 2017; SILVA; BARDAGI, 2015 apud DA SILVA PRADO; DE LUCAS FREITAS, 2022).

Sendo assim, os relacionamentos interpessoais desenvolvidos no âmbito da pós-graduação, mais especificamente, aqui relacionados a instituição, professores, colegas e orientadores são fatores de permanência fundamentais para os pesquisadores em formação, constituindo-se como fontes de incentivo, redes de apoio e suporte emocional, entretanto quando esses relacionamentos não são satisfatórios, bem como constatamos em alguns relatos acima, a qualidade de vida do estudante de pós-graduação fica prejudicada em termos acadêmicos e emocionais, por isso, cabe refletir quais modelos de relações estão sendo incentivadas e os impactos para a vida do pós-graduando.

5.5 O PROCESSO DE ESCRITA DA TESE OU DISSERTAÇÃO

O processo de escrita da tese ou dissertação também se constitui como um processo doloroso para os pós-graduandos. Tal tarefa, que é tomada como responsabilidade do início ao fim da pós-graduação, compõe uma prática que constitui um dos grandes ritos de passagem do graduado para o alcance do título de mestre ou de doutor (BRAMBILA, 2019). Entretanto, a relação com a escrita, a diminuição do tempo de titulação e as pressões sofridas contribuem para que o estudante desenvolva sofrimentos emocionais durante esse processo.

Escrever acho que é a principal dificuldade assim, lidar com as minhas frustrações também porque quando você senta pra escrever, parece que você se bloqueia, você tem um bloqueio aí. O maior desafio da pós é esse, conseguir lidar com você mesma e com a sua escrita, porque as matérias te ocupam muito, mas elas passam, você termina, você conclui, mas o seu trabalho de pesquisa é do início ao fim, então é lidar com a escrita consigo mesmo, acho que a minha maior dificuldade é lidar com as minhas crises de ansiedade, de ser minha própria crítica, de olhar meu trabalho e tá o tempo todo dizendo, não tá bom, não tá prestando, horrível, me autossabotando o tempo todo, acho que minha maior dificuldade da pós é essa sabotagem (Pós-graduanda 2, Mestrado em Ciências Sociais).

“Não tenho tempo para escrever”. “Todos sabem escrever, menos eu”. “Quando lerem o que escrevi, todos saberão que sou uma farsa”. Esses são alguns dos pensamentos compartilhados entre pesquisadores e pesquisadoras, das mais distintas áreas do conhecimento, perante a temida página em branco sempre a lembrá-los daquilo que por mais um dia não fizeram com conforto e satisfação: escrever. Somam-se àqueles pensamentos a ansiedade, a tristeza, a raiva, o medo, a frustração, a vergonha, a culpa, entre outras emoções e sentimentos vivenciados cotidianamente por aqueles que se veem assombrados pelo chamado bloqueio da escrita. Esse quadro, mais comum do que o imaginado e menos admitido do que o necessário, sugere que a capacidade de escrever uma monografia, uma dissertação, uma tese, um artigo ou um livro não resulta apenas do domínio e da aplicação de regras formais da escrita, mas também daquilo que sentimos e pensamos sobre nós mesmos como escritoras e escritores acadêmicos (CRUZ, 2020). Os mestrandos e doutorandos relatam como esse processo de relação com a escrita do trabalho final produz uma série de fatores estressores que acarretam em impactos emocionais:

Nos dois primeiros anos acho que a maioria de nós do doutorado, a gente centra atenção nas disciplinas, ali nos requisitos que são obrigatórios e disciplinas optativas e acredito que nos últimos dois anos a pessoa já centra um pouco mais de atenção no desenvolvimento da tese propriamente, trabalho de campo, leitura mais rigorosa, escrita, preocupação com a qualificação, posteriormente com a defesa. Acho que nesses dois momentos a qualificação e a defesa é onde mais requer um pouco mais de estrutura nas suas emoções né, de cansaço, esgotamento, estresse, terminar logo, fazer algo bem feito (Pós-graduando 3, Doutorado em Ciências Sociais).

É o sentimento de angústia e de chorar mesmo, eu não era uma pessoa tão assim de chorar principalmente na frente de ninguém, então eu ultimamente até pegando ônibus

eu tô chorando [...] então acho que eu ligo diretamente a minha dissertação, a minha escrita. Quando eu não consigo escrever alguma coisa eu começo a chorar, então é isso assim o processo de angústia e o meu choro [...] é um choro de eu preciso chorar porque eu tô me sentindo mal, então vai pelo choro. Crises de ansiedade, não conseguir dormir, tá ansiosa o tempo todo, se sentindo ansiosa o tempo todo por causa do mestrado, eu tenho que acabar, eu tenho que terminar logo, eu preciso terminar e também, eu acho que principalmente agora, eu me sinto mal por estar mal. Eu acho que meu choro reflete muito isso [...] eu tô num período de bloqueio de escrita então tudo que eu escrevo, eu apago, eu não consigo continuar. Ou então você vai ver qualquer coisa na internet, tem a fuga também, você tá aqui escrevendo ou tentando escrever, olhando o computador lá uma hora sem conseguir escrever uma palavra e aí você abre outra aba e começa a ver várias outras coisas que não tem nada a ver com a dissertação, pra poder fugir (Pós-graduanda 2, Mestrado em Ciências Sociais).

Eu acho que na parte das disciplinas porque eu não cursei só disciplinas na UFBA, tipo eu cursei disciplinas como ouvinte [...] aí eu cursei disciplinas em outros cantos, então tipo parece que aflorou um monte de canais, um monte de abertura de canais possíveis de pensamento e modos de operar com o que eu gostaria na minha dissertação, mas esses canais não foram sendo trabalhados adequadamente para que eu pudesse conseguir focar a energia porque como eu disse meu orientador não trabalha [metodologicamente da mesma forma], então me deixou imobilizada durante um tempo porque eu não sabia como agir em relação a dissertação então isso tem sido muito difícil assim, ênfase no muito, muito complicado conseguir pensar e seguir a linha de raciocínio do meu orientador ou tentar filtrar também de acordo com as minhas leituras, as minhas coisas, o que eu acho importante independente de orientador [...] filtrar e percorrer um caminho que seja um pouco meu também sabe de pesquisa e isso tem sido muito difícil, eu tive várias crises de pânico, duas ou três, ansiedade também, tipo fiquei ansiosa por vários meses, também tive crise depressiva logo após a crise de pânico [...] e tem sido muito difícil, muito difícil, muito mais difícil que eu imaginei. [...] completamente diferente do que imaginei [...] fazia tempo que eu não tinha crises de bulimia, voltei a ter agora nesses últimos meses e isso mesmo tomando remédio, que eu tomo remédio, então tá sendo bem pesado. [...] tudo isso decorre desse processo de imobilização que eu tô sentindo tipo de não conseguir me mover ou de não saber para onde mover [...] são tantas questões, é uma confusão tão grande na minha cabeça que eu acho que eu não consigo filtrar isso direito, eu não consigo filtrar então isso vai aparecendo no meu corpo. É assim que eu leio o processo com a dissertação, como a dissertação não sai, outras coisas saem (Pós-graduanda 6, Mestrado em Ciências Sociais).

Total descrença na minha capacidade de terminar a dissertação, crises de ansiedade, enxaqueca, depressão, crises de diarreia sempre q tento reler aquilo que já escrevi e retomar a escrita (Pós-graduanda 47, Mestrado em Ciências Sociais)

Outro aspecto relacionado ao ato da escrita está na solidão vivenciada. Garcia da Costa e Nebel (2018) apontam que uma queixa comum apresentada por muitos pós-graduandos, especialmente é a falta de interlocução. Geralmente, os estudantes concluem as disciplinas – momento em que mantêm uma rotina mais próxima com os colegas – logo no primeiro ou no segundo ano de curso, ficando os anos restantes dedicados à realização e a elaboração da pesquisa. Muitos desses estudantes não têm com quem dialogar sobre os problemas/dificuldades enfrentados e esse isolamento intelectual pode causar enorme frustração e até mesmo ansiedade nos pós-graduandos. Ter uma interlocução acerca dos problemas teóricos ou metodológicos da pesquisa, sobre os obstáculos encontrados no percurso acadêmico, ou sobre as expectativas, preocupações ou dificuldades, em geral, é de suma

importância, podendo evitar, por exemplo, o agravamento de crises de ansiedade. Tal aspecto é relato entre os estudantes:

Eu acho que a minha dificuldade hoje no doutorado também né, como eu falei no início tá relacionada a esse afastamento né, tô muito afastado da academia e acabo que eu tô vivendo outras coisas e aí quando eu encontro pessoas da academia, eu acabo tendo aquela sensação de: essa pessoa fala a mesma língua que eu também né, nesse sentido aqui e me dá um ânimo mais para escrever para pensar para trocar ideia né [...] enfim passar referência da dicas acho que isso, essa falta de convivência com a academia dificultou no meu trabalho (Pós-graduanda 4, Doutorado em Ciências Sociais).

Então, me sinto muito solitária né, para mim um processo muito solitário, eu me sinto muito solta, eu não sei se eu tô fazendo um trabalho bom, eu não sinto que o que eu tô fazendo algo relevante e às vezes parece que tô falando comigo mesma, só com os meus, eu queria que ter oportunidade de circular o que eu tenho até então pronto (Pós-graduanda 7, Mestrado em História).

A pós-graduação é muito solitária, a gente tem que fazer um trabalho de pesquisa sozinha e o ser humano não vive bem sozinho, é preciso sempre que haja acolhimento. Os orientadores nem sempre tem disponibilidade para nos ouvir mesmo em relação a pesquisa, também porque são muito atarefados. [...] Me sentia bem quando cursava as disciplinas, porque eram momentos em que compartilhávamos nossos conhecimentos em sala de aula, estávamos juntos. A pesquisa é bem mais solitária. [...] É preciso que se repense o formato, a competitividade, o individualismo, a solidão que é pesquisar e escrever uma tese e dissertação (Pós-graduanda 46, Doutorado em História).

O contexto de pandemia da COVID-19, trouxe um período de muitas incertezas para os pós-graduandos, principalmente no que se refere ao andamento ou continuidade das suas pesquisas na medida em que muitas foram interrompidas, principalmente pela dificuldade de ir a campo, o que contribuiu para o agravamento do bloqueio e solidão no processo da escrita e intensificando o sofrimento emocional destes:

Eu me sinto menos focada, na tese e na academia do que nas outras coisas. Na pandemia a gente uma série de preocupações, muito mais preocupações e isso acaba afetando mais a nossa relação com a pós. [...] eu tô muito mais preocupada agora com o bem estar da minha família e com a saúde, com a minha e com a da minha família e também com a questão financeira do que antes [...] estar na pós nesse contexto de pandemia é diferente nesse sentido, você tem uma quantidade maior de estressores, de questões e de preocupações e de preocupação com o social também e até de incertezas [...] é diferente nesse sentido de não ter muita clareza de quando as coisas vão acontecer. [...] Antes da pandemia as coisas estavam mais definidas. (Pós-graduanda 1, Doutorado em Psicologia).

Eu acho que a pandemia ela atrapalhou muitas pesquisas, inclusive a minha e eu acho que atrapalhou e agravou alguns sentimentos. Eu acho que tá tudo tão à flor da pele assim, tudo tão grande então acho que o lance de eu chorar veio depois da pandemia assim com a minha dissertação, antes eu tinha esses momentos de crise, mas depois passava e eu continuava. Eu acho que com a pandemia essas coisas ficaram muito maiores assim, os sentimentos tiveram uma lente de aumento né, então você sente tudo parecendo que é intenso demais, o choro, as crises, é muito maior do que era antes, eu tenho essa impressão. E aí eu estou nesse momento de alguém me pergunta da minha dissertação, eu quero chorar assim, que eu olho pra minha dissertação dá vontade de tocar fogo, jogar no lixo então é um momento de crise muito grande para mim a minha dissertação nesse momento, e aí eu tô me forçando a voltar, eu parei esse tempo, eu tive esse bloqueio com a minha dissertação e aí eu tô tentando voltar

na marra, me forçando assim mesmo que eu escreva nada, mas eu tô sempre relendo o que eu já escrevi, fazendo alguma coisa [...] a pandemia ampliou esses sentimentos e atrapalhou, travou muitas pesquisas e é isso, eu tive esse problema assim, atrapalhou algumas coisas da minha pesquisa porque eu pretendia voltar a campo para ver mais algumas coisas que eu queria ver, porque eu fiz o campo, assim eu fiz o campo e aí começou a pandemia, tipo a minha sorte foi essa, eu fiz um pouco do campo e aí eu transcrevi as entrevistas, eu fiz a qualificação e aí algumas questões da minha pesquisa foram surgindo na escrita e aí eu queria voltar para rever essas coisas só que não foi possível voltar porque o [campo] tá fechado para visita, para pesquisa, não pode por causa do covid e aí você tem que reprogramar, tem que repensar o que você vai fazer com seu trabalho se você não tem mais o campo ali para pesquisar, então tem essa questão e tem a questão que os sentimentos foram aumentados assim tudo foi transformado em maior (Pós-graduanda 2, Mestrado em Ciências Sociais).

Eu posso falar um pouco do final da tese né, com relação a isso tem sido difícil, tenso, ansiedade por entregar logo porque a tese é um dos trabalhos que obviamente requer mais dedicação né, mexe muito com aspectos de ansiedade de querer você terminar logo, algo bem feito e ainda mais essa sensação se incrementa no tempo da pandemia. Acho que seria bem diferente não estando na pandemia do que no contexto de pandemia [...] para mim foi um pouco difícil no princípio, nos primeiros meses da pandemia não estava mexendo nada na tese e eram os dois últimos anos do doutorado (Pós-graduando 3, Doutorado em Ciências Sociais).

Quando a gente entrou em 2020 né, veio a pandemia, eu passei praticamente o ano de 2020 todo sem produzir, assim só participando de congresso, mas a escrita em si ficou muito comprometida por conta de dificuldade de concentração, mas também porque eu acredito que tenha desenvolvido um pouco de ansiedade durante esse período. No início da pandemia tive algumas crises de ansiedade, durante também né, algumas mais espaçadas assim, no início foi pior, e isso comprometeu bastante né a minha escrita [...] daí é o ano que eu tô tendo que correr mais atrás né, acabou que o mestrado vai se estender por três anos e isso ainda me deixa muito estressada, ainda me deixa muito ansiosa [...] e o processo de escrita tem se arrastado, tem dias são mais produtivos, tem dias que não muito. Minha orientadora entende um pouco da questão, está um pouco atenta, mas também tem que cumprir o papel de orientadora né, que também é puxar por conta dos prazos e o programa não sei se tem conhecimento sobre essas questões né, sobre o que os estudantes passam durante o processo de escrita por conta também de distanciamento físico né. Todo mundo tá com muitas demandas, muitas questões. [...] Acho que vergonha é uma palavra que define bastante assim, porque eu esperava que eu terminaria o trabalho no prazo, não consegui, tá arrastando até agora então eu sinto um pouco de vergonha em relação ao que os outros pensam em relação a isso, ao que eu mesmo penso de mim né, me sinto um pouco frustrada também, tento entender que o meu tempo tem sido diferente por conta das minhas questões, mas é muito difícil perceber isso às vezes, então isso me trava um pouco também (Pós-graduanda 7, Mestrado em História).

Atualmente estou afastada do trabalho para estudos com remuneração proveniente deste vínculo. No entanto desde que a pandemia se agravou e vi a dificuldade em escrever e em cumprir o cronograma do projeto tenho tido crises de ansiedade mais sérias q o comum, com receio de que minha situação no trabalho seja afetada pelo não cumprimentos dos prazos, uma vez que o período de afastamento está chegando ao fim e legalmente eu deveria retornar ao trabalho com a tese concluída, defendida e aprovada. [...] Ano passado eu travei a escrita por meses. Não conseguia escrever nada. Ou nada aproveitável pelo menos. Isso me causou muito estresse e ansiedade porque faltava pouco para eu qualificar, mas esse pouco se transformou em um grande obstáculo. As mudanças que precisaria fazer na pesquisa de campo em virtude do distanciamento, a incerteza sobre quanto tempo duraria o estado de coisas... Tudo isso me deixou bastante aflita (Pós-graduanda 16, Doutorado em Ciências Sociais).

É um momento complicado e de incertezas provocado pela pandemia misturado com as angústias provocada pela pós e a escrita. Me sinto angustiada, ansiosa e preocupada (Pós-graduanda 10, Mestrado em Ciências Sociais).

Eu me sabotei demais, as incertezas e tristezas em relação à tantas perdas, a distância das pessoas que amo, solidão e tantas outras dores dificultaram o meu processo criativo, tive muito problema de concentração desde o início do doutorado o que foi agravado na pandemia (Pós-graduanda 46, Doutorado em História).

O andamento da pesquisa e da escrita foi diretamente afetado. Fiquei por muito tempo com a escrita paralisada e ao retomar não tenho conseguido voltar ao ritmo anterior (Pós-graduando 48, Mestrado em Ciências Sociais).

A certa altura, durante a pandemia, passei a sofrer com crises de ansiedade em função das dificuldades com a escrita da minha tese (Pós-graduando 42, Doutorado em História).

Atrasada, angustiada porque boa parte da busca das fontes dependeu e depende do funcionamento do Arquivo Público, e este se manteve fechado primeiro por obras de reparo, depois pela Pandemia (Pós-graduanda 44, Doutorado em História).

Estagnado! Gostaria de já ter terminado a coleta de dados, mas tive que adaptar o projeto para o ambiente virtual e isso gerou mais desgaste e espera (Pós-graduando 54, Doutorado em Psicologia).

Conforme percebido nos relatos, o processo de escrita da tese ou dissertação entre os pós-graduandos é de fato um processo muito difícil, doloroso, solitário e adoeedor. Todavia, acrescido a isso, a pressão e sofrimentos se intensificam nos momentos que antecedem a defesa, bem como o próprio processo de defesa. De acordo com Garcia da Costa e Nebel (2018), os últimos meses e dias que antecedem a defesa talvez sejam os mais angustiantes e doloridos em toda a vida acadêmica de um universitário. Este é o momento em que a pesquisa precisa ser concluída, e a escrita do texto finalizada. É o instante em que se faz a revisão da interminável lista de gráficos, tabelas, quadros, ilustrações, siglas e abreviaturas; que se organiza o sumário; que se faz as últimas adequações às normas da ABNT ou do programa. É o momento também em que se deve fazer uma revisão textual pormenorizada, o que pode demandar várias leituras do texto.

Além disso, para eles, o pós-graduando tem de organizar ainda sua apresentação, sendo que deve sintetizar uma pesquisa que durou anos em uma fala que geralmente dura em torno de 30 minutos. Com efeito, nos últimos dias/ meses antes da defesa, é necessário manter uma rotina exaustiva de trabalho, com várias horas diárias dedicadas em frente ao computador à leitura e à escrita. Outrossim, declaram que se já não bastasse todo esse estresse psicológico, há também a preocupação com a defesa em si. Tratando-se de um evento público, a defesa é o principal ritual existente no ciclo de pós-graduação, e talvez o momento mais importante na vida acadêmica de um estudante. Esse momento, no entanto, pode vir a se tornar um acontecimento

totalmente constrangedor e humilhante para o pós-graduando, dependendo dos comentários feitos pelos membros da banca.

O processo exaustivo vivido durante toda a trajetória universitária, somado ao cansaço dos momentos finais para a conclusão de curso, bem como da defesa, pressupõem um nível de estresse muito grande que, para alguns estudantes que sofrem repercussões emocionais da vida acadêmica, pode se tornar insuportável devido a dureza das críticas. Recentemente, no ano de 2022, um estudante de graduação tirou a própria vida durante sua apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso. Conforme a rede de notícias Pragmatismo (2022), de acordo com relatos de colegas e familiares, o graduando, foi extremamente humilhado por uma professora da banca avaliadora enquanto apresentava o TCC. A professora teria feito “duras críticas” e “desmereceu toda a carreira acadêmica” do jovem. Outrossim, testemunhas declaram que o estudante não teria sequer esperado o último avaliador começar a falar, desligou o computador e se jogou do prédio onde morava.

Desde o processo de seleção, até o momento da defesa, os estudantes universitários, aqui mais especificamente voltados a pós-graduação, convivem com diversos fatores estressores no cotidiano acadêmico, com o processo de escrita do trabalho e os momentos finais antes e em torno da defesa, as pressões e sofrimentos emocionais, não seriam diferentes. Há uma grande pressão em torno desse momento vivenciado pelo estudante que, por muitas vezes é um percurso permeado por cobranças e autocobranças exacerbadas e ao mesmo tempo frustrante e de quebra de expectativas por questões referentes a dificuldades de escrita e prazos curtos no que diz respeito ao seu “produto” final. É importante pensar em maneiras de tornar a escrita um processo coletivo envolvendo mais os discentes, docentes e orientadores, amenizando ou rompendo com a solidão e o sofrimento emocional desse processo, bem como tornando o momento da defesa, não uma ocasião de “ataque” ao estudante, minando sua trajetória acadêmica e de pesquisa, mas um espaço de críticas construtivas saudáveis e aperfeiçoamento do seu trabalho final.

5.6 OS IMPACTOS DO SOFRIMENTO EMOCIONAL DOS PÓS-GRADUANDOS NA VIDA SOCIAL

O sofrimento emocional vivenciado pelos pós-graduandos, entretanto, tem repercussões em suas vidas sociais, inclusive no relacionamento com familiares, amigos e parceiros, de acordo com os relatos:

Afeta muito [...] eu ficava assim muito isolada fazendo as coisas, sem participar muito dos eventos, sem sair, sem assistir coisas, sem fazer coisas pra me divertir, sem ver minha família, sem ver meus amigos, sem me relacionar romanticamente aí me afetava muito. [...] vem aquele sentimento de culpa quando você tá fazendo algo que não é relacionado a pós. Agora, eu tenho que me dedicar a um capítulo para escrever, mas eu fico pensando: hoje é sábado, aí eu poderia sair, mais eu tenho um capítulo pra fazer, eu poderia assistir alguma coisa ou eu poderia passar mais tempo com meu namorado, ou eu poderia visitar a minha sobrinha, mas eu tenho um capítulo para fazer, eu poderia me dedicar mais ao curso que eu tô querendo ministrar, mas tenho capítulo pra fazer, tem as coisas pra fazer do doc e aí acaba afetando que eu me sinto culpada. [...] E as vezes até quando a gente faz alguma coisa, a gente não tá inteiramente ali, porque vem os pensamentos relacionados aquela demanda que você precisa cumprir da pós-graduação (Pós-graduanda 1, Doutorado em Psicologia).

Eu consegui um novo trabalho na semana passada e durante a primeira semana toda eu percebi que eu não tava conseguindo ficar feliz, eu não estava me sentindo feliz com isso e foi uma ótima conquista assim. Foi algo que eu desejei muito que acontecesse e quando aconteceu eu não tava bem e depois de um tempo eu fui perceber que eu não tava bem porque tinha ali uma voz na minha cabeça dizendo que eu não tava estudando e essa voz sempre tá na minha cabeça dizendo que eu não tô estudando e eu faço inúmeros cronogramas e eu não cumpro os cronogramas, e isso me deixa cada vez mais ansiosa e eu não tenho tempo. [...] A pós-graduação é um trabalho eterno, então não existe sentimento de férias, não existe sentimento de dever cumprido até terminar. Eu também nem sei se existe quando terminar porque a depender de como terminar você pode estar se sentindo mal porque não fez um trabalho, o trabalho que você queria ou porque não emendou no doutorado ou porque já tem que pensar do doutorado, mal termina o mestrado e já tem que fazer seleção pra doutorado, então impacta, impacta muito (Pós-graduanda 9, Mestrado em Ciências Sociais).

Não consigo me divertir plenamente e nem realizar atividades quaisquer sem a sensação de culpa e de perda de tempo que deveria ser dedicado à tese (Pós-graduanda 56, Doutorado em História).

Não me permito certas "folgas" por culpa, medo de não estar me dedicando tanto quanto deveria (Pós-graduanda 11, Mestrado em Ciências Sociais).

A culpa, na visão de Giddens (2002), é uma ansiedade produzida pelo temor da transgressão, ou seja, corresponde a coisas feitas ou não feitas. Para ele, a culpa se constitui como uma ansiedade privada e afeta aspectos da auto identidade em maior quantidade que a vergonha na medida em que é a ansiedade por não ter sido capaz de satisfazer alguns imperativos morais durante o processo de conduta pessoal. Os pós-graduandos, por conta dessa lógica produtivista pautada nas leis de mercado, sentem que precisam estar sempre produzindo. O ócio, o lazer e o tempo com a família, amigos e companheiros, ou fica prejudicado em prol da produtividade acadêmica ou o sentimento de culpa nos momentos de lazer, impera sobre seus pensamentos de modo a não estar de forma integral em outros ambientes não acadêmicos.

Esse conflito pela necessidade de produzir, internalizada nas subjetividades, bem como a dificuldade de estar em outros espaços em sua inteireza leva os estudantes a negligenciarem desejos e dimensões pessoais, até mesmo de aspectos referentes a saúde, bem como a tensões

entre aqueles nos quais se convive diariamente ou o isolamento da convivência de seus ciclos sociais, na medida em que estes se sentem incompreendidos nesses outros espaços.

Primeiro porque eu só ando agora chorando por causa da pós ne? Agora não, desde que entrei eu só vivo mal por causa da pós e na minha vida pessoal é assim, as vezes deixar de fazer certas coisas porque eu tenho que virar a noite e no outro dia tá cansada, no outro dia tá irritada porque quando você não dorme muito, quando você tá estressada com as coisas você acaba ficando irritada, você acaba descontando nas pessoas que tá perto de você. Então você acaba deixando de ter certas relações assim porque o medo de descontar tudo né, por tá irritada com a sua dissertação. Eu sou muito assim, de se eu não dormir direito por causa da dissertação, se eu não conseguir escrever as coisas, ou eu tô chorando ou eu tô extremamente irritada e aí eu acabo brigando com quem tiver perto de mim porque eu tô irritada, porque eu não consigo produzir, eu não consigo fazer o que eu quero fazer da pós-graduação e aí eu as vezes prefiro ficar só, na minha, é melhor do que ficar brigando, tá irritada com todo mundo. Então eu acho que prejudica muito assim, justamente minha vida pessoal. Às vezes eu deixo de fazer algumas coisas porque eu preciso estudar, preciso tenta escrever alguma coisa e aí quando eu não consigo escrever, estudar, o que eu queria fazer não sai como eu quero, aí acabo descontando em quem tá do meu lado, desabando em quem tá do meu lado. Aí quem tá do meu lado acha que eu tô com sérios problemas porque ou eu tô chorando ou eu tô irritada (Pós-graduanda 2, Mestrado em Ciências Sociais).

Eu acho que eu fiquei mais antissocial, fiquei mais focado nos estudos então eu parei de sair, eu controlei mais o lazer [...] mas não tenho mais tempo como eu tinha antes para cuidar da família, para cuidar dos amigos. [...] E também nem todos os meus amigos entendem quando dizia que eu estaria mais ocupada (Pós-graduanda 5, Mestrado em Ciências Sociais).

Afetou com minha família, ficou muito pior [...] eu vivo mais estressada muito mais ansiosa, muito mais deprimida, choro muito mais, então isso gera muito mais problemas com as pessoas com que eu me relaciono amigos, namorado, com meus pais [...] no meu ciclo de amigos em alguma medida é bom porque eu tenho uma amiga também que passou pela pós, teve uma péssima experiência então é ótimo porque eu tenho com quem reclamar (Pós-graduanda 6, Mestrado em Ciências Sociais).

Então eu fico muito sensível né por conta de tá com a saúde mental afetada, então muitas vezes eu não quero, eu me isolo né, não quero conversar sobre o assunto. Eu me isolo, eu fico muito sensível, muito chorosa, muito reclamona também, reclamo bastante. Minha mãe é uma pessoa que entende um pouco do que eu faço, meu companheiro também [...] mas a minha mãe ainda exige de mim que eu esteja em outras frentes como por exemplo trabalho doméstico né, que eu esteja presente também nessas tarefas e muitas vezes eu não consigo dar conta então tem esse estresse também por conta da não compreensão de que é um trabalho (Pós-graduanda 7, Mestrado em História).

Eu não moro com minha família então eu não tenho tempo para ver minha família, eu não tenho tempo pra ver meus amigos pessoais, minhas amigas, porque quando eu não estou trabalhando, eu tô estudando, quando eu não tô estudando, eu tô sofrendo porque eu deveria estar estudando e aí também não consigo ficar confortável né, com fato de não estar fazendo nada ou de tá só me divertindo e até quando eu tô de férias, eu tô sentindo isso porque a pós-graduação tem essa coisa de ser um trabalho contínuo né, diferente da graduação (Pós-graduanda 9, Mestrado em Ciências Sociais).

Dificuldade de fazer a manutenção dos relacionamentos afetivos... vivo sumindo, me isolando porque as pessoas sempre vão perguntar pela pós e isso me dá ânsia de vômito, suor frio, dor de barriga, um grande sentimento de raiva e tenho medo de perder o controle, então, evito contatos (Pós-graduanda 47, Mestrado em Ciências Sociais).

Me sentia muito estressada e esgotada por conta da autocobrança em relação a tese, isso me tornou mais grosseira e irritadiça com o meu atual esposo, nosso relacionamento viveu um momento de desgaste e eu não percebi, ele se afastou muito de mim, quando vi já era tarde demais, mas eu estava bem imersa na dor de não ter concluído a tese e em outras dores que carrego que não me dei conta (Pós-graduanda 46, Doutorado em História).

É difícil manter a vida social trabalhando e estudando, pois os tempos livres do trabalho se tornam horários de dedicação a pesquisa, isso nos afasta dos amigos e da família. Como me sinto o tempo todo angustiada isso afeta meu relacionamento com os mais próximos, me sinto o tempo todo culpada caso faça algo que no tempo livre que não esteja atrelado a pesquisa (Pós-graduanda 10, Mestrado em Ciências Sociais).

Tenho adiado a maternidade em virtude da constatação de que eu não daria conta de viver essa dimensão da vida em concorrência com a pós graduação, tenho negligenciado minha saúde física e afetivamente sinto que fico constantemente indisponível para minha família (Pós-graduanda 16, Doutorado em Ciências Sociais).

Quando socializo ou busco me divertir, faço isso com muita culpa, o que acaba não gerando diversão e sim mal estar. E meu esposo reclama por sentir falta de momentos de lazer, mas eu não consigo me dedicar a esses momentos pela culpa (Pós-graduanda 53, Doutorado em História).

Impactos totais, pois demandou diminuição ou corte de contato com amigos e familiares para atender as demandas da pós graduação, aumentando os sentimentos de isolamento e intensificando humores depressivos ao extremo (Pós-graduando 50, Mestrado em História).

Não tem como não impactar, a pressão psicológica que nos força a produzir conhecimento escrito academia nos distancia em certa medida daqueles que de fato são importantes e necessário em minha vida (Pós-graduanda 34, Doutorado em História).

Eu sinto como se eu tivesse que abrir mão de outras áreas da minha vida para viver em função exclusiva do mestrado. Então eu acabo me privando de outros aspectos da vida social (Pós-graduanda 65, Mestrado em Ciências Sociais).

Não tenho encontrado tempo para me dedicar à vida pessoal, muito menos reservar um tempo para às pessoas que estão próximas a mim (Pós-graduando 48, Mestrado em Ciências Sociais).

Irritabilidade, ansiedade, angústia, estresse, culpa e vergonha, frustração, desânimo, medo e vontade de chorar são só alguns dos diversos sofrimentos emocionais indicados pelos pós-graduandos durante o seu processo de formação, sintomas esses que acabam afetando seus relacionamentos sociais, prejudicando-os ou reverberando em agravamentos na sua saúde mental, bem como em somatizações.

O sono ele não é mais não é o mesmo, ele mudou muito, eu fiquei mais ansiosa, muito mais, eu não era ansiosa fiquei. Começou a aparecer umas coisas na minha sobrancelha que começou descascar mesmo e fui no médico e eu descobri que era ansiedade, eu não tinha né e aí eu percebi que quando eu tô muito ansiosa a sobrancelha, a sobrancelha começa a descascar. O sono nunca mais voltou como era, quando a minha orientadora ela manda uma mensagem, o coração acelera e eu nunca tive isso então é algo novo que ainda tô tentando conciliar. Nos finais de semestre eu fico mais pressionada para entregar os trabalhos e isso afeta a alimentação, eu fico

desmotivada para fazer outras coisas, fico antissocial só focada nos estudos (Pós-graduanda 5, Mestrado em Ciências Sociais).

Já venho com precedente de problemas de saúde mental, ele se agravam em contato com o mestrado né, com a pós, porque essa estrutura de tipo todo mundo parecer que já sabe de tudo e você ter medo de, no meu caso medo de falar com as pessoas ou medo de conversar ou perguntar uma coisa que possa parecer besta ou não saber de alguma coisa, piora a situação [...] se mostrar vulnerável é ruim parece que tem que mostrar o tempo todo pleno e consciente de tudo, que você sabe tudo e aí isso afeta muito mesmo assim meu psicológico. Eu acho que eu, é como se eu nunca, é como se eu não devesse estar ali A sensação que eu tenho o tempo todo até agora como se não eu não devesse estar ali (Pós-graduanda 6, Mestrado em Ciências Sociais).

Minhas crises de ansiedade sempre vêm quando eu penso na pós-graduação, sempre vem quando eu penso na escrita, quando eu penso no projeto, quando eu penso nos prazos isso fica mais evidente para mim quando eu tô pensando nas questões da pós (Pós-graduanda 7, Mestrado em História).

É estranho falar sobre isso porque objetivamente não há nenhuma exigência da pós graduação que diretamente me cause a impressão de "excesso", por outro lado o ambiente acadêmico, as exigências implícitas, as subjetividades que são produtos/produzidas das/pelas disputas de ego, uma certa competição e desvalorização do pós graduando em determinados campos acabam criando ou até estimulando problemas que já trazemos desde a graduação. No meu caso a síndrome de impostora e a ansiedade são os principais problemas (Pós-graduanda 16, Doutorado em Ciências Sociais).

Tenho sofrido ansiedade e estresse. Nas vésperas de apresentação, por exemplo, eu durmo mal porque fico excessivamente preocupado com meu desempenho, imaginando as críticas (Pós-graduando 54, Doutorado em Psicologia)

Não me sinto feliz, tenho sintomas de ansiedade, não durmo direito, tenho dores de cabeça e sinto que não sou boa o suficiente para estar aqui (Pós-graduanda 34, Doutorado em História).

Me vejo como ainda mais ansiosa do que já era. Medo de não atender as minhas próprias expectativas, dos professores e orientador(a), como também me cobrar além da conta na comparação inevitável com outros colegas (Pós-graduanda 11, Mestrado em Ciências Sociais).

A vida social dos estudantes fica comprometida por conta de sofrimentos emocionais desenvolvidos ao longo da pós-graduação. Embora ela não seja a única responsável pelo surgimento desses sofrimentos, na medida em que outros aspectos atravessam a vida dos estudantes, esse espaço contribui para a ampliação de diversas formas de adoecimentos emocionais e, como o indivíduo é um sujeito social, inserido em contextos e grupos sociais diversos, aspectos da sua sociabilidade nos relacionamentos, aqui voltados aos espaços não acadêmicos, também são impactados tal qual os relatos acima apresentados.

5.7 PREOCUPAÇÕES E EXPECTATIVAS SOBRE O FUTURO PROFISSIONAL

De acordo com Garcia da Costa e Nebel (2018) nos últimos anos, o Brasil aumentou significativamente a formação de mestres e doutores, sendo que, desde 2013, são titulados no

país mais de 15 mil doutores anualmente. A soma maioria deles acaba trabalhando nas universidades, sobretudo nas estatais, e em algumas poucas privadas sem fins lucrativos. Todavia, o setor público de ensino e o privado não-lucrativo, certamente não têm condições de acolher o grande contingente de mestres e doutores titulados a cada ano. Essa é uma realidade que causa imensa angústia em milhares de pós-graduandos. A possibilidade real de estar desempregado, mesmo depois de uma década de formação acadêmica no ensino superior (considerando 4 ou 5 anos de graduação, mais 2 anos de mestrado, e por fim mais 4 de doutorado), pode ser um grande catalisador para o desenvolvimento de doenças mentais, como a ansiedade, a depressão, entre outras. Esse cenário de preocupações sobre o futuro profissional é relatado pelos pesquisadores em formação:

Agora eu tô preocupada mais com estabilidade [...] a minha preocupação maior em relação ao meu futuro profissional seria desenvolver a carreira, de me desenvolver como psicóloga clínica, de ser reconhecida, de aprender mais da área clínica, e também uma preocupação com estabilidade [...] ter uma fonte de renda física e algo que põe me proporcionar uma maior segurança financeira e estabilidade. Então minhas preocupações seriam essas, em relação a estabilidade financeira e ao desenvolvimento da carreira como profissional (Pós-graduanda 1, Doutorado em Psicologia).

Concursos pra minha área, atualmente trabalho no privado. Não ficar sem emprego após terminar o doutorado [...] sabemos que o Brasil está numa situação muito difícil pra muitas pessoas, no nosso campo de educação, muitas empresas fecharam, tem diminuído o salário, poucos concursos e esses aspectos também mexem com o aspecto emocional né, a preocupação com o dever, o que vai ser da minha vida daqui a dois, três anos, tô pensando assim a curto prazo porque no tempo da pandemia pra mim é complicado pensar a longo prazo (Pós-graduanda 4, Doutorado em Ciências Sociais).

A minha preocupação é se vai ter concurso na nossa área, se a gente conseguir se estabilizar nesse governo de Bolsonaro, é muito preocupante [...] não tem como a gente não também criar uma expectativa sobre a parte profissional. A expectativa é de um salário melhor, é uma expectativa muito grande e uma estabilidade (Pós-graduanda 5, Mestrado em Ciências Sociais).

Então acho que a maior preocupação é empregabilidade né, ter emprego no futuro, mas também reconhecimento dentro da academia né, da produção, que não seja um trabalho que caia no ostracismo, que não seja um trabalho engavetado acho que minhas maiores preocupações são essas. A expectativa é ter um emprego, ter emprego no futuro (Pós-graduanda 7, Mestrado em História).

Essa é a questão que mais me preocupa atualmente e quem me dá certa angustia ao pensar. Diante do cenário político e social do país, agravado pela pandemia, o sentimento que tenho é de frustração, pois não temos garantia de emprego, nem de estabilidade financeira. Fico me perguntando se depois de anos de esforço, dedicação e sacrifícios será que realmente valerá a pena? Eu amo a Antropologia e escolhi seguir nesse caminho por acreditar que seria possível trabalhar com aquilo que gosto, mas não sei se isso será o suficiente. (Pós-graduanda 49, Doutorado em Antropologia).

Eu tenho medo de não conseguir boas oportunidades no mercado de trabalho. O curso de ciências sociais se restringe muito à docência. Então eu não vejo tantas oportunidades além da docência. Como mulher negra e de periferia, considero uma conquista ter alcançado a pós graduação numa universidade federal, mas os desafios pela frente são ainda maiores (Pós-graduando 65, Mestrado em Ciências Sociais).

Medo de não ter concursos, de que a carreira de docente nas instituições públicas seja rebaixada em seus direitos ou que a reforma administrativa passe e prejudique essa categoria e o serviço público em geral (Pós-graduanda 14, Doutorado em Ciências Sociais).

A atual conjuntura política me preocupa muito, as oportunidades para pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais estão cada vez mais escassas. Tenho esperança que essa situação melhore no futuro (Pós-graduando 55, Mestrado em Ciências Sociais).

Estamos sem perspectivas de concursos efetivos, governo fascista e conservadorismo de extrema direita a todo vapor, imagine nossa perspectiva de futuro? (Pós-graduanda 39, Doutorado em História).

Primeiro com relação a pandemia: quando isso vai acabar. Isso tem gerado muita preocupação que afeta as minhas expectativas quanto ao meu futuro profissional (Pós-graduanda 31, Doutorado em História).

Não ter emprego, não ter concurso e não ter outro tipo de especialização em outra área que pudesse suprir ou ser uma alternativa a que eu tenho (Pós-graduando 19, Mestrado em Ciências Sociais).

Conforme mencionado pelos estudantes, a dinâmica atual se caracteriza por uma angústia sobre o futuro. Há uma grande preocupação com a empregabilidade e estabilidade após a conclusão do mestrado e/ou doutorado. Para Boltanski e Chiapello (2009), elementos como diploma, carreira e aposentadoria foram abalados nos últimos vinte anos e por isso, as garantias antes conferidas aos diplomas superiores diminuíram, as aposentadorias estão ameaçadas e as carreiras não são mais asseguradas. Para eles, a dimensão das garantias se expressa principalmente em preocupações referentes ao futuro somadas a perspectivas de carreira e estão ligadas ao temor da desvalorização do diploma na medida em que há uma forte degradação da situação econômica, da estabilidade profissional e da posição social.

Ora, a nosso ver, essa "dificuldade de se projetar no futuro", expressa pelos indicadores de anomia (Chauvel, 1997), deve ser relacionada com a experiência de um mundo connexionista. A perturbação que ela provoca pode ser atribuída, mais precisamente, à existência de um conflito entre, por um lado, normas (particularmente explícitas nos mundos doméstico e industrial) que valorizam o que se mantém ao longo do tempo e, por outro, a condição humana num mundo flexível em que os seres se modificam ao sabor das situações que encontram. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Ademais, o pesquisador brasileiro, desde 2016, vive um cenário político e econômico desanimador e de extrema desvalorização à pesquisa científica, bem como a seus pesquisadores, refletidos por corte de verbas, recursos, bolsas e constantes ataques e ameaças as ciências, principalmente as ciências humanas. Acrescido a essa conjuntura, a pandemia de COVID-19 também ampliou esse cenário e ocasionou medos, incertezas e inseguranças ainda maiores

quanto ao futuro. Sendo assim, o sentimento percebido nos relatos dos pós-graduandos é de preocupações e medos, de modo que suas expectativas e perspectivas acerca do futuro profissional têm sido abaladas.

As expectativas são as piores possíveis né, eu acho que o que me deixar mais preocupada é isso, não ter expectativa. Quando eu tava estudando pra seleção de mestrado, eu tinha a expectativa de tipo: a pós-graduação vai me ajudar a arrumar um emprego, vai me ajudar a ter emprego melhor, perspectiva de carreira acadêmica enfim e agora eu não vejo nada disso, tanto que você tinha né, na minha cabeça assim: não, vou fazer mestrado, vou fazer doutorado, super empolgada, só que agora eu não sei assim se eu tenho vontade e se eu quero realmente fazer doutorado porque vou estudar mais 4 anos e ficar desempregada. A sensação que eu tenho é essa de estudar e o que é que eu vou fazer com isso se eu não tenho trabalho? Sei que o conhecimento é importante, mas trabalhar também é muito importante, ter dinheiro é muito importante até pra você se manter e aí eu fico pensando se eu conseguir terminar o mestrado e tentar um possível doutorado, o que é que eu vou fazer com esse doutorado se não tiver emprego, se eu não tiver trabalho, porque eu acho que a minha maior preocupação é essa de ter tanto conhecimento e não ter trabalho e aí o que é que eu faço? Então a expectativa é essa, as piores possíveis, de desespero, não tenho uma perspectiva de melhorar não. Eu sei que eu posso tá sendo pessimista, mas eu tenho essa sensação de se eu pensar em um futuro melhor talvez eu esteja me enganando, porque lá atrás quando eu tava estudando pra seleção, eu pensava: poxa o futuro vai ser melhor, o futuro que eu pensava chegou e tá horrível, então tirou todas as expectativas que eu tinha aí eu não consigo pensar em futuro melhor [...] só consigo pensar: tá tudo horrível e não tem melhora, não tem (Pós-graduanda 2, Mestrado em Ciências Sociais).

Honestamente, eu tento não pensar nisso porque senão eu surto então basicamente meu propósito agora atual é terminar o mestrado [...] e em relação ao que eu quero obviamente eu tenho alguns ideais de plano mas eu tento não alimentar eles porque enfim as coisas vem sendo bem frustradas ao longo desses últimos quase dois anos de pandemia, um ano e meio, então eu meio que pausei aqui [...] então por isso que eu não sei se eu tenho planos profissionais bem delineados não, prefiro não pensar muito sobre (Pós-graduanda 6, Mestrado em Ciências Sociais).

Eu acho que minhas expectativas são fazer um doutorado sanduíche ou fazer um doutorado fora do país, assim eu não quero continuar vivendo essa desvalorização da minha profissão aqui no Brasil. Eu imagino que em outros países eu tenha mais chance de ter uma qualidade de vida melhor assim e fazer da minha pesquisa um trabalho né [...] então minha expectativa é de fato fazer doutorado fora, consegui ser reconhecida sim pelas minhas publicações, pelas coisas que eu escrevo, pelas minhas ideias e ser professora universitária, passar no concurso federal, ter segurança financeira, ter um bom salário (Pós-graduanda 9, Mestrado em Ciências Sociais).

Eu não tô pensando a longo prazo, eu sei que deveria [...] falar em longo prazo é algo tão complicado, mas eu só penso em acabar o mestrado e quem sabe entrar no doutorado (Pós-graduando 66, Mestrado em Antropologia).

Eu acho assim que tá tudo muito incerto né, [...] as minhas expectativas pra esse ano são principalmente defender bem meu mestrado, fazer uma boa pesquisa, defender bem. É e ingressar no doutorado e em termos profissionais continuar trabalhando, continuar dando aula que é uma coisa que eu gosto de fazer (Pós-graduanda 68, Mestrado em História).

Expectativas baixíssimas. Não vislumbro um futuro muito diferente de subempregos, mesmo atuando no nível superior de ensino - salvo por aprovação em concurso público (Pós-graduando 50, Mestrado em História).

Não tenho muitas expectativas diante do quadro atual do país. Provavelmente com o passar do tempo tenha que abandonar o sonho de me tornar professor universitário (Pós-graduanda 40, Doutorado em História).

O cenário político tem destruído as expectativas de ser docente/pesquisadora (Pós-graduanda 52, Doutorado em Psicologia).

Os jovens e as pessoas na fase mais vigorosa da vida teriam cada vez mais dificuldades para "projetar-se no futuro" devido à incerteza (no sentido de F. Knight, que a opção ao risco probabilizável) que afeta todas as relações que as vinculam ao mundo e às outras pessoas. Isso ocorre principalmente com as relações de trabalho, em decorrência do "desemprego e da precariedade do emprego", que contribuem em contrapartida "para o relaxamento dos elos familiares e para o isolamento moral ou físico dos indivíduos" (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Concomitantemente, nos relatos dos estudantes podemos notar que há uma dificuldade de projeção do futuro e as expectativas são reduzidas e pensadas a curto prazo, isto quando pensadas. Sendo assim, a vida dos pós-graduandos parece mais cercada de preocupações, do que expectativas sobre o seu futuro profissional na medida em que a falta de garantias, as desvalorizações, as inseguranças e medos do mundo atual são refletidas nos estudantes de modo a acarretar diversos sofrimentos emocionais como o medo perante o futuro, minando suas expectativas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, por meio de uma análise sociológica das emoções, teve como objetivo analisar as relações existentes entre o sofrimento emocional dos pós-graduandos em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia e o contexto de formação desses pesquisadores. Estudar o sofrimento emocional por uma perspectiva sociológica implica em ampliar a discussão para além de aspectos individuais, isto é, particularidades subjetivas dos indivíduos, antes considerá-los parte de um contexto social que também influencia na construção e expressão das suas emoções.

As emoções como objeto de estudo das ciências, não deveria se restringir apenas ao campo das ciências “psi”, há uma riqueza em estudá-las a partir de outras perspectivas como a sociológica, considerando que o contexto social, político e econômico em que o sujeito está inserido e no qual atua, se faz importante para entender as emoções e sofrimento emocional dos sujeitos em determinados períodos ou grupos específicos, percebendo como muitos desses sofrimentos são coletivos, na medida em que são partilhados por grupos ou em sociedade.

Entretanto, cabe destacar que o sofrimento emocional aqui estudado não se refere a um sofrimento puramente interior, individual ou de sofrimento social, este último entendido por Bourdieu (1997) como um sofrimento que se instala/esconde nas zonas de precariedade, nas zonas sociais de fragilidade e cuja ação implica na perda ou possibilidade de perda dos objetos sociais: saúde, trabalho, desejos, sonhos, vínculos sociais, ou seja, o todo da vida composto pelo concreto e pelo subjetivo visto que se refere ao sofrimento causado pela hierarquia social sobre o indivíduo. Tampouco fala de dor física que conforme Le Breton (2013), é íntima, mas também impregnada de social, de cultural, de relacional, é fruto de uma educação e não escapa ao vínculo social, ou a um sofrimento devido a um mal-estar econômico. Com sofrimento emocional, há um enfoque nas emoções vividas e percepções de sofrimento, que são sociais, mas também individuais, e que envolvem o social na medida em que emoções não são meramente biológicas, mas também tem sua expressão condicionada por processos sociais, em conformidade com os escritos de Elias (1995) no qual a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social.

Entendendo essa importância e buscando refletir sobre as emoções a partir do social, foi possível observar que há uma relação entre o sofrimento emocional dos pós-graduandos e o seu contexto de formação, além disso, como as circunstâncias sociais, políticas e econômicas dos últimos anos atreladas a um contexto de desmonte das universidades públicas, desvalorização da pesquisa científica e a pandemia de COVID-19, também estão relacionadas a um

desenvolvimento ou agravamento de diversas formas de sofrimento emocional entre esses estudantes. A pesquisa revela a partir dos dados obtidos e análises realizadas, a presença de fatores estressores que contribuem para diversas formas de sofrimento emocional entre os estudantes de pós-graduação tanto no seu contexto formativo quanto no que diz respeito a conjuntura social e política, constatando assim, que tal fenômeno também atinge os pesquisadores em formação. Desse modo, se constata a hipótese de que embora a pós-graduação não seja a única responsável por esses adoecimentos, tendo em vista que há vários outros aspectos que atravessam o indivíduo e os impactam emocionalmente, ela é composta de diversos fatores estressores que têm comprometido a saúde mental dos seus estudantes.

Conforme vimos, aspectos como permanência material, principalmente relacionados a escassez e insuficiência das bolsas de pesquisa, assim como a necessidade de conciliar trabalhos remunerados com os estudos; o culto da performance, atrelado as constantes exigências por produções acadêmicas em períodos cada vez mais curtos, devido a necessidade e ligação desse desempenho com as políticas de fomento e avaliação dos cursos; as relações interpessoais estabelecidas nesse âmbito acadêmico com a instituição, docentes, colegas e orientadores; e o processo de escrita da tese ou dissertação, bem como as pressões antes e em torno da defesa são fatores estressores aqui especificados, que afetam os estudantes emocionalmente causando sentimentos como: culpa, vergonha, ansiedades, angústias, medos, desânimos, frustrações, sensação de incapacidade, insatisfações, dentre outros, acarretando, em alguns casos, em depressão, crises de ansiedade, crises de pânico e uma série de outros problemas emocionais. Além disso, tais aspectos repercutem também em sintomas psicossomáticos como insônia, dores de cabeça, diarreia, entre outros problemas de saúde; em seus relacionamentos com amigos, familiares e parceiros, provocando tensões e isolamentos; e em suas expectativas sobre o futuro profissional, causando diversas preocupações sobre o futuro em termos de empregabilidade e estabilidade.

Portanto, embora estejam crescendo as estratégias de acolhimento a saúde mental nas universidades, cabe ampliar estes espaços, principalmente na pós-graduação, tendo em vista que muitas dessas estratégias são voltadas somente para graduandos de modo que, inclusive ainda pouco se fala em relação ao sofrimento emocional dos pós-graduandos. As instituições precisam de um olhar mais atento para os pesquisadores em formação, bem como os aspectos formativos desses estudantes que necessitam ser repensados e reconstruídos de maneira mais saudável para romper com esse ciclo de adoecimentos que tem ocorrido entre eles, que muitas vezes acontece em silêncio, tornando o processo ainda mais doloroso.

Sendo assim, por meio desse trabalho, destaco aqui algumas sugestões apontadas pelos pós-graduandos participantes, necessárias para a melhoria da qualidade de vida do estudante de pós-graduação como: repensar a pós-graduação em um formato que se adeque a realidade dos estudantes que não têm condições de se manter em dedicação exclusiva ou possibilitar condições de permanência suficiente e efetiva, para todos os estudantes, começando pelo reajuste das bolsas de pesquisas correspondente com a inflação, pensando em termos de subsídios materiais, mas também em aspectos referentes a flexibilização ou aumento de prazos referente as demandas, considerando que o tempo de titulação principalmente para estudantes de mestrado é muito curto.

Outrossim, um suporte acadêmico e emocional mais efetivo aos estudantes, por parte dos docentes e orientadores no que tange aos seus aspectos formativos, principalmente no que diz respeito ao processo de escrita da tese ou dissertação. Este último que se caracteriza, a partir das análises, como um processo solitário e doloroso ao estudante que geralmente já cumpriu a sua carga horaria de disciplinas e por isso não mantem mais o mesmo contato com os colegas e professores para diálogos e trocas importantes nesse momento da escrita. Sendo assim, se torna essencial um acompanhamento mais cuidadoso e um suporte mais atento, propondo meios e espaços de discussão e interação desses estudantes com os seus pares e com seus orientadores e demais professores para contribuir para minimizar a angústia resultante desse momento específico; oferecer e/ou ampliar acompanhamento psicológico acessível e gratuito a toda comunidade acadêmica, bem como espaços de diálogos, troca e acolhimento entre os pares para compartilhamento das dificuldades e sofrimento emocional vivenciados no decorrer do curso e entre alunos e professores/orientadores, visando melhorar a comunicação, resolver os ruídos existentes, para elucidação de alguns processos específicos desse espaço e relacionados a carreira profissional seja na docência ou em trabalhos para além disso.

Ademais, romper com a premissa da produtividade e pensar em meios mais autônomos de produção e avaliação mais humanizados, saudáveis e equilibrados, sem perder o rigor científico, mas que se desvencilha das lógicas mercantis que perpassam atualmente o âmbito da academia e repensar a estrutura do programa e a quantidade de disciplinas necessárias, tendo em vista que foi relatado uma demanda muito grande das disciplinas, muitas vezes sem diálogo com os próprios objetos de pesquisa dos estudantes, rever a carga horária e uma reflexão por parte dos docentes acerca das metodologias de aula, buscando se atualizar e entender as diversas realidades dos estudantes que fazem parte da pós-graduação.

Posto que a conjuntura vivenciada por esses estudantes não se apresentou de modo favorável, embora exista uma expectativa de mudança por meio do resultado das novas eleições,

aspecto que o presente trabalho não aborda. É significativo que a pós-graduação repense o processo de formação no qual estão submetidos os seus estudantes, pensando em modos mais saudáveis de pesquisar e produzir no âmbito científico, de modo a minimizar os fatores estressores que podem ocasionar sofrimentos emocionais e conseqüentemente, perda de expectativas dos estudantes no que tange ao seu futuro profissional. O incentivo financeiro para o estudante é de suma importância, entretanto o amparo institucional e os meios necessários para sua permanência, seja ela material ou simbólica, são aspectos essenciais. Entretanto, o grande desafio para as soluções institucionais, já difíceis dada a complexidade dos estudantes, se dá quando a universidade está inserida em uma cultura do desempenho, no qual a cobrança de resultados imediatos não estão só presentes na universidade, mas no mundo do trabalho e nas pressões por performance e eficiência.

É evidente que os resultados aqui obtidos, não dão conta de abarcar todos os fatores estressores e o sofrimento emocional decorrente, de todos os programas de pós-graduação de outras Instituições de Ensino Superior, nem mesmo da Universidade Federal da Bahia, tampouco de todos os pós-graduandos, mesmo os pós-graduandos em ciências humanas da UFBA, na medida em que há especificidades para cada contexto, portanto, os dados aqui obtidos apresentam tais limitações. Por fim, novas investigações sobre este tema não devem ser descartadas à proporção que os sofrimentos emocionais são fenômenos relevantes para a compreensão dos espaços acadêmicos, sejam eles de graduação ou pós-graduação e para a realidade social atual.

REFERÊNCIAS

Abraham Weintraub diz que universidades federais “têm cracolândia”. **Carta Capital**, 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/abraham-weintraub-diz-que-universidades-federais-tem-cracolandia/>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

AINDA sou encarada como vilã por denunciar os absurdos que passei. **Universidade Federal de Santa Maria**, 2017. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/2017/11/01/ainda-sou-encarada-como-vila-por-denunciar-os-absurdos-que-passei>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

ALFANO, Bruno. Ciência brasileira perdeu quase R\$ 100 bilhões por cortes desde 2014, diz estudo. **O GLOBO**, 2022. Disponível em: <[https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2022/05/ciencia-brasileira-perdeu-quase-r-100-bilhoes-por-cortesdesd e-2014-diz-estudo.ghtml](https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2022/05/ciencia-brasileira-perdeu-quase-r-100-bilhoes-por-cortesdesd-e-2014-diz-estudo.ghtml)>. Acesso em: 25 ago. 2022.

ALMEIDA BARROS, J.; CÂNDIDO MATIAS, J. Discursos de um presidente: políticas públicas e educação em tempos de pandemia. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 27, p. e35310, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/35310>. Acesso em: 26 dez. 2022.

ALVES, M. F. e DE OLIVEIRA, J. F. Pós-Graduação no Brasil: do regime militar aos dias atuais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** (30) 2: 351-376, 2014.

ASSUNÇÃO LUIZ, A. V.; CONDILO PITTA, N. .; SALOUM CÍNTRA, Álefe .; CURYLOFO CORSI, C. A.; FRANCISCO LUZ NUNES QUEIROZ, A. A.; MORAIS FERNANDES, A. P. Impacto da Covid-19 em alunos de Pós-graduação. **Olhares & Trilhas**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 538–554, 2021. DOI: 10.14393/OT2021v23.n.2.60117. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/olharetilhas/article/view/60117>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

BALBACHEVSKY, E. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida**. In: Colin Brock e Simon Schwartzman. (Org.). **Os desafios da educação no Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, v. 1, p. 275-304, 2005.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. Publicar e Morrer!? Análise do impacto das políticas de pesquisa e pós-graduação na constituição do tempo de trabalho dos investigadores. **Educação, Sociedades e Culturas**, Porto/PT, n. 28, p. 53-69, 2009.

BIFANO, Marcelo Rangoni. **Normalização de trabalhos acadêmicos: considerações sobre o impacto ambiental e o consumo responsável**. Dissertação de Mestrado - Orientador: Maurício Nogueira Frota; Co-orientadora: Patrícia Almeida Ashley. Rio de Janeiro: PUC, Programa de Pós-Graduação em Metrologia, 2009.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2009.

BONI, Mathias. Cortes no investimento em ciência prejudicam resposta à covid-19 no Brasil. **Jornal da Universidade**, 2021. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/jornal/cortes-no-investimento-em-ciencia-prejudicam-resposta-a-pandemia-no-brasil/#:~:text=Com%20os%20recentes%20cortes%20de,para%20a%20detec%C3%A7%C3%A3o%20do%20v%C3%ADrus.>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BORGES, M. R.; AMARAL, A. F. A desigualdade social e suas influências na subjetividade contemporânea. **Psicologia e Saúde em debate**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1–19, 2017. Disponível em: <http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/19>. Acesso em: 9 jan. 2023.

BOURDIEU, P. (dir.). **A Miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis, UFSC, 2011.

BRAMBILA, G. Experiências com a escrita na pós-graduação brasileira: uma proposta de diálogo com os letramentos acadêmicos. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 22, n. 3, p. 791-808, 2019.

CANNABRAVA, Melissa; FONTANETTO, Renata. E a ciência... o quanto vale? . **Museu da Vida**, 2020. Disponível em: <<https://www.museudavida.fiocruz.br/index.php/noticias/1494-quanto-vale-a-ciencia>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

CARDOSO, Guto. Desvalorização das ciências humanas. **ESTADO DE MINAS**, 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/opiniao/espaco-do-leitor/2020/12/21/interna_espaco-do-leitor,1222595/desvalorizacao-das-ciencias-humanas.shtml>. Acesso em: 26 dez. 2022.

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. Os desafios para as ciências sociais em tempos de (des) investimentos. **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 23, p. 245-266, 2018.

CERCHIARI, Ednéia Albino Nunes; CAETANO, Dorgival; FACCENDA, Odival. Utilização do Serviço de Saúde Mental em uma universidade Pública. **Psicologia: ciência e profissão Conselho Federal de Psicologia** – v. 25, n. 2 abr/jun, 2005 – Brasília, CFP: 2005.

CHAER, G; DINIZ, R; RIBEIRO, E. A. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Revista Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

CHAUI, M. **A ideologia da competência**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/ Autêntica, 2014.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.** [online]. n.24, pp.05-15, 2003.

CHOU, C.C. et al. Social Support as a Mediator Between Internalized Stigma and Coping Behaviors of Individuals With Substance Abuse Issues. **Rehabilitation Research, Policy, and Education**, Champaign, v. 27, n. 2, p. 104–107, 2013.

Com cortes orçamentários e desvalorização profissional, Brasil vê cientistas partirem. **GIFE**, 2021. Disponível em: <<https://gife.org.br/com-cortes-orcamentarios-e-desvalorizacao-profissional-brasil-ve-cientistas-partirem/>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). **História das emoções**: 1. Da antiguidade às Luzes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). **História das emoções**: 2. Das Luzes até o final do século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

Cortes, mentiras e ameaças: os primeiros 6 meses de guerra do governo Bolsonaro contra a educação pública brasileira. **Observatório do Conhecimento**, 2019. Disponível em: <<https://observatoriodoconhecimento.org.br/cortes-mentiras-e-ameacas-os-primeiros-6-meses-de-guerra-do-governo-bolsonaro-contr-a-educacao-publica-brasileira/>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto, 2ª. Edição, Porto Alegre: Ed. Artmed Bookman, p. 43-63, 2007.

CRUZ, R. **Bloqueio da escrita acadêmica**: Caminhos para escrever com conforto e sentido. 1ª ed, Belo Horizonte: Artesã, 2020.

CUNHA, L. A. **Texturas do Sofrimento Emocional**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, v. 1, 140p, 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação [online]**. 2005, n. 30, pp. 07-20. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000300002>>. Epub 01 Fev 2006. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000300002>.

DA SILVA PRADO, A.; DE LUCAS FREITAS, J. O sistema de pós-graduação brasileiro e a saúde mental dos estudantes: que fragilidades a pandemia da covid-19 revela?. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, [S. l.], v. 12, n. 28, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/1839>. Acesso em: 9 jan. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da educação superior regulação e emancipação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2003.

(Des)Governo Bolsonaro corta bolsas e compromete a formação de jovens profissionais e estudantes de pós-graduação. **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**, 2022. Disponível em: < <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/desgoverno-bolsonaro-corta-bolsas-e-compromete-a-formacao-de-jovens-profissionais-e-estudantes-de-pos-graduacao/> >. Acesso em: 26 dez. 2022.

DE SOUZA, J. A.; FADEL, C. B.; FERRACIOLI, M. U. Estresse no cotidiano acadêmico: um estudo com pós-graduandos em Odontologia. **Revista da ABENO**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 50–60, 2016. DOI: 10.30979/rev.abeno.v16i1.207. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/207>. Acesso em: 9 jan. 2023.

DUARTE, J. L. do N.; SOUZA, F. H. T. ; LIMA, R. S. B. Relevância da pesquisa científica nas ciências humanas e sociais no capitalismo dependente. **DIREITOS, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**, v. 7, p. 15-36, 2021.

DUPLA jornada: cresce número de jovens que estudam e trabalham. **Folha Dirigida**, 2020. Disponível em: <<https://folhadirigida.com.br/empregos/noticias/especiais/numero-de-jovens-que-estudam-e-trabalham-cresce-no-pais>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

DUQUE, J. C.; BRONDANI, J. T. & Luna, S. P. L. Estresse e pós-graduação em Medicina Veterinária. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, 2 (3), 134-148, 2005.

DURHAM, E.R. **A pós-graduação no Brasil**; problemas e perspectivas. Documento de trabalho 8/96, NUPES/USP, São Paulo, 1996.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro : Zahar, 1995.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma História dos Costumes, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 1, 1990.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Formação do Estado e Civilização, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 2, 1993.

ESCOBAR, Herton. Por que os cientistas estão indo embora do Brasil. **Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento**, 2021. Disponível em: <<https://ictpbr.com.br/2021/10/11/por-que-os-cientistas-estao-indo-em-bora-do-brasil/#:~:text=As%20institui%C3%A7%C3%B5es%20estrangeiras%2C%20conhecendo%20o,%E2%80%93%20quatro%20deles%2C%20neste%20ano>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

FARO, André. Estresse e estressores na pós-graduação: estudo com mestrandos e doutorandos no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** (UnB. Impresso), v. 29, p. 51-60, 2013.

FERNANDES, Talita. Pesquisadores de ciências humanas se tornaram ‘inimigos da nação’ no Brasil, diz antropóloga: Rosana Pinheiro-Machado deixou o Brasil devido à crescente desvalorização da ciência. **Global Voices**, 2021. Disponível em: <<https://>

pt.globalvoices.org/2021/06/08/pesquisadores-de-ciencias-humanas-se-tornaram-inimigos-da-nacao-no-brasil-diz-antropologa/>. Acesso em: 26 dez. 2022.

ANTUNES FILHO, E. .A emoção religiosa nos estudos de Émile Durkheim e Marcel Mauss: a propósito do centenário de As formas elementares de vida religiosa..**Estudos de Religião** (IMS), v. 26, p. 7-155, 2012.

GARCIA DA COSTA, Everton; NEBEL, Letícia. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. **Polis**, Santiago , v. 17, n. 50, p. 207-227, agosto 2018. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682018000200207&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 26 dez. 2022.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GRADELLA JUNIOR, Osvaldo. **Sufrimento psíquico e trabalho intelectual**. Cad. psicol. soc. trab., São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-148, 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172010000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 22 abr. 2022.

HAMBURGER, Ernest. **Para quê pós-graduação?** In: ANDRADE, Manoel de et al. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Encontros com a Civilização Brasileira,19), p. 81-93, 1980.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica** - O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HOSTINS, R. C. L. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 133-160, 2006.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

JUNTA, Cristiano. Quando a relação professor/estudante se torna abusiva na pós-graduação?. **Associação Nacional de Pós-graduandos**, 2017. Disponível em: <<https://www.anpg.org.br/11/04/2017/quando-a-relacao-professorestudante-se-torna-abusiva-na-pos-graduacao/>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

KONCHINSKI, Vinicius. Universidades federais perdem 12% do orçamento durante governo Bolsonaro: Recursos para manutenção, investimentos e bolsas caíram de R\$ 6 bi para R\$ 5,3 bi de 2019 a 2022. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/16/universidades-federais-perdem-12-do-orcamento-durante-governo-bolsonaro>. Acesso em: 26 dez. 2022.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Introdução à sociologia da emoção**. João Pessoa: Manufatura/GREM, 2004. 102 p.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **A Antropologia das Emoções no Brasil**. RBSE. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção (Online), GREM, UFPB, v. 4, n.12, p. 239-252, 2005.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **As Ciências Sociais das Emoções: Um balanço**. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, GREM/UFPB, João Pessoa, v. 5, n.14/15, p. 128-146, 2006.

LACROIX, Michel. **O culto da emoção**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: José Olimpio, 2006.

LEÃO, Thiago Marques ; Aurea Maria Zöllner Ianni ; GOTO, C. S. . Sofrimento psíquico e a universidade em tempos de crise estrutural. **REVISTA EM PAUTA** , v. 17, p. 50-64, 2019.

LE BRETON, D. **Antropologia da dor**. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013. 248 p.

LE BRETON, D. **Antropologia das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2019.

LEHER, R. A problemática da Universidade 25 anos após “Crise Da Dívida”. In: **Universidade e Sociedade**. ANDES-SN, v. 39, 2007, p. 06-15.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, p. 24-41, 2016.

LIMA, Sheila Silva. **Solidão, Saudade e as Possibilidades: trajetórias de vida, experiência e emoções de pessoas com sofrimento emocional**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, 2013.

LOUZADA, Rita de Cássia Ramos; SILVA FILHO, João Ferreira da. Formação do pesquisador e sofrimento mental: um estudo de caso. *Psicol. estud.*, Maringá , v. 10, n.3, p.451-461, Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31Ago. 2019.

LOUZADA, R. C. R. & SILVA FILHO, J. F. Sofrimento psíquico e formação de pesquisadores. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 24 (2), 120-141, 2002.

MACHADO, A. M. N. Políticas que impedem o que exigem: dimensões controvertidas na avaliação da pós-graduação brasileira. **Universidade e Sociedade**, v. 39, p. 137-149, 2007.

MACHADO, Hilka Vier. **A abordagem das emoções no âmbito das organizações**. Alcance - UNIVALI - Vol. 9 - n.1, p.11-35, 2003.

MALAGRIS, Lucia Emmanoel; Hirata, H.P. ; Santos, T.S. ; Bezerra, D.B. ; Monteiro, J.L.F. ; Silva, L.R. ; Suassuna, A.T.R. ; Lopes, M.C.M. . Presença e Nível de Stress em alunos de pós-graduação da UFRJ. In: III Congresso Brasileiro de Stress, 2007, Rio de Janeiro. **Anais do III Congresso Brasileiro de Stress**. v. 1. p. 209-210, 2007.

MANCEBO, Deise, VALE, Andréa Araujo do e MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação** [online].

2015, v. 20, n. 60, pp. 31-50. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>>. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>. Acesso em: 4 Mar 2022.

MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. A modelagem sócio-cultural na expressão das emoções. **RBSE**, v.1, n.1, pp.6-23, João Pessoa, GREM, abril de 2002.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MIRANDA, Ricardo J. P. **Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental?**: um estudo no 1º Ciclo. 2009. 293 p. Dissertação (Mestrado em Educação - Didática das Ciências) - Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MINAYO, Maria. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MIRANDA, Léo. Ciências humanas para quê?. **HOJE EM DIA**, 2020. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/opiniaio/educacao/ciencias-humanas-para-que-1.80142> 8>. Acesso em: 26 dez. 2022.

MOREIRA, Maria Lígia, VELHO, Lea. Pós-graduação no Brasil: da concepção "ofertista linear" para "novos modos de produção do conhecimento" implicações para avaliação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas) [online]. 2008, v. 13, n. 3.

MOROSINI, M. C.. **A Pós-graduação no Brasil**: formação e desafios. *Revista Argentina de Educación Superior (RAES)*, v. 1, p. 125-152, 2009.

MORTE de jovem durante apresentação de TCC provoca revolta de colegas: "Justiça por Guilherme". **Pragmatismo**, 2022. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2022/07/morte-de-jovem-durante-apresentacao-de-tcc-provoca-revolta-de-colegas-justica-por-guilherme.html>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

OLIVEIRA, D. A.; SOUZA, J. DE F. A pesquisa e a pós-graduação em educação no brasil. **Imagens da Educação** , v. 11, n. 2, p. 118-143, 17 jul. 2021.

OLIVEIRA, J. F. de. A política de ciência, tecnologia e inovação, a pós-graduação e a produção do conhecimento no Brasil. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 38, n. 2, p. 323–338, 2013. DOI: 10.5216/ia.v38i2.26107. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/26107>. Acesso em: 2 abr. 2022.

OLIVEIRA, João Batista Araújo. A organização da universidade para a pesquisa. In: SCHWARTZMAN, S. ; CASTRO, C. M. (Org.) . **A Pesquisa Universitária em Questão**. Campinas: Ícone Editora, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986.

OLIVEIRA, João Ferreira. **A pós-graduação e a pesquisa no Brasil**: processos de regulação e de reconfiguração da formação e da produção do trabalho acadêmico. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 343-363, 2015.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. Desmercantilizar a tecnociência. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2006.

PACHECO, Victória. Ciências humanas também são ciência. **Jornal do Campus**, 2022. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2022/12/ciencias-humanas-tambem-sao-ciencia/>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

PEIXOTO, M. T. .; SOUZA, B. .; SOARES, T. C. . Interface entre estresse e produção do conhecimento: o adoecimento de pós-graduandos brasileiros. **ENCICLOPEDIA BIOSFERA**, [S. l.], v. 19, n. 40, 2022. Disponível em: <<https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/5477>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

PETERS, Gabriel. **O novo espírito da depressão**: imperativos de autorrealização e seus colapsos na modernidade tardia. 2018.

PIRES FERREIRA, L.; PETERSEM DOMINGUES, M.; SIERRA, V. M. Direitos Sociais em perspectiva: os desafios do Ensino Superior no contexto do “bolsonarismo”. **Revista Ágora**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. e-2022330209, 2022. DOI: 10.47456/e-2022330209. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/37941>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

PRATA, Emily. A triste realidade dos abusos sexuais e morais nas universidades brasileiras. **Dicas Jornalismo**, 2021. Disponível em: <<https://labdicasjornalismo.com/noticia/9990/a-triste-realidade-dos-abusos-sexuais-e-morais-nas-universidades-brasileiras>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

PUTINI, Julia. Governo federal volta a 'zerar' verba de universidades e institutos no mesmo dia em que tinha recuado de bloqueio: Recursos tinham sido liberados nesta mesma quinta-feira (1º) por volta do meio-dia. Entretanto, entidades alertam que governo voltou a "zerar contas" em uma ação anunciada em ofício por volta das 19h30. **G1**, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/12/01/governo-federal-volta-a-retirar-verba-de-universidades-e-institutos-no-mesmo-dia-em-que-tinha-recuado-de-bloqueio.ghtml>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

QUIVY, Raymond.; CAMPENHAUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa, Gradiva Publicações, 1998.

RADONS, D. L.; CUNHA, L. V.; LUCCA, C.. O estresse no contexto acadêmico: um estudo com alunos da pós-graduação. **Revista UNIFAMMA**, v. 16, p. 1-20, 2017.

RATHSAM, Luciana. A política de desvalorização da ciência tem custo que ultrapassa o Teto de Gastos. **Cultura e Sociedade**, 2021. Disponível em: < <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/noticias/2021/04/26/politica-de-desvalorizacao-da-ciencia-temcusto-que-ultrapassa-o-teto-de-gastos>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

REGO, Teresa Cristina. Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio. **Educação e Pesquisa** [online]., v. 40, n. 2, pp. 325-346, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022014061843>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

Relatório de Ciências da UNESCO: A corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente. UNESCO 2021.

RESENDE, Florence. A desvalorização das ciências humanas. **PET Computação UFPB**. Disponível em: <<https://pet-comp.medium.com/a-desvaloriza%C3%A7%C3%A3o-das-ci%C3%A4ncias-humanas-50a8e15e756d>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

Revista científica ‘Nature’ faz balanço do governo Bolsonaro: ‘Danos serão duradouros’. Uma das mais importantes revistas científicas do mundo apresenta um panorama das destruições de Bolsonaro nas áreas de meio ambiente, Ciência e Saúde. **Rede Brasil Atual**, 2022. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/revista-cientifica-nature-faz-balanco-do-governo-bolsonaro-danos-serao-duradouros/>>. Acesso em 26 dez. 2022.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Cláudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2010.

REZENDE, Camila Ribeiro de Almeida ; SALLAS, A. L. F. . O controle das emoções na escrita acadêmica e seu impacto na relação do indivíduo com o trabalho intelectual. **INTERSEÇÕES - REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES** , v. 21, p. 654-676, 2019.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

SANTOS, Anelise Schaurich dos; PERRONE, Cláudia Maria; DIAS, Ana Cristina Garcia. Adaptação à pós-graduação stricto sensu: uma revisão sistemática de literatura. **Psico-USF** [online], v. 20, n. 1, pp. 141-152, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-82712015200113>>. Acesso em 26 dez. 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-82712015200113>.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina; 2008.

SANTOS, D.B.R. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior**. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SARAIVA, Alessandra. Mais de 60% dos alunos de pós-graduação tiveram crise de ansiedade por pandemia, aponta Fiocruz: falta de motivação e problemas de concentração foram reportados por quase 80% dos entrevistados. **Valor Econômico**, 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/11/22/mais-de-60percent-dos-alunos-de-pos-graduacao-tiveram-crise-de-ansiedade-por-pandemia-aponta-fiocruz.ghtml>>. Acesso em 26 dez. 2022.

SAYURI, Juliana. Os problemas da pós-graduação no Brasil. E a importância da ciência. **NEXO**, 2019. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/reportagem/2019/04/21/Os-problemas-da-p%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil.-E-a-import%C3%A2ncia-da-ci%C3%A4ncia>>. Acesso em 26 dez. 2022.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução Marcos Santarrita. – 16ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2015.

SGUISSARDI, V. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação” – É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado. **Perspectiva**, v. 24, n. 1, p. 49-88, 2006.

SGUISSARDI, V.; SILVA JR, J. R. **Trabalho intensificado nas Federais** – Pós-graduação e produtivismo acadêmico. 2. ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

SILVA, J. V. P. da; GONÇALVES-SILVA, L. L.; MOREIRA, W. W. Produtivismo na pós-graduação. nada é tão ruim, que não possa piorar. é chegada a vez dos orientandos!. **Movimento**, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 1423–1445, 2014. DOI: 10.22456/1982-8918.46187. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/46187>. Acesso em: 6 abr. 2022.

SILVA, Michel. Capitalismo, pós-graduação e adoecimento mental. **Metodologias e Aprendizado**, v. 5, p. 1-14, 2022.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**. 11(2): 577-591, 2005.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**. 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Sofrimento mental na pós-graduação da Universidade de Brasília: situação e propostas de soluções. **ANPG**, 2018. Disponível em: <https://www.anpg.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Resumo-question%C3%A1rio-2.0.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2022.

SOUZA, Deise Coelho de. **Condições emocionais de estudantes universitários**: estresse, depressão, ansiedade, solidão e suporte social. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2017.

TEIXEIRA, M. A. P., Dias, A. C. G., Wottrich, S. H. & Oliveira, A. M. Adaptação à universidade em jovens calouros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, 12(1), 185-202, 2008.

THOMAZ, Danilo. Revisão urgente na pós-graduação. **FOLHA DE S. PAULO**, 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2022/12/revisao-urgente-na-pos-graduacao.shtml>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

TORRES, Michelangelo. Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (Org.). **Giros à direita**: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador. Sobral-CE: Editora SertãoCult, 2020.

VALERY, Gabriel. Brasil reduz investimento em ciência, enquanto mundo avança em 19%. **Rede Brasil Atual**, 2021. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2021/06/brasil-reduz-investimento-em-ciencia-enquanto-mundoavanca-em-19/>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

VOLTARELLI, J. C. (2002). Estresse e produtividade acadêmica [Editorial]. **Revista Medicina** Ribeirão Preto, 35(4), 451-454.

WESTIN, Ricardo. Corte de verbas da ciência prejudica reação à pandemia e desenvolvimento do país. **Agência Senado**, 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/09/corte-de-verbas-da-ciencia-prejudica-reacao-a-pandemia-edese-nvolvimento-do-pais>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

ZOTESSO, Marina Cristina. **Sofrimento psicológico em pós-graduandos**: aspectos emocionais e comportamentais. 2021. 99 f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) –Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2021.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Qual a sua idade?

Com que gênero você se identifica mais?

Como você prefere definir sua identidade racial?

Você é mestrando(a) ou doutorando (a)?

Qual o seu curso de pós-graduação?

ENTREVISTA

1. Me conte sobre a sua experiência na pós-graduação.
2. O que te levou a ingressar na pós-graduação?
3. Quais eram suas expectativas ao ingressar?
4. Você é bolsista? Se sim, você consegue se dedicar completamente aos estudos ou tem dificuldade?
5. Você trabalha? Se sim, você acha que isso dificulta os estudos?
6. Quais as suas principais dificuldades na pós-graduação?
7. Você sente que fatores dentro da universidade te desmotivam a seguir com a pós-graduação? Se sim, quais são esses fatores?
8. Como se sente em relação as exigências da pós-graduação?
9. A pós-graduação tem afetado sua saúde mental? Se sim, como?
10. Quais os impactos da pós-graduação na sua vida social, afetiva e íntima?
11. Quais as dificuldades vivenciadas por você durante a pós-graduação você considera relacionadas especificamente à Universidade?
12. Como você se sente em relação as disciplinas cursadas?
13. Quanto a sua relação com os professores(a), como você se sente?
14. Quanto a sua relação com o orientador (a) e coorientador (a), como você se sente?
15. Quanto a sua convivência com os colegas de pós-graduação, como você se sente?
16. Quanto a sua convivência com o ambiente acadêmico da pós-graduação na universidade, como você se sente?
17. Durante o contexto de pandemia vivenciado, como você se sente em relação ao andamento da sua tese ou dissertação?

18. Durante o contexto de pandemia vivenciado, como você se sente em relação ao semestre online?
19. Quais suas expectativas e preocupações sobre seu futuro profissional?
20. Sugestões para melhoria da qualidade de vida do estudante de pós-graduação.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa:

O sofrimento emocional no processo de formação dos pesquisadores: um estudo de caso entre os pós-graduandos em Ciências Humanas da UFBA

Você está sendo convidado (a) para ser participante da pesquisa intitulado: O sofrimento emocional no processo de formação dos pesquisadores: um estudo de caso entre os pós-graduandos em Ciências Humanas- UFBA, de responsabilidade da mestrandia Juliana Reis Mota, sob orientação do Professor Alan Delazeri Mocellim.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peça que assine ao final deste documento. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

1. O trabalho tem por objetivo “analisar o sofrimento emocional entre os pós-graduandos e o seu contexto de formação, buscando compreender se existem relações entre o contexto acadêmico e o sofrimento emocional desses estudantes em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.”
2. A participação nesta pesquisa consistirá em entrevistas gravadas em vídeo e/ou áudio. As entrevistas serão realizadas de forma virtual. Durante a entrevista, você poderá responder às perguntas que desejar, deixando outras sem responder, sem que isso traga qualquer prejuízo à sua pessoa.
3. A sua participação nessa pesquisa não envolve benefícios diretos e imediatos e apresenta riscos mínimos, principalmente de ordem emocional. Em contrapartida, sua participação contribuirá para gerar conhecimentos sobre os sofrimentos emocionais existentes entre os pós-graduandos em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.
4. Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento.

5. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados, não sendo feita menção ao seu nome, de maneira a garantir seu anonimato, em todos materiais e estratégias de divulgação que venham a ser realizados.

6. Decidindo por participar, solicitamos sua autorização através de confirmação oral que será gravada antes do início da entrevista, ou mediante assinatura do seu consentimento livre e esclarecido.

7. Nos casos de preenchimento deste termo em formato físico, uma via ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa.

Dessa forma, após ter tomado conhecimento do conteúdo acima exposto, sobre o qual não me resta qualquer dúvida, concordo em participar da presente pesquisa e autorizo os pesquisadores a entrarem em contato comigo por telefone, e-mail, correio ou pessoalmente, caso haja necessidade.

Assinatura do participante

Juliana Reis Mota
Responsável pela pesquisa